

PAOLA BERENSTEIN JACQUES  
MARGARETH DA SILVA PEREIRA  
JOSIANNE FRANCIA CERASOLI  
[ORGANIZADORAS]



DO PENSAMENTO  
URBANÍSTICO



MODOS  
DE NARRAR

NE  
BU  
L  
OSA S

DO PENSAMENTO  
URBANÍSTICO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR *João Carlos Salles Pires da Silva*

VICE-REITOR *Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

ASSESSOR DO REITOR *Paulo Costa Lima*



## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA *Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

### CONSELHO EDITORIAL

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*



## FACULDADE DE ARQUITETURA

DIRETOR *Sergio Kopinski Ekerman*

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

COORDENADOR *Nivaldo Vieira de Andrade Junior*

## GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO URBANO

COORDENADORA *Paola Berenstein Jacques*



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



NEBULOSAS  
DO PENSAMENTO  
URBANÍSTICO

TOMO III  
MODOS DE NARRAR

---

PAOLA BERENSTEIN JACQUES  
MARGARETH DA SILVA PEREIRA  
JOSIANNE FRANCA CERASOLI  
[ ORGANIZADORAS ]

SALVADOR . EDUFBA  
2020

2020, autores.  
Direitos dessa edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

**PROJETO GRÁFICO**  
Igor Queiroz

**REVISÃO**  
Mariana Rios Amaral de Oliveira

**NORMALIZAÇÃO**  
Sandra Batista

---

**SISTEMA DE BIBLIOTECAS - SIBI/UFBA**

---

Nebulosas do pensamento urbanístico. – Salvador : EDUFBA, 2020.  
3 t.

Conteúdo: Tomo I Modos de pensar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira, (organizadoras). – Tomo II Modos de fazer / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira, (organizadoras). – Tomo III Modos de narrar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira, Josianne Francia Cerasoli (organizadoras)

ISBN: 978-85-232-1687-0 (tomo 1)

ISBN: 978-85-232-1834-8 (tomo 2)

ISBN: 978-65-5630-078-8 (tomo 3)

I. Urbanismo. 2. História. 3. Arquitetura. 4. Planejamento urbano. I. Jacques, Paola Berenstein. II. Pereira, Margareth da Silva. III. Cerasoli, Josianne Francia. IV. Modos de pensar. V. Modos de fazer. VI. Modos de narrar.

CDD – 711

---

EDITORA FILIADA À:



**EDUFBA**  
Rua Barão de Jeremoabo s/n  
Campus de Ondina  
40.170-115 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)  
[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# SUMÁRIO

## 9 MODOS DE NARRAR

*Josianne Francia Cerasoli  
Margareth da Silva Pereira  
Paola Berenstein Jacques*

## PARTE I INTRIGAS

## 22 NARRAR POR RELAÇÕES I

*Dilton Lopes de Almeida Junior  
Paola Berenstein Jacques  
Ramon Martins da Silva*

## 50 NARRAR POR EXPERIÊNCIAS

*Ana Claudia Veiga de Castro  
Joana Mello de Carvalho e Silva  
José Tavares Correia de Lira*

## 84 NARRAR POR TRAMAS

*Elisângela de Almeida Chiquito*

## 106 NARRAR POR EMBATES

*Luiz Antonio de Souza  
Vinícius Rafael Viana Santos  
Igor Monte da Silva*

## NARRAR POR TRANSVERSALIDADES I

*Laboratório de Estudos Urbanos  
UFRJ*

## NARRAR POR EMPREENDEDORES

*Carolina Pescatori*

150

174

# PARTE II VESTÍGIOS

NARRAR POR

## CONGRESSOS

*Fernando Atique  
Josianne Francia Cerasoli  
Leonardo Novo*

222

190

NARRAR POR

## RELAÇÕES II

*Adele Sá Martins Belitardo  
Igor Gonçalves Queiroz  
Leonardo Vieira de Souza*

NARRAR POR

## PROJETOS

*Paulo Reyes  
Daniele Caron  
Daniela Cidade*

254

NARRAR POR

## CONSTRUÇÕES

*Roberto E. dos Santos*

272

288

NARRAR POR

## CIDADES NOVAS

*Ricardo Trevisan*

312

NARRAR POR

## TRANSVERSALIDADES II

*Aline Couri Fabião*

PARTE III  
DESVIOS

366

NARRAR POR

OLHARES

*Maria Stella Martins Bresciani*

NARRAR POR

PROCESSOS

*Rita Velloso*

NARRAR POR

TRANSVERSALIDADES III

*Laboratório de Estudos Urbanos  
UFRJ*

NARRAR POR

RELAÇÕES III

*Ana Luiza Silva Freire  
Daniel Sabóia Almeida Barreto  
Rafaela Lino Izeli*

388

NARRAR POR

PAISAGENS

*Luciana Saboia*

404

430

NARRAR POR

OCUPAÇÕES

*Fernando Freitas Fuão  
José Carlos Freitas Lemos  
Bruno Cesar Euphrasio de Mello*

456

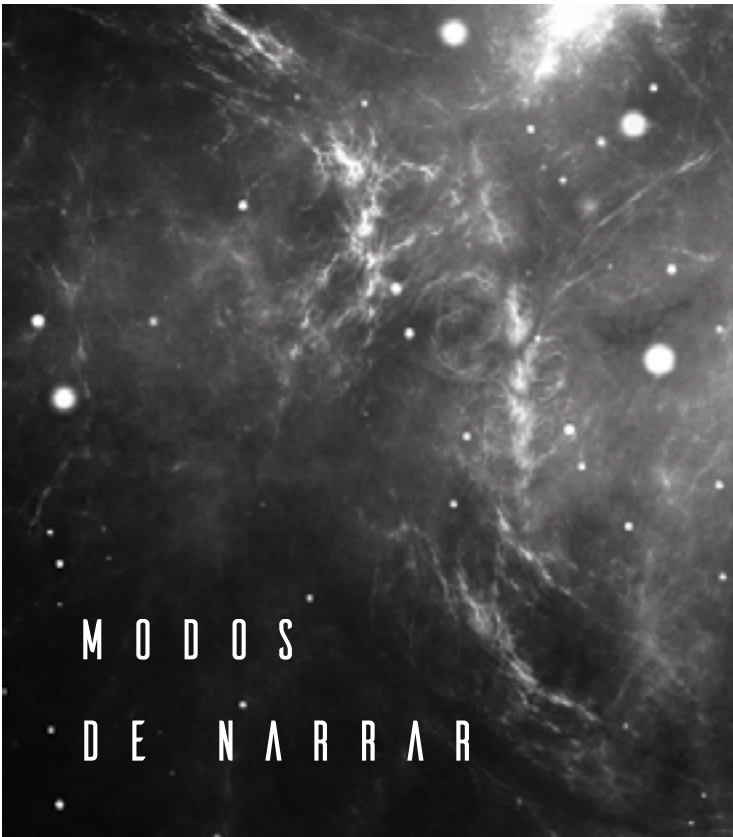
SOBRE OS

AUTORES

486







M O D O S

D E N A R R A R

M O D O S  
D E  
N A R R A R

---

J O S I A N N E  
F R A N C I A  
C E R A S O L I

---

M A R G A R E T H  
D A S I L V A  
P E R E I R A

---

P A O L A  
B E R E N S T E I N  
J A C Q U E S

**A** narrativa como forma de organização discursiva tem ocupado, de longa data, o conhecimento histórico e, desde meados do século XX, tem mobilizado intensos debates, ampliando cada vez mais as perguntas sobre os sentidos que podem ter as próprias formas de dizer, de contar, de narrar. *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de narrar* integra um mesmo esforço já expresso em dois outros livros do projeto *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar* (tomo I) e *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de fazer* (tomo II). Cada um desses livros busca criar uma pausa reflexiva sobre conceitos, temas, métodos, questões e debates que perpassam as práticas instituintes das formas construídas e imateriais das cidades, a começar por aquelas de historiadores e de todos aqueles que operam sobre o urbano, entre suas memórias, histórias e as suas possibilidades de *vir a ser*.

*Modos de narrar* busca propor, a partir dos diversos artigos aqui reunidos, uma pauta para refletir sobre a narrativa na história voltada a temas urbanos e ao urbanismo. Apresenta uma síntese plural sobre como a construção de narrativas vem sendo tratada pelas diferentes equipes de pesquisadores de instituições públicas brasileiras que vêm trabalhando de modo regular e articulado sobre o pensamento urbanístico e suas nebulosas.

A reflexão sobre os modos de pensar e narrar o passado não é uma questão nova. Não caberia, nesta coletânea, recuperar exaustivamente esse debate. Mas alguns fios das tramas desse percurso permitem situar as linhas de força de nosso *Modos de narrar*. Em uma das primeiras ponderações sobre o tema, Heródoto, no século V a.C., por exemplo, preocupou-se em se perguntar por que escrevia sobre o passado. Sintetizou sua resposta em três motivos, declarando que o fazia: “para que os feitos dos homens não se desvançam com o tempo” e para que não fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros”. (HERÓDOTO, 1994, p. 53)

Apesar de o historiador explicitar para que e por que narrava feitos, empresas e razões, seu texto nada tem do sentido apaziguador sugerido em sua resposta. Nele, são entrecruzadas várias questões acerca do lugar dos testemunhos, das memórias, da alteridade e das razões das próprias narrativas, de modo a justificar sua obra, que acabou sendo conhecida pelo gênero literário a que dava forma: *Histórias*. Demarcava-se um campo próprio, portanto, distinto de outras formas de escrita literária, como as epopeias ou os relatos míticos, o que foi reconhecido já no seu tempo. Ao mesmo tempo, acentuava-se o aspecto plural da narrativa histórica: são histórias, *modos de narrar*.

Com os antigos, talvez seja desejável também lembrar, pelo menos, Aristóteles, para ampliar essa questão. O filósofo não só leva em conta a relatividade de pontos de vistas e o estatuto da verdade quando se escreve, mas ocupa-se do próprio ato de narrar. Como se narra é a pergunta que o move em seu esforço de observação sobre como palavras ganham sentido quando se articulam, e, a partir daí, procura estabelecer distinções entre categorias de termos e de gêneros de discurso. Em seus textos, a alteridade é pensada a cada linha, particularmente naqueles dedicados à retórica, à poética e à política.

É a favor da tradição iniciada por Heródoto que Cícero, por sua vez, advoga, no século I d.C., contra um gênero de texto que se tornara dominante no período romano. Os anais, como passaram a ser chamados, estabeleciam linearmente os acontecimentos políticos



em uma escrita, considerada por ele sem relevo e austera, incapaz de “embelezar” o discurso sobre os fatos narrados. Ao contrário do “analista”, o historiador deveria usar todos os meios retóricos disponíveis em uma poética da história ao mesmo tempo eficiente e capaz de “ornar” os acontecimentos. (DOSSE, 2010) A partir de Cícero, a escrita sobre o passado passa a ser vista como uma ferramenta de incentivo político e moral, sublinhando, assim, uma dimensão pedagógica, mas também de cultivo da própria escrita.

Na busca do tom eloquente e, às vezes, da imparcialidade no elogio da vida, de imperadores, primeiramente, e, mais tarde, de santos na Idade Média, o historiador cada vez mais sabe que seu gesto de memorização das ações passadas não é neutro. Nos séculos XIV e XV, as narrativas sobre cortes principescas se associam ao elogio também das cidades, tornando-se tema privilegiado nas crônicas. Por outro lado, em um momento de difusão e afirmação de uma visão temporal católica, que constrói e articula linearmente passado, presente e futuro, as crônicas, como a própria etimologia indica, continuam, como os anais, a relatar os acontecimentos respeitando estritamente uma ordem cronológica. O grande câmbio do ponto de vista narrativo a partir do século XVI talvez tenha sido a acentuação da subjetividade, implícita no gênero “ensaio”, inaugurado por Montaigne, que teria uma ampla difusão.

Certamente, não caberia aqui percorrer os debates sobre o tema linearmente desde Heródoto – à maneira mais tradicional da narrativa – para responder às indagações que motivam esta terceira coletânea. Essas tendências se dão em um campo plural no qual, até as revoluções de fins do século XVIII, diferentes autores continuam construindo outras possibilidades de pensar o tempo e a memória, buscando quebrar, por outros caminhos, os relatos lineares. Em seus textos, exploram descontinuidades, surpresas, situações extraordinárias, buscando colocar o leitor diretamente lado a lado de reis, príncipes ou cavaleiros e face à bravura, à lealdade, à generosidade em descrições espetaculares de festas, faustos e torneios. Essas memórias, sobretudo as que se multiplicam com as grandes navegações e, pouco mais tarde, com as travessias dos Alpes ou dos Pirineus e com a realização dos *Grand Tours* da Itália, acentuam a ideia de deslocamento geográfico,

temporal e cultural e um culto multifacetado que vai da aventura ao insólito, do curioso ao exótico, do sentido geral à compreensão do particular, da percepção do fragmento à meditação sobre o amontoar-se das ruínas.

Contudo, uma rápida referência à construção da história como disciplina científica ao longo do século XIX torna-se relevante, na medida em que introduz um redirecionamento nas práticas historiográficas talvez tão radical quanto aquele que havia dado forma ao ensaio. A direção, porém, lhe seria oposta, reforçando agora uma objetividade que se extrairia, sobretudo, da erudição e do trabalho dos arquivos, rebaixando o exercício imaginativo e interpretativo em torno do passado vivido e de suas condições de possibilidades. Cerram-se, ainda, os laços da narrativa histórica com a dimensão política e com a ideia de nação, que se encarna, como se sabe, em diferentes objetos teóricos que são vistos como capazes de totalizá-la.

A ideia de que, no acúmulo dos documentos compilados, se estaria diante da exatidão e da prova da verdade dos fatos impõe-se sobre a tarefa infinda tanto do trabalho hermenêutico de suspeição, suspensão e articulação de sentidos quanto do caráter literário dos modos de narrar. Estes tendem, assim, a simplificar as causalidades e construir narrativas totalizadoras e teleológicas, nas quais se reduz a própria potência do texto como possibilidade de convite e coimplicação do leitor na construção e na suspeição na dúvida sobre a própria formulação do problema construído enquanto intriga e enigma.

Uma História – e não histórias, como delinear a Heródoto – reconstrói, assim, o sentido do movimento dos homens, das massas, das classes. Contudo, é importante ressaltar que, ao longo desse processo, a disciplina histórica delinear a, ao lado da narrativa e da política, o que parece ser sua terceira “exigência”, a científica (RANCIÈRE, 1994), cujo desafio seria criar pontes entre poéticas do passado e poéticas do conhecimento e da ação.

Essas breves considerações parecem oportunas, uma vez que as contribuições, seculares, tanto de historiadores quanto de filósofos, moralistas e memorialistas, foram mobilizadas, contrastadas e inten-

samente criticadas por aqueles envolvidos, desde os anos 1960-1970, nas nebulosas intelectuais que se dedicaram às análises de discurso e suas implicações e imbricações com o agir e o pensar.

Nesses embates, contribuições de antigas e novas disciplinas, como a semiologia e a sociologia, foram também centrais, fomentando tanto a autorreflexividade do campo do conhecimento sobre suas práticas quanto a própria desconstrução de muitas das suas fronteiras, provocando deslocamentos teóricos importantes no campo dos saberes do conhecimento e da historiografia.

As relações entre linguagem e poder, considerações sobre o lugar do sujeito e da subjetividade, questões sobre a verdade histórica e suas condições de enunciação e de possibilidade foram temas que vieram se somar aos esforços de reflexão de linguistas, historiadores de arte, filósofos ou antropólogos, também relevantes desde os anos 1930.

Mais frontalmente do que no passado, o historiador – e inclusive o historiador da arquitetura, do urbanismo e das cidades – tem se visto, assim, diante de dúvidas de natureza política e culturais crescentes. Quem narra? Para quem? Sobre o que se narra? São perguntas que atualizam reflexões sobre as práticas disciplinares e os regimes de memória e de temporalização dos próprios historiadores, desnaturalizando as relações com a narrativa. São perguntas que assumem a historicidade das formas discursivas e indagam as razões de suas próprias escolhas, sejam de objetos de investigação, sejam aquelas relativas ao vocabulário e aos conceitos, bem como às maneiras como a linguagem articula o pensável e desvela o impensado.

Na atualidade, ainda que se fale muito pouco da natureza dos textos poéticos e políticos no sentido pleno da palavra, as formas de narrar têm passado pelo crivo dos embates sobre os efeitos de diferentes práticas – corporais, discursivas, visuais, construtivas, políticas. São visíveis também os deslocamentos epistemológicos que esses debates têm provocado no interior dos debates “decoloniais”, graças a uma historicização cada vez mais rigorosa e cuidadosa acerca de quem narra, de quem pode falar e dos “lugares de fala”, inclusive – e sobretudo – nas validações sociais mais cotidianas.

Esse estado de coisas mostra o quanto a questão mobiliza a sensibilidade contemporânea e o quão pertinente é o tema quando se aproximam as questões de narrativa daquelas do conhecimento científico, histórico, antropológico. No campo do urbanismo – campo de reflexão que, ao tomar a cidade (*locus* privilegiado da vida social) como foco, é por si só múltiplo e transdisciplinar –, essa discussão não é banal nem secundária, embora raramente trazida ao centro do debate, malgrado sucessivos esforços que vêm permanecendo isolados.

A organização deste tomo III, *modos de narrar*, da coletânea *Nebulosas do pensamento urbanístico* é norteada por essas preocupações. Busca trazer para o debate público um conjunto de aspectos sobre o tema, desenvolvidos a partir de um trabalho coletivo expresso nos artigos reunidos. De fato, empreender uma arqueologia ou uma genealogia da construção do ato de narrar como objeto teórico, privilegiando-se suas relações com a vida cidadina e urbana, seria uma tarefa, se não impossível, reservada a atlantes, para usar uma metáfora. Os propósitos desta coletânea são modestos: aproximam as indagações sobre a narrativa de pesquisas sobre história e historiografia do urbanismo, sem abrir mão da incontornável dimensão plural presente tanto na narrativa quanto em todo gesto que diz respeito às cidades, no urbano.

Interessa, de modo especial, discutir com vagar a diversidade de entendimentos sobre as intrigas que permeiam e, sobretudo, emergem na trama e na tessitura histórica; não desconsiderar, portanto, a multiplicidade de visadas e choque de sentidos; perguntar-se sobre as formas, os modos ou tipos de vestígios que sustentam apontamentos e notações; ou, enfim, interrogar as sedimentações de saberes comuns e a parte de fragmentos e eventuais desvios.

A atenção à linguagem, no ato de interpretar, compreender e, sobretudo, trazer à tona a configuração do pensamento urbanístico, coloca as narrativas em um campo de indagações que é específico, não por ser especializado, mas, ao contrário, por sua irredutível pluralidade. Começa, assim, por colocar em pauta a narrativa a partir de aproximações não apenas entre urbanismo e história, mas também entre outras linguagens, como a literária, a iconográfica e a filosófica.

Em resumo, múltiplo, plural, citadino e urbano, concreto e abstrato, o campo do urbanismo requer que, ao lado do texto, se interpelem também as imagens e os dispositivos materiais e imateriais, entendendo-os como narrativas e perguntando: a quem e a que servem? O que perpetuam? Quando transgridem? Poderia se dizer, com isso, que os *modos de narrar* pensados nesta coletânea buscam colocar em sintonia, a um só tempo, o caráter transdisciplinar próprio tanto ao campo do urbanismo quanto das narrativas.

Além disso, nesta obra, os *modos de narrar* se cruzam incontornavelmente com uma outra metáfora, que dá título à própria coletânea e evoca as próprias configurações instáveis, efêmeras e em movimento do campo do urbanismo: as *nebulosas*, ou conjuntos de nuvens. Essas configurações levam em conta que cada nuvem é formada de incontáveis camadas de névoas, isto é, camadas de relações, de nexos, de associações, de sentidos que se superpõem, se justapõem, se esgarçam, se tocam. As nuvens são sempre moventes. No conjunto das suas formações, no seu ir e vir, nos seus encontros e choques, em sua estabilidade relativa, em sua capacidade de se transmutar ora em tempestades que varrem os céus das ideias feitas, ora lentamente na chuva fina que irriga o solo e o fertiliza, estão sempre em movimento, são indefinidamente ressignificadas.

Os saberes e as práticas cidadinas e urbanas, de acordo com os temas, os problemas, as intrigas, os momentos, os atores individuais ou coletivos ou as cidades que interpelam cada pesquisador, são, assim, como conjunto de nuvens das quais ele percebe os contornos e cujas relações e nexos de sentidos ele também interroga, constrói, desmonta e reconstrói as posições, as causas, as possibilidades não ditas ou sequer formuladas.

São as múltiplas aproximações que cada pesquisador faz que insuflam a formação desses sistemas abertos de significados, que podem ser chamados nebulosas, sobre os quais ele tece, em torno das ideias de intriga, vestígios e desvios, diferentes modos de narrar. É por meio da intriga – ou o modo como miramos e construímos ou montamos o objeto a partir de questões – que se alinha o narrado, com todas as instabilidades que as questões e intuições podem provocar.



É também com o trabalho com os vestígios da experiência – com os documentos em suas distintas formas – que se compõe a narrativa. É no entrelaçamento dessas duas dimensões contempladas na coletânea – a da intriga e a do trabalho com os vestígios – que o modo de narrar vai montando e unindo nebulosas maiores e menores, ao lado de outras que permanecem soltas e desviantes.

Oito grupos de pesquisadores, de grupos de pesquisa sediados em instituições públicas de ensino e pesquisa, tomaram parte em *Modos de narrar*, movendo-se nessas nebulosas do pensamento urbanístico, entre intrigas (parte 1), vestígios (parte 2) e desvios (parte 3). Esta terceira obra coletiva foi empreendida colaborativamente pelos grupos de pesquisa: Laboratório Urbano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Laboratório de Estudos Urbanos (leU), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Topos – Paisagem, Projeto, Planejamento, da Universidade de Brasília (UnB); Cidade (in)Pensada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Arquivos, Fontes e Narrativas, da Universidade de São Paulo (USP).

Por esse percurso, a atenção à linguagem na narrativa aproxima essas indagações da preocupação de autores como Ricoeur a respeito da função mimética do narrar, sempre desdobradas no tempo. Como lembra o autor, o esforço de montagem das intrigas é uma síntese, e é ela que sustenta toda narração. Mostrando sua virtude “objetivos, causas, acasos, são reunidos [graças aos vestígios acumulados da experiência] sob a unidade temporal de uma ação [que parecer ser] total e completa. É esta *síntese do heterogêneo* que aproxima a narrativa da metáfora”. (RICOEUR, 1997, v. 1, p. 11) Contudo, parece ser desejável, como se tenta aqui, não esquecer que as nebulosas, por serem o que são, configurações contingentes e moventes, abrem continuamente espaço e mantêm, nos desvios, o imprevisível.

---

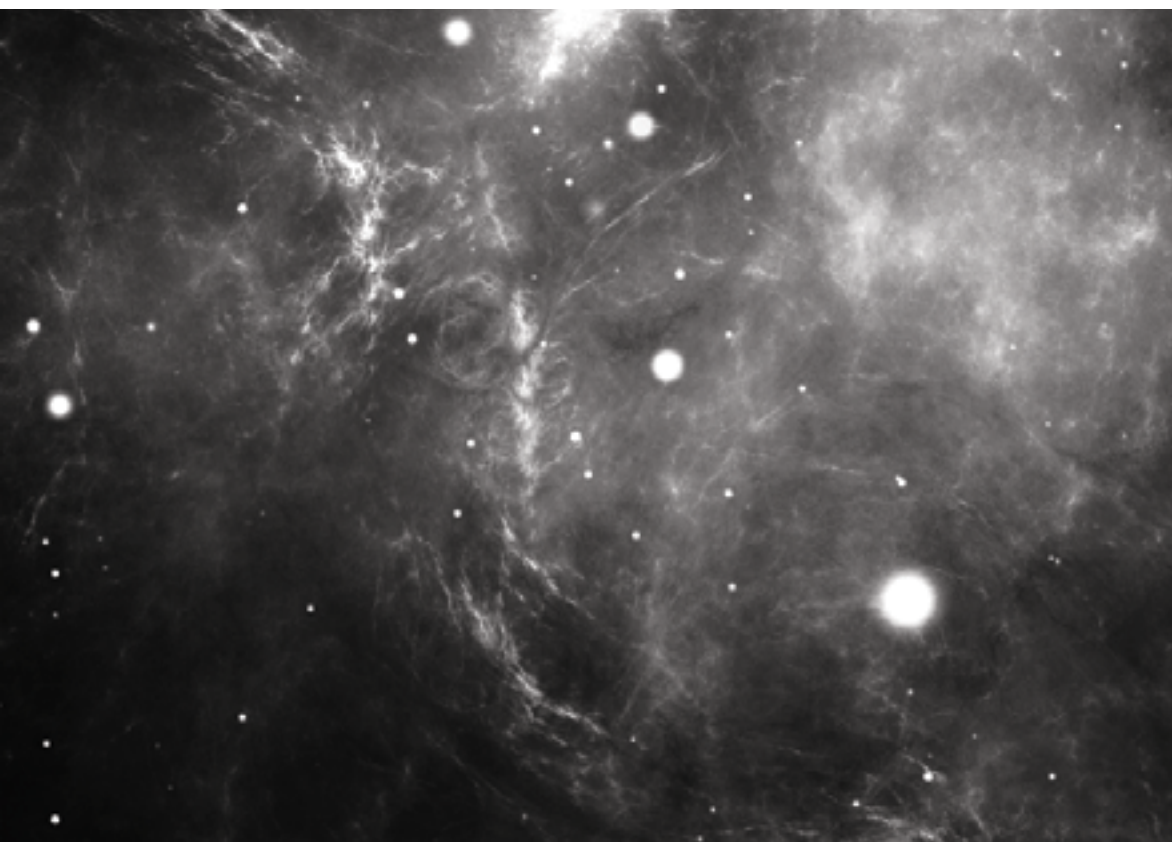
## REFERÊNCIAS

DOSSE, François. Récit. In: DELACROIX, Christian (dir.). *Historiographies II*. Paris: Gallimard, 2010.

HERÓDOTO. *Histórias – livro 1*. Tradução Ferreiro e Silva. Lisboa: Edições 70, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Tradução Eduardo Guimarães e Eni Puccineli Orlandi. São Paulo: EdUC: Pontes, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997, 3 v.





P A R T E I  
I N T R I G A S

N A R R A R P O R



RE

LA

ÇÕES

N A R R A R  
P O R  
R E L A Ç Õ E S I

*O fragmento, o intervalo, a imaginação<sup>1</sup>*



D I L T O N  
L O P E S  
D E A L M E I D A  
J U N I O R



P A O L A  
B E R E N S T E I N  
J A C Q U E S



R A M O N  
M A R T I N S  
D A S I L V A

**A**o buscar romper o *continuum* historicizante e ao tomar como modo de narrar a construção de intervalos relacionais entre os fatos passados e o presente, buscamos entrever de quais maneiras teóricas a plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico<sup>2</sup> poderia ser localizada sobre o próprio rastro ou lampejo de uma herança errante, nômade, vagante, que nos atravessa fortemente a partir da atualização de esforços como os presentes em Walter Benjamin e Aby Warburg. Herança de uma forma de conhecimento que não apenas se faz desviante a um determinado modo narrativo linear, celebrativo e apologético da história, mas, sobretudo, leva a um esforço movente que toma o gesto imaginativo enquanto motor da narração por relações. Ao entendermos o próprio exercício e prática de escrita da história como ação intelectual que se desenrola no campo da política, das escolhas e dos jogos de visibilidade, concentramo-nos em pensar narração e história de modo a nos furtar de uma tradição historicista calcada na escrita e ecoada pela perspectiva hegeliana. Essa tradição nos conta a história a transcorrer linearmente, com um único sentido racional de emancipação humana, a forjar uma narrativa com a pretensa reconstrução totalizante do passado e da fixação dos momentos históricos em quadros fechados, estáveis, resolvidos em correntes, estilos e escolas que se superam umas às outras de maneira consecutiva.



A contrapelo dessa tradição, junto a Benjamin e Warburg, propomo-nos pensar o exercício narrativo que, a partir da reintrodução e aproximação de fragmentos, dejetos e detritos recalcados no tempo, faz emergir intervalos a serem animados pela imaginação. Assim, acercamo-nos dos debates historiográficos que aproximam e friccionam os limites entre história, memória e ficção, visando compreender como a imaginação é capaz de rasurar, desestabilizar e interromper consensos e homogeneizações. Diante dos traumas e tragédias que nos solapam, interessa-nos pensar, para além de uma racionalidade, como a imaginação pode ser tratada como meio fundante à narração que se faz por relações.

Em uma tentativa de compreendermos a escrita da história enquanto prática heterológica, também atividade intelectual e esforço da produção de um passado rerepresentado pela narração (RICOEUR, 2007), questionamo-nos sobre o que podemos apreender a partir das noções de escrita que assumem o fragmento, o intervalo e, também, a imaginação – capacidade psicofísica, sensível e engendradora de mundos. Isto é, na expectativa de refletirmos sobre um modo outro de narrar a história, em específico a narração que se dá através da construção de relações, propomos pensar que, a partir da herança de Benjamin e Warburg, narrar por relações constituir-se-ia, primeiro, no engendramento dos intervalos que ganham importância com a montagem<sup>3</sup> de fragmentos heterogêneos; e, segundo, no reconhecimento da imaginação enquanto motor fundamental ao gesto de colocar-se diante de uma zona intervalar, a fazer emergirem nexos e compreensões outras a respeito da história, tanto do ponto de vista de quem constrói a narrativa quanto de quem a ela dá uso.

De que maneira narrar pelas relações, e não só pela cronologia linear dos fatos, poderia abrir brechas e frestas, tais quais os intervalos fundamentais no modo de narrar benjaminiano e, também, warburgiano, solicitando a produtividade da imaginação para fazer emergir sentidos outros, heterogêneos? Se propomos pensar que tecer relações não significa reconstituir a totalidade de um acontecimento, em que medida narrar por relações seria também a produção de intervalos que se abrem à possibilidade da emergência de outros nexos, capazes de desvelar as falhas dos processos homogeneizantes, fazendo emergirem resistências e sobrevivências históricas?

## FRAGMENTO

Criar a história com os próprios detritos da história. (RÉMY DE GOURMONT, 1924 apud BENJAMIN, 2018, p. 891)

Para Michel de Certeau (2017), a história moderna e também as demais ciências ditas “humanas” – etnologia, psiquiatria, pedagogia, medicina, e ousaríamos incluir também o urbanismo – emergem simultaneamente e desdobram-se a partir de relações heterológicas ao transformar o espaço do outro – o selvagem, o louco, o infante, o enfermo, o passado – num campo de expansão para um sistema de produção de saber. Diante da cisão de um sujeito e de um objeto de operação, de um saber que contém um discurso e o corpo que o sustenta, ou ainda de um presente separado de um antigo e de um passado a ser compreendido, a história moderna ocidental não cessa de produzir cortes a partir e no interior da escrita.

A cabo de levar o outro – o passado – a uma compreensão presente, reduzindo-o a significante inteligível e assimilável para suprimir seu perigo, a história, por consequência, acaba por, paradoxalmente, eliminar a alteridade que parecia ser o postulado de seu próprio empreendimento. Nas vias desses paradigmas, Michel de Certeau (2016) aponta-nos como problemas historiográficos os processos de homogeneização e de transformação da própria diferença em objeto neutralizado como um dado, um passado verificável e deslocado como fato que, conduzido a uma razão, por uma série de operações, torna-se compreensível.

Certeau (2016), entretanto, alerta-nos sobre como os processos homogeneizantes e totalizadores sempre falham. Apesar do impulso paradoxal de eliminação da diferença, o historiador observa que a alteridade, apesar de recalçada, “[...] fica marcada, inclusive no trabalho que a reabsorve”. (CERTEAU, 2016, p. 183) Se, por um lado, a história mantém certa distância pela encenação de variantes – e não mais diferenças –, mantidas marginais com a condição de serem assimiláveis; e, por outro, é capaz de multiplicar as marcas da

alteridade pelos seus próprios sistemas de códigos e procedimentos históricos – datação, nomes próprios, citações, detalhes secundários etc. –, a escrita da história elabora continuamente uma espécie de teatro da diferença, apesar dos cortes, triagens e deslocamentos.

Tais gestos e procedimentos inerentes a esta escrita não são neutros e, portanto, respondem a uma atitude voluntarista frente ao passado do qual se distingue. Nesta triagem entre o que pode ser compreendido e aquilo que deve ser esquecido, o que é considerado como não pertinente permanece desprezado como dejetivo; detrito que, entretanto, retorna sempre nas franjas do discurso ou em suas falhas. Como lapsos na própria sintaxe construída pela lei de um lugar, esses dejetivos seriam, de acordo com Certeau (2017), sobrevivências ou resistências que perturbam, mesmo que discretamente, os sistemas de interpretação e ordenação do “progresso”. Como no retorno do recalado, estaríamos, assim, diante dos vestígios e marcas daquilo que foi considerado impensável em determinado momento da história para que uma nova “identidade” pudesse ser forjada.

Para Certeau (2016), o esforço de narração histórica cria “a-topias”, pontos de fuga na ordem da reflexão e práticas contemporâneas – espécie de um “lugar de falha”,<sup>4</sup> na forja da rachadura de um “irreal” diferente. Apesar de todas as pretensas garantias do verossímil e de servir-se de uma certa “doutrina” que legitima a História como ciência, Certeau provoca-nos a reconhecer na própria escrita histórica, “[...] a falha de uma crítica no mundo repleto de uma sociedade; a partir do modo do pensável ela reintroduz a hipótese de uma diferença, a heresia de outras coerências”. (CERTEAU, 2016, p. 185) Aquilo que é da ordem do heterólogo, do dissonante, do múltiplo, do impuro persiste, então, nos limiares dos discursos, nos detritos e rastros de passados e futuros interrompidos que sobrevivem ao tempo. “Os rastros são materiais: vestígios, restos da história, contrapontos e contrarritmos, ‘quedas’ ou ‘irrupções’, sintomas ou mal-estares, sínopes ou anacronismos na continuidade ‘dos fatos do passado’”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 117)

Walter Benjamin, em seu trabalho sobre as passagens parisienses, alerta-nos sobre como os esforços celebrativos do historiador que se

lança ao *continuum* histórico estariam justamente empenhados em encobrir os momentos revolucionários e disruptivos que lutam pela possibilidade da diferença no curso da história. Assim como Certeau, Benjamin (2018, p. 785, N 9a.5,) já notara que escapam a esses esforços apologéticos “[...] os pontos nos quais a tradição se interrompe e, com isso, escapam-lhe as asperezas e as saliências que oferecem um apoio aquele que pretende ir além”. Diante da história como palco das catástrofes, parece-nos, sobretudo, que, ao nos propor o materialismo histórico como método, Benjamin reclama a renúncia do elemento épico e a reformulação de hábitos positivistas do historiador quando seleciona e arranca de seus contextos justamente os fragmentos heterogêneos, os detritos recalcados e encobertos no tempo.

Ao propor reapresentá-los como documentos da barbárie a contrapelo do “progresso”<sup>5</sup> e ao assumir o caráter destrutivo e crítico da historiografia materialista, o historiador, como um colecionador, compele-se a fazer explodir as falsas ilusões de continuidade dos fatos no tempo como nos faz crer o conceito de origem (*Ursprung*),<sup>6</sup> tão caro a Walter Benjamin. “Mas apesar de ser uma categoria plenamente histórica, a origem (*Ursprung*) não tem nada em comum com a gênese (*Entstehung*). ‘Origem’ não designa o processo de devir de algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer”. (BENJAMIN, 2013, p. 34) Não por acaso, seu último e inacabado projeto histórico rememorou justamente as passagens comerciais parisienses, espaços urbanos que, ao serem considerados obsoletos por parte das reformas modernizadoras, estavam em vias de desaparecimento.

Para fazer ver essas relações de forças, disputas, resistências e sobrevivências em devir, que por vezes são apagadas e recalçadas das narrativas teleológicas e do discurso histórico edificante e apologético, que confirmam a continuidade da dominação, como bem nos lembra Jeanne Marie Gagnebin (2014), o historiador benjaminiano lança-se a uma espécie de arqueologia material do mundo. Reivindica para si a imagem do colecionador (*Sammler*) de todas as coisas e, sobretudo, o colecionador dos farrapos e trapos (*Lumpensammler*) da exuberância da vida através da experiência da pobreza, tão bem retratada nas fotografias de Eugène Atget. Recolhe, como um trapeiro, os detritos que

foram esquecidos ou considerados inúteis e que justamente guardam as marcas e traços do heterogêneo.

Como peças acusatórias do próprio processo histórico, esses detritos recolhidos e selecionados guardariam a potência de reintroduzir violentamente a heterologia no *continuum* histórico, de modo a explodir qualquer tipo de homogeneidade pretendida. Benjamin (2018, p. 784, N 9, 5) nos mostra que “A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo da repetição – na história. A experiência política autêntica está absolutamente livre desta aparência”. Ademais, ao ver cada dado cultural como uma espécie de ruína ou fóssil – em uma história natural não do progresso, mas do seu curso de desaparecimento – e como um documento digno de ser atualizado, como aponta Selligmann-Silva (2009), o projeto historiográfico benjaminiano, calcado no colecionismo, busca arrancar, violenta e criticamente, os objetos dos seus falsos contextos para reinseri-los dentro de uma nova configuração impregnada pelos interesses de cada presente, de modo a reencantá-los ao dar-lhes novos usos. Benjamin (2018, p. 764, N 1a.8) nos diz: “Não surrupiarei coisas valiosas nem me apropriarei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os”.

Junto com Selligmann-Silva (2009), acreditamos que um modo relacional de narrar a história a partir de seus fragmentos e detritos, como reclamado por Benjamin, implica ao historiador uma ética da memória em duplo ato: por um lado, a destruição de uma falsa ordem e uma falsa homogeneidade nas coisas e, por outro, a construção de um novo espaço mnemônico – que ao mesmo tempo salvaguarda a individualidade do objeto e o atualiza atravessado pela urgência do tempo presente. Georges Didi-Huberman rememora-nos que, assim como o trapeiro, Benjamin reivindica, para o historiador, a imagem da criança, que sabe bem utilizar qualquer detrito para construir uma nova coleção:

Com efeito, as crianças têm uma propensão particular a procurar todos os lugares onde se efetua de maneira visível o trabalho sobre as coisas (*die Batätigung an Dingen*). Elas se

sentem irresistivelmente atraídas pelos detritos (*von Abfall angezogen*) que provêm da construção, do trabalho doméstico ou da jardinagem, da costura ou da carpintaria. Reconhecem nos resíduos a face que o universo das coisas apresenta somente a elas. Utilizam-nos menos para imitar as obras dos adultos do que para instaurar *uma relação nova, movente, entre matérias* de natureza bem diversa, graças ao que conseguem obter delas em seu jogo. Assim, as próprias crianças criam o seu mundo de coisas, pequeno mundo no grande mundo. (BENJAMIN, 1928 apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 119, grifo nosso)

O historiador benjaminiano atua como uma criança que escava, seleciona, reorganiza e reapresenta, em seu jogo singular de heterogeneidades, os farrapos do tempo em uma espécie de micrologia ou mundo em miniatura.<sup>7</sup> Como um caleidoscópio<sup>8</sup> – regime escópico calcado no rearranjo infinito e movente de pequenos detritos posicionados ante uma lente –, o projeto benjaminiano das Passagens guarda a potência de engendrar outros mundos na medida em que nos lança outros modos possíveis de narrá-los. Trata-se de um modo de pensar por imagens (*Bilder-Denken*), como também um modo de fazer e narrar engendrado em uma forma visual do saber. O próprio Benjamin (2018, p. 764, N 1a.8) nos diz: “O método deste trabalho: a montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar”.

O historiador-trapeiro-criança, ao lançar-se sobre os detritos da história, sobre as lembranças, coloca-se diante de imagens. Imagens carregadas de ambivalências e que fazem “[...] explodir em conjunto modalidades ontológicas contraditórias: de um lado a presença, de outro a representação; de um lado o devir daquilo que muda, e, de outro, a estase plena daquilo que permanece”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 127) A imagem do passado (*Bild der Vergangenheit*) apresenta-se sempre de modo fugidivo, lacunar. Benjamin (2018, p. 768, N 3, 1) explicita: “Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o Agora num lampejo, formando uma constelação”.

Diante dos detritos, o historiador passa também a ser um produtor de

imagens de pensamento (*Denkbilder*) ou imagens dialéticas (*dialektische Bilder*), a concatenar fugidamente constelações relacionais entre o Outrora e o Agora. “As passagens aí (textuais, assim como a forma arquitetônica) são vistas como estrelas que compõe constelações, campos de força. São também, além disso, passagens móveis, que ora se aglutinam a uma ‘nebulosa’, ora a uma ‘galáxia’, ora fazem as vezes de ‘buracos negros’”. (SELLIGMANN-SILVA, 2009, p. 61) Diz-nos Benjamin (2018, p. 759, N 1.1) que “[...] o conhecimento existe apenas em lampejos [...]”, provocados pelo encontro das citações e pelo choque entre as imagens. Diferentemente do gesto do historiador apontado por Certeau, Benjamin reclama a produção não de cortes a separar o presente do passado, mas sim a instauração de interstícios relacionais entre os tempos a partir das imagens dialéticas. O modo de narrar do livro das *Passagens* seria, então, uma historiografia-montagem<sup>9</sup> que visa interromper o continuum da dominação, na medida em que reintroduz a contrapelo os detritos da história, de modo a forçar a criação de espaços lacunares, intervalos que possibilitam relações múltiplas, fugidias, heterogêneas. A partir da imagem benjaminiana – imagem dialética, imagem de pensamento –, a homogeneidade se desagrega. “A imagem não é a imitação das coisas, mas o intervalo tornado visível, a linha de fratura entre as coisas”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 126, grifo nosso)

## INTERVALO

Se o espaço intermediário [*Zwischenraum*] entre o Eu e o mundo exterior torna-se o substrato da criação artística, então são satisfeitas as premissas graças às quais a consciência dessa distância pode se tornar uma função social durável que, através da alternância de ritmo da identificação com o objeto e do retorno à sofrósina, indica o ciclo entre a cosmologia das imagens e aquela dos signos.<sup>10</sup> (WARBURG, 2018, p. 218, grifo nosso)

O modo específico de narrar por relações parece-nos importante não somente a Benjamin, mas a uma série de outros pensadores

e artistas do início do século XX atravessados pela experiência das guerras.<sup>11</sup> A montagem literária benjaminiana faz parte de um conjunto de práticas vanguardistas modernas que experimentaram a montagem como modo de pensar, fazer e narrar não limitada a um procedimento técnico, de composição e de narração, de maneira a associá-la com o próprio processo cognitivo do pensamento. Nessa direção, do trabalho de Aby Warburg, destacamos a tática bastante específica e singular de se colocar constantemente diante de espaços “entre” e zonas limiares como modo complexo do pensar, do fazer e do narrar a história.<sup>12</sup> A noção de intervalo (*Zwischenraum*) que o trabalho warburguiano, reconhecido por ele enquanto uma iconologia dos intervalos (*Ikonomie des Zwischenraums*), estimula-nos a intuir – esses lapsos temporais, fendas de sentido e linguagem ou brechas de tensão entre dois ou mais fragmentos que, com a montagem, são postos em aproximação pelo historiador, montador, colecionador – é crucial em uma possível teorização sobre um narrar por relações.

Sabemos que as primeiras intenções do projeto benjaminiano sobre as *Passagens* foram contemporâneas aos esforços empreendidos por Warburg na constituição de seu *Atlas* sobre a memória – *Atlas Mnemosyne*. Ambos os projetos permaneceram inacabados ou, de certo modo, mantiveram-se abertos, promovendo a reativação por aqueles que se lançam a explorá-los, de modo a afirmar a própria qualidade de uma história lacunar, incompleta, impura e aberta. “Seria ainda mais exato falar de ‘constelações’, no sentido de Walter Benjamin, sob a condição de insistir no caráter sempre *permutável* das configurações obtidas a cada vez”. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 389) Diferentemente da montagem literária benjaminiana, para Warburg, no caso do seu *Atlas*, os fragmentos são da ordem das imagens técnicas em diferentes suportes e fontes – fotografias de obras de arte, ampliações, de detalhes de obras, imagens cosmográficas, cartográficas, mapas, desenhos e esquemas variados, recortes de jornais e de revistas etc. Ao colocá-los em relação, Warburg atentava-se na análise dos próprios intervalos, no espaço de fundo que sobrava de seus painéis, no “entre” dos recortes justapostos, nas possíveis relações não estabelecidas *a priori*, mas que emergiam no próprio exercício da montagem.



A montagem proporcionava a Warburg as condições favoráveis à eclosão dos intervalos entre fragmentos heterogêneos: o meio e o lugar “entre”, por excelência, a possibilitar que as relações se edificassem. Didi-Huberman (2013, p. 417) insiste na ideia de intervalo (*Zwischenraum*) como “meio” e espaço de trabalho intermediário entre as imagens. Citado por Didi-Huberman (2018, p. 170), Warburg explica: “O que se encontra entre os dois, é o problema [e não a solução, a verdade encontrada]: impenetrável e apreensível talvez [...]”. Os intervalos – provisórios, instáveis e movediços – instauram condições para emergência de novos nexos, outras compreensões. Silencioso e à espreita daquilo ainda não posto em condição de existência, o intervalo passa a ser um espaço a abraçar as associações recém-estabelecidas, os choques ou tensões, as conexões inesperadas, outras constelações imprevistas, provocativas de uma série de inversões, rupturas, discontinuidades, anacronismos e sobrevivências na compreensão do que se procura entender e narrar a partir do que se monta. Do ponto de vista de quem narra, o modo de narrar por relações, através da montagem, portanto, teria como competência a própria construção de intervalos. O historiador, montador e narrador, procede a partir da atenção que se dá aos espaços existentes “entre” os fragmentos justapostos e do exercício imaginativo ao posicionar-se diante desses espaços, na sugestão e proposição de relações anteriormente não estabelecidas. Do ponto de vista do leitor aventureiro,<sup>13</sup> esse modo de narrar é aquele que esgarça as possibilidades de leitura da própria narração que se apresenta aberta ao múltiplo e que se faz ativa em função do labor da imaginação a animar os intervalos construídos.

Nesse sentido, o modo de narrar a história, tanto em Benjamin quanto em Warburg, que tem sua vitalidade engendrada a partir da atenção aos espaços intervalares, é aquele que tem como característica fundamental um horizonte desvinculado da pretensa reconstrução estanque e definitiva de uma ausência, de um passado separado ou de uma experiência anterior recente que, após narrada, estaria supostamente resguardada como intocada, invariável e não vulnerável à revisão. Pelo contrário, o que importa não é mais alcançar qualquer tipo de relação final fixa, mas sim compreender a história a partir de seu próprio processo aberto, que renuncia o gesto de fixar ou do encerrar.

Aproximamos ainda os modos narrativos relacionais empreendidos por Warburg e Benjamin com o pensamento rizomático de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011, p. 49), justamente por debruçarem-se sobre um “entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*”, zona intervalar indiscernível que é capaz de resguardar a energia do impreciso e intangível, a não designar “[...] uma correlação localizável que vai de uma [coisa] para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. Pensar o intervalo nesses termos não significa considerá-lo um vazio – uma região limiar não é uma zona despovoada, árida –, mas sim uma extensão tumultuada, turbulenta, indefinível, sempre a abrigar devires possíveis, o que não existe em presença, mas que se ergue enquanto potência. O deserto que se instaura em uma zona “entre” é justamente espaço povoado pela possibilidade do engendramento de devires, a abarcar o jogo dos possíveis e os fluxos que movimentam o vir-a-ser.

Modos narrativos impuros, ambulantes, inacabados e, junto com Deleuze e Guattari (2012a), propomos pensá-los também abertos ao devir em sua dimensão molecular, ao tomar o intervalo como dimensão de medialidade, como zonas de vizinhança ou de copresença.<sup>14</sup> Colocar-se diante dos intervalos trata-se não apenas de reconhecer relações entre os fragmentos, mas, sobretudo, perceber os movimentos que servem de limite a essas relações e apreendê-los a partir de sua movência. Ora, ao tomar a dimensão da origem (*Ursprung*) como saltos e recortes no tempo, a forma de narrar empreendida por Benjamin (2018) buscou reintroduzir os movimentos irruptivos e os levantes revolucionários a contrapelo do curso da história, justamente de modo a estilizar o *continuum* historicizante. É da ordem do heterogêneo, efêmero e movediço, que Warburg incessantemente procurou evidenciar todo tipo de migrações (*Wanderungem*) em seus esforços: as sobrevivências (*Nachleben*) e as lógicas dos afetos primevos (*Pathosformel*) – passíveis de reconhecimento em sua heterogeneidade ao longo dos tempos. Gestos narrativos assumem o intervalo de modo a construir, como as nebulosas e constelações, cartografias moventes e instáveis de linhas-devires.<sup>15</sup>

Desse modo de pensar e narrar, compreendemos que o que se encontra no intervalo é produção contínua de uma ordem inventiva, ou ainda ambulante, nômade, de desterritorialização constante, fundamental inclusive na constituição do que pode ser capaz de irromper e desestabilizar o que comumente se instala enquanto dado. Com Didi-Huberman (2018), aproximamos o pensamento nômade proposto por Deleuze e Guattari (2012b) e perpetuado enquanto uma “ciência menor”,<sup>16</sup> sempre atenta à complexidade inerente ao “entre” das coisas, com a iconologia dos intervalos<sup>17</sup> inventada por Warburg, justamente por fundamentarem-se na importância do heterogêneo. Uma ciência menor de pura multiplicidade e potência de metamorfose como uma máquina de guerra.<sup>18</sup> Diante disso, propomos pensar que a potência do intervalo, seja enquanto elemento fundamental à narração por relações que perpassa a confabulação de uma ciência nômade, seja como fator necessário ao engendramento de uma história a contrapelo, encontra-se justamente na abertura que o próprio intervalo instaura ao levante da imaginação.

## IMAGINAÇÃO

A imaginação não é a fantasia; tampouco a sensibilidade, mesmo que seja difícil conceber um homem imaginativo que não seja sensível. A imaginação é uma faculdade quase divina que percebe tudo primeiro, fora dos métodos filosóficos, das relações íntimas e secretas das coisas, das correspondências e das analogias. As honras e as funções que ele confere a essa faculdade lhe dão um valor tal [...], que um sábio sem imaginação só aparece como um falso sábio, ou pelo menos como um sábio incompleto. (BAUDELAIRE apud DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 20)

Ao pensar a complexidade narrativa abarcada por um atlas, desde seu sentido mais corriqueiro de um livro que não “[...] se lê como um romance, ou um livro de história ou um argumento filosófico, da primeira à última página” (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 17), até

a experiência de Warburg com *Mnemosyne*, Georges Didi-Huberman aponta-nos a imaginação como princípio e motor fundamental dessa “forma visual do saber” e “forma sábia do ver”, tanto ao seu engendramento quanto à sua exploração. O *Atlas* warburguiano, pensado como modo de narrar a história a partir da potência dos espaços intervalares e lacunares no exercício da montagem, leva-nos à questão da imaginação para além de sua configuração como capacidade cognitiva inerente aos mecanismos psicofísicos humanos, seja pela perspectiva de quem constrói a narração ou daquele que dela se aproxima no percurso do conhecimento.

Ao instaurar reflexão sobre a incorporação do imensurável, do instável e do inacabado nos modos de pensar, fazer e narrar, sobretudo no campo da história da arte, Didi-Huberman (2018) ajuda-nos a compreender a reivindicação de um lugar justo à imaginação nos processos de narração que se esforçam sobretudo pela produção de novos nexos e outros sentidos para a própria história. Enquanto movimentação do pensamento a produzir imagens, estimulada e ativada pela lógica dos intervalos, é da ordem da imaginação a formulação das imagens instáveis, moventes, impuras, que se erguem de sentidos outros capazes de desestabilizar, muitas vezes, consensos e narrativas tomadas como representações de um passado resolvido, estanque, congelado no tempo. Diante das narrativas que produzem cortes e, como nos aponta Certeau (2016), imobilizam o passado, a imaginação se faz tal qual o levante que denuncia os processos que invisibilizam e recalcam as disputas e os dissensos inerentes aos desdobramentos que compõem um acontecimento histórico.<sup>19</sup>

No campo da escrita da história, ao tecer considerações sobre a relação entre imaginação e memória, ao tratar da tarefa do historiador em narrar como presente um ausente anteriormente experimentado, Ricoeur (2007, p. 70) ajuda-nos a compreender a “[...] função da imaginação, que consiste em ‘pôr debaixo dos olhos’, função que podemos chamar ostensiva: trata-se de uma imaginação que mostra, que expõe, que deixa ver”. Do pressuposto da existência de uma experiência primeira, a imaginação ocupa-se do processo de transformação da própria pureza da lembrança originária em imagem de pensamento, esta que torna presente a existência de um anterior.<sup>20</sup> Pode ser tratada

essencialmente como uma “[...] operação de composição em imagens da ‘lembrança pura’” (RICOEUR, 2007, p. 68), assim como consiste o próprio esforço da recordação, o gesto da busca pela lembrança, a *anamnésis* para os gregos.<sup>21</sup>

Como considerou Bergson (2010), para evocar o passado sob forma de imagens, é preciso poder sonhar; ademais, quando o montamos e o remontamos por imagens, ele passa a nos ser lábil, instável, move-dição, sempre a ponto de nos escapar. Como a “condensação de uma nebulosa” ou a “materialização de um fenômeno etéreo”, transformar o passado em imagens para narrá-lo é o movimento da memória em ação, em contínuo trabalho, que não é a própria imaginação, mas que a tem enquanto tática operatória para formulação e atualização presente do outrora, a trazer, “[...] de certo modo, a lembrança para uma área de presença semelhante à da percepção”. (RICOEUR, 2007, p. 68) A imaginação a engendrar a memória é mecanismo que anima a presentificação da lembrança ao dar vida e uso ao que estava adormecido, assim como o hábito reposiciona e desloca no tempo a lição uma vez no passado aprendida: “[...] faz parte de meu presente do mesmo modo que meu hábito de andar ou escrever, ela é vivida, é ‘agida’ [...]”. (BERGSON, 2010, p. 226)

Se é, portanto, por meio das montagens por imagens que o passado se faz reverberar no presente, o que Ricoeur (2007) pontua como questão delicada ao campo da escrita da história é a própria qualidade do referente de passado incrustado nas imagens produzidas. O historiador seria aquele que se mantém preocupado com o fato de que, nesse processo de “tornar-se-imagem da lembrança”, as capacidades da imaginação e da rememoração naturalmente se confundem e acabam por afetar “[...] a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa da memória” (RICOEUR, 2007, p. 26), pretensão do próprio campo em certo sentido. Entretanto, Ricoeur (2007) orienta o historiador que a avidez pela validade denunciativa do passado, através da memória, sobretudo nos processos relativos à transformação das narrativas memorialistas em documento histórico, não pode deixar escapar à consciência o entrelaçamento inevitável das capacidades sensíveis da rememoração e da imaginação. Lembrar-se não é acolher ou receber uma imagem que traz o passado de forma impressa, mas

é ato produtivo, é fazê-la também por meio da imaginação. “O historiador empreende ‘fazer história’, como cada um de nós se dedica a ‘fazer memória’. O confronto entre memória e história se dará, quanto ao essencial, no nível dessas duas operações indivisamente cognitivas e práticas”. (RICOEUR, 2007, p. 72)

Quando Didi-Huberman destaca a imaginação a animar o próprio legado de Warburg relativo à tentativa de construção de outros modos de pensar a própria história, o passado e sua vitalidade no presente, a incorporar o imensurável, a aceitar o instável e a admitir o inacabado, na contramão da “[...] linearidade do tempo positivista, da ideia de progresso e cronologia linear, ao mostrar, por montagens, o inevitável cruzamento, o choque, entre tempos heterogêneos [...]” (JACQUES, 2018, p. 221), destaca-se assim, sobretudo, a imaginação enquanto capacidade imanente, em contínua atividade nos exercícios de narração da história. Também se, por um lado, a prática heterológica da história é a operação da própria invenção escrituária concentrada no desafio de se posicionar diante de uma ausência, conforme vimos com Michel de Certeau, e se, por outro lado, Walter Benjamin nos mostra que escrever a história é dar justo uso aos cacos, aos fragmentos e aos restos do passado tocados no presente pelas mãos do historiador de modo a reintroduzir a diferença, concatenar imagens dialéticas e estilhaçar homogeneizações, o que nos parece fundamental indicar sobre um modo de narrar por relações é a proposição da própria imaginação enquanto operação tática errante que movimentava a construção relacional dos tempos.

Ora, é inevitável lembrarmos que a imbricação entre rememoração e imaginação, enquanto questão filosófica, é assunto complexo que “assombra” os esforços do pensamento ocidental. Diante da inquietude da razão em relação aos “poderes” inauditos da imaginação, uma longa tradição filosófica maturou a tendência de alocar a imaginação como modo produtor de um conhecimento inferior. A imaginação, muitas vezes condenada, viu-se associada a uma dimensão sensível do corpo apartada das operações da ordem do intelecto, de polaridade contrária às formulações da razão.<sup>22</sup> Espinosa, quando propôs a não separação entre corpo e mente no século XVII, contrário ao cartesianismo que acentuava a oposição entre imaginação e razão, embora entendesse

a imaginação por si só como um primeiro gênero de conhecimento, desestruturou a própria tradição ao apontar em sua ética e ciência dos afetos – ou na formulação do que ele chamou de “ciência intuitiva” – a inexorável indissociabilidade entre a constituição psicofísica das imagens e a construção lógica das noções do entendimento.

Quando passamos a encarar imaginação e razão enquanto instâncias inteiramente coimplicadas, estabelecemos como pressuposto a indissociabilidade também: entre o saber-fazer e o saber-pensamento; entre os gestos técnicos, operatórios e as categorias inteligíveis e conceituais; entre as narrativas míticas, paisagens oníricas e o conhecimento científico e pragmático. Trata-se, antes de mais nada, do exercício de superação do dualismo instaurado por uma tradição racionalista, a possibilitar que se sustente a complexa afirmação de que “A imaginação está na encruzilhada exata do sensível e do inteligível”. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 56) Não entendida enquanto oposição à loucura, tampouco em equivalência inequívoca, mas sim ao resguardar as relações possíveis de proximidade com ela, a imaginação parece ser capaz de descobrir razões que a própria razão ignora, “[...] como cogitarão, entre outros, Goethe ou Baudelaire, Benjamin ou Bataille –, eis o que complica singularmente toda teoria do conhecimento”. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 46)

Imaginação: palavra perigosa (assim como já o é a palavra imagem). Mas é preciso repetir, com Goethe, Baudelaire ou Walter Benjamin, que a imaginação, por mais desconcertante que seja, não tem nada a ver com uma fantasia pessoal ou gratuita. Ao contrário, é um conhecimento transversal que ela nos oferece, por sua potência intrínseca de montagem que consiste em descobrir – ali mesmo onde ela recusa os laços suscitados pelas semelhanças óbvias – laços que a observação direta é incapaz de discernir [...]. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 20)

A operação que podemos de forma mais justa compreender, quando afirmamos a imaginação a animar os intervalos diante da tarefa de narração do passado, é aquela que vê nos próprios riscos do sensível a “inesgotável abertura aos possíveis ainda não dados”, o ensejo ao não esgotamento lógico das possibilidades. Tal qual o “pensamento


mágico” de um adivinho,<sup>23</sup> utilizar-se da imaginação é ir em busca de um conhecimento engendrado pelas imagens capazes de antecipar a própria ação e seus desdobramentos nos tempos, de modo a tornarem visível aquilo que não se via, a contemplação do que se constitui enquanto devir. Não à toa, por definição, como Paul Ricoeur (2007) ajuda-nos a compreender, a imaginação é ação produtiva a engendrar as imagens que tornam possível a experiência perceptiva dos tempos e das afeições, vinculada à produção ativa e criativa do próprio conhecimento de mundo.

Portanto, uma narração que se dá pela construção de relações entre fragmentos diversos e múltiplos, a nos aproximar da prática tanto de Warburg quanto de Benjamin, deve considerar a imaginação justamente como mecanismo inventivo e capacidade produtiva que se expande desde o campo do pensamento até o campo da práxis, a ocupar-se das zonas de tensão que emergem entre um fragmento e outro, também dos lapsos de sintaxes abertos por sobrevivências e resistências aos processos homogeneizantes da escrita da história. (CERTEAU, 2017) Ao narrar por relações, o historiador, diante das imagens de pensamento e ao colocá-las em uso na prática de narrar a história, serve-se da imbricação entre rememoração e imaginação, de modo a exercer o gesto imaginativo do ponto de vista de suas potencialidades, a animar os espaços “entre”, as zonas intervalares. O próprio exercício intelectual passa a ser aquele que considera a condição de inesgotabilidade da imaginação, atento à impureza e à abertura aos riscos do sensível e das possibilidades e limites da ficção.

Narrar por relações, assim, ao levar em consideração a imaginação, constitui-se enquanto ação desencadeadora das associações e conexões entre elementos díspares e dispersos no tempo, mas dispostos lado a lado pelo labor imaginativo, de modo a animar e tornar vivos os espaços intervalares engendrados entre os diferentes elementos postos em relações de diferenças. A imaginação movimenta a fertilização da própria ciência errante, nômade, como motor que anima a concatenação de novos nexos e sentidos moventes, potentes, desestabilizadores, provocadores de rachaduras no que se considerava consolidado, a abrir brechas e fazer extravasar passados recalçados, atualizando-os como lampejos que disparam outras e novas possibilidades de futuros.



Dito isso, é no sentido da narração por relações que compreendemos os esforços imaginativos a movimentar os trabalhos de pesquisa e escrita que permeiam a elaboração e contínua atualização da plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico. Ao assumirmos o modo relacional do narrar, no gesto de debruçarmo-nos sobre imagens de pensamento junto à imaginação como impulso, concatenamos constelações fugidias e “nebulosas” (PEREIRA, 2018) – de gênese errante, nômade e vagante – que atravessam a narração dos próprios acontecimentos históricos, de modo a tecê-los e a, continuamente, flexioná-los, abrindo intervalos e fazendo fraturar noções e entendimentos homogeneizados sobre o pensamento urbanístico.



## NOTAS

- 1 Tomando como pressuposto a proposta que o presente tomo traz de tecer discussões em torno dos modos de narrar, o grupo de pesquisa Laboratório Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidiu, ao longo de 2019, colocar em relação a Cronologia do Pensamento Urbanístico e uma outra pesquisa coletiva em desenvolvimento: o Arquivo Laboratório Urbano – pesquisa que se debruça sobre as produções e discussões teórico-metodológicas do grupo ao longo de seus anos de existência. Da relação entre as duas pesquisas, também a partir das provocações do professor e pesquisador Washington Drummond – do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – sobre a dimensão heterológica da história, o próprio problema da narração emerge como elemento determinante para ambas, atravessadas sobretudo por questões em torno da memória, quer seja a partir de uma experiência urbana imbuída de sua dimensão singular – de invenções, dissoluções e falências de si – ou de um acontecimento histórico em sua dimensão mais coletiva. A aproximação das pesquisas, o intervalo que se instaura desse movimento relacional, põe em evidência um horizonte investigativo que, de maneira desafiadora, confronta temas como a historiografia do pensamento urbanístico, as circulações das ideias, a memória coletiva, as escritas históricas e as operações historiográficas com debates mais direcionados aos modos de apreensão das experiências urbanas, à memória involuntária, aos traumas, aos testemunhos, às narrativas urbanas, aos gestos e aos tempos na cidade. É válido, de antemão, ressaltarmos que a escritura do texto presente se desencadeia principalmente a partir das discussões levantadas do exercício inicial de se instaurar um espaço relacional entre as duas pesquisas. Tentamos, neste momento, portanto, amadurecer algumas noções e ideias trabalhadas coletivamente em reuniões semanais do Laboratório Urbano no ano de 2019, de modo a nos trazerem luz no exercício de pensarmos a narração por relações.
- 2 A plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico (disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br>) visa tornar pública, através de seu dispositivo técnico, parte dos esforços investigativos das diversas equipes e pesquisadores nela envolvidos. Os modos de narração apresentados pela plataforma e suas reflexões teóricas, práticas e técnicas, completamente indissociáveis, são discutidos no conjunto dos três textos desenvolvidos pela equipe da UFBA que compõem neste livro o “Narrar por relações”: I. “O fragmento, o intervalo, a imaginação”, em “Intrigas”; II. “Aventuras através de histórias da Cronologia do Pensamento Urbanístico”, em “Vestígios”; e III. “Uma navegação errante entre nebulosas”, em “Desvios”. Assim, evidenciamos a possibilidade de uma leitura conjunta dos três textos, que se complementam e dialogam entre si.
- 3 A montagem, enquanto procedimento técnico e modo do pensamento, busca desvendar ou revelar os nexos ocultos de possibilidades ainda não dadas, ou escondidas nos

detalhes, como diria Warburg, e nos intervalos ou limiares, como diria Benjamin, entre os mais diversos fragmentos heterogêneos. “O importante não seria qualquer tipo de resultado final fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar. A partir dos diferentes intervalos – entre as diferentes remontagens de um mesmo painel, entre as montagens de diferentes painéis e também entre as imagens de cada montagem –, podem surgir outros nexos, a partir de associações, choques ou tensões entre as imagens, podem emergir relações inesperadas, outras constelações imprevistas, provocando uma série de deslocamentos, inversões, rupturas, descontinuidades, emergências, anacronismos e sobrevivências”. (JACQUES, 2018, p. 212-213)

- 4 Aproximamos as considerações de Michel de Certeau com as provocações acerca do conceito de “lugar de falha” feitas por Washington Drummond durante as reuniões do grupo Laboratório Urbano em 2019. A expressão “lugar de falha” foi uma sugestão do poeta Orlando Pinho em conversa com Drummond. Sobre as relações entre sujeito, narração e história, consultar o capítulo “Caleidoscópio: processo de pesquisa”, disposto no tomo 1 (*Experiência, apreensão, urbanismo*) da coleção *Experiências metodológicas para compreensão da cidade contemporânea* (2015), de Jacques e Drummond, além do capítulo “As cenas do sujeito e da narrativa”, presente no tomo 4 (*Memória, narração, história*) da mesma coleção.
- 5 “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento da barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. (BENJAMIN, 2011, p. 245)
- 6 “Trata-se muito mais de designar, com a noção de *Ursprung*, saltos e recortes inovadores que estilham a cronologia tranquila da História oficial, interrupções que querem, também, parar esse tempo infinito e indefinido, como relata a anedota dos franco-atiradores (Tese XV), que destroem os relógios na noite da Revolução de Julho: parar o tempo para permitir o passado esquecido ou recalçado surgir de novo (*Entspringen*, mesmo radical que *Ursprung*) e ser assim retomado e resgatado no atual”. (GAGNEBIN, 2013, p. 9-10)
- 7 Outra questão ligada ao fragmento é seu foco micrológico, microbiano, seu caráter de miniatura – Siegfried Kracauer chega a pensar, em suas crônicas nos jornais sobre o cotidiano da grande cidade, como “miniaturas urbanas” –, como uma pequena parte de algo maior – mas sem pretender qualquer totalidade – ou um breve instante de uma situação qualquer. Trata-se de uma pequena peça de uma construção contínua feita por pedaços e vazios (intervalos), que fazem parte de um jogo maior, fragmentário: o próprio processo de montagem.
- 8 A partir de Walter Benjamin, a ideia do caleidoscópio foi trabalhada por Jacques e Drummond (2015) no capítulo “Caleidoscópio: processo de pesquisa” do tomo 1 (*Experiência, apreensão, urbanismo*) da coleção *Experiências metodológicas para compreensão*

da cidade contemporânea. No tomo 4 (*Memória, narração, história*) dessa mesma coleção, também foi trabalhada a ideia de montagem no capítulo “Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo”.

- 9 “O processo de montagem, para Benjamin, era uma outra forma de narrar, de escrever a história – e, assim, propor uma outra teoria da história –, de ‘erguer as grandes construções (historiográficas) a partir elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão’, mas também de narrar a história de uma cidade. Seja na montagem literária, seja na montagem historiográfica ou, ainda, na montagem urbana, associações improváveis proporcionam choques entre ideias diferentes, a partir de diferentes citações ou de diferentes tempos e espaços”. (JACQUES, 2018, p. 215)
- 10 Esta passagem foi retirada da introdução do projeto warbuguiano, *Atlas Mnemosyne*, de 1929, e sobre ela ressaltamos que *Zwischenraum*, traduzido em versão brasileira como “espaço intermediário”, pode também ser entendido enquanto “intervalo”. A concepção de *Zwischenraum* é de fundamental importância para o historiador alemão, chegando a figurar em nota, como subtítulo de seu projeto – *Ikonomie des Zwischenraums*, iconologia dos intervalos, como nos rememora Georges Didi-Huberman (2013).
- 11 “É um pouco como se, historicamente falando, as trincheiras abertas na Europa da Grande Guerra tivessem suscitado no domínio estético, bem como nos das ciências humanas – pensemos em George Simmel, Sigmund Freud, Aby Warburg, Marc Bloch –, a decisão de mostrar por montagem, por deslocamentos e recomposições de todas as coisas”. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 80)
- 12 Rememoramos o reconhecimento do próprio Benjamin para com Warburg, enquanto “[...] pesquisador judeu, isolado, sem cátedra – tendo sido negada a ambos a habilitação universitária –, perfeitamente anacrônico em seu interesse não positivista pelos ‘restos da história’, em sua busca não evolucionista dos ‘tempos perdidos’ que estremecem a memória humana em sua longa duração cultural”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 106)
- 13 O texto “Narrar por Relações II: aventuras através de histórias da Cronologia do Pensamento Urbanístico”, que compõe a seção “Vestígios” deste tomo, aborda com mais profundidade a questão da aventura no percurso do leitor, de acesso ativo e criativo, através das narrativas que lhe são apresentadas.
- 14 “Uma linha de devir só tem um meio. O meio não é uma média, é um acelerado, é a velocidade absoluta do movimento. Um devir está sempre no meio, só se pode pegá-lo no meio. Um devir não é nem um nem dois, nem relação de dois, mas entre-dois, fronteira, ou linha de fuga, de queda, perpendicular aos dois. Se o devir é um bloco (bloco-linha), é porque ele constitui uma zona de vizinhança e de indiscernibilidade, um no *man’s land*, uma relação não localizável arrastando os dois pontos distantes ou contíguos levando um para a vizinhança do outro, – e a

vizinhança-fronteira é tão indiferente à contiguidade quanto à distância”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 96)

- 15 Recuperamos a imagem das nebulosas a partir do que propõe Margareth Pereira (2018) em “Pensar por nebulosas”, texto presente no *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar*.
- 16 “Há sempre uma corrente graças à qual as ciências ambulantes ou itinerantes não se deixam interiorizar completamente nas ciências régias reprodutoras. E há um tipo de cientista ambulante, que os cientistas de Estado não param de combater, ou de integrar, ou de aliar-se a ele sob a condição de lhe proporem um lugar menor no sistema legal da ciência e da técnica”. (DELEUZE, GUATTARI, 2012b, p. 43)
- 17 “[...] a ‘iconologia dos intervalos’ inventada por Aby Warburg mantém com a história da arte que a precede as mesmas relações que a ‘ciência nômade’ – ou ‘excêntrica’, ou ‘menor’ – mantém, nos Mil Platôs, com a ‘ciência real’, ou ‘ciência do Estado’ [...] Enquanto Panofsky propunha ainda uma ciência do *compars* em busca da ‘forma invariável dos variáveis’, Warburg já propunha essa ciência do *dispars*, que Deleuze e Guattari encaram dinamicamente”. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 79-80)
- 18 “Faz valer um *furor* contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho”. (DELEUZE, GUATTARI, 2012b, p. 13)
- 19 Como já mencionamos, é através da plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico, pela prática contínua de pesquisa e de produção de verbetes, que evidenciamos a construção de uma historiografia do pensamento urbanístico atravessada pelos debates teórico-metodológicos que apontam a imaginação como motor à produção de novos sentidos históricos. Nesse sentido, salientamos que o texto “Narrar por relações III: uma navegação errante entre nebulosas”, que compõe a seção “Desvios” deste tomo, aborda com detalhamento a imbricação entre os debates aqui trazidos e a contínua produção publicizada pela plataforma *web*.
- 20 Para pensar essa imagem que se constrói, Paul Ricoeur (2007) indica-nos sobretudo a definição de Henri Bergson (2010, p. 1): “[...] uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa – uma existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’”. Esse “entre” que caracteriza a natureza da própria imagem não é, portanto, o passado autêntico ou sua restituição fidedigna, mas produtividade fugidia a possibilitar a experiência dos tempos, como já vimos também com a imagem dialética em Benjamin. A abordagem de Edmund Husserl também é oportuna, porque, como explica-nos Ricoeur (2007) acerca da confusão terminológica entre reapresentação e representação – *Vergegenwärtigung*, presentificação, traduzido também por “re-(a)presentação” e comumente confundido como “representação” –, permite compreendermos a imagem enquanto um modo outro

da presença: é uma presentificação, uma re-(a)presentação, atualizada, marcando variedades temporais do gesto de tornar presente. “A melodia há pouco ouvida ‘em pessoa’ é agora rememorada, re-(a)presentada”. (RICOEUR, 2007, p. 52)

- 21 “[...] os gregos tinham dois termos, *mnémé* e *anamnésis*, para designar, de um lado, a lembrança como aparecimento, passivamente no limite, a ponto de caracterizar sua vinda ao espírito como afecção – *pathos* –, de outro lado, a lembrança como objeto de uma busca geralmente denominada de recordação, *recollection*. A lembrança, alternadamente encontrada e buscada, situa-se, assim, no cruzamento de uma semântica com uma pragmática. Lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança”. (RICOEUR, 2007, p. 24, grifo do autor)
- 22 Em oposição à imaginação, a razão estaria incumbida, pela tradição filosófica, por resguardar uma “verdadeira” apreensão e noção do que se pretende inteligível. Em relação às revisões modernas da própria tradição platônica, Didi-Huberman (2018, p. 18) comenta: “[...] as coisas (*Sachen*, em alemão) só encontram sua razão, suas explicações, seus algoritmos em causas (*Ursachen*) corretamente formuladas e deduzidas, por exemplo, na linguagem matemática. Tal seria, resumidamente, a forma padrão de toda ciência. A desconfiança de Platão em relação aos artistas – esses perigosos ‘fazedores de imagens’, esses manipuladores da aparência – não impediu, contudo, que a estética humanista retomasse, por sua vez, todo o prestígio da Ideia, como Erwin Panofsky bem o mostrou”.
- 23 Como conta-nos Didi-Huberman (2018), com base nas análises de Jacques Vernant sobre a psicologia das adivinhações, o adivinho é aquele que faz da visibilidade de um objeto contemplado o suporte para que se entrevejam outras coisas que ainda nos escapam. O próprio objeto sobre o qual se debruça, “[...] a coisa enquanto unidade visível dá lugar a um sistema de múltiplas ‘relações figurais’ em que tudo o que é visto só o é por desvios, relações, correspondências e analogias”. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 54) Enquanto prática que prevê os tempos, a adivinhação foi transformada em meio a se obter um conhecimento menor, obscurecida pelas teorias positivistas ou neoevolucionistas e associada ao ocultismo e à “confusão das ideias” levantadas pela “loucura” da imaginação. A própria figura do filósofo herdeiro de uma tradição racionalista pretendeu justamente distinguir sua prática tanto da arte do adivinho quanto ainda do delírio do louco, aquele que estaria incapaz de se desvencilhar da produção das imagens sensíveis. Ao repensar a própria noção de “pensamento mágico” ou “pensamento mítico”, Didi-Huberman (2018) comenta que Émile Durkheim e Marcel Mauss, em trabalho de 1903, observaram a partir dos ritos e dos mitos que essa forma do pensar, muitas vezes associada ainda a um movimento primitivo, rudimentar e limitado da constituição das ideias, de fato não se aproxima em nada de um funcionamento simples e elementar, mas, pelo contrário, recobre “operações mentais muito mais complexas” em relação àquelas formas tradicionais que busca as invalidar. “É falso, então, simplesmente, abordar o pensamento mágico, a adivinhação, por exemplo, apenas sob o ângulo da confusão ou do *contágio* empático oposto a toda distinção conceitual”. (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 56)

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a. v. 4.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b. v. 5.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou o gaio saber inquieto: o olho da história*, III. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história*, I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 206-234.

JACQUES, Paola Berenstein; DRUMMOND, Washington (org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea* Salvador: Edufba, 2015. t. I - Experiência, apreensão, urbanismo.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração*: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PEREIRA, Margareth. Pensar por nebulosas. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 236-261

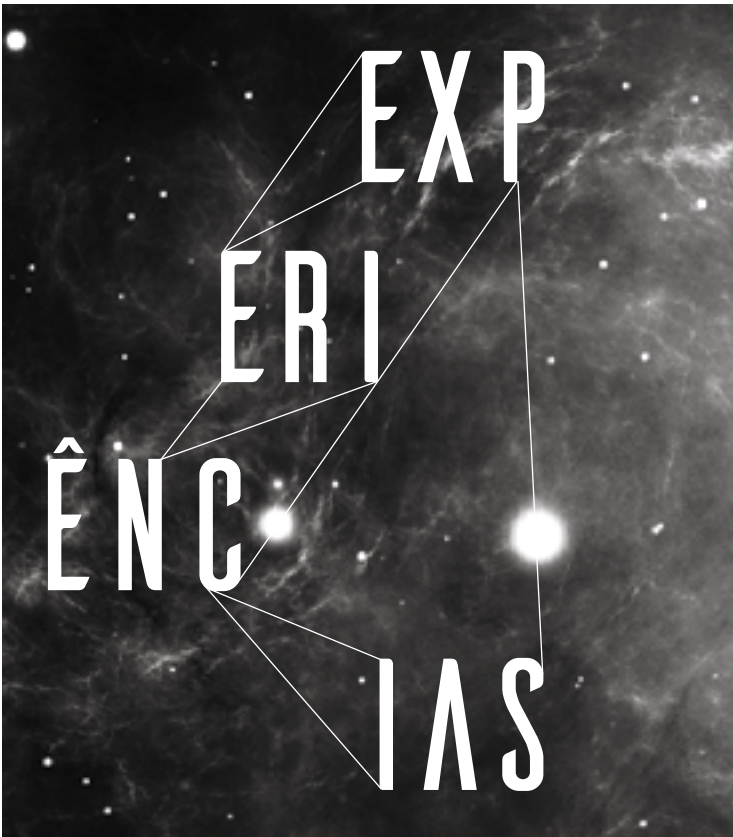
RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

WARBURG, Aby. Mnemosyne, o Atlas das imagens: introdução. In: FERNANDES, Cássio. *A presença do antigo*: escritos inéditos - volume 1. Campinas: Ed. UNICAMP, 2018. p. 217-229.



N A R R A R P O R



EXP  
ERI  
ÊNC  
IAS

N A R R A R  
P O R  
E X P E R I Ê N C I A S

*Intrigas, história e cidade*



A N A  
C L A U D I A  
V E I G A D E  
C A S T R O



J O A N A  
M E L L O D E  
C A R V A L H O  
E S I L V A



J O S É  
T A V A R E S  
C O R R E I A  
D E L I R A

**P**assei uma noite horrível. Sonhei que vivia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. [...] Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Eu estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. (JESUS, 2017, p. 39)

Nosso terreno foi comprado de Dona Angélica Aguiar de Souza. [...] A casa de Dona Angélica, na Avenida Angélica, era vermelha, de estilo europeu; ela trouxe um arquiteto estrangeiro para construir. O que me fascinava era a torrinhinha do palacete, toda de vidros coloridos com uma grade em roda. Ali morava a virgem das geleiras. Ali pousava o príncipe transformado em falcão para vê-la. Eu espiava a torre, da janela do porão de minha casa: era meio sumida no meio das árvores porque tinha um grande jardim na frente e um lago com cisnes. (BOSI, 1979, p. 234)

Trezentos e dezoito, trezentos e dezesseis... É ali. Rua das Tulipas, 316. Casa com jardim, repuxos, garage... sim senhor, uma bela casa. Ainda desta vez meu faro não me enganou. Bem que quando vi ontem aquele velhote, pensei com meus botões: esse sujeito tem dinheiro. Ele entrou na minha sala com um ar assim vago de visitante de museu. Ofereci-lhe uma cadeira mas ele não quis se sentar. Ficou defronte da mesa, muito empertigado, muito distinto. Então pensei: todas as manhãs ele faz ginástica para não engordar e apesar de ficar de língua para fora, não se recusa a subir uma ladeira. Era dos tais que devia andar com uma tabuleta dependurada no pescoço: 'Tenha sempre vinte anos!'. (TELLES, 1949, p. 25)

A história da cidade é campo de intrigas. Histórias que se enovelas umas nas outras, emaranhado de experiências, olhares, enredos, tramas de coisas às vezes registradas por escrito, modelando visões de mundo ou imagens influentes, às vezes ditas reservadamente, em escritos íntimos, ou se espalhando boca a boca com a sonoridade do burburinho, a rapidez do diz-que-me-diz. “Intriga” vem do latim *intricare*, “entrelaçar, emaranhar, embaraçar”, formado por *in-*, “em”, mais *trica*, “brinquedo, perplexidade, truque”. Do latim também veio “maledicência”, formada por *male*, “mal”, e *dicere*, “dizer, falar”. (INTRIGA, 2010) Na edição de 1913 do dicionário de Candido de Figueiredo, lê-se: “*Intriga*, f. Enredo secreto. Cilada. Traição. Bisbilhotice. Enredo de uma peça literária (De *intrigar*)”; e “*Intrigar*, v.t. Enredar ocultamente. Envolver em mexericos. Indispor. Inimizar. Excitar a curiosidade de. V.i. Armar enredos ou mexericos. (Do lat. *intricare*)”. (FIGUEIREDO, 1913, p. 973) Caldas Aulete (1881, p. 993) acrescenta: intrigar é “Enlear, por em confusão, tornar perplexo, excitar fortemente a curiosidade de”. Houaiss (2001, p. 1639) sugere ainda que seu primeiro uso em português veio das *Cartas* de José da Cunha Brochado, de 1696, detalhando entre seus significados: “Aquilo que é falado ou comentado reservadamente, ou espalhado como boato ou suposição” e também “Conjunto de peripécias imaginadas pelo autor de uma peça dramática, de um romance, de um filme etc.”. O termo possui, portanto, essa dupla acepção, mas seja como maledicência, seja como enredo, sua dimensão discursiva se impõe e supõe efeitos.

No texto que escreveu sobre o estranho memorial redigido por Pierre Rivière, um relato autobiográfico sobre a vida em família, as maldades, artimanhas e mexericos de sua madrasta e, especialmente, sobre o parricídio que ele cometeu nos anos 1830, Michel Foucault observou o emaranhado de narrativas que o manuscrito provocou entre os magistrados, psiquiatras e jornalistas que escreveram sobre o caso. Filiando-se a toda uma família de narrativas populares de crimes inesquecíveis, sua função era sempre “mudar de escala, aumentar proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração”, fazendo entrar na narrativa

elementos, personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos que na maioria das vezes aí não têm lugar por carência de

dignidade ou importância social [...]. É preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e sua monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens. (FOUCAULT, 1977, p. 215-216)

Mas, se qualquer evento fosse digno da história, ela não correria o risco de se tornar um caos, uma mera disseminação indiferente de particularidades? Foi essa a questão levantada por Paul Veyne acerca do que deveria ou não interessar à história: “A vida de um camponês do Nivernais teria a mesma importância do que a de Luís XIV”? Esse barulho de buzinas que vem, nesse momento, da avenida equivaleria a uma guerra mundial”? (VEYNE, 1995, p. 27) Sua resposta não deixa dúvidas: “a história não se interessa pela originalidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade; [...] não existem tantos fatos como grãos de areia”. (VEYNE, 1995, p. 27) Mais importante do que os fatos em si – que não existem isoladamente – eram sua organização, suas ligações objetivas, seu enredo, sua intriga: “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência. [...] Algo tão humano quanto um drama ou um romance”. (VEYNE, 1995, p. 28) E essa “trama” ou intriga não deveria se organizar necessariamente em uma sequência cronológica, até porque o mundo dos eventos históricos não coincide com a história enquanto gênero narrativo. (VEYNE, 1995, p. 17) Sua incessante ampliação jamais conduziria a uma história total, ela mesma uma falácia, mas a romper com a exclusividade dos grandes eventos, tidos como únicos fatos históricos legítimos, de modo a “desbravar uma imensa extensão do não-factual”, isto é, daqueles eventos ainda não consagrados como factuais, de cuja historicidade ainda não teríamos consciência.

Operando, pois, sem as hierarquias tradicionais entre o factual e o não factual, entre o macro e o micro, eram os próprios critérios eleitos pelo historiador o antídoto ao caos de toda pretensão de totalidade. Se não se tratava de aderir à ideia de uma história factual, tampouco era o caso de apenas alargá-la para abarcar a história de tudo o que compunha a vida de todos os homens. A ideia de uma história total,

nesses termos, era tão fugidia quanto a “agitação de uma grande cidade vista de um avião”.<sup>1</sup> (VEYNE, 1995, p. 24) Dito de outra forma, nem aquilo que “de fato” aconteceu poderia ser confundido com sua “série”, como cada acontecimento só faria sentido no interior de uma série eleita, o número de séries possíveis permanecendo tão indefinido quanto aquilo que poderia vir a ser a história no futuro.

A ideia deste capítulo é repensar a história urbana como intriga, isto é, ultrapassando a pretensão de totalidade por meio desse duplo jogo entre o histórico e o trivial, o factual e o não factual na concepção e produção material das cidades, nas maneiras de experimentá-las, percebê-las, representá-las. Partindo de um conjunto de narrativas não especializadas, ou não especificamente voltadas à sua explicação ou descrição histórica, análise, planejamento ou edificação material – como escritos ficcionais, diários, memórias ou autobiografias –, nosso intuito é discutir alguns de seus rendimentos historiográficos, de seus procedimentos e alvos, de suas premissas e sugestões para a escrita histórica da cidade.

É importante, antes de avançarmos, frisar que não trabalhamos com fronteiras demasiado rígidas entre história urbana, da cidade, da urbanização ou do urbanismo, motivo, aliás, de uma querela especial no Brasil desde o início dos anos 1990, quando um campo especializado de pesquisa começou a estruturar-se nacionalmente, enraizando-se nas faculdades de arquitetura e urbanismo. Já em um dos primeiros balanços da produção nacional especializada, observava-se a difícil articulação das variáveis espaço e tempo ou, antes, entre tempo histórico e tempo disciplinar nos trabalhos que vinham sendo apresentados em seminários promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). (FERNANDES; GOMES, 1998) Ainda que reconhecesse a fragilidade teórica da produção, o balanço mostrava-se indiferente a esforços paralelos que há muito vinham sendo desenvolvidos em outros fóruns, redes e disciplinas.<sup>2</sup> Seja como for, já na segunda edição do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), realizado em Salvador em 1993, abandonava-se a designação inicial de “Seminário de História Urbana”, talvez em busca de uma especificidade disciplinar ou em resposta à preocupação dos participantes

“com os aspectos mais intrinsecamente relacionados à materialidade da cidade, às definições projetuais e às especificidades da profissão”. (GOMES; PINHEIRO, 2005, p. 20)

A discussão se tornaria ainda mais explícita em sua sétima edição, em 2002, quando se priorizou a realização de grandes balanços historiográficos dos estudos especializados em distintos países: “Vistas na perspectiva abrangente que esse conjunto de textos permite, notam-se indefinições que remetem a territórios e fronteiras ainda não muito bem demarcados”, observavam seus organizadores. (GOMES; PINHEIRO, 2005, p. 13) Continuavam a dominar nesse circuito as análises históricas das formas urbanas, dos processos materiais de urbanização, das redes urbanas, das questões espaciais, fundiárias e imobiliárias, da habitação, principalmente da habitação proletária, das políticas habitacionais e urbanas, da administração pública e legislação, e especialmente dos planos urbanísticos ou territoriais e da atividade do planejamento enquanto disciplina e profissão, em seus compromissos e dinâmicas próprios, de circulação e aplicação de ideias e modelos, assim como de trajetórias profissionais e intelectuais que ensinaram.

Mais recentemente, ao lado da constante interpelação historiográfica, teórica e metodológica no campo, e seguindo desenvolvimentos paralelos entre os estudos urbanos e os próprios impasses do planejamento, tornou-se visível, no âmbito da Anpur, do SHCU ou da pesquisa em arquitetura e urbanismo, a emergência de temas ligados ao cotidiano, aos modos de vida, às culturas e representações das cidades, vistos não só como formas de apropriação, mas de produção do espaço urbano, senão de urbanismos. Ao mesmo tempo que tais temas vêm produzindo deslocamentos importantes nas fronteiras tradicionais da historiografia especializada, eles também vêm enfrentando problemas de natureza temporal, documental e narrativa.

Uma dessas iniciativas é justamente a Cronologia do Pensamento Urbanístico – que deu origem ao conjunto de livros *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*, do qual este é o terceiro tomo. O projeto defende a “natureza plural da vida em cidade”, reconhecendo o urbanismo mais como “um campo de convergência de saberes do



que um ‘campo’ disciplinar”. (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 11) Mas não só: buscando ultrapassar a limitação da ideia de cronologia como linearidade do tempo, propõe trabalhar com as “continuidades, emergências, rupturas, reiterações, assim como com os discursos e silêncios que atravessam espacial e temporalmente os modos de conceber a vida em cidades”,<sup>3</sup> (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 12) como que deslizando de um plano a outro, de um tempo a outro, “como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, uma análise espectral”. (VEYNE, 1995, p. 28) Alargando, assim, tanto a compreensão do urbanismo e da cidade como a abordagem do tempo a partir da Nova História, a tendência dialoga com os desenvolvimentos de uma hermenêutica urbana:

o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a cidade está inteira no presente. Ou melhor, ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apoia toda a carga temporal. (LEPETIT, 2001, p. 14)

Ora, essa compreensão converge com a leitura da cidade como objeto complexo, polissêmico, multifacetado, que “é artefato, é campo de forças e é imagem”, como sintetizaria o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1996, p. 148-149, grifo do autor):

A cidade é *artefato*, coisa complexa, fabricada, historicamente produzida. O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos, equipamentos, arranjos gerais, etc., todavia, foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar. [...] Mas, além de artefato, coisa material produzida pelas práticas sociais e por toda a atuação de um complexo *campo de forças*, a cidade é também *representação*. [...] O conceito de representações sociais dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar outros ingredientes,

como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memória, ideologia, valores, expectativas, etc.<sup>4</sup>

Desfaz-se, portanto, a oposição hierárquica entre a suposta “objetividade” das produções materiais e a “subjetividade” das forças e representações nelas implicadas, doravante compreendidas como dimensões inexoráveis, sempre presentes e em constante interação.

Se essa clivagem atravessou a história e as ciências sociais, opondo abordagens estruturalistas e perspectivas fenomenológicas, o que se explora aqui é a relação intrínseca entre ambas, vendo-as como uma espécie de circuito, uma trama de relações.<sup>5</sup> Já em seu texto “Permanência e ruptura no estudo das cidades”, originalmente apresentado em 1990 no I Seminário de História Urbana, a historiadora Maria Stella Bresciani havia postulado a importância da ampliação dos horizontes disciplinares, reconhecendo a dificuldade de se definir conceitualmente o termo “cidade”. (BRESCIANI, 1991, p. 11) A ideia é reforçada e sintetizada na expressão “as sete portas da cidade”, que teria sido inspirada, como ela mesma diz, na “homologia entre as entradas conceituais de estudo de temas urbanos e as entradas físicas das antigas cidades muradas”.<sup>6</sup> (BRESCIANI, 1991, p. 10) No momento mesmo em que as muralhas materiais da cidade vinham abaixo, propunha-se abordá-la de distintos ângulos; a cidade moderna, pensada como universo de formação de novas sensibilidades, podendo também ser adentrada pelas lentes de observadores sociais, literatos, memorialistas, jornalistas, filósofos, médicos, juristas, administradores públicos, cujas falas ademais vinham ganhando relevância na opinião pública e nas discussões cada vez mais agitadas a respeito das cidades. (BRESCIANI, 1984-1985, 1986)

É como parte desse longo caminho já percorrido que uma aproximação consistente a textos não especializados dentro do debate especializado se impõe. Afinal, se a história das cidades tem entre seus grandes precursores escritores bissextos e diletantes, memorialistas, cronistas locais, viajantes ou intelectuais curiosos que buscaram dar forma a suas experiências nesta ou naquela cidade; e se a disciplinarização – sobretudo no campo da arquitetura e urbanismo – levou em seguida a um estreitamento de suas fontes, no sentido de se atribuir

um *corpus* documental próprio;<sup>7</sup> é evidente como hoje se recupera aquela literatura como parte fundamental não somente da história das cidades, mas da construção do conhecimento histórico, buscando-se também nos relatos ficcionais, memorialísticos, diarísticos e autobiográficos certas disposições narrativas imbricadas à própria experiência da vida urbana.

Dito de outro modo, diante da vontade de incorporar vozes, pontos de vista, práticas e circunstâncias que falem não somente de fatos, nomes e documentos históricos consagrados, mas de microescalas da cidade, de facetas, episódios e mesmo de indivíduos a princípio destituídos de interesse por si mesmos – “e justamente por isso representativos” (GINZBURG, 1998, p. 26-27) –, trata-se de aproximar a historiografia urbana dos distintos planos de experiência da cidade. Nesta espécie paradoxal de totalidade fragmentária, evanescente, estratificada e saturada de tensões, propõe-se atravessar fronteiras entre as esferas – da economia, da sociedade, da política, da moral, da família, da religião, da arte, da cultura – tanto quanto entre as disciplinas que da cidade se ocupam. Essas outras literaturas – memórias, diários, romances, contos, a que poderíamos acrescentar ainda os livros de viagem, as crônicas, as biografias<sup>8</sup> etc. – aparecem como matéria preciosa para a reflexão historiográfica em torno das cidades.

#### UM DIÁRIO, UM CONTO E AS MEMÓRIAS

São Paulo é aqui nosso ponto de observação privilegiado, não só porque nela vivemos, mas tendo em vista seu rapidíssimo processo de metropolização, que, entre outras coisas, se manifesta em sua conversão nos anos entre 1940 e 1970 em um centro pulsante de vida subjetiva, literária e intelectual. Trata-se de olhar para essa cidade e ao mesmo tempo para três (ou quatro) mulheres que nela ou sobre ela escreveram e atentar para como o fizeram, buscando em seus relatos desembaraçar certos fios de experiência do novo que compõe a história de São Paulo.

Como mostrou Michelle Perrot (2007, p. 17), “as mulheres deixa[ra]m poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas [foram] rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas”. E se elas mesmas muitas vezes destruíram esses vestígios, “porque os julga[va]m sem interesse”, neste caso, ao contrário, trata-se de dar relevo aos relatos produzidos, zelados e orgulhosamente publicados pelas três narradoras em um momento em que elas já encontravam lugares para se fazer ouvir. Mas além da condição de gênero, a análise busca inter-relacioná-la com as categorias de classe, de raça, de profissão ou de geração (GONZALES, 1982; CRENSHAW, 2008), sem assumir a primazia de uma sobre as outras, porque as suas relações são mútuas, móveis e cruzadas (DAVIS, 2016) e são elas que lançam luz sobre a diversidade da experiência urbana que é “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos”. (THOMPSON, 1981, p. 194)

A escritora Maria Carolina de Jesus, neta de escravizados, nascida em 1914 em Sacramento, Minas Gerais – onde frequentou a escola por dois anos –, chega em São Paulo no final dos anos 1930 e, como muitas migrantes pobres e negras com pouca ou nenhuma experiência urbana, passa a trabalhar na cidade como doméstica, morando inicialmente na casa de seus patrões. Ao final dos anos 1940, já mãe de três filhos, constrói para si e as crianças um barraco na recém-formada favela do Canindé, às margens ainda não retificadas do Tietê. Como catadora – atividade que exerce para o sustento da família –, Carolina passa os dias percorrendo a cidade a recolher restos de qualquer coisa que possa ser vendida. “Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e o peso da Vera Eunice nos braços” (20 de julho de 1955). (JESUS, 2017, p. 22)

Mas sua vida não se resume a esse sobreviver. “Sou aficionado a ler até pedaços de papéis pelas ruas”: a frase do *D. Quixote* – o primeiro romance –, que figura a “condição material do leitor moderno”, adquire em Carolina um sentido quase literal, na medida em que só os papéis da rua ela podia ler.<sup>9</sup> “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler”, ela anota em seu diário em 23 de julho de 1955. Carolina é leitora

e se faz escritora nas andanças pela cidade, recolhendo também livros e cadernos, que passa a preencher com histórias, memórias, poesias e anotações do seu dia a dia, estas últimas editadas como um diário.

Seu primeiro livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em 1960, teve um êxito imediato, vendendo 10 mil exemplares na primeira semana.<sup>10</sup> O impacto, contudo, foi além do literário. No Plano de Desfavelamento da favela do Canindé, publicado em 1962 pela Prefeitura de São Paulo, reconhecia-se sua importância na mudança da sensibilidade oficial:

O impacto causado pela publicação do já famoso ‘Quarto de Despejo’, de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação dos problemas que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), marcaram o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela. (SÃO PAULO, 1962, p. 3)

Em seu segundo livro, *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), ela dirá: “Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela”.<sup>11</sup>

Pelos fragmentos reunidos nessas obras, o leitor segue seus passos pela cidade e a cidade é dada a ler, “tecendo-se uma apertada trama de reflexos e reenvios”.<sup>12</sup> (RYBEIRO, 2003, p. 18, tradução nossa). Uma cidade vivida na experiência da pobreza, cujos restos, pedaços soltos, retalhos, são por Carolina catados e costurados de modo a revelar não só um universo ainda pouco conhecido e mesmo rebaixado pelo leitor, mas o ponto de vista improvável de uma mulher negra e favelada, com seus próprios objetos, valores, lutas, labutas, tratos, sentimentos, com sua escrita peculiar, lírica às vezes, perturbadora sempre.

Transformados em livro, tais fragmentos adquirem importância evidente àqueles interessados em entender e estudar a cidade em seus

anos mais intensos da metropolização, quando uma imagem positiva de São Paulo apoiada na industrialização, na proeminência cultural e no magnetismo demográfico se firma. A força de sua escrita, porém, vai além da denúncia. Pois é justamente esse percorrer a cidade nas páginas do diário que indica desde o seu ponto de vista os sentidos diversos da própria metropolização e revela uma cidade construída sobre alicerces múltiplos, por pessoas que se movem não apenas pela necessidade, mas também por desejos materiais e imateriais.<sup>13</sup>

Amanheceu chovendo. Tenho só três cruzeiros porque emprestei 5 para Leila ir buscar a filha no hospital. Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. Os sapatos dos meninos estão furados (28 de maio de 1958). (JESUS, 2017, p. 45)

A preocupação com os sapatos, a princípio prosaica – e tão recorrente nas páginas do livro –, ligava-se a sua atividade cotidiana. Como atravessar descalça a cidade em busca de seu sustento?<sup>14</sup> Mas também remete – é difícil não pensar hoje – à separação entre os livres e os escravizados, cidadãos e marginalizados. Na cidade moderna, andar descalço marca uma hierarquia, soa como algo vergonhoso.

Uma senhora que regressava da feira disse-me para eu ir buscar papeis na rua Porto Seguro, no prédio da esquina, 4 andar, 44 [...] No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quiz saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (14 de agosto de 1958). (JESUS, 2017, p. 110-111)

A permanente pulsão de escrever, tantas vezes anotada, não se separa do trabalho cotidiano nessas travessias em busca da sobrevivência.<sup>15</sup>

Como um espaço de intimidade que funciona como uma espécie de cordão de isolamento àquele mundo violento, o diário se constrói nutrido por esses deslocamentos entre casa e cidade, marcando o tempo da vida nos gestos corriqueiros diligentemente anotados, do ponto de vista de uma existência incerta, atravessada pelas dificuldades de sobrevivência e pela certeza de uma vocação.<sup>16</sup>

Brites nasceu em 1903, pouco depois de seu pai engenheiro – transferindo-se da Mogiana, em Ribeirão Preto, para as obras de saneamento de Santos – instalar toda a família em São Paulo. Não era uma família de posses, bem ao contrário, mas em 1905 conseguiram construir uma casa térrea com porão elevado e jardim lateral na Rua Barão de Tatuí, em Santa Cecília. Lá ficaram até pouco depois da morte da mãe, em 1924, que enviudara em 1919. Era de lá que Brites avistava o zimbório do palacete de Dona Angélica de Souza Queiroz de Aguiar Barros, que de fato fora projetado pelo arquiteto alemão August Fried, inspirado no Palácio de Charlottenburg. Encantava-lhe a torrinha, onde “morava a virgem das geleiras” e, apesar da vizinhança grã-fina, seu único contato com a baronesa era mediado pelos contos de fadas e pelo lote em que moravam, por ela vendido como de praxe “a quem fizesse a oferta mais baixa”.<sup>17</sup> (HOMEM, 2010, p. 159) Incentivada pelo pai a estudar, trabalhar e a não depender de marido, formou-se na Escola Normal e, em 1925, tornou-se por concurso professora da rede municipal, iniciando a carreira no Grupo Escolar da Vila Maria Zélia, de onde se transferiu, em 1930, para o Grupo da Lapa.

Suas memórias foram recolhidas nos anos 1970 pela psicóloga Ecléa Bosi (1987, p. 1), cuja tese de livre docência na Universidade de São Paulo (USP) foi dedicada ao tema da função social das lembranças na velhice: “para obtê-las, entrevistei longamente, pessoas que tinham em comum a idade, superior a setenta anos, e um espaço social dominante em suas vidas: a cidade de São Paulo”. Oito dessas memórias, incluindo a de sua irmã Lavinia, foram cuidadosamente colhidas e transcritas pela autora e publicadas no livro *Memória e sociedade*, em 1978, que já segue em sua 19ª edição como referência incontornável nos estudos sobre memória e história oral.

adas pelo ativismo político (BOSI, 1987b, p. 333-334) – “vivo muito o presente, o futuro, só agora fiquei voltada para o passado” (BOSI, 1987b, p. 231) –, as lembranças de D. Brites evidenciam uma consciência do valor da memória como um ofício: espécie de tecelagem entre presente, passado e futuro. A habilidade com que ela transita de um assunto a outro, de um momento a outro, do pessoal ao coletivo e ao político, é emblemática: é que, desenrolando os fios de histórias diversas, a memória é afinal – observaria Bosi acerca de Halbwachs – “um ponto de encontro de vários caminhos, um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado”. (BOSI, 1987b, p. 335) Transitando, pois, entre o tempo largo da infância, “quase sem margens”, e mitologias familiares ancestrais; entre os anos de juventude e o passo do trabalho e da vida adulta, quase sempre dividida por marcos da vida social, nacional e internacional, a Gripe Espanhola, as lutas operárias, a Era Vargas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o voto feminino, intensamente vividos e descritos em detalhe, e as análises de si e dos outros; manifestando suas próprias convicções e enlaçando-as aos sentimentos do mundo, das plantas, dos objetos, dos acontecimentos, as lembranças de Brites também desvelam espaços de um modo peculiar. Ora são o interior da casa, o jardim, os terraços e quintal, ora são as brechas e fugas para as ruas, sempre acompanhadas de um aroma, uma impressão, um evento: o Largo do Arouche, a Praça da República, onde ficavam a Escola Normal e o jardim de infância por trás, já demolido, a fábrica, o grupo escolar, a linha de bonde e a atenção dos motorneiros, a cidade:

Quando atravessávamos o Viaduto do Chá eu tinha um medo louco. O chão tinha umas frinchas largas e pelas frinchas via, lá embaixo, uma água barrenta, chácaras e plantações. [...] Há uma bonbonnière na esquina da Dom José de Barros com a Itapetininga, que ainda é a casa antiga que existia lá. Há muito tempo não vou à cidade, não estou bem lembrada mas tenho ideia que na rua Dom José de Barros ainda há daquelas casas antigas, térreas. Qualquer dia vou lá com minha irmã para ver. Há pouco tempo ainda existia lá a casa do Lane, com jardim e saída para Bráulio Gomes. Na minha rua passava cantando o sorveteiro. (BOSI, 1987b, p. 234-235)



As lembranças remetem a um momento anterior à execução do plano de Bouvard, que faria do Vale do Anhangabaú a grande sala de visitas da cidade. Mas também aqui o olhar desviava da arquitetura, do urbanismo, da obra de engenharia: se, do porão de sua casa, elevava-se ao torreão do palacete da baronesa a fantasiar com virgens e falcões; pelas frestas do tabuleiro da ponte, assustava-se ao reconhecer, lá embaixo, o córrego, as chácaras, as plantações. Não somente o olhar movimentava-se, para cima e para baixo, do fabuloso ao apavorante; mas tempos e espaços justapunham-se no relato do passeio: memória e imaginação infantis, o construído e o natural, o centro e o bairro, permanências e perdas na paisagem urbana a recompor vínculos peculiares entre as pessoas e o aspecto dos lugares, o traçado das ruas, a pavimentação, as obras, os monumentos, em sua história de mudanças tanto quanto na “rebeldia da memória que os repõe em seu lugar antigo”. (BOSI, 1987b, p. 371) É a própria Ecléa Bosi (1987b, p. 363) quem refaz o insólito da experiência recolhida de D. Brites:

Outro dia, caminhando para o Viaduto do Chá, observava como tudo havia mudado em volta, ou quase tudo. O Teatro Municipal repintado de cores vivas, ostentava sua qualidade de vestígio destacado do conjunto urbano. Nesse momento descobri, sob meus pés, as pedras do calçamento, as mesmas que pisei na infância. Senti um grande conforto. Percebi com satisfação a relação familiar dos colegas, dos namorados, dos vendedores ambulantes com as esculturas trágicas da ópera que habitam o jardim do teatro.

Lygia Fagundes Telles – essa paulistana nascida na Rua Barão de Tatuí em 1923, filha de uma pianista que abandonou a carreira em favor do casamento (afinal desfeito) e de um procurador e promotor público – escreveu romances e contos entre os anos 1940 e 1960 que têm como palco principal São Paulo.<sup>18</sup> Os cenários – construídos a partir de marcadores de gênero tradicionais que identificam, de um lado, o espaço público com o trabalho, o masculino e o racional, o centro com o espaço da produção e dos encontros fortuitos; de outro, o espaço privado com o consumo, o feminino e o irracional, os bairros como o lugar da habitação e da família nuclear –<sup>19</sup> abrigam enredos que, ao girarem em torno de casamentos infelizes mantidos à

custa de amantes, alguma resignação e muita hipocrisia, embaraçam essas dualidades e revelam outras tensões em curso na cidade que se fazia metrópole,<sup>20</sup> além das já mencionadas a partir das andanças de Carolina e Brites. É o que podemos notar no conto “Ôlho de vidro”,<sup>21</sup> que trata de uma suposta traição conjugal.

O conto tem como narrador um detetive que inicia sua investigação na Rua das Tulipas, 316. Contratado para observar por uma semana, de meio-dia em diante, a esposa daquele senhor que lhe apareceu muito empertigado e distinto em seu escritório no dia anterior, o investigador logo identifica a residência do casal. Sua figuração com jardins, repuxos e garagem confirmava a posição social do “velhote” – “Sim senhor, uma bela casa!”. Ele intuía ao primeiro olhar: “esse sujeito tem dinheiro” –, mas não sustentava, diante da suspeita de traição, a imagem de vida familiar estável e bem afortunada que procurava representar. Pois sim, aquele certamente seria mais um caso positivo, refletia o detetive, que confessa:

Sempre preferi vigiar mulheres, seguir de perto o rastro dêsses bichinhos fascinantes e imundos. Quando sigo um homem, não tenho emoção nenhuma, êles são diretos, agem com tanta naturalidade como se estivessem escovando os dentes. Não há âquele mistério da mulher que sai de casa para o encontro. Não sei, mas elas fazem tudo de um jeito tão sinuoso [...]. (TELLES, 1949, p. 27-28)

Sinuoso como o de sua mulher, Laura – lembrou o detetive –, que, “num dia assim azul como este”, com o “mesmo arzinho patife de gata dissimulada”, saiu dizendo, segundo Lygia Telles (1949), “que ia comprar não sei o quê”. A fala evasiva acionou a desconfiança do marido-investigador, que, perseguindo-a em meio à multidão, entre desvios e perdas de vista, pode finalmente ver quando ela e o amante “se enfunaram num hotelzinho ordinário, com essa naturalidade de quem já se habituara a subir escadas semelhantes”. (TELLES, 1949, p. 31-32) A lembrança foi criando laços com outros episódios, levando-o de volta à infância, à suspeita de traição da própria mãe, até que se deu conta de que ouvia alguém tocando piano e de que eram “quase seis horas!” e nada da esposa do cliente deixar a toca!

Amanhã, quem sabe. Decerto é ela quem está tocando. Quase tôdas as tardes antes do tipo Alcebiades vir nos visitar, minha mãe também tocava essa música com êsse mesmo jeito desanimado. Que me cortem o pescoço se êste não é um caso positivo. Todos são casos positivos. E se Lucinda ainda não enganou Aristeu, é por pura falta de imaginação. (TELLES, 1949, p. 38)

Antes de deixar a cena, o detetive ainda pensa: “Laura vai ficar triste porque não estou lhe levando os morangos que pediu. Direi que estavam podres”. (TELLES, 1949, p. 38) Na intriga construída por Lygia Fagundes Telles, o percurso dos homens é direto, da casa ao trabalho, ou para onde lhe interessasse, sem culpa ou preocupação. O das mulheres, tortuoso, é percorrido ao longo do dia por lugares “respeitáveis”, onde sua presença fosse “natural”: igreja, salão de beleza, lojas, casa de amigas e comadres, e por meio dos quais elas também dissimulavam encontros amorosos e temperavam uma vida doméstica vazia e enfadonha.

O conforto e a familiaridade nostálgica que transbordam na narrativa de Brites enfatizam a figuração da cidade com um lugar de devaneios, encontros, consumo e lazer, também experimentados pelas mulheres de classe média retratadas por Lygia. Essa figuração parece ausente nos relatos de Carolina, cuja experiência urbana é marcada pelo trabalho e a privação que ela transforma em literatura para, ao fazê-lo, sobreviver num sentido amplo. O que é interessante enfatizar é que, na experiência e na figuração, são diversas as escolhas e as formas de narrar os espaços da cidade, como se nota no diário, nas memórias e na ficção. Mas, além desses aspectos e de comentar as tensões de gênero que marcaram também o período, o conto aqui analisado entrelaça de modo surpreendente duas histórias, a do velhote e a do detetive, e de suas supostas adúlteras. O mecanismo mnemônico que abre portas para outros lugares e outros tempos aciona o jogo entre dois enredos – do cliente e do detetive, da esposa investigada e a do detetive, vigilância presente e evocada, do pessoal e do profissional – comum entre esse tipo de literatura que, como estratégia narrativa, permite ao escritor ir de uma intriga a outra. (PIGLIA, 2004)

## TRAMAS, URDIDURAS E LEITURAS CRUZADAS

Lendo o diário de Carolina, as memórias de Brites transcritas por Ecléa ou o conto de Lygia, nota-se como o emaranhado de intrigas se adensa com essas três mulheres, que não só observam a cidade desde seus lugares sociais de classe, raça, gênero, profissão e geração, mas também elaboram tramas próprias, partindo de urdiduras literárias distintas.

“Diários germinam bem nas regiões áridas da experiência humana” e condensam, como argumenta um crítico acerca do relato de Defoe sobre o naufrago Robinson Crusoé, o esforço equivalente de “arrumar a casa”.<sup>22</sup> As datas que aparecem nas anotações do diário têm sentido similar e ordenam a narrativa de modo a criar um elo que muitas vezes une acontecimentos sem nenhuma ligação entre si. (LEJEUNE; BOGAERT, 2003) Diferentemente da ficção e até mesmo das memórias – outra forma de escrita de si que também pressupõe o mergulho interior –, o diário organiza os pensamentos e ancora a subjetividade do autor no curso cronológico dos fatos cotidianos, sequestrados à expressão pública e quase nunca visando um leitor. (CHARBEL, 2020) É nessa espécie de conexão quase imediata, sempre muito próxima aos eventos, nesse “inventário de fatos e de dias” (VILA-MATAS, 2003, p. IX), que o diário se torna para o historiador da cidade uma possibilidade de reencontrar a experiência urbana na intimidade, percebendo a aproximação quase microscópica às dinâmicas da vida comum entretecida às dinâmicas estruturais que também organizam aquela vida na cidade. Trata-se de uma possibilidade de superação entre essa dicotomia ou hierarquia, como tematiza Veyne (1995).

Mas, na metamorfose que se opera quando esse documento íntimo e pessoal é tornado público, o diário também assume em algum sentido um estatuto literário.<sup>23</sup> Diante disso, menos que a “verdade” dos fatos, talvez se possa pensar que é na própria fragmentação narrativa constituída pelas suas entradas, oscilantes entre consciência e inconsciência, que se dá a ver a desordenação constitutiva da vida social – desvelando uma sociedade que não se faz sem conflitos,

tensões, oposições, constituída ela mesma por fragmentos. O autor de um diário é um curioso de si e dos outros e suas representações, interessado nesses fragmentos – que mobilizam a memória e que, no caso de Carolina de Jesus, movem-se no ritmo dos seus pés e da sua pena –, que são formas de ver e narrar o mundo, levando-nos a reconhecer, nessa experiência da cidade, as tramas de uma sociedade cada vez mais fraturada.

Como gênero literário, as memórias de um indivíduo, em geral proeminente, nascem no século XVI. (LE GOFF, 1990, p. 461) O *mémorialiste* ora descende de esforços autobiográficos centrados na vida interior e exterior de seus autores, ora de relatos sobre a vida de uma comunidade, uma cidade, ou mesmo um evento, do qual o autor se vê como narrador privilegiado. Toda cidade, e mesmo um bairro ou freguesia, teria seus memorialistas. São Paulo produziu muitos deles a partir do final do século XIX e especialmente em meados do XX, quando as transformações urbanas suscitaram uma vaga de rememoração a seu respeito.<sup>24</sup> Um deles foi Afonso Schmidt, aliás, autor de cabeceira de Brites, que lhe apresentou “a questão social” nos anos 1920, quando ela começou a trabalhar com as crianças da Vila Maria Zélia. (BOSI, 1987b, p. 259) Rastreamo como um detetive os meandros da cidade, os mistérios e vestígios do passado local, seus recantos e costumes, instantâneos, lendas, personagens memoráveis ou exóticos, episódios singelos, traços da urbe perdidos (PRADO, 2003) e, claro, o lugar de seu autor como testemunha especial dessa história, esse tipo de livro justapunha, ainda que em fragmentos, emoção e memória, grandes e pequenos eventos, o individual e o coletivo.

Mas se as memórias de Brites, de Lavinia ou as outras que Ecléa Bosi recolheu em *Memória e sociedade* não foram feitas por indivíduos ilustres, nem escritas ou publicadas individualmente, mas produzidas a partir de depoimentos orais, sem assinatura, qual o seu valor para a história? Em primeiro lugar, talvez, por aquilo a que aludimos anteriormente acerca de Pierre Rivière (FOUCAULT, 1977) e de Menocchio (GINZBURG, 1998): por se tratar de indivíduos, mundos, detalhes a princípio destituídos de importância social e, por isso mesmo, “representativos”. Em segundo lugar, por encenarem

esse vínculo fundamental, ainda que “em baixa”, entre a memória individual e a memória coletiva: a narração, “ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”, um vínculo entre a voz e a mão (BENJAMIN, 1986, p. 205, 221), ativando uma faculdade de intercambiar experiências. Entre as narrativas, aliás, Benjamin julgava serem melhores “as que menos se distinguem das histórias orais contadas por inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1986, p. 198), talvez por sua dimensão utilitária, “a continuação de uma história que está sendo narrada”, talvez porque tecida “na substância viva da existência”. (BENJAMIN, 1986, p. 200) Uma forma de tecelagem, como notara Ecléa, ainda que nem sempre precisa – “Tenho medo de faltar com a verdade, às vezes a fantasia atrapalha” (BOSI, 1987a, p. 234) –, mas sempre visando alguma utilidade: “Eu ainda guardo isso para ter uma memória viva de alguma coisa que possa servir alguém”. (BOSI, 1987a, p. 270) Produzidas no contexto de uma pesquisa acadêmica, tratava-se não somente de pensar o lugar rebaixado dos velhos e das lembranças na sociedade urbana, governada pelo trabalho, pela acumulação e, por que não dizer, pelo progresso, mas também de reconhecer atributos constitutivos da memória como vínculo entre gerações, experiências individuais e coletivas, a memória e a história.

Não custa lembrar que foi justamente nos anos 1970, quando Ecléa entrevistou Brites, que o tema da memória e os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs sobre memória coletiva começaram a ser fortemente valorizados pelos historiadores. Era um período de emergência das identidades locais e de prestígio acadêmico e político da história oral, da história viva, das histórias de vida, da história das minorias, dos oprimidos, dos pobres, da reencenação do passado.<sup>25</sup> (JOUTARD, 2010) Esse processo seria acompanhado de uma renovação fundamental na historiografia urbana com a entrada em cena de objetos, atores e práticas sistematicamente ignorados até então.

Na ficção, como sabemos, os personagens são ancorados em um mundo construído pelo autor. Mas, a despeito da invenção, a narrativa, diz Piglia (2006, p. 23), “está sempre localizada e situada, concentra-se numa cena específica, nunca é abstrata”. Compreender essa tensão de forças entre a subjetividade do autor e a objetividade do mundo

encenado na qual ela existe e que, em alguma medida, ela também modela é o desafio colocado para a análise da obra, como ensinou Auerbach (1971), e para o historiador nela interessado. Essa via de mão dupla, que a obra literária parece conter, é algo que interessa à história urbana, pois se a obra também constrói o mundo, tomamos conhecimento das cidades pelo que ali se formula – não como algo documental, mas como invento, como intriga, discurso, imagem, como *representação*, seja a representação especializada da cidade (urbanística, administrativa, econômica, sociológica etc.), sejam as representações literárias (assim como as cotidianas, memoriais e mesmo as representações leigas). É assim que a própria palavra “representação” – tão comumente usada pelos historiadores da cidade interessados nesses outros materiais – pode ganhar novos sentidos. Não se trataria de saber de antemão o que encontrar na obra, nem de ver a obra como um reflexo do social, mas, quase ao contrário, de, com a obra, pensar o mundo como algo figurado na própria forma literária.<sup>26</sup>

A literatura, entendida como prática cultural (WILLIAMS, 2011), traz elementos fundamentais para a compreensão do mundo social – no nosso caso, para compreender a história urbana. (CASTRO, 2016) De saída, ela nos faz lembrar que as narrativas, mesmo as mais objetivas, sempre estiveram presentes na história. E que se a partir do século XIX, no esforço de fazer reconhecer a sua cientificidade, os historiadores tornaram seus textos austeros, duros e até monótonos, hoje é possível pensar, lembrando Marc Bloch (2001), que é preciso se resguardar de retirar dessa ciência sua parte de poesia. O compromisso com a cientificidade tampouco deveria roubar à história o prazer da leitura, a vivacidade, o mistério, o imprevisto – em uma palavra, a intriga –, porque é também por meio dela que se podem alcançar outros leitores, outros diálogos, para além dos especializados. É nessa ampliação de seu público que a história pode alcançar com mais força o seu potencial de fazer ver, ouvir, pensar, conhecer outros homens e mulheres e, com isso, permitir pensar outros mundos e engendrar transformações, inclusive nas formas de narrar. Por isso, além de imaginá-los, o historiador deve tornar vivo aquilo que narra, valendo-se de diferentes figuras discursivas, pensando também por meio de imagens e representações a construção da sua trama.

A importância da literatura na história não se restringe, entretanto, à leitura. Ela se relaciona também com os – já não tão novos – problemas historiográficos, alguns especialmente relevantes para a história da cidade, como buscamos tematizar ao longo desse ensaio. Um deles, a possibilidade de produzir narrativas capazes de, ainda que centradas em um mesmo acontecimento, serem enunciadas a partir de pontos de vistas diversos, convocando à cena múltiplos atores e vozes, individuais e coletivos, inclusive em oposição e dissonância. E entre essas vozes, também a do historiador deve estar presente, pois, longe de ser neutra, mesmo considerando todos os rigores metodológicos, ela participa do diálogo e inevitavelmente produz um deslocamento, um encontro, um embate de tempos, do presente ao passado, do passado ao presente, nas tensões constitutivas de cada momento histórico. É nesse sentido que, na história urbana, a atenção à multiplicidade e sincronicidade de vozes, mas também às dissonâncias, pode encontrar nos diários, nas memórias e nas obras ficcionais elementos e materiais úteis à tessitura das intrigas da cidade, articulando temporalidades mais complexas, como nebulosas, “em seus ritmos lentos, densas, esgarçadas, carregadas de gestos, de intenções, de sentido, exibindo seus nós de relações ou de conflitos, assim como do que resta à margem, que erra, que não se integra ou não tem lugar” (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 13), explorando as características não lineares da experiência vivida, encarnada, plural.

---



## NOTAS

- 1 Tampouco, nada recomendava, por exemplo, que “a história da tecnologia dos transportes” devesse “ser substituída por uma fenomenologia do espaço e seus mediadores”. (VEYNE, 1995, p. 21)
- 2 Em São Paulo, Emilia Viotti da Costa deu início, ainda nos anos 1960, a um grupo de pesquisa de história urbana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), que poderia ter seguido não fosse seu exílio forçado após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em Yale, onde se fixa na cadeira de História da América Latina, a historiadora não daria continuidade a essas discussões, salvo em um ou outro ensaio. Mas, curiosamente, seu antecessor ali foi Richard Morse, intelectual que também contribuiu de maneira empenhada na formação desse campo, desde sua primeira obra de fôlego, uma história da cidade de São Paulo. (MORSE, 1954) Em 1985, o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) criou a linha de pesquisa Cultura e Cidades, e já nos anos 1990 multiplicavam-se iniciativas de historiadores, cientistas sociais ou estudiosos da literatura junto a instituições como a Associação Nacional de História (Anpuh), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras, que resultaram em publicações como: *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural* (1998); *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural* (1999); *A cidade em debate* (1999); *Cidade: história e desafios* (2002); *Capítulos da memória do urbanismo carioca* (2002). Em 2008, um balanço sobre os diretórios de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) localizou 84 grupos “que se autoidentificam como estudos ligados à cidade e/ou ao urbano na área de história”, ainda que, em sua maioria, a discussão da cidade aparecesse de modo “obliquo”. (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009)
- 3 Bem como, é importante dizer, permitindo também “uma melhor compreensão da circulação das ideias urbanísticas, tanto nacional quanto internacionalmente, composta por uma série de redes de conexões entre atores, cidades, temas, iniciativas ou, de modo mais fino, se desejável, questões teóricas ou conceitos, por exemplo”, ou seja, reposicionando “a história do pensamento urbanístico em um universo mais vasto de interações individuais e coletivas, através de uma compreensão, mesmo que momentânea, das diferentes *nebulosas* de ideias e de ações em presença”. (JACQUES; PEREIRA, 2018, p. 12-13)
- 4 No texto mencionado, publicado há mais de 30 anos, Ulpiano Bezerra de Menezes (1996, p. 149) ainda afirmaria: “Se nos estudos tradicionais da cidade impera a dimensão do artefato e, sob o influxo das ciências sociais, vem tomando corpo a de campo de forças, é preciso reconhecer que a de imagem, representação, tem ainda pouquíssimo peso, ou então aparece desvinculada das demais”.

- 5 Em seu comentário acerca das relações entre o manuscrito de Pierre Rivière e seu crime, Foucault (1977, p. 212) reitera: “O texto não relata o gesto, mas de um a outro há toda uma trama de relações; eles se sustentam, entrelaçam-se um e outro em relações que aliás não cessam de se modificar”.
- 6 O texto, inicialmente um depoimento à revista, retomava a reflexão e desenvolvia a entrada por “duas portas” que apenas haviam sido assinaladas no ensaio anterior.
- 7 Sobre os antecedentes da história urbana ou das cidades, ver: Raminelli (1997) e Almandoz (2008).
- 8 O vínculo entre biografia, história íntima e história urbana foi tematizado a partir da obra de Gilberto Freyre em José Lira (2019).
- 9 Na frase citada por Piglia (2006, p. 20-21), ele completa: vivendo num mundo rodeado de signos e palavras, “no tumulto da cidade, ele [Quixote] se detém para recolher papéis atirados na rua, deseja lê-los” – num caminho literário que se completa no *Finnegans Wake*, no qual Joyce traz “esses papéis amassados [que] estão perdidos numa lixeira, bicados por uma galinha que cavouca o chão”.
- 10 Em seguida, o livro é traduzido para 14 línguas e publicado em 40 países, alcançando a marca de mais de um milhão de exemplares vendidos. Esse diário é publicado com a assistência do jornalista Audálio Dantas, que conheceu Carolina na favela do Canindé, quando buscava fazer uma matéria sobre as condições de vida daqueles que ali viviam. (DANTAS, 1959, p. 92-97) Antes disso, entretanto, Carolina já rodara editoras e redações em busca de publicar seus poemas, sem sucesso.
- 11 O segundo livro, lançado na sequência do sucesso, não teve a mesma acolhida, jamais sendo reeditado.
- 12 A expressão – no original: “una apretada trama de reflexos y reenvíos” – é tomada de empréstimo dos diários de Julio Ramón Rybeiro.
- 13 Esse trazer à tona uma cena urbana desconhecida e indesejada ganha novos sentidos políticos e narrativos na literatura contemporânea. No livro *Capão pecado* (2000), Ferréz também desvela as contradições do processo de modernização, mas já sem o horizonte otimista das primeiras décadas da metade do século XX. À escrita seca e direta de Carolina, outros tons são acrescentados por um escritor letrado que frequentou a escola e se apodera da literatura menos como “escrita de si” e mais como denúncia, trazendo novos elementos para pensar a cidade em outro momento histórico. (PEREIRA, 2015)
- 14 O percurso inclui numerosas ruas e avenidas da região central, que se somavam aos endereços frequentados em outras regiões da cidade, também geralmente percorridos a pé, pela falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus. (BARONE, 2015)

- 15 “Aproveitei minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão”. (16 de julho de 1955); “Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos”. (18 de julho de 1955); “Eu hoje estou triste. Estou nervosa.[...] É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo”. (22 de maio de 1958)”. (JESUS, 2017, p. 12,16, 41)- são algumas entre tantas entradas no diário que tematizam a leitura e a escrita como esse espaço próprio, que a permite seguir vivendo.
- 16 A vivência dessa cidade a partir dessa perspectiva foi tratada por Ana Claudia Veiga de Castro (2018) no artigo “Carolina e João na cidade: o lugar dos pobres em São Paulo (1950-1970)”.
- 17 Já adulta, Lavínia, irmã de Brites, tornou-se professora particular, lecionando inclusive aos filhos de D. Angélica (BOSI, 1987, p. 222-223)
- 18 Formada em Direito no Largo de São Francisco em 1945, Lygia acabaria largando a profissão em prol da literatura, dando continuidade a uma atividade iniciada ainda na adolescência, quando publicou, em 1938, financiada pelo pai, o livro de contos *Porão e sobrado*.
- 19 Joanne Hollows discute essas dicotomias problematizando a sua assimilação na análise da arquitetura e da cidade no livro *Histories of Domestic Culture: Gender and Domestic Modernity* (2008).
- 20 Esse tema foi trabalhado, também por meio da literatura, no artigo “Deslocamentos na cidade sitiada” por Joana Mello de Carvalho e Silva (2019).
- 21 Publicado no livro *O cacto vermelho* (1949). O livro recebeu o Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras.
- 22 Felipe Charbel (2020) aponta que o livro de Defoe marca a primeira aparição de um diário num romance - na forma de uma metanarrativa.
- 23 O “gênero” tornara-se tão comum no século XX que, afirma Vila-Matas (2003, p. VIII, tradução nossa), Robert Musil, ao publicar o seu diário, sentiu-se impelido a se perguntar o porquê de tantos cadernos íntimos: “Os diários! Um signo dos tempos. Publicam-se tantos! É a forma mais cômoda, a mais indisciplinaada [...]. Não é arte. Não deve sê-la. De que serve se escutar aí?”.
- 24 Stella Bresciani (2014) trabalhou com alguns deles ao lado de algumas das memórias recolhidas por Ecléa Bosi.
- 25 Um de seus manifestos historiográficos foi o pequeno verbete de Pierre Nora, “Memória Coletiva”, na coletânea/dicionário *La Nouvelle Histoire*, organizado por Jacques Le Goff; Roger Chartier e Jacques Rével.

26 A discussão extrapola os sentidos desse artigo, mas, para um aprofundamento na discussão da forma em relação ao mundo social, alguns críticos brasileiros deram contribuições fundamentais, entre eles: Antonio Candido (1970) e Roberto Schwarz (1987, 2000, 2001).

## REFERÊNCIAS

- ALMANDOZ, Arturo. *Entre libros de historia urbana: para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina*. Caracas: Equinoccio-Universidad Simón Bolívar, 2008.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.v. 2.
- BARONE, Ana. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. In: ENANPUR: ESPAÇO, PLANEJAMENTO, INSURGÊNCIAS, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- BATISTA, Marta Rossetti; GRAF, Márcia Elisa (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1998.
- BATISTA, Marta Rossetti; GRAF, Márcia Elisa (org.). *Cidades brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1999.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 197-221.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 1. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: 1979.
- BOSI, Ecléa. Lembranças de D. Brites. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EdUSP, 1987a, p. 232-293.
- BOSI, Ecléa. Lembranças de D. Lavinia. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EdUSP, 1987b. p. 203-231.

BRESCIANI, Maria Stella. Percursos topográficos e afetivos pela cidade de São Paulo: memorialistas, viajantes, moradores, literatos e poetas. *Redobra*, Salvador, n. 13, p. 173-200, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrópoles: as faces do monstro urbano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, 1984-1985.

BRESCIANI, Maria Stella. Século XIX: a elaboração de um mito literário. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 7, n. 13, p. 209-244, dez. 1986.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 10-15, 1991. Dossiê Cidade e História.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: FAU-UFBA, 1992. p. 11-26.

CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARPINTÉRO Marisa; CERASOLI, Josianne. A cidade como história. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 99-120, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0304>. Acesso em: 19 jul. 2020. CASTRO, Ana Claudia Veiga. Carolina e João na cidade: o lugar dos pobres em São Paulo (1950-1970). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82771-CAROLINA-E-JOAO-NA-CIDADE-O-LUGAR-DOS-POBRES-EM-SAO-PAULO-\(1950-1970\)](https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82771-CAROLINA-E-JOAO-NA-CIDADE-O-LUGAR-DOS-POBRES-EM-SAO-PAULO-(1950-1970)). Acesso em: 19 jul. 2020.

CHARBEL, Felipe. Dia após dia após dia. *Serrote*, [s. l.], p. 124-131, jul. 2020. Edição especial.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. In: BAILEY, Alison; CUOMO,

Chris (ed.). *The Feminist Philosophy Reader*. New York: McGraw-Hill, 2008. p. 279-309.

DANTAS, Audálio. Retrato da favela no diário de Carolina. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 92-97, 20 jun. 1959.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 13-28

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

FIGUEIREDO, Candido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913. v. 1.

FOUCAULT, Michel (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PINHEIRO, Eloísa Petti. Apresentação: os arquitetos, a cidade e o fascínio pela história. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *A cidade como história*. Salvador: Edufba, 2005. p. 9-18.

GONZALES, Lelia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 87-106.

HOLLOWS, Joanne. *Histories of Domestic Culture: Gender and Domestic Modernity*. New York: Open University Press, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

INTRIGA. In: ORIGEM da palavra. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/intriga/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 1. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Editora Paula de Azevedo, 1961.

JOUTARD, Philippe. Mémoire Collective. In: DELACROIX, Christian et al. (ed.). *Historiographies, II: concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, p. 779-791.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p. 423-483

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; RÉVEL, Jacques (dir.). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978.

LEJEUNE, Pierre; BOGAERT, Catherine. *Un journal à soi*: histoire d'une pratique. Paris: Textuel, 2003.

LEPETIT, Bernard. É possível uma nova hermenêutica urbana? In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 137-153.

LIRA, José Tavares Correia de. Recife, da cidade à infância: Gilberto Freyre, história e biografia. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. São Paulo: Edições SESC-SP, 2019. p. 115-129.



- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 144-155, 1996.
- MORSE, Richard. *De comunidade à metrópole: a biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 89-94.
- SÃO PAULO (SP). Prefeitura Municipal de Divisão de Serviço Social. *Desfavelamento do Canindé*. São Paulo, 1962.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- PIGLIA, Ricardo. O que é um leitor? In: PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 20-21.
- PRADO, Antonio Arnoni. Um melancólico libertário. In: SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores (1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 3-7.
- RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e método*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 185-202.
- RYBEIRO, Julio Ramón. *La tentación del fracaso*. Barcelona: Seix Barral, 2003.
- SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Deslocamentos na cidade sitiada. *PROA: revista de antropologia e arte*, Campinas, v. 2, p. 47-63, 2019. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/3243>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS Maria Izilda S. (org.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-156.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. [1977] São Paulo: Duas cidades/ Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades: Editora 34, 2000.

TELLES, Lygia Fagundes. Ôlho de vidro. In: TELLES, Lygia Fagundes. *O cacto vermelho*. São Paulo: Editora Mérito S.A., 1949, p. 23-38.

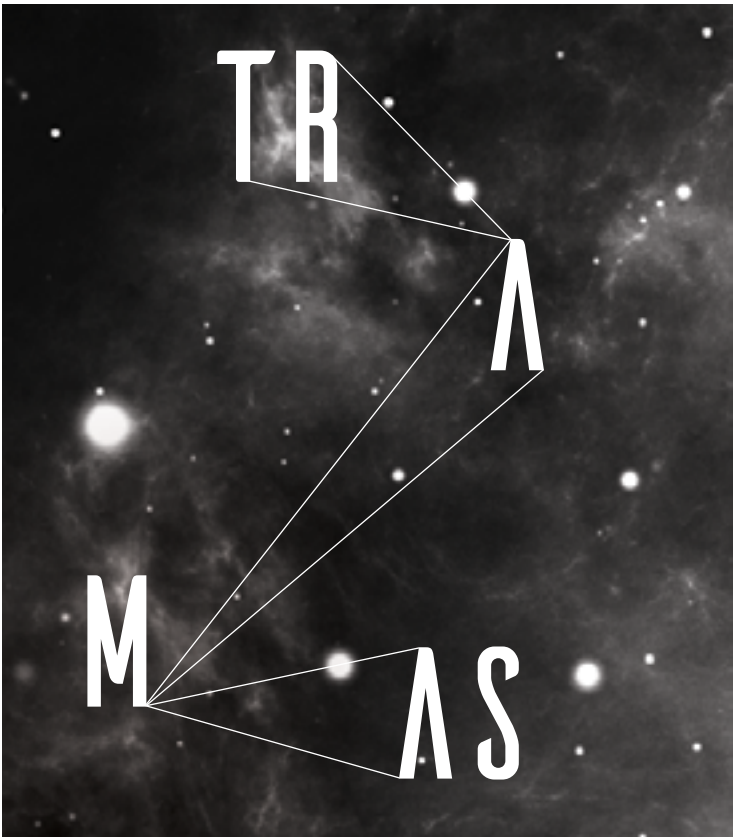
THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1995.

VILA-MATAS, Enrique. Apartarse de uno mismo. In: RAMON RYBEIRO, Julio. *La tentación del fracaso*. Barcelona: Seix Barral, 2003. p. VII-XVI.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na literatura inglesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
T R A M A S

*A trama multiescalar e intertemporal na construção  
do planejamento metropolitano em Minas Gerais*



E L I S Â N G E L A  
D E A L M E I D A  
C H I Q U I T O

CONFIGURAÇÃO DE UMA POSSIBILIDADE  
DE INTERPRETAÇÃO

**O** período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970 consiste em um momento específico na história do planejamento urbano e regional no Brasil. Embora o caráter técnico e planejador tenha se iniciado nos anos 1930 (BRESCIANI, 2005; FELDMAN, 2005), é nos anos 1940, sobretudo no período pós-Segunda Guerra, que o planejamento como técnica se complexifica, assumindo a dimensão regional e metropolitana. A partir dos anos 1940, as áreas urbanas das principais cidades brasileiras extrapolam os limites municipais, configurando processos de conurbação, e os primeiros aglomerados urbanos implicam novas escalas e complexidades na resolução dos problemas urbanos – miséria, marginalidade, ausência de infraestrutura, expansão desenfreada das periferias urbanas, moradias precárias etc.

A emergência e amplificação dessas novas questões relativas ao processo de urbanização que não se limitam ao nível municipal contribuem para a construção do urbano pela perspectiva de seus problemas e suas ausências e da metrópole como algo a ser enfrentado. Essa construção, associada ao subdesenvolvimento mundial, não é exclusividade neste país, mas parte de um processo mais amplo associado à “explosão urbana” em toda América Latina e que, como aponta Gorelik (2005), foi útil para estimular tanto a ação nacional como a internacional, tanto no que concerne à construção de um novo mapa intelectual, acadêmico e político e à mobilização de novas teorias e construção de experiências inovadoras, como para mobilização de recursos financeiros para a superação dos problemas urbanos no subdesenvolvimento.

Esse é um período de grande convicção no planejamento como atribuição do Estado com a criação de órgãos, conselhos, comissões na esfera de governo federal, estadual e municipal, além das experiências de organismos regionais em suas múltiplas escalas; a aproximação entre propostas e planos urbanos e regionais das ações do Estado, extrapolando sua dimensão físico-territorial e agregando as dimensões política, econômica e social; a montagem de um aparato institucional público para o financiamento do planejamento e do desenvolvimento;<sup>1</sup> a multiplicação e consolidação de instituições públicas de ensino e pesquisa voltados – embora muitas vezes não exclusivamente – ao urbanismo e ao planejamento.<sup>2</sup>

No contexto de estruturação mundial de um aparato institucional para os países subdesenvolvidos – Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Point Four etc. – e considerando ainda a construção da ideia de planejamento como a “chave mágica” do desenvolvimento, as metrópoles do subdesenvolvimento se inserem no circuito de *experts* internacionais engajados na missão de cooperação e assistência técnica que contribuem para a circulação de concepções e para o impulso ao processo de institucionalização do planejamento em sua múltiplas escalas e da ideia de integração. Através dessa densa rede de articulações internacionais, ocorre uma ampla difusão de concepções e de experiências internacionais de planejamento regional, deflagrando um amplo debate internacional sobre a própria concepção de desenvolvimento e os meios para alcançá-lo.

Além disso, uma nova gama de concepções teóricas e de experiências práticas é mobilizada a partir de sua multiescalaridade. A despeito de suas especificidades, o conjunto de referências traz a perspectiva regional no pensar e agir sobre o urbano e o território, tornando flexíveis as unidades territoriais e introduzindo as ideias de multiescalaridade e de integração em planejamento, que não se limitam à escala do ponto de vista territorial, mas incorporam a complexidade de temas e as novas questões deflagradas pelos processos urbanos. Entre as principais referências mobilizadas, podemos destacar a ideia de redes, sistemas urbanos e polos de crescimento de Perroux (1951); o planejamento do uso múltiplo de bacias hidrográficas, de Morris Cooke, praticada na experiência norte-americana da Tennessee Valley Authority;

e a perspectiva relacional construída pelo Movimento Economia e Humanismo (MEH) no *aménagement du territoire*, que vai desde a escala comunitária em nível intraurbano até a dimensão internacional.<sup>3</sup> Destacamos aqui a abordagem do MEH, que constitui um dos fios condutores da trama desenvolvida neste texto e que, segundo Lamparelli (2001) – pela sua ampla atuação no Brasil através da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs), pelas redes que constituiu e pelos trabalhos que realizou –, redefiniu a perspectiva de planejamento no Brasil, não se limitando à introdução da perspectiva multiescalar, mas a partir de seus métodos e abordagens inovadores, cuja amplitude possibilitava associar desde as práticas sociais às ações dos organismos internacionais.

A mobilização desse emaranhado de concepções se dá não apenas pelas redes institucionais e profissionais estabelecidas, mas também pelas ligações pessoais e individuais entre os agentes, as conexões, nós e embates estabelecidos. Nesse sentido, trabalhar a conexão entre as múltiplas escalas e temporalidades presentes nas ações individuais e nas transformações estruturais durante o chamado “ciclo de institucionalização”<sup>4</sup> do planejamento no Brasil é de fundamental importância para a construção da narrativa pela trama.

A abordagem que articula escalas e temporalidades distintas na compreensão do planejamento no Brasil tem conduzido nosso pensar e fazer pesquisa por mais de duas décadas.<sup>5</sup> Ao longo dessa trajetória, buscamos complexificar e ampliar as formas de pensar e narrar o planejamento pela perspectiva multiescalar, ou seja, a partir da trama complexa entre ideias, profissionais e instituições, aproximando e verificando a interlocução entre as trajetórias individuais e as grandes categorias analíticas. Assim, perseguimos a trama como forma de compreender o período de construção e institucionalização do planejamento regional no Brasil como um conjunto emaranhado de experiências e referenciais teóricos mobilizados e institucionalizados pelos embates e conflitos entre os agentes, os diálogos estabelecidos entre percursos individuais, as políticas em nível nacional e internacional, as transformações e permanências de concepções e práticas de planejamento e a interlocução com os processos de urbanização na passagem do período democrático para o regime autoritário.



## DESFIANDO A TRAMA: ALGUNS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Trama ou tecido, de raiz etimológica imbricada com a palavra “texto”, são ambos derivados do verbo “texere”, que em latim que significa tecer, construir, entrelaçar fios. O trabalho de tecer, portanto, se associa ao trabalho de narrar, aproxima o seu desígnio à prática de seu entrelaçamento e que passa por escolhas – das fontes, dos métodos, das perguntas. Se, como afirma Rancière (1994, p. 61), a “verdade do relato funda-se sobre a reserva de sentido das cartas exibidas e ordenadas”, na escolha dos fios é que se encontra o princípio fundador da narrativa pela trama. Se a narrativa é uma trama construída desde a escolha dos fios até sua materialização sob múltiplas possibilidades e formas, o que queremos dizer com “narrar pela trama”? Quais os princípios que orientam essa construção?

Um primeiro princípio para a construção da trama passa pela questão da hierarquia entre os fios. Após as escolhas de quais fios serão utilizados para sua tessitura, propõe-se nessa abordagem que o objeto seja o próprio entrelaçamento, superando a dicotomia entre objeto e seu contexto, entre a figura e o fundo, entre um fio e os demais, tão comum à história do planejamento escrita por planejadores. Nesse sentido, questiona-se a ideia de que há um contexto dado em que se insere o objeto, dentro do qual ele se desenvolve. Ao entrelaçar o objeto e seu contexto, consideramos que ambos são partes constitutivas de um mesmo universo e que a simultaneidade e a relação dialética entre estes produzem mutuamente sua construção, ainda que com temporalidades distintas. Assim, ao contrário de apresentar de forma dissociada o objeto e seu contexto, busca-se construir a narrativa de maneira a explicitar essa simultaneidade, variando o foco no decorrer da narrativa e buscando evidenciar os pontos de conexão entre objeto e contexto. Assim, a trama é aqui mobilizada como perspectiva analítica, como possibilidade de superação dessa dualidade, evidenciando na própria construção do objeto os fios que o compõem simultaneamente.

Narrar pela trama passa pela variação de escala defendida por Lepetit (2001), utilizando esse recurso para tecer os fios de modo a não

privilegiar nenhum dos focos específicos – micro ou macro –, mas a sua pluralidade e interlocução. Dessa forma, se para Lepetit (2001, p. 242) a micro-história fornece o modelo de um indivíduo que faz escolhas e do “conjunto dessas escolhas individuais resultam processos macroscópicos”, a configuração e a extensão dos campos em que os atores são capazes de agir constituem fontes principais de suas ações. Nesse sentido, é a partir da mudança do ponto de vista – do macro e do micro – no decorrer da narrativa que se torna possível compreender os processos e suas institucionalidades. É na variação do ângulo de visão, para Lepetit (2001, p. 243), que o sistema de contextos pode ser reconstituído, como resultado da tessitura de “milhares de situações particulares” e que, ao mesmo tempo, dá sentido a todas elas. Nesse sentido, o entrelaçamento das fontes em suas variadas dimensões focais – desde dados estatísticos e conjunturais, documentos institucionais a relatos orais autobiográficos – e sua análise cruzada permite compreender as forças atuantes na construção dos saberes, das práticas e seu diálogo com os processos políticos e territoriais mais amplos. É a partir do encontro, da conectividade e das colisões dessas dimensões que se desenha a narrativa.

Nessa perspectiva, as instituições e institucionalidades de planejamento, compreendendo-as, nos termos de Revel (2010, p. 125), como categorias do espaço social, se configuram como um espaço comum importante para o estudo do “novelo das relações entretecidas entre os agentes individuais, entre esses agentes e o grupo” e, para nós, entre esses e os processos que lhes fazem interferência, detectando o entrelaçamento dos saberes e das práticas e, além disso, em diferentes escalas e temporalidades. Ampliando o debate sobre a institucionalização, considera-se que “toda forma da organização social que liga valores, normas, modelos de relações e de condutas, papéis” pode salientar uma análise institucional. Se, para Revel (2010, p. 135), as instituições em suas múltiplas formas são resultados de uma trama complexa entre as “trajetórias dos agentes e as relações, de natureza diversa, que eles empreendem entre si e com os contextos plurais nos quais se situam”, estas são inseparáveis da configuração do jogo social. Assim, se é o jogo de forças que a constitui, a instituição está em permanente redefinição.

Compreender o processo de institucionalização é superar oposição radical entre a instituição e o social, frequentemente concebidos como realidades antagônicas, e superar a ideia de instituição como espaço homogêneo. Feldman (2002) entende que as instituições adquirem papel central na interlocução entre o que se pensa e o que se executa, pois se vincula às condições das relações políticas, econômicas e sociais entre Estado e sociedade.

Mas se, como afirma Lepetit (2001, p. 143), “o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica e social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes” – ou seja, não há sincronicidade entre o pensamento, a prática e seus desdobramentos territoriais em suas diferentes escalas –, é necessário entender o cruzamento entre os fios considerando essa dissonância. Assim, instituições e institucionalidades constituem lugar também para o entrelaçamento de escalas e temporalidades distintas, permitindo perceber os indivíduos em suas relações com os outros indivíduos, com a sociedade, com as políticas construídas em seus diferentes níveis. Para Revel (1998, p. 22), a escala individual não é vista como contraditória ao social, mas as aproxima ao acompanhar o fio de uma trajetória particular – de um homem, de um grupo de homens – e, simultaneamente, “a multiplicidade dos espaços e dos tempos”, a medida das relações nas quais ele se inscreve.

A análise do espaço institucional como um nó permite compreendê-lo como um espaço social dissonante e não homogêneo, como o espaço possível definido de maneira relacional e constituído pelos campos de força e de lutas, como resultado de embates entre interesses divergentes e, muitas vezes, entre diferentes projetos políticos, como espaço comum de agentes com diferentes trajetórias. (BOURDIEU, 1996)

Considerando que os agentes podem ocupar diferentes posições ao longo do tempo e nos campos de forças e de lutas dos diferentes espaços (BOURDIEU, 1996), o “estudo das trajetórias dos membros do grupo, das relações que empreendem, de suas aproximações e de suas divisões no seio do conjunto institucional e das redefinições permanentes que eles induzem” pode nos ajudar a explicar a dinâmica das ideias e de suas formas institucionais. (REVEL, 2010, p. 128)

Nesse sentido, a abordagem que estamos propondo em narrar pela

trama congrega um conjunto de métodos que passa pelas trajetórias individuais – formação, relações pessoais e percursos profissionais – para compreender as lógicas, redes, conexões e tensões que se formam a partir delas e pelo estudo das transformações econômicas, políticas e territoriais, fazendo dialogar as ideias, as ações, políticas e instituições, superando a ideia de objeto e contexto, mas pensando como estes se relacionam e se redefinem mutuamente.

Pensar e narrar o planejamento metropolitano mineiro pelas tramas se refere pelo esforço de desfiar o manto institucional composto pelo entrelaçamento entre ideias, práticas, circuitos pessoais e profissionais e os processos políticos e conjunturais mais amplos, iluminando os embates, pontos de inflexão, o dissenso, os deslocamentos, as bifurcações, divergências e consonâncias que configuram um espaço comum.

#### EXPLORANDO A TRAMA: EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Podemos entender o período compreendido entre os anos de 1958 e 1974 como de emergência, construção e institucionalização do planejamento metropolitano em Belo Horizonte. O primeiro se refere à data do primeiro estudo contratado pela Prefeitura de Belo Horizonte, intitulado “A aglomeração urbana de Belo Horizonte”, elaborado pela equipe da Sagma, quando se introduzem a perspectiva regional e a dimensão do planejamento metropolitano na administração municipal. O segundo fixa a data de criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), primeiro órgão da administração pública estadual para o planejamento metropolitano. Em diálogo com os processos de urbanização em curso e suas questões prementes, cuja escala de complexidade se acentua nesse período, a configuração de um complexo de ideias, agentes e instituições que progressivamente vão assumindo o caráter e a dimensão metropolitana fez desse o período de maior aposta nas possibilidades do estado como promotor do desenvolvimento e da superação dos problemas urbanos.

Essa construção se relaciona aos processos mais amplos deflagrados no segundo pós-guerra, quando um novo repertório e novas questões e referências se fazem circular entre Europa, Estados Unidos e América Latina, propulsionados pelos programas de cooperação internacional e de financiamento aos países subdesenvolvidos promovidos pelos organismos internacionais. No conjunto dessas referências, está o líder do MEH francês, o frei Louis Joseph Lebret, que, nesse período, atua simultaneamente como expert da ONU, colaborando para a elaboração dos primeiros indicadores de desenvolvimento mundial, na formação de planejadores e na criação de órgãos técnicos vinculados ao MEH em diversos países da América Latina, com grande atuação no Brasil. Além de Lebret, que pessoalmente difundia os princípios e metodologias do MEH, um repertório de experiências norte-americanas do período do *New Deal* é difundido, com destaque para a ideia de planejamento regional integrado realizado por autarquias públicas que se difunde pelos programas de cooperação, com ênfase espacial ao Point Four Program, entre outros.

Paralelamente, o processo de urbanização no Brasil traz novas questões. Ao longo da década de 1950, a população urbana brasileira cresce 60%, sendo que 1/3 desse incremento populacional se instala em áreas metropolitanas e se direciona, nos principais centros urbanos, para as periferias. Em Belo Horizonte, entre os anos 1950 e 1970, um grande aumento populacional acompanhando sua transformação em metrópole industrial configura a explosão da cidade sobre seu entorno. Do ponto de vista demográfico, o município na década de 1950 praticamente duplica sua população – de 352.724 de habitantes em 1950 para 693.328 habitantes em 1960 –, atingindo quase 2 milhões de habitantes em 1980. A área urbanizada se amplia consideravelmente, conurbando-se nos anos 1950 a oeste com a Cidade Industrial de Contagem e desenvolvendo-se a norte com a implantação do Complexo da Pampulha, expansão essa marcada sobretudo pela informalidade e pela produção de moradias nas periferias precárias. (PLAMBEL, 1979)

Os avanços na urbanização que extrapolam os limites municipais e a configuração da “problemática urbana”, assim como as mudanças político-institucionais do pós-guerra em diversas escalas territoriais e a circulação de um novo repertório de saberes e experiências, contribuem

para redefinições e deslocamentos de concepções, escalas e métodos em planejamento, que caracterizam a emergência do planejamento regional e metropolitano, o que não se dá sem embates. Se pensarmos no período compreendido desde o momento em que o planejamento em nível regional e metropolitano emerge como questão, ainda em âmbito municipal, em Belo Horizonte até o momento em que se institui a autarquia Plambel, órgão no governo estadual responsável, observamos algumas permanências, transformações e singularidades no emaranhado de ideias e profissionais envolvidos nesse processo.

O processo de institucionalização do planejamento como atividade complexa, multidisciplinar e multiescalar em Belo Horizonte tem início com a criação do Serviço do Plano Diretor (SPD), em 1951, como órgão da administração municipal, em substituição à Comissão Técnica Consultiva dos anos 1930, e com a inauguração do curso de especialização em Urbanismo na Escola de Arquitetura, em 1948, que passa a formar uma ampla gama de profissionais que, a partir de diferentes abordagens e metodologias, passa a atuar nos órgãos públicos, empresas de consultoria e no ensino e formação de planejadores. Nesse momento, a dimensão regional do planejamento já é pauta dos debates no âmbito municipal.

Diferentemente do que diversos trabalhos vêm defendendo no que se refere a uma espécie de “passagem”, durante os anos 1960, do urbanismo ancorado na abordagem físico-territorial para o planejamento dito integrado no regime militar, a análise da ampla documentação institucional e relativa aos profissionais e dos relatos orais colhidos no decorrer da pesquisa evidenciou que, a despeito de um aparente consenso no que se refere à introdução da dimensão regional e/ou metropolitana no planejamento de Belo Horizonte, há um deslocamento de concepções e métodos de planejamento já nos anos 1950, resultado de embates entre grupos e profissionais. Havia uma clara divergência entre a equipe técnica do SPD, da qual faziam parte Martim Francisco Coelho de Andrada e Walter Machado, e a equipe de urbanistas consultores ligados diretamente ao prefeito, entre os quais estava Lincoln Continentino,<sup>6</sup> que coloca sob tensão o ideário modernista e as abordagens ligadas ao MEH. Essa tensão se evidencia entre a gestão de Renê Gianetti (1951-1954) – quando

havia sido convidados Francisco Prestes Maia, Oscar Niemeyer e Burle Marx para compor uma comissão de *experts* para a elaboração do plano urbanístico de Belo Horizonte – e a gestão sucessora do pedecista de Celso Azevedo (1955-1959), na qual Walter Machado e Coelho de Andrada, à frente do SPD, defendiam a contratação da Sagmaç para o planejamento urbano, o que de fato ocorreu. Destacam-se aqui os percursos de Martim Francisco Coelho de Andrada, formado pela Escola de Arquitetura em 1952, e Valter Machado, formado pela Escola de Arquitetura em 1941, diretor do SPD entre 1955 e 1959 e, posteriormente, professor, sendo que ambos foram formados urbanistas em 1953 pelo curso de especialização em Urbanismo da Escola de Arquitetura, participando da disciplina inaugural ministrada por Gaston Bardet, que, por sua vez, possuía fortes vínculos com o MEH. Nesse curso, Bardet já introduz a ideia de *aménagement de l'espace*, organizando através dos “escalões” de análise comunitária e regional. Tanto Machado como Andrada participaram do estudo da Sagmaç.

Assim, marca-se uma disputa conceitual para o planejamento metropolitano entre a ideia de plano metropolitano como projeto em grande escala que envolvia desenho urbano, obras de infraestrutura e criação de cidades satélites – o qual vinha marcando a trajetória de atuação dos urbanistas no Brasil e caracterizava o grupo de consultores da Prefeitura de Belo Horizonte – e a concepção de *aménagement du territoire* do MEH, que já estava sendo praticada em diversas cidades e regiões no Brasil<sup>7</sup> e aproximava o planejamento físico-territorial, o econômico e o social, associada à ideia emergente de desenvolvimento e tendo como fim último a superação das desigualdades regionais e a melhoria das “condições de vida” da população. No âmbito dessa disputa, a Sagmaç é de fato contratada e elabora dois trabalhos: “A Aglomeração Urbana de Belo Horizonte”, de 1959, e o “Relatório do Plano Diretor de Belo Horizonte”, de 1962, que trouxeram métodos e concepções que marcaram toda a trajetória do planejamento metropolitano de Belo Horizonte até a criação, efetivamente, de um órgão de planejamento metropolitano nos anos 1970.

Entende-se a permanência da compreensão da atividade de planejar como atividade complexa e multidisciplinar, que vai além do plano físico-territorial, mas incorpora a dimensão social, econômica e po-

lítica, sob a concepção do planejamento compreensivo alinhado ao reformismo social e buscando dar conta das múltiplas dimensões da vida urbana, como introduzida pelo MEH, resultado dos jogo de forças entre as concepções e os agentes que informaram o planejamento de Belo Horizonte em sintonia com o debate sobre o planejamento em níveis mais amplos, seja para a construção do aparato institucional que desemboca na criação do sistema do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), Banco Nacional de Habitação (BNH), seja a partir das interlocuções em nível internacional, com destaque para o Seminário de Técnicos y Funcionários en Planeamiento Urbano, realizado pelo Centro Interamericano de Vivienda y Planejamento (Cinva) em Bogotá em 1958, e para o intercâmbio de planejadores no âmbito dos programas de cooperação da ONU. Vale ressaltar que Le Bret, nesse período, atuava como *expert* na ONU na formulação de critérios e métodos para a construção dos primeiros indicadores do nível de vida da população mundial.<sup>8</sup> Conhecer a realidade das regiões subdesenvolvidas e sistematizá-la de maneira a possibilitar comparações tinha, portanto, uma duplo interesse, tanto para os interesses locais de planejamento e como para os grandes organismos mundiais.

Outra questão a ser considerada na trajetória do planejamento de Belo Horizonte nesse período refere-se ao deslocamento do planejamento autoral para o planejamento de maneira coletiva e multidisciplinar, em uma despersonalização da atividade. Se o urbanismo em Belo Horizonte estava sendo pensado e realizado a partir da autoria individual, assinado pelos grandes engenheiros urbanistas desde o plano inicial de Aarão Reis, de 1889, ou o Plano de Urbanismo de Lincoln Continentino, de 1934, o trabalho da Sagmacs, de 1958, introduz a dimensão coletiva e multidisciplinar do planejamento que se desloca para uma autoria institucional com a criação da Plambel. Nos volumes dos trabalhos realizados pela Sagmacs, podemos encontrar os nomes de toda a equipe de 41 pessoas, entre desenhistas, arquitetos, economistas, sociólogos, além dos nomes dos seis coordenadores que compunham a equipe principal. Já os volumes impressos dos trabalhos realizados pela Plambel não possuem os nomes dos profissionais responsáveis pela sua elaboração, constando apenas a autoria institucional despersonalizada.



Esse deslocamento do urbanismo autoral, assinado pelo destacado urbanista líder de uma equipe anônima, ao urbanismo institucional (ou mesmo anônimo),<sup>9</sup> para compreender o espaço institucional como campo de forças (BOURDIEU, 1996), como lugar de imbricação entre teoria e prática (FELDMAN, 2002), a partir da sua multiescalaridade constitutiva pelas ações individuais e processos políticos mais amplos, imprime aos relatos orais de ex-funcionários da Plambel – que até então estavam desconhecidos pela historiografia – importância fundamental para mapear os embates, conflitos, consensos encobertos pela aparente homogeneidade.<sup>10</sup> A compreensão da Plambel não como instituição homogênea, mas como espaço possível resultante dos embates entre os agentes, ideias e práticas, assim como as permanências e deslocamentos desde a emergência do planejamento metropolitano nos anos 1950 através do estudo da Sagmaçs, passa pelo esforço de desfiar as trajetórias e vinculações de seus componentes. Pudemos mapear 187 pessoas, entre funcionários e consultores da Plambel, que conformaram a instituição, o que demonstrou a diversidade e multiplicidade de áreas profissionais nas equipes compostas por economistas, arquitetos, sociólogos, entre outros profissionais, como uma constante.

Dos estudos elaborados pela Plambel nos primeiros anos de sua atuação, merece ser destacada a forte presença do componente social nas análises e propostas. Uma possível explicação pode ser tecida a partir da atuação do sociólogo Hiroshi Watanabe. Formado em sociologia pela Universidade de Minas Gerais – atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos anos 1950, Watanabe teve importante atuação junto às favelas, na universidade e no poder público nos diversos momentos da construção institucional do planejamento metropolitano, especialmente através de sua interlocução com o arquiteto Ney Werneck. Watanabe, funcionário Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DHBP)<sup>11</sup> – criado, segundo Watanabe e Braga (1962), sob os moldes do Cinva –, participou da equipe da Sagmaçs na elaboração do estudo “A aglomeração urbana de Belo Horizonte”, integrou em conjunto com José Moreira o corpo técnico do Escritório de Planejamento Urbano de Contagem (Epuç), liderado pelo arquiteto Ney Werneck,<sup>12</sup> e, também em conjunto com estes, formou o corpo técnico da Plambel nos anos 1970.

Para Moreira,<sup>13</sup> a experiência de Watanabe junto à equipe da Sagma, que se desenvolveu em sua atuação no DHBP, e sua experiência no Epuc foram de fundamental importância para que Ney Werneck o convidasse para compor o quadro da Plambel. A experiência de Hiroshi dizia respeito à incorporação do *survey* como método aprofundado de pesquisa social envolvendo múltiplos aspectos da vida social e da metodologia de tabulação e territorialização da análise sociológica e conjunto com os dados econômicos, o que se caracterizou como uma das importantes contribuições da Plambel em sua aplicação na pesquisa “Processos de morar”, que orientou todas as ações posteriores no que se refere à questão social e de moradia.

Além disso, a presença de Watanabe e sua dupla atuação na militância das questões das favelas e no poder público através da pesquisa-ação se revelam como uma insurgência no sentido de contribuir para a deflagração da perspectiva política e social do planejamento dentro da própria Plambel. Watanabe, como funcionário da Plambel (1979), expõe duras críticas à equipe em relação à “falta de consciência social e profissional aceitar o *status quo*, praticando o planejamento formal e autoritário, querendo agir como profissionais ‘isentos’, como meros aplicadores de formulas ‘neutras’” e lamenta o autoritarismo sendo praticado pela “ausência de participação da comunidade no diagnóstico dos problemas sociais”. Essas críticas iniciam uma redefinição das formas de participação das comunidades na Plambel, que, embora não institucionalizadas, indicam um processo de aproximação com o planejamento através da atuação dos próprios técnicos.

O forte vínculo entre a questão social, o planejamento metropolitano e a condição de subdesenvolvimento é desdobramento de um conjunto de trabalhos, realizados tanto por Werneck como por Watanabe no âmbito do DHBP do Governo do Estado de Minas Gerais, que podem ser considerados preliminares ao planejamento metropolitano institucionalizado. Entre eles, podemos citar os estudos *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte*, de 1966; *Expansão urbana na estrutura subdesenvolvida*, de 1965, realizado por Ney Werneck, Watanabe, Alípio Castelo Branco e Haroldo Nogueira; e “Contribuições para a análise do problema habitacional e organização territorial”, de 1965. Todos esses estudos foram, segundo Souza (2009),

oportunidade de aprofundamento do problema metropolitano e de formação de técnicos que terão substantiva importância para a criação da Plambel, destacando, nesse aspecto, a atuação de Ney Werneck, que foi o principal mentor e articulador para a institucionalização do órgão metropolitano.

Werneck, arquiteto da DHBP, após o desmonte desse órgão em 1964 e sua transferência para o Conselho Estadual de Desenvolvimento, passa a defender a elaboração de um plano metropolitano e a criação de um órgão metropolitano. Utilizando de suas relações pessoais e políticas com diretor de Planejamento e Pesquisa Urbana da Fundação João Pinheiro (FJP), Teodoro Lamounier, com o secretário de Planejamento Paulo Lima Vieira, entre outros, convence o governador Rondo Pacheco a buscar recursos do sistema de Financiamento de Planos (Fiplan) junto ao Serfhau para o planejamento metropolitano a ser elaborado pelos próprios técnicos, em detrimento da ideia de Paulo Valladares, então presidente da FJP, que defendia a contratação de uma empresa de consultoria para a elaboração do plano. A insistência de Werneck aos seus relacionamentos pessoais e políticos e suas negociações junto aos órgãos federais, estaduais e municipais desdobra-se na celebração, em 1971, do Convênio entre o Conselho Estadual de Desenvolvimento – representando o estado de Minas Gerais –, os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a FJP, para a elaboração do Plano Metropolitano e criação da Plambel como um setor da FJP, que se transforma em autarquia estadual em 1974, após a Lei Complementar Federal nº 14/1973, que centralizava a criação dos órgãos metropolitanos nos estados.

Assim, a trama conformada pela formação e atuação dessa equipe profissional para a elaboração dos estudos no âmbito do governo do estado, pelo debate sobre a questão metropolitana e o processo de institucionalização do planejamento em nível nacional – criação do Serfhau e do Fiplan – e pelas relações políticas e pessoais construídas entre os agentes, que resultaram na criação do primeiro organismo metropolitano, é um dos eixos de reflexão em andamento pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Escola de Arquitetura da UFMG.

---

## NOTAS

- 1 *Vide* os diversos programas e estruturas para o desenvolvimento urbano e regional criados desde a Constituição de 1946, que financiou a estruturação de organismos regionais montados durante os anos 1940e 1950, passando pelo amplo debate promovido pelo Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963 para a institucionalização do planejamento até a criação, já no período militar, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) nos anos 1960 e 1970.
- 2 A partir do Decreto-Lei nº 8.620, de 1946, que regulamenta em nível federal a profissão de urbanista, diversos cursos foram criados no Brasil, tendo como pioneiros os cursos da Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro; do Instituto de Belas Artes, em Porto Alegre; e da Escola de Arquitetura, em Belo Horizonte.
- 3 Uma das características importantes dos trabalhos realizados pela equipe de Lebet e pela Sagmacs no Brasil é a perspectiva multiescalar de análise e de propostas, não se limitando à unidade administrativa objeto dos contratos.
- 4 Essa ideia foi desenvolvida por Feldman na conferencia de abertura do IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil (Suub) em outubro de 2019.
- 5 Em 1997, iniciamos no grupo de pesquisa do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP)/São Carlos, coordenado pelos professores Nabil Bonduki, Sarah Feldman e Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Nessa ocasião, a pesquisa “Legislação urbanística e cidades planejadas no Brasil” buscava compreender, por um lado, as concepções urbanísticas presentes nos planos urbanísticos e, por outro, a configuração da rede de cidades planejadas como parte da política de expansão econômica e de ocupação do território no período de 1930 a 1964. A perspectiva multiescalar e a ideia de trama como modos de escrita da historiografia do planejamento, suas fontes e métodos foram mais aprofundadas em Chiquito (2011) “Imbricações entre a CIBPU, Louis-Joseph Lebet e a ONU na formulação dos ‘problemas de desenvolvimento’: fontes documentais e métodos de pesquisa”, comunicação apresentada no Colóquio Internacional Urbanismo e o Movimento Economia e Humanismo na América Latina, e desenvolvidas no livro de Chiquito *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento* (2016), que resulta da tese de doutorado. Atualmente, essa abordagem tem sido explorada pelas pesquisas “Planejamento metropolitano em Minas Gerais: origens, concepções, permanências e deslocamentos na atuação do PLAMBEL (1971-1996)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e “A Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel): ideias, práticas e agentes na

gênese do planejamento metropolitano mineiro” sob nossa coordenação na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- 6 Conforme o trabalho de Lima e Gomes (1999) e Oliveira (2015), Continentino permaneceu como consultor da Prefeitura de Belo Horizonte e do SPD da cidade entre 1945 e 1959. A atuação de Continentino, segundo Lima, é marcada por trabalhos de obras públicas de engenharia e saneamento e pelo urbanismo no que se refere à proposta de cidades novas.
- 7 Na década de 1950, a Sigmac já havia realizado diversos trabalhos no Brasil, como os estudos regionais “Problemas de Desenvolvimento, Necessidades e Possibilidades”, para a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), e “A estrutura urbana da aglomeração paulistana”, para a Prefeitura de São Paulo.
- 8 Sobre esse aspecto, ver: Chiquito (2016).
- 9 Alguns autores demonstraram esse deslocamento, com destaque para o trabalho de Fernandes, A. (2019) “Autorismo e Prosopografia em Urbanismo. Reflexões e empirias”, apresentado no IV Suub, e ainda a tese de Ferreira (2007) “Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU”, que mostra o uso da autoria de sociedades anônimas, estratégia de atuação profissional quase clandestina de perseguidos políticos pela ditadura.
- 10 Para o mapeamento dos profissionais, suas ideias e embates, ganham importância as entrevistas e relatos dos ex-técnicos, localizados por uma rede de informações pessoais.
- 11 O DHBP foi criado em 1965 – Lei nº 517, de 29 de novembro de 1955 – para atuar na questão das favelas. Em 1967, o DHBP foi incorporado à administração direta da prefeitura e, em 1971, foi substituído pela Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel).
- 12 Essa equipe composta por Werneck, Watanabe e Moreira foi logo demitida do Epuc por não praticar um “planejamento neutro”, passando a integrar, nos anos 1970, a Secretaria do Trabalho e da Cultura Popular.
- 13 Entrevista realizada com José Moreira e João Gabriel Teixeira em 29 de março de 2019.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Welber da Silva; WATANABE, Hiroshi. *Morro do Querosene: alguns aspectos da formação de uma favela*. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais/ Departamento de Bairros e Habitações Populares, 1960.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Imbricações entre a CIBPU, Louis-Joseph Lebrét e a ONU na formulação dos “problemas de desenvolvimento” fontes documentais e métodos de pesquisa. In: COLOQUIO INTERNACIONAL URBANISMO E O MOVIMENTO ECONOMIA E HUMANISMO NA AMÉRICA LATINA, 2011, Recife. *Anais [...]*. Recife: FUNDAJ, 2011.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. São Paulo: Alameda, 2016.

FELDMAN, Sarah. Instituições de Urbanismo no Brasil: espaços de intermediação entre pensamento e prática. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 7., 2002, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: PPGAU-UFBA, 2002. v. 1.

FELDMAN, Sarah. Entre o regional e o metropolitano: pensamento urbanístico e metrópole no Brasil na década de 1950. *Revista USP*, São Paulo, n. 102, p. 13-22, jun./jul./ago. 2014.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento: São Paulo: 1947-1972*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2005.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. Tradução de Fernanda Arêas Peixoto.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 2.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FUPAM, 1999.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Organização Heliana A. Salgueiro. São Paulo: EdUSP, 2001.

GOMES, Marco Aurélio A; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte (1895-1961). In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FUPAM, 1999.

MARQUES, Ana Luiza Luciano. Gaston Bardet e a formação do urbanismo em Belo Horizonte: embates e permanências. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 15., Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. Departamento de Habitação Popular. *Contribuições para a análise do problema habitacional e organização territorial*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1965.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. Departamento de Habitação Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte: dados preliminares*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1966. Mimeo.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A SAGMACS no Brasil e o planejamento urbano em Belo Horizonte (1958-1962). *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 338-360, mar. 2015.

PONTUAL, Virginia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar – prática urbanística, CEPUR e SAGMACS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 158-188, maio 2011.

PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EdUC, 1994.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVEL, Jacques. A instituição e o social. In: REVEL, Jacques (org.). *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 117-140.

SOUZA, José Moreira de Souza. *Arranjos institucionais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUCMINAS/UBC, 2009. Disponível em: [http://www.chs.ubc.ca/consortia/courses/C-20090504/Moreira-Arranjos\\_Institucionais\\_RMBH.pdf](http://www.chs.ubc.ca/consortia/courses/C-20090504/Moreira-Arranjos_Institucionais_RMBH.pdf). Acesso em: 4 jul. 2020.

WATANABE, Hiroshi; BRAGA, Welber da Silva (org.). *Várzea do Pantana*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacionais de Minas Gerais, 1962.

WERNECK, Nei Pereira Furquim et al. *Expansão Urbana na estrutura subdesenvolvida*. Belo Horizonte: Departamento da Habitação Popular, Secretaria de Estado do Trabalho, 1965.



N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
E M B A T E S

*Paradigmas da formação profissional  
em Urbanismo no Brasil*



L U I Z  
A N T O N I O  
D E S O U Z A



V I N Í C I U S  
R A F A E L  
V I A N A  
S A N T O S



I G O R  
M O N T E  
D A S I L V A

Também as formações *nebulosas* na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94, grifo nosso)

## INTRODUÇÃO

**E**m *A estrutura das revoluções científicas* (2018), o físico Thomas Kuhn criou o conceito de “paradigma” para designar toda realização científica que na análise da história da ciência, em sua totalidade ou enquanto campo intelectual específico,<sup>1</sup> pudesse ser vista como um “exemplo” que serviu de base para moldar toda a produção de conhecimento subsequente à sua efetivação. Para Kuhn (2018), a leitura da história da ciência como um processo de emergência, hegemonia, declínio e ruptura de

paradigmas permitiria uma “compreensão” da evolução da ciência não como acumulação progressiva de conhecimentos, mas como um campo de processos heterogêneos, oposições e disputas de conhecimentos.

Ainda que Kuhn enquadre como “paradigmas” as realizações científicas caracterizadas por conceber leis gerais, teorias, modelos interpretativos e instrumentos que explicaram, sobretudo, fenômenos naturais, parece-nos interessante empregar esse conceito também para explicar um fenômeno que é essencialmente social: os modelos de formação profissional em Urbanismo no Brasil.

Como tal, uma formação profissional compreende a transmissão de saberes sobre uma determinada prática entre agentes sociais que, ao fazê-lo, orienta a concepção do próprio saber durante o período de aprendizagem e também nas experiências de sua aplicação. É pela capacidade de determinar o que é o saber ensinado e como ele deve ser utilizado, ao apresentar os conceitos, as leis e as teorias junto com suas aplicações e através delas – compondo uma base que, se não molda completamente, muito influencia as realizações dos agentes que nela são “formados” –, que os modelos de formação profissional, enquanto unidades históricas e pedagógicas, podem ser vistos como “exemplos” semelhantes àqueles trabalhados por Kuhn e denominados de “paradigmas”.

A cronografia das experiências de formação profissional na constituição do campo do urbanismo no Brasil, em especial a partir do século XX, possibilita a observação de iniciativas gestadas por diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), com conexões e convergências capazes de indicar a existência tanto de paradigmas de formação quanto das suas temporalidades.

Os paradigmas de formação, com todas as suas regras e condições, nem sempre são completamente enunciados pelos agentes que os engendram no contexto histórico em que emergem e no tempo (período) em que perduram. Segundo Kuhn (2018), paradigmas podem orientar as práticas de agentes inseridos em campos científicos – determinando, por exemplo, o modo como os problemas e suas soluções são formulados – sem terem precisadas todas as características que

lhes conferem o *status* que detêm. Seu corpo de regras e pressupostos, normalmente, só se torna inteiramente conhecido quando pesquisas históricas têm a intenção de revelá-lo.

Nesse sentido, este texto investiga a existência de conexões entre instituições, normas e iniciativas de ensino para “revelar” quais paradigmas moldaram, em diferentes períodos, a formação profissional em Urbanismo no Brasil, a partir de um percurso histórico que ganha corpo e consistência, em especial, a partir de 1935, sem perder de vista as ideias e discursos que antecederam e alimentaram a sua institucionalização. Munido dessa intenção, procura também evidenciar as rupturas que, motivadas por fatores endógenos e/ou exógenos às IES, implicaram o declínio de cada paradigma de formação então vigente e a emergência de um novo, sem deixar passar a possibilidade da coexistência de paradigmas.

A coexistência é um elemento novo em relação às proposições originais de Kuhn. Se, nos exemplos de Kuhn, a melhor conceituação de uma “lei da física” por um determinado paradigma significava o abandono (a morte) daquele que anteriormente vigorava no “campo da física” – e que não oferecia uma resposta tão eficaz para o fenômeno abordado –, vê-se que, no caso do mundo social – e especificamente dos paradigmas de formação profissional –, a emergência de um novo paradigma nem sempre implica o total abandono de um existente, tampouco impossibilita a sua retomada, total ou parcial, num outro período.

Importa também ressaltar que este texto é tributário do “modo de pensar por nebulosas” (PEREIRA, 2018), tão caro aos grupos de pesquisa que compõem a Cronologia do Pensamento Urbanístico. Recorrer às nebulosas para analisar as experiências de formação profissional em Urbanismo que eclodem no Brasil – e dos fatores exógenos a elas conectados –, como representado na Figura 1, possibilita melhor observar as conexões, emergências, continuidades, rupturas e repetições que trazem consigo, o que se mostrou um importante método para identificar quais paradigmas orientaram as diferentes experiências.

# NEBULOSA DAS FORMAÇÕES PROFISSIONAIS EM URBANISMO NO BRASIL [1935 - PRESENTE]

Decreto Nº 23.569/1933, regula as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor [1933]

Transformação da Universidade do Rio de Janeiro em Universidade Nacional do Brasil (UNB) [1937]

Início do Curso de Urbanismo para Graduados da UDF [1935]

Fechamento da UDF e do Curso de Urbanismo para Graduados [1939]

Plano de Agache para o Rio de Janeiro [1926-1930]

Início do Curso de Urbanismo para Graduados da EA-UFMG [1950]

Início do Curso de Urbanismo para Graduados da FA-UFRGS [1954]

Parecer Nº 192/1951 do CFE Definiu a Estrutura da FNA/UNB como modelo para as IES do Brasil [1951]

Início do Curso de Urbanismo para Graduados da FNA-UNB [1953]

Transformação da UNB em UFRJ e da FNA em FAU [1960]

Lei Nº 5.540, Reforma Universitária da Ditadura Militar [1968]

Nova Constituição Federal [1988]

Encerramento do Curso de Urbanismo *Latu Sensu* da FAU-UFRJ [1992]

Processo Nº 5.417 da UFRJ Transforma o Curso de Urbanismo da FAU-UFRJ em *Latu Sensu* [1970]

Parecer Nº 714/1990 do CFE - Apostilou o título de Urbanista ao Diploma de Arquiteto [1990]

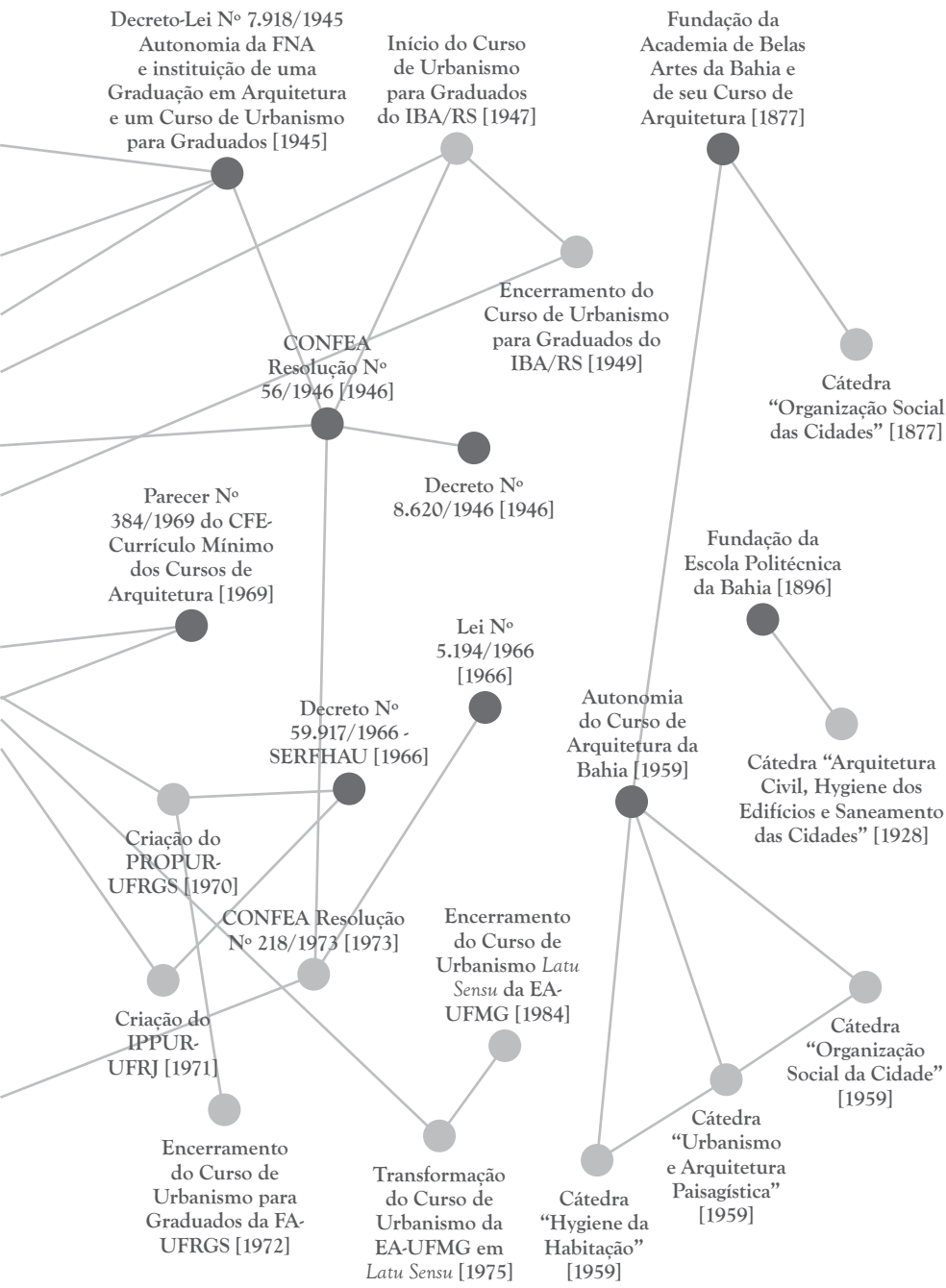
Criação do PROURB-FAU-UFRJ [1993]

CONFEA Resolução Nº 1010/2005 [2005]

Lei Nº 12.378/2010 (CAU) [2010]

Criação da área de Arquitetura e Urbanismo na CAPES [1993]

Criação do Curso de Bacharelado em Urbanismo da UNEB [1995]





ANTECEDENTES À DISPUTA PELO CAMPO DE CONHECIMENTO  
DO URBANISMO

Os grupos sociais tendem a constituir-se em coligações e alianças que, vertebradas por ideias afins, formam, difundem e reproduzem valores e compromissos. Essas ideias, necessariamente, revelam visões de mundo e, mais que isso, atuam no sentido de infundir uma expansão de seus modos de pensar e produzir conhecimentos necessários a uma dada formação socioespacial.

Que valor se pode dar a certas abstrações de certas épocas históricas ao confrontá-las com os acontecimentos objetivos? A atribuição de valor aos acontecimentos é condição essencial para o debate e o cotejamento de ideias. Assim, a ideia de cidade, quando situada na formação social do Brasil, não pode prescindir de levar em consideração que a relação de poder que marca nossa sociedade por mais tempo é a escravidão. A escravidão é a semente da sociedade desigual, perversa e excludente do Brasil e marca também a estrutura de nossas cidades e o conseqüente urbano. (SOUZA, 2014)

Convém observar que o longo processo da escravidão no Brasil, seja dos “negros da terra”, seja dos negros africanos, entre as inúmeras heranças impresumíveis durante seus mais de 350 anos de duração, embotou o papel da cidade como *locus* privilegiado da concentração e circulação das mercadorias e ideias, retardando-o no que pôde. E não só isso. Ao remeter a funcionalização da cidade ao expediente das mãos e pés negros, gerou agrupamentos sociais com precária dotação de infraestrutura técnica e suas respectivas redes, o que não quer dizer que se tenha precedido da cidade, pois era exigido o seu papel de instrumento de controle social e de articulação com os centros financiadores da economia dentro do circuito capitalista da produção. A cidade de Salvador, por exemplo, foi planejada, inicialmente, para ser o centro administrativo e militar do Império português na América e foi, durante 214 anos, capital do Brasil Colônia. Com sua importância geopolítica, ela incorporava as inovações técnicas cabíveis a uma cidade rodeada por engenhos, dotada de complexo

aparato burocrático e movida pelo trabalho escravo. Foi a vanguarda das inovações tecnológicas orientadas para o desenvolvimento das atividades portuárias e comerciais, respaldadas por importante aparato jurídico e direcionadas à dotação das condições de conforto das suas elites.

Várias empresas de infraestruturas técnicas locais e, sobretudo, estrangeiras – transporte, energia elétrica, saneamento, entre outras – atuaram em Salvador para fazê-la uma cidade:

- a. limpa: a Companhia do Queimado foi a primeira concessionária de águas do Brasil;
- b. funcional: foram inúmeras as intervenções que atualizaram a forma física irregular da cidade, com aterros e melhorias portuárias;
- c. aerada: de tal modo que melhorasse as suas condições sanitárias e de higiene;
- d. avançada: por exemplo, as 11 torneiras instaladas para combate a incêndios;
- e. europeizada: de modo, a apagar as pegadas da escravidão tão reveladas por sua configuração socioespacial; e
- f. moderna e civilizada: como a implantação do emblemático Elevador Hidráulico da Conceição,<sup>2</sup> equipamento público de transporte vertical de passageiros, movido a vapor, com função de articular as demandas de deslocamento entre a sede administrativa e o núcleo comercial-portuário da cidade de Salvador.

No Brasil de 1872, o seu primeiro Censo revela uma população de quase 10 milhões de habitantes, sendo 1,5 milhões de escravos, dos quais 12% estavam na província da Bahia e 37% na província do Rio

de Janeiro. Nesse mesmo Censo, Salvador era a segunda maior cidade do país, atrás do Rio de Janeiro, que possuía o dobro de habitantes. (IBGE, 2010a) Contudo, a província da Bahia possuía quatro das dez maiores cidades do reino: além de Salvador, que detinha 9% da população da província, Cachoeira, Rio de Contas e Santo Amaro. (IBGE, 2010b) Em 1890, portanto dois anos após a Lei Áurea e um ano depois de proclamada a República, a cidade de Salvador exibiu um crescimento de população de 35% em relação à registrada em 1872. Sabe-se que os avanços científicos e políticos estão associados ao crescimento demográfico, mas sempre submetidos às relações de poder estabelecidas.

Já no Censo de 1890, realizado um ano após estabelecida a Primeira República (1889-1930), Salvador mantinha-se com 9% do total da população do estado da Bahia, então com pouco mais de 1,9 milhões de habitantes. (IBGE, 2010a) Nessa década, Salvador continua a acompanhar as exigências do capitalismo em expansão. Como observa Sampaio (2005), entre 1870 e 1900, a cidade se articula enquanto processo físico de expansão e atualiza-se de acordo com os avanços dos saberes demandados pelo desenvolvimento das suas forças produtivas. A energia elétrica chega para movimentar os bondes antes mesmo de iluminar as ruas, as repartições públicas e as residências, obviamente, aquelas dos abastados.

Quanto à desigualdade social e às questões objetivas da existência material da vida de certos segmentos sociais na cidade, constituídos por ex-escravos, libertos, pobres e desvalidos, pouco se fala, em uma sociedade em que as ocupações estavam estruturadas, basicamente, em “profissões liberais” e “profissões manuais ou mecânicas” (IMPERIO DO BRAZIL, 1872) e, seguramente, de ocupações em serviços para funcionamento da vida na cidade. Da senzala, a primeira política de moradia do Brasil engendrada pelo modo de produção escravista, o salto foi para ocupações e moradias nos quilombos, mocambos, cortiços e casebres e “avenidas” na cidade de Salvador.

Na esteira da organização sanitária, promovida pelo governador da Bahia – o médico Joaquim Manoel Rodrigues Lima (1892-1896) –,

estava um concurso público para o projeto de concessão de esgoto para Salvador, afinado com as orientações nacionais higienistas da Primeira República.<sup>3</sup> Vence a proposta apresentada, em 1894, pelo arquiteto Adolfo Morales de los Rios y Garcia de Pimentel e pelo engenheiro Justino da Silveira Franca, empreendimento que não prospera em razão da resistência de proprietários e inquilinos à proposta de tarifação do serviço.

Morales de los Rios era um arquiteto espanhol andaluz, nascido em Sevilha, que, a partir de 1889, fixou residência no Brasil. É provável que, no final do século XIX, a disputa pela territorialização do conhecimento ou domínio de campos de conhecimento não se mostrasse tão acirrada, de tal modo que um arquiteto estrangeiro pudesse – a partir do discurso intelectual e do lugar de onde fala – apresentar-se como engenheiro sem incorrer em falta ética. Egresso da Escola de Belas Artes de Paris, onde se graduou em Arquitetura, organizou uma planta da cidade de Salvador, em que cobriu sua área mais densamente povoada, que deve ter servido para um melhor conhecimento do sítio de Salvador e de seus vetores de expansão, variáveis necessárias para embasar o plano empresarial de saneamento apresentado.

Junto com o engenheiro Justino da Silveira Franca, apresentou também um plano de extensão para concessão de uma linha de transporte público elétrico na direção à expansão sul, ao longo da Orla Atlântica de Salvador, e um empreendimento imobiliário “Ondina – Cidade Balneária”, com 187 lotes, praças, vias hierarquizadas, parque, quiosques e reserva de áreas para edifícios administrativos e infraestrutura social.<sup>4</sup> Como empreendedor, Morales de los Rios elaborou um plano para a cidade de Teresópolis (RJ), propôs a construção da Estrada de Ferro Norte de Alagoas e a rodovia de ligação Caeté-Peçanha, em Minas Gerais, construída pela Companhia Auto Viação Centro de Minas, de sua propriedade. No Rio de Janeiro, foi marcante a sua contribuição como arquiteto no projeto de remodelação urbanística do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> É de sua autoria, entre outros, o edifício que abrigou a Escola Nacional de Belas Artes, onde ingressou como professor, em 1897, tendo sob

sua responsabilidade as aulas de projeto, desenho, história e teoria da arquitetura.

Em 1895, Morales de los Rios, junto com os engenheiros baianos Justino Silveira Franca e Miguel Teive e Argollo, elaborou o *Mappa da Bahia*, contendo a rede geral da viação férrea do estado. Observe-se que Justino Silveira Franca ocupou vários cargos públicos, entre os quais o de superintendente das Estradas de Rodagem da Bahia; de diretor das Estradas de Ferro de Santo Amaro e de Nazaré; fiscal de Construção da Estrada de Ferro S. Miguel; e ocupou o cargo de fiscal de Melhoramentos da Capital, em Salvador (BA). Já Miguel Teive e Argollo é considerado como um dos pioneiros na construção de ferrovias no Brasil, graduou-se pelo Instituto Politécnico Rensselaer (RPI), em 1871, na mesma instituição norte-americana onde estudaram os irmãos Lacerda. Foi engenheiro assistente da Companhia de Ferro Sorocaba, em São Paulo. Posteriormente, recebeu a concessão para construção e exploração da ferrovia Bahia (Caravelas) Minas, sendo também seu engenheiro e arrendatário. Chegou a ter a concessão das quatro principais estradas de ferro da Bahia, todas adquiridas, posteriormente, por uma empresa franco-belga. Entre as suas incursões profissionais, encontra-se também a elaboração da Planta Cadastral do Rio de Janeiro.

Somente em 1896, através da iniciativa de particulares e do Governo do Estado Bahia, foram estabelecidas as condições objetivas para implantação do Instituto Politécnico da Bahia, embrião para criação de uma escola politécnica – de inspiração no “figurino francês” da *L'École Polytechnique* de Paris, que adota o lema “Pela ciência, pela instrução e pela pátria” –, visando “formar engenheiros necessários ao desenvolvimento do estado e do país”. Cabe observar que o lema da Escola francesa fundada, em 1794, era *Pour la Patrie les Sciences et la Gloire*.<sup>6</sup> A ideia da criação do Instituto Politécnico da Bahia surge do plano do engenheiro baiano de Santo Amaro (BA) Arlindo Coelho Fragoso, que havia concluído o curso de engenheiro civil, em 1885, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Três anos depois, ingressou como docente na Escola Agrícola da Bahia – primeira instituição técnico-científica a formar engenheiros agrônomos no

Brasil. A escola era conhecida como Escola de São Bento das Lages, que sucedeu a Imperial Escola Agrícola da Bahia, criada em 1875, em São Francisco do Conde.<sup>7</sup>

Fragoso motivou mais nove colegas engenheiros no projeto e foi o primeiro diretor do Instituto Politécnico da Bahia, tendo como primeiro secretário Justino da Silveira Franca, personagem referido anteriormente. Em 1903, a escola diplomou sua primeira turma, sendo cinco engenheiros geógrafos e três engenheiros civis. Observe-se que a formação de profissionais da engenharia será essencial para os desafios da modernização de Salvador, idealizada por suas elites políticas e econômicas, assentadas sobretudo no binômio saneamento e “urbanismo”, no significado histórico que se conferia então ao termo e à prática profissional. O ideário subjacente ao urbanismo na Escola Politécnica estava sob a responsabilidade do professor e engenheiro Jayme Cunha da Gama Abreu, a quem cabia ministrar “Arquitetura Civil, Higiene dos Edifícios e Saneamento das Cidades”, cátedra que assumiu mediante concurso em 1928..

Observe-se que, na Academia de Belas Artes da Bahia, fundada em Salvador, em 1877, pelo pintor espanhol valenciano Miguel Navarro Cañizares, funcionava também um curso de Arquitetura. Entre as suas disciplinas formativas, o ideário urbanístico estava presente na cadeira de Organização Social das Cidades, ministrada pelo professor José Acácio Ferreira. Quando, em 1959, o curso de Arquitetura adquiriu autonomia e desligou-se da Escola de Belas Artes – num movimento que, como se verá mais à frente, estava alinhado com outras IES do Brasil –, três disciplinas vão sintetizar o ideário da discussão sobre urbanismo:<sup>8</sup> Higiene da Habitação, sob a responsabilidade do engenheiro civil professor Jaime Cunha da Gama Abreu;<sup>9</sup> Urbanismo e Arquitetura Paisagística, ministrada pelo também engenheiro civil professor Oscar Caetano da Silva; e a de Organização Social da Cidade, a cargo do sociólogo professor Admar Braga Guimarães.<sup>10</sup>

Muito ainda deveria ser narrado; contudo, entende-se que o esquematizado até aqui seja suficiente para colher alguns sinais do

ensionamento de um campo de saber e produção do conhecimento “em disputa”, com desdobramentos no campo da formação e da práxis.

Não raro, quando nos referimos às “ideias” do urbanismo no Brasil, pouco questionamos o papel da penetração dos mecanismos ideológicos para a colonização de princípios e ideias e a difusão massiva que exercem certas manifestações que nos levam a adotar personagens e figurinos. Isso neutraliza ou confere timidez às possibilidades de acionar um pensamento crítico emancipador frente à nossa realidade e ao saber urbanístico.

Uma nota exemplar desse fato pode ser sintetizada na emblemática indicação do arquiteto franco-suíço Le Corbusier ao Prêmio Nobel da Paz, nos anos 1950, por iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB): “Além de uma honra para os arquitetos de todo o mundo, tal gesto viria ainda servir de estímulo aos que procuram aplicar as novas concepções do urbanismo *na reconstrução das cidades que a guerra destruiu*”. (MEMORIAL..., 1950, p. 2, grifo nosso) Na fundamentação dessa indicação, consta:

A obra de Le Corbusier é toda ela coltada, integralmente, para a *Paz*. É planificação da *Cidade pacífica*. Elaborada em termos estritamente técnicos, em função do homem comum e visando a recuperação do sentido lírico da vida, que constitui o tema constante da sua obra, mantida sempre num plano eminentemente apolítico. (MEMORIAL, 1950, p. 2, grifo do autor)

Tal fragmento expressa um discurso ideológico sobre uma prática que dificilmente se adequaria a uma “cidade real” como Salvador ou mesmo a outras cidades do país, posto que o Brasil nunca teve cidades destruídas por conflitos mundiais. Tinha (e tem) cidades que são o *locus* da contradição e estão muito longe de ser “cidades pacíficas”. Ao contrário, vivenciam em seus cotidianos uma guerra constante estabelecida pelos grupos sociais que travam entre si disputas por espaço, território, narrativas, saberes e projetos de vida, marcadas pela segregação e fundamentadas pela herança escravocrata.

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE URBANISMO: PRINCÍPIO DE UMA DISPUTA

A institucionalização do ensino profissional de urbanismo no Brasil deu-se num contexto histórico de efervescência política e social. A reforma do Estado brasileiro promovida por Vargas – que deu origem a duas constituições e uma ditadura, interrompendo por 12 anos a democracia no país – assentou as bases do processo de industrialização – espacialmente desigual e combinada – e, conseqüentemente, do processo de urbanização do Brasil. A população urbana deixou o percentual de 6,8% a 10%, que a representava no fim do século XIX, para chegar a 68,86% nos 50 anos que se seguiram a esse período. (OLIVEIRA, 2018; SANTOS, 2013)

O *boom* da urbanização brasileira tornou inadiável a pauta dos problemas decorrentes do crescimento das cidades, assim como dos saberes necessários à sua compreensão e mitigação das consequências desse processo. A forte influência cultural francesa entre as elites do país aparece como provável razão da palavra “urbanismo”, traduzida de “urbanisme”, ter sido introduzida no léxico local para designar, ora de modo mais geral, ora de modo mais específico, os saberes e as ações voltadas à correção dos problemas urbanos. O trabalho do arquiteto francês Alfred Agache, no plano “de Extensão, Remodelação e Embellezamentos” do Rio de Janeiro, iniciado em 1926 e concluído em 1930 – ano da revolução varguista –, foi uma evidente manifestação dessa influência e, certamente, uma contribuição determinante para fixar na palavra “urbanismo” a designação específica de “remodelar” a cidade ao “[...] estudar-lhe a *composição*, pôr em ordem os diversos elementos necessários á sua existência, dar mais valor a certas partes que a outras, preparar a *distribuição dos futuros monumentos* que emmoldurem os existentes, *cuidar das perspectivas* [...]”. (AGACHE, 1930, p. 8, grifo nosso)

Nesse contexto, o primeiro curso de formação profissional em Urbanismo é criado junto com a Universidade do Distrito Federal (UDF), então Rio de Janeiro, em 1935. Com duração de dois anos e oferta de dez vagas de ingresso anual, integrava a classe dos cursos



de “formação superior em artes” e destinava-se a “graduar” arquitetos e engenheiros como “urbanistas”. (ALVIM; RIGHI, 2011) Era, portanto, um curso voltado a “completar” a formação de profissionais já diplomados. Por essa razão, pode ser apontado também como um fruto da disseminação do trabalho e do discurso de Agache,<sup>11</sup> uma vez que ele, nas conferências que proferiu durante a elaboração de seu plano, já havia afirmado ser “evidente que uma planta de cidade pôde ser unicamente confiada a um architecto ou a um engenheiro”. (AGACHE, 1930, p. 14)

Para Agache (1930), a arquitetura e a engenharia eram profissões diversas – quanto aos seus métodos – voltadas a um mesmo fim e o urbanismo, uma espécie de “aplicação” de ambas à totalidade da cidade. O “architecto-urbanista” seria o responsável pelo “traçado das linhas gerais de um plano” e o “engenheiro-urbanista” o responsável por

[...] estudar uma série de questões praticas e precisas; taes como o encaminhamento das aguas nas suas fontes, a sahida das materias inuteis, as questões de transporte, e, antes destas, as que dizem respeito á geodesia, á topographia, aos calculos estatisticos, etc. [...]. (AGACHE, 1930, p. 15)

Ao considerar o público-alvo do curso da UDF, nota-se que a concepção de urbanismo que estruturou sua proposta de formação é convergente com aquela concebida por Agache e também com a da própria regulamentação profissional de 1933, que instituiu os “serviços de urbanismo” como competência compartilhada de arquitetos, engenheiros-arquitetos e engenheiros civis. É interessante notar que, ao definir, no plano teórico e também do exercício profissional, uma divisão técnica e social do trabalho, ela traz também, de modo subjacente, uma construção do urbanismo enquanto disciplina.

Milton Santos (2017, p. 20) afirma que “uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente do saber geral”. Sua construção dá-se pela delimitação de uma parcela da realidade total tomada como objeto de conhecimento. A abordagem da parcela, com a

constituição e operação de categorias e instrumentos de análise conformados num método, é que determina a coerência e a autonomia da disciplina em relação às outras disciplinas e à totalidade do saber. (SANTOS, 2017)

A partir dessa compreensão, a construção disciplinar do urbanismo subjacente ao curso da UDF pode ser explicada como uma transferência de objetos da arquitetura e/ou da engenharia para tratar do espaço da cidade. Ela não corresponde à construção de uma disciplina “autônoma”, nos termos referidos por Santos, porque não constrói um objeto (e um método) para o urbanismo, mas propõe como seu objeto aquele já constituído para a arquitetura e/ou para a engenharia. Nesses termos, o urbanismo é tomado como uma espécie de “disciplina heterônoma”, subordinada, como em Agache, à aplicação dos objetos (e dos métodos) da arquitetura e da engenharia para a análise e a ação sobre a cidade.

Duas constatações gerais sobre essa construção disciplinar merecem ser ressaltadas: primeiro, que a engenharia e a arquitetura, apesar do período marcado pela emergência do debate sobre a definição e distinção de seus próprios objetos, gozavam de igualdade no domínio das atividades de urbanismo. Isso sugere a existência de um consenso que, como se verá mais à frente, não será mantido nos próximos anos; segundo, que mesmo concebendo o urbanismo como “aplicação” dos objetos da arquitetura e da engenharia à abordagem da cidade, se requisitava o complemento da formação oferecida na graduação, o que sugere a existência do entendimento de que cada uma das graduações, sozinha, não contemplava a formação do urbanista.

Apesar de ter sido encerrada junto com a UDF, em 1939, a experiência do curso de Urbanismo para graduados pode ser vista como início de um paradigma que vigorou por mais de 30 anos no Brasil. Já em 1945, a fundação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) na Universidade Nacional do Brasil (UNB) – um marco da conquista da autonomia da arquitetura em relação à engenharia e às belas artes – apresentou em sua estrutura a proposta de um curso de Urbanismo nos mesmos moldes daquele que existira na UDF.

A FNA iniciou suas atividades apenas a partir de 1953, mas seu curso foi não só um herdeiro como também um potencializador da divisão técnica e social do trabalho – e da concepção disciplinar – instaurada pelo curso da UDF. O fato da regulamentação profissional, de janeiro de 1946, autorizar o então Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea) a definir em suas resoluções às atribuições da “profissão civil” de “urbanista” parece estar intimamente ligado ao curso de Urbanismo proposto no Decreto-Lei nº 7.918/1945, que instituiu a organização da FNA-UNB. (BRASIL, 1945, 1946) Essa ligação parece ser reforçada quando observamos que, a despeito do não funcionamento imediato do curso da FNA-UNB, o Confea emitiu, em agosto do mesmo ano, na Resolução nº 56, as disposições sobre o exercício da profissão de urbanista. Nelas, previa que o registro de “urbanista” só seria concedido “aos diplomados por curso de urbanismo de estabelecimento de Ensino de grau superior do Brasil”.<sup>12</sup> (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, 1946)

Ao considerar que, em 1951, o Parecer nº 192 do Conselho Federal de Educação (CFE) definiu o currículo da FNA-UNB como padrão para todas as IES do país, podemos inferir a existência de uma verdadeira estrutura institucional nacional que condicionava o ensino e o exercício do urbanismo no Brasil ao paradigma instaurado pelo curso da UDF.

As experiências desenvolvidas em outros estados do Brasil também reforçam essa constatação. Mesmo antes do Parecer nº 192/1951, o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (IBA) já havia mantido, entre 1947 e 1949, um curso de Urbanismo nos mesmos moldes do “padrão FNA-UNB”. A experiência foi encerrada no contexto das reestruturações institucionais que incorporaram o IBA à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e deram origem à sua Faculdade de Arquitetura (FA-UFRGS) nos anos 1950. Estudando detidamente a experiência de ensino do curso do IBA, Mello (2016) revela que a concepção de urbanismo ali reproduzida estava centrada na abordagem da cidade como um artefato manipulável a partir da composição estética-geométrica de seu espaço. A explicação de Mello de que, na tradição de ensino do IBA, a arquite-

tura era compreendida como área de “domínio da composição” nos leva a entender que seu curso de Urbanismo, muito provavelmente, concebia o urbanismo como “disciplina heterônoma” construída pela transferência do objeto da arquitetura para a abordagem da cidade, numa inegável semelhança com a estrutura epistemológica vista na proposta do curso da UDF.

Já no âmbito da FA-UFRGS, a experiência do curso do IBA é retomada a partir de 1954, com uma breve interrupção em 1958 e retorno em 1959. Sobre esse período, Mello nos traz uma informação que aponta para o começo da dissolução do consenso que mantinha arquitetos e engenheiros com igual “direito” sobre o urbanismo: a inserção de uma prova de “planejamento” – entendido naquele contexto como sinônimo de “projeto construtivo” – como exigência para o ingresso no curso de Urbanismo da FA-UFRGS. Como a prova “consistia na elaboração de uma composição em escala grande”, Mello (2016, p. 347) não hesita em concluir que ela “foi incorporada ao exame de admissão no curso como forma de restringir seu acesso apenas aos arquitetos”.

Assim como no caso gaúcho, um curso de Urbanismo para graduados funcionou a partir de 1950 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG). Soares (2004, p. 128) afirma que o curso, como seus congêneres, tinha um caráter profissionalizante, porque, além de obedecer às exigências legais de ensino do padrão FNA-UNB, buscava conferir aos seus egressos as condições para atender às exigências legais do Confea para se habilitarem como urbanistas.

Pelas convergências e conexões evidenciadas, as experiências dos cursos de Urbanismo para graduados das instituições mencionadas<sup>13</sup> – resumidas no Quadro 1 – podem ser vistas como manifestações de um paradigma que tinha como regras (ou condições) principais: i) a concepção do urbanismo como “disciplina” emergente da transferência dos objetos de conhecimento da arquitetura e/ou da engenharia; e ii) o reconhecimento da necessidade de complementar a formação de arquitetos e engenheiros para capacitá-los para essa “transferência” e, assim, habilitá-los legalmente como “urbanistas”.

INSTITUIÇÃO	ATIVIDADE (ANO)	DURAÇÃO	PRÉ-REQUISITOS
Universidade do Distrito Federal (UDF)	1935-1939	2 anos	Portar diploma de arquiteto, engenheiro-arquiteto ou engenheiro civil
Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (IBA)	1947-1949		
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1950-1975 1975-1984 ( <i>lato sensu</i> )		
Universidade Nacional do Brasil (UNB) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1953-1970 / 1970-1992 ( <i>lato sensu</i> )		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1954-1972 ( <i>lato sensu</i> )		Após 1960, principalmente egresso da graduação em Arquitetura, para, com mais dois anos de formação, obter o título de urbanista

Quadro 1 - Instituições que mantiveram cursos de Urbanismo para graduados no Brasil

DA MULTIDISCIPLINARIDADE À UNICIDADE –  
“LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ”<sup>14</sup>

A década de 1960 foi marcada pela emergência de um novo contexto político e social que se revelou capital para o paulatino declínio e abandono do paradigma dos cursos de Urbanismo para graduados. A alteração da estrutura formal de ensino superior e a mudança da referência cultural francesa para a norte-americana parecem ter contribuído para essa “debacle”.

Durante mais uma interrupção do regime democrático, a proposta de reforma da estrutura de ensino superior nacional instituída na Lei nº 5.540, de 1968, segmentou os cursos superiores nas modalidades de ensino “graduação” e “pós-graduação”. (BRASIL, 1968) Sob esse novo marco regulatório, os cursos de Urbanismo para graduados tinham de ser adequados pelas IES que os mantinham numa dessas categorias. A pós-graduação era, quanto à caracterização do público-alvo, a categoria que se mostrava mais próxima, porque também se destinava aos já diplomados em curso de graduação. Contudo, sua concepção apresentava sutis – mas relevantes – mudanças em relação à estrutura dos antigos cursos. Os “pós” visavam não somente a continuidade da formação de técnicos, mas principalmente a formação de pesquisadores de alto nível e professores universitários.<sup>15</sup> (CHAUÍ, 2000, p. 50) Enquadrar os cursos nessa nova categoria significava também ter que expandir seu escopo anteriormente limitado.

A Reforma Universitária de 1968 foi também uma expressão do emparelhamento dos militares e da classe dominante brasileira com o Estados Unidos. Em 1961, a assinatura da *Carta de Punta del Leste* e a adesão à sua Aliança Para o Progresso pelo Brasil pode ser apontada como indicativo da intensificação de um processo em que as elites nacionais remoldaram as instituições sociais para corresponderem aos valores e estruturas do centro dominante do sistema capitalista. É em obediência às exigências desse acordo que começam a ser produzidos nos países da América Latina, sob a coordenação da cooperação tripartite entre Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão Econômica

para a América Latina (Cepal),<sup>16</sup> planos nacionais de desenvolvimento econômico responsáveis por introduzir ou ressaltar uma concepção de “planejamento” enquanto atividade de Estado reguladora e controladora de processos sociais complexos e contínuos. (ALIANÇA..., c2009; WILHEIM, 2008)

É nesse contexto que começa a ser empregada no Brasil a expressão “Planejamento Urbano e Regional” (PUR), versão verde e amarela e tradução direta do *Urban and Regional Planning*<sup>17</sup> norte-americano. O PUR é definido e difundido como abordagem da cidade a partir da integração de diferentes disciplinas, empregadas, cada uma com seu estatuto epistemológico, para explicar e solucionar os problemas urbanos em suas múltiplas dimensões. (LACERDA, 2013) Essa “abordagem” é central no “planejamento local integrado” institucionalizado pelos militares no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) como política federal de planejamento dos municípios brasileiros. (BRASIL, 1966a) Curiosamente, o emprego dela no âmbito do Serfhau, que trazia “urbanismo” em seu título, parece ser a origem da ambiguidade terminológica-conceitual existente até hoje entre as duas palavras.

No que diz respeito à sua estrutura epistemológica, o PUR se aproxima da concepção de urbanismo difundida no Brasil pelo paradigma dos cursos de Urbanismo para graduados, por ser também construído a partir da transferência de objetos e métodos de outras disciplinas. Mas apresenta uma grande diferença em relação a ela, porque retira da arquitetura e da engenharia – isto é, de seus objetos e métodos – a primazia da abordagem da cidade, dos problemas urbanos e da construção de suas soluções, e insere os objetos e métodos de outras disciplinas para tratá-la.

A mudança é clara. Se antes a cidade era tomada, principalmente, como um problema de composição da forma construída e/ou de suas infraestruturas e sistemas técnicos, passa, a partir desse momento, a ser um problema complexo de múltiplas dimensões – econômica, jurídica, geográfica, sociológica etc. – tratadas com a aplicação de múltiplas disciplinas no planejamento, ou seja, com uma abordagem multidisciplinar.

Sob os auspícios do Serfhou e da nova configuração de ensino superior da Lei nº 5.540/1968, o PUR logo deu origem a um paradigma de formação profissional que foi implantado tanto com a fundação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* quanto com alterações curriculares – ou até com o encerramento – dos antigos cursos de Urbanismo para graduados. Na década de 1970, isso acontece:

- a. na FA-UFRGS, com a abertura do Programa de Pós-Graduação em PUR (Propur) e o encerramento de seu curso de Urbanismo (1972);
- b. na UFRJ, também com a abertura de um programa de pós-graduação em PUR (1971) – no âmbito da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) – e com a promoção de alterações curriculares no curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFRJ, antiga FNA-UNB), já enquadrado como pós-graduação *lato sensu* (1970);
- c. na EA-UFMG, com o enquadramento do curso de Urbanismo como pós-graduação *lato sensu* (1975) e a promoção de alterações em sua estrutura curricular (1977). (ALVIM; RIGHI, 2011; MELLO, 2016; SOARES, 2004)

As pesquisas de Alvim e Righi (2011) e de Soares (2004) convergem ao apontar que, a partir dos anos 1970, na FAU-UFRJ e na EA-UFMG, as alterações nos currículos dos cursos de Urbanismo buscaram adequá-los à “filosofia do planejamento integrado”, inserindo componentes curriculares voltados a “análises estatísticas”, “sociologia urbana” e “geografia urbana e regional”. Os fatos apontados por esses autores ilustram bem como, em âmbito acadêmico, o novo paradigma multidisciplinar penetrou também nos cursos “sobreviventes” do paradigma anterior.

Efeito semelhante não pode ser constatado no âmbito do exercício profissional – divisão técnica e social do trabalho. O “planejamento” e o “projeto”, em detrimento da palavra “urbanismo”, são mencio-



dados uma única vez na atualização da regulamentação profissional feita na Lei nº 5.194/1966 como atividades congêneres dedicadas à abordagem “em geral, de regiões, zonas, cidades [...]”. (BRASIL, 1966a) Na Resolução nº 218, de 1973, do Confea, que substituiu a Resolução nº 56/1946, o planejamento foi incorporado como atividade do profissional urbanista, que, no seu texto, era uma das habilitações profissionais a que se atribuíam atividades designadas para as “diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia”. (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, 1973) Disso podemos observar que, embora categorias profissionais vinculadas a outras disciplinas – advogados, economistas, geógrafos, sociólogos etc. – participassem também das equipes de “planejamento integrado” das cidades, tal atividade continuou, enquanto trabalho regulamentado, a ser uma competência da profissão de urbanista.

A partir dessas características, podemos apontar que o paradigma PUR tem como regras (ou condições) principais:

- a. a transferência dos objetos de conhecimento e dos métodos de disciplinas já existentes para abordar a cidade, tal qual a concepção de urbanismo dos cursos para graduados, mas sem se restringir apenas à arquitetura e à engenharia, pois inclui também economia, direito, geografia, sociologia etc.;
- b. a institucionalização da formação profissional no âmbito da pós-graduação, tendo como objetivo, além da formação de técnicos, a formação de pesquisadores e professores universitários em cursos *stricto sensu*; e
- c. a não vinculação explícita dos cursos de formação com o exercício profissional regulado, ao contrário do paradigma anterior e seu vínculo com a Resolução nº 56/1946.

O paradigma PUR e sua estrutura de abordagem multidisciplinar vigoram até o presente no Brasil. Até 2017, 43 programas de pós-graduação se encontravam associados a essa “área de conhecimento”

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).<sup>18</sup> Mesmo com a erosão da ditadura militar – e o consequente fim do planejamento integrado como política de Estado –, o PUR não só permaneceu como paradigma de formação profissional como também inspirou a construção da política urbana instituída na redemocratização do país com a Constituição Federal de 1988 (CF-1988), em que se determinou, inclusive, a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores em todos os municípios com mais de 20 mil habitantes.

As questões políticas, ideológicas e da própria luta de classes que também explicam essa permanência foram bem exploradas por Villaça (1999) no texto “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. Neste trabalho, em função do recorte que explora a formação profissional em urbanismo e seus paradigmas, elas não são aprofundadas, o que não impede que sejam acessadas pelo leitor, tanto no texto mencionado quanto em outras bibliografias sobre o tema.

A permanência do PUR não impediu, contudo, a emergência de um novo paradigma, conformando uma situação de coexistência nova até para a própria teoria que subsidia o uso do conceito de “paradigma” como categoria de análise.

Com a nova configuração social e normativa instalada pela CF-1988, os planos diretores tornaram-se o instrumento básico da política nacional de “desenvolvimento e de expansão urbana” e, portanto, uma demanda compulsória para todos os municípios enquadrados nas condições de sua obrigatoriedade. (BRASIL, 1988) Visando esse fato, o Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul (Saergs) encaminhou ao Conselho Federal de Educação (CFE) uma solicitação para que o órgão regularizasse a habilitação profissional “arquiteto urbanista” e determinasse que ela fosse averbada nos diplomas de graduação já emitidos pelas faculdades de Arquitetura e Urbanismo e constasse nos diplomas expedidos a partir de sua regularização. O Saergs argumentava que os profissionais que ele representava queriam uma posição clara do CFE, que lhes garantisse “explicitamente sem qualquer restrição o exercício da profissão de arquitetos” e também que:

Como o Parecer 384, de junho de 1969, garante a habilitação única aos formandos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, não há nenhum óbice legal para que no diploma constem as duas habilitações a fim de garantir aos profissionais as prerrogativas inerentes à profissão de urbanistas. (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1990)

Contudo, não havia no Parecer nº 384/1969 – que instituiu o “currículo mínimo de arquitetura” – qualquer frase que afirmasse ou garantisse explicitamente que a arquitetura e o urbanismo eram uma habilitação única. Nas recomendações que fazia sobre a construção do currículo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura, o parecer limitava-se a mencionar “Arquitetura e Urbanismo” como um dos temas dos “Problemas correlatos” das “áreas de estudo e atividades”, agrupadas no item seis das “matérias básicas” propostas para o currículo mínimo. Além disso, mencionava o “Planejamento” como uma das matérias profissionais recomendadas para integrar o currículo. Sobre ele, o parecer observava: “O Planejamento constituirá a *atividade criativa aplicada*, quer quanto à *Arquitetura das Habitações e Edifícios em Geral*, quer quanto a *Projetos de Objetos (Arquitetura Interior)*, quer quanto a *idades e regiões (Planejamento Urbano e Regional)* [...]”. (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969, grifo nosso)

Sua definição conceitua o “Planejamento” como “atividade criativa” que podia ser aplicada a edifícios, objetos e a cidades e regiões, tornando-se apenas para essas últimas “urbano e regional”. Com isso, notamos – como Mello (2016) notou no curso de Urbanismo da FA-UFRGS nos anos 1960 – que, para o parecer do CFE, o planejamento era uma atividade muito semelhante à do projeto construtivo tradicionalmente empregado como método da arquitetura, não correspondendo à noção de atividade de Estado reguladora e controladora de processos sociais. Já a palavra “urbanismo” é mencionada apenas no item XII das observações, que informa que “Os estudos de Urbanismo prosseguirão em cursos de pós-graduação”. E a expressão “Arquitetura e Urbanismo” só aparece no título do “Anteprojeto de Resolução”, constante no final do parecer. Pode-se, então, questionar: seriam esses elementos suficientes para afirmar, como fez o Saergs, que o Parecer nº 384/1969 garantia que a arquitetura e o urbanismo

eram uma única habilitação profissional?

O CFE parece não ter se dado ao trabalho de fazer questionamento semelhante. Também não parece ter considerado o fato da habilitação requerida não se relacionar com a regulamentação do Confea então vigente na Resolução nº 218/1973, em que a habilitação profissional de “urbanista” era listada em separado das habilitações de “arquiteto e engenheiro-arquiteto” e das habilitações nas “modalidades” da engenharia.<sup>19</sup> O CFE emitiu o Parecer nº 714, em 1990, e nele a relatora Zilma Gomes Parente de Barros votou, acompanhada por seus pares, para que a habilitação de “arquiteto urbanista” fosse averbada nos diplomas de graduação já emitidos e constasse nos diplomas a serem expedidos nas IES.

A decisão do CFE formalizou e iniciou um novo paradigma de formação profissional em urbanismo, que sustentava a unicidade entre arquitetura e urbanismo. Ele não adveio de uma experiência de formação preexistente – como a da UDF –, tampouco da importação de uma forma de abordagem da cidade – como o PUR. Era o resultado de uma bem-sucedida artimanha corporativa.

De maneira implícita, esse novo paradigma traz uma estrutura epistemológica com uma concepção disciplinar do urbanismo que marca simultaneamente a retomada e a transformação – um “de volta outra vez” – da construção disciplinar existente no paradigma dos cursos de Urbanismo para graduados, porque reafirma o urbanismo como um saber construído com a transferência do objeto e dos métodos da arquitetura, mas não mais compartilha essa transferência com a engenharia. Essa observação nos permite apontar que o paradigma “Arquitetura e Urbanismo” tem como regras (ou condições) principais:

- a. a transferência do objeto de conhecimento e dos métodos da arquitetura;
- b. a institucionalização da formação profissional em Urbanismo no âmbito da graduação em Arquitetura e Urbanismo; e

- c. a consequente dispensa de um curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* como requisito para a habilitação profissional como urbanista.

No universo das IES brasileiras, o paradigma “Arquitetura e Urbanismo” é hegemônico. Até junho de 2020, 851 cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo se encontravam registrados no Ministério da Educação (MEC).<sup>20</sup> Para além deles, notamos que a consolidação da pós-graduação como um nível de ensino cada vez mais requisitado – como fator de discriminação da oferta de emprego (CHAUÍ, 2000) – parece ter motivado a difusão do paradigma também em seu âmbito, colocando-o em condição de igualdade com o PUR. Pouco depois do parecer do CFE, em 1993, a Capes já criava a “área de conhecimento” de “Arquitetura e Urbanismo”. A ela se encontravam associados, até 2017, 38 programas de pós-graduação.<sup>21</sup>

No âmbito do exercício profissional, o paradigma não tardou em ser assimilado pelo Confea, que, na Resolução nº 1.010, de 2005, reposicionou as atividades profissionais antes atribuídas ao profissional urbanista como integrantes do “campo do urbanismo”, classificado como “subcampo da Arquitetura”, contendo tanto as atividades de projeto construtivo quanto as de “planejamento urbano”. (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, 2005) Com a instituição de uma regulamentação e de um conselho profissional dos “arquitetos e urbanistas” (CAU), através da Lei nº 12.378, em 2010, tal construção se consolidou, e as atividades antes listadas pela Resolução nº 1.010/2005 do CONFEA passaram a integrar o rol das atribuições dos “arquitetos e urbanistas”. (BRASIL, 2010)

## O CURSO DE URBANISMO DA UNEB: UM PARADIGMA?

A nova configuração social e normativa instalada pela CF-1988 conferiu às universidades autonomia didático-científica, administrativa

e de gestão financeira e patrimonial. (BRASIL, 1988) Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse princípio foi detalhado em atribuições que incluem a possibilidade de cada universidade decidir sobre a criação, expansão, modificação e extinção de seus cursos. (BRASIL, 1996) Esse contexto legal foi fundamental para que fosse gestado, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), um projeto de curso de bacharelado em Urbanismo, com características que não o vinculavam diretamente a nenhum dos paradigmas de formação constituídos anteriormente, o que traz a necessidade de questionar se é possível que ele próprio seja um paradigma, ou a tentativa de construção de um paradigma, distinto dos demais.

O projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Urbanismo foi concebido pelo economista e professor Ney de Castro Silva e proposto à UNEB no âmbito do Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba). No texto, especialmente no capítulo que trata da “Natureza, Concepção e Objetivo do Curso”, Silva contextualiza sua proposta como uma tentativa de responder o que ele apresenta como um problema da divisão das técnicas que sustentam as medidas de intervenção sobre a realidade urbana.<sup>22</sup> Enquanto o urbano resultava de uma relação dialética entre conjuntos de elementos de variadas ordens,

Contraditoriamente, as medidas de intervenção sobre a realidade urbana têm embutidos instrumentos que nem sempre atendem ao que requerem as análises. Assim, dispõe-se de várias ‘técnicas’ que visam modificar o urbano *ora de conteúdo eminentemente ‘físico’, ora eminentemente econômico, ora social ou até mesmo estritamente ambiental.* (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 60, grifo nosso)

A partir dessa consideração, o autor critica tanto a abordagem que trata os problemas dos aglomerados humanos restringindo-os à sua forma ou aparência quanto a abordagem que trata cada problema isoladamente, enquanto questão econômica, social, ambiental etc. Nesses termos, o projeto sustenta uma crítica às características de abordagens da cidade presentes tanto nos paradigmas do “urbanismo

para graduados” e da “arquitetura e urbanismo” quanto no paradigma do PUR. Sobre esse último, Silva faz a seguinte observação:

Essa prática sempre se auto definiu como multidisciplinar e, em função dessa característica, as cidades são analisadas ou sofrem propostas de intervenção segundo uma *ótica disciplinar difusa e caótica*. Em suma, *a nível do conhecimento de seu objeto*, a pesquisa multidisciplinar tem sido aleatória e não tem encaminhado conseqüentemente *a síntese necessária ao entendimento de seu objeto*. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 63, grifo nosso)

A crítica ao PUR sustenta que a reunião de disciplinas diversas sem o conhecimento de um objeto que sintetizasse suas contribuições produzia intervenções com uma ótica disciplinar difusa e caótica, provavelmente constatada no problema das abordagens setorializadas antes mencionado. Seria, então, a síntese a que ele se refere a identificação de um objeto e de um método próprios para o urbanismo? Seria ela uma forma de pensar o urbanismo como um campo completado, mas não definido, por outras disciplinas? Isto é, estaria o projeto defendendo, na contramão das experiências já vistas nos outros paradigmas, a construção do urbanismo como uma disciplina autônoma? Se sim, qual seria o objeto dessa disciplina?

Essas são questões que só podem ser formuladas quando se aproximam do que diz o projeto da contribuição de Milton Santos sobre a construção de disciplinas. Para Santos (2017, p. 20), a construção de uma disciplina consistia em “separar da realidade total um campo particular, suscetível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo permaneça integrado nessa realidade total”. Ele entendia que “o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário”. (SANTOS, 2017, p. 19, grifo do autor) Nesses termos, a resposta de questões como as levantadas anteriormente seria essencial para o projeto sustentar a autonomia disciplinar do urbanismo. Mas, embora identifique ser necessário o entendimento e a definição do objeto, o projeto não chega a avançar nas respostas necessárias. Mais à frente, afirma que, ao apoiar sua proposta,

[...] a UNEB ousa romper com o uso das práticas tradicionais. A ousadia reside na busca do novo, de criar, de propor, em síntese, cumprir o papel da instituição universitária, isto é, buscar novos horizontes e desenvolver sobretudo as funções de pesquisa e extensão, construindo alternativas e métodos de analisá-los. Esse entendimento já é difundido; a questão é praticá-lo, senão veja-se: ‘Entende-se que um curso de Planejamento Urbano deva preparar recursos humanos para a *ação de intervenção planejadora/controladora do processo de desenvolvimento urbano* e que esta prática deva estar baseada em *um objeto e um método reconhecidos por quem executa. Se ambos ainda não estão definidos ou consagrados é preciso buscá-los*’. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 65, grifo nosso)

A universidade estaria, então, cumprindo seu papel de inovar, estabelecendo uma nova formação e, com ela, o que parecia ser uma nova construção do urbanismo enquanto saber. Aparentemente, isso responderia a necessidades já identificadas pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)<sup>23</sup> para o caso dos cursos do paradigma PUR, quais sejam:

1. preparar recursos humanos para atuar no planejamento/controlado do processo de desenvolvimento urbano;
2. formar para uma prática de planejamento com um objeto e um método reconhecidos;
3. buscar a definição desse objeto e desse método.

Mas o curso de bacharelado em Urbanismo proposto não era um curso de planejamento urbano. Ao menos, não pela tradição do paradigma PUR consagrado no campo intelectual brasileiro.

A citação ao relatório da Anpur parece indicar que o projeto reconheceu como suas as necessidades já identificadas para os cursos do paradigma PUR e se colocou como uma alternativa para atendê-las. E



não só isso. Ao propor, no capítulo que trata da “Estrutura Curricular”, que o currículo do curso fosse integrado por componentes ligados a disciplinas como economia, geografia, direito, história, sociologia etc., o projeto convergia com o paradigma PUR sobre a necessidade de buscar a contribuição de diversos saberes para construir uma abordagem do urbano. A diferença é que, em sua concepção, o urbanismo seria uma disciplina *completada*, mas não *definida* por esses saberes, isto é, pelo objeto e método já consagrados em cada saber sendo apenas *aplicados* ao urbano. Mas a questão da definição do objeto e do método *próprios* aos quais se articulariam essas contribuições permaneceu como uma pergunta não respondida – ou melhor, como uma construção a ser concluída.

Apesar disso, a proposta do curso de bacharelado em Urbanismo foi apresentada e, de fato, veio a ser instituída pela Resolução nº 87 do Conselho Universitário da UNEB, em 11 de agosto de 1995, recebendo sua primeira turma de ingressos no primeiro semestre do ano seguinte: 1996.1. Até o final de 2019, o curso havia formado 346 profissionais como urbanistas.

O fato do curso de bacharelado em Urbanismo da UNEB não se vincular a nenhum dos paradigmas de formação vistos anteriormente faz questionar: ele próprio poderia ser considerado como um paradigma? Na tentativa de responder a essa questão, entende-se que, se considerado na totalidade do campo intelectual do urbanismo no Brasil, ele não é um paradigma, porque, ao contrário dos outros três exemplos vistos, não orientou a concepção de cursos de formação profissional em diversas IES, tampouco se estendeu por diferentes estados do Brasil, formando profissionais segundo sua concepção de urbanismo. Está restrito a uma única IES até hoje.

Contudo, ao considerá-lo para o conjunto de profissionais que formou e que, atuando como técnicos e/ou acadêmicos, figuram como agentes no campo intelectual do Urbanismo no Brasil – e especialmente na Bahia –, entende-se que ele se impõe como um paradigma. Sua importância é relativa. E essa constatação não destoou do que Thomas Kuhn afirma quando observa que os paradigmas nem sempre têm a mesma importância para todos os membros de uma comunidade

científica, concluindo – numa clara aproximação do conceito de campo de Bourdieu (2003, p. 20) – que a ciência, em todos os seus campos, “assemelha-se a uma estrutura bastante instável sem coerência entre suas partes”. (KUHN, 2018, p. 123)

No âmbito do exercício profissional – divisão técnica e social do trabalho –, o paradigma foi parcialmente assimilado pelo Confea, que, através do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA), passou a emitir o registro profissional dos egressos do curso de bacharelado em Urbanismo da UNEB. Essa absorção foi, no entanto, fruto de uma disputa judicial que, ainda em aberto, tem garantido a vinculação dos egressos da UNEB às atribuições listadas para o profissional urbanista na Resolução nº 218/1973. Uma ação judicial foi movida em 2001 pela Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), pelo departamento Distrito Federal do IAB (IAB-DF) e pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (Abea) contra a UNEB e o Crea-BA, questionando a existência do curso de bacharelado em Urbanismo – aparentemente esquecendo de bom grado o princípio constitucional da autonomia universitária – e pedindo a extinção do registro dos egressos do curso da UNEB junto ao CREA-BA.

A partir das características expostas, observamos que o paradigma do curso de Urbanismo da UNEB teve como regras (ou condições) principais:

- a. o anúncio do urbanismo como disciplina autônoma, sem enunciar a definição do objeto de conhecimento e do método que, lhes sendo próprios, sustentariam tal autonomia;
- b. a institucionalização da formação profissional em urbanismo no âmbito de uma graduação em Urbanismo; e
- c. a vinculação do curso, via disputa judicial, com o exercício profissional regulado pela Resolução nº 218/1973 do Confea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego do conceito de “paradigma” como categoria de análise das formações profissionais em Urbanismo no Brasil permite observar a existência de unidades históricas e pedagógicas geradoras de diferentes concepções do urbanismo e, conseqüentemente, de diferentes formas de agir sobre a cidade, que mantêm relações de convergência, continuidade, ruptura e oposição entre si e compõem uma estrutura social instável e heterogênea que denominamos de campo intelectual do urbanismo no Brasil.

Os paradigmas emergem não apenas de realizações acadêmicas/científicas – ações endógenas das IES sobre seus cursos –, mas também de ações exógenas: determinações e regulamentações promulgadas pelo Estado brasileiro, entrevisto em diferentes períodos de sua história, para regular atividades de ensino e de exercício profissional, que, por seu turno, mantêm uma relação dialética com o ensino e as formações acadêmicas.

A narração da história do campo intelectual do urbanismo através de seus paradigmas de formação profissional evidencia construções que certamente moldaram e/ou influenciaram as práticas de agentes técnicos e/ou acadêmicos do campo sem que nem eles mesmos tivessem total conhecimento dos pressupostos e regras que os guiavam. A emergência dos paradigmas, separada por frações de tempo relativamente curtas em termos históricos, bem como sua coexistência, faz com que não seja raro encontrar profissionais que concluíram diferentes etapas de sua formação acadêmica sob a influência de diferentes paradigmas. A maior contribuição da pesquisa histórica é, portanto, a revelação dessas estruturas e, com algum apoio na análise epistemológica, das diferentes concepções disciplinares que elas encerram.

---

## NOTAS

- 1 Neste texto, emprega-se a palavra “campo” tendo como referência o conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu para designar “um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias”. (BOURDIEU, 2003, p. 20)
- 2 Equipamento inaugurado em 1873, foi idealizado e executado por Antonio Francisco de Lacerda, com a colaboração de Augusto Frederico de Lacerda, ambos com passagem pelo Instituto Politécnico Rensselaer (RPI), instituição privada de ensino superior, fundada em 1824, localizada no estado de Nova York. Antonio Lacerda era filho do comerciante com o mesmo nome, titular da Antonio Lacerda & Cia, empresa dedicada à fabricação de tecidos localizada no município de Valença, próximo a Salvador, que também financiará a construção do elevador. Em 1932, depois de várias atualizações tecnológicas, entre as quais a utilização de energia elétrica, o Elevador Lacerda recebeu equipamentos fabricados pela empresa americana OTIS Company, que em anúncio na *Fortune Magazine* refere-se ao ascensor como “*unusual transportation to unusual places*”. Ver mais a respeito em: Trinchão (2010).
- 3 Anteriormente, um plano de esgotamento pluvial e sanitário de cobertura territorial mais restrita foi idealizado sob o lema “tudo para o esgoto”, por Manoel Joaquim Saraiva, importante e condecorado médico professor da Faculdade de Medicina da Bahia, com atuação na Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde ministrou a disciplina de Medicina Pública.
- 4 A esse respeito, ver: Souza (2014).
- 5 Sobre as duas reformas urbanas concomitantes no Rio de Janeiro, conduzidas pelo prefeito do Distrito Federal Francisco Pereira Passos e pelo presidente da República Rodrigues Alves, ver: Silva (2019).
- 6 Estas informações se inserem no tratado de Nildo Ouriques (2014) sobre a importância da influência francesa na formação intelectual brasileira.
- 7 A esse respeito, ver: Barbosa (2010).
- 8 Observe-se que, como formação acadêmica, o Urbanismo (*urban planning, town planning, city planning*) é um campo de conhecimento estabelecido no início do século XX, na Inglaterra, na Universidade de Liverpool, em 1909, e nos Estados Unidos, em 1924, na Universidade de Harvard. Na França, em 1911, os membros

da Sociedade Francesa de Urbanistas e do Museu Social de Paris criaram a Escola de Estudos Urbanos Avançados, que dará origem, em 1924, ao Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris.

- 9 Foi titular também da Inspetoria de Obras Públicas e Urbanismo do estado da Bahia, em 1931.
- 10 Admar Braga Guimarães publicou, em 1955, *A Carta de Atenas - urbanismo do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam) -*, edição patrocinada pelo Diretório Acadêmico (DA) da Escola de Belas Artes. Em 1960, *A Carta de Atenas* é publicada em nova edição pelo DA da Faculdade de Arquitetura da Bahia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- 11 A partir de seu trabalho no Rio, Agache se tornou uma referência do pensar e agir do urbanismo na época. A influência de seu discurso pode ser encontrada, por exemplo, na Semana de Urbanismo, de 1935 em Salvador, que reuniu diversos engenheiros com o objetivo de iniciar o trabalho de elaboração de um plano para a cidade. A discussão da prática do urbanismo no evento, das técnicas utilizadas para composição de um plano - concebido como uma “terapia para os problemas da cidade”, vista como um “organismo” -, evidencia a influência de Agache, que anos mais tarde chegou a ser um nome forte na concorrência para elaborar o Plano do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs), que acabou sendo vencida pelo engenheiro Mário Leal Ferreira em 1941.
- 12 Resolução assinada pelo então presidente do Confea, o engenheiro-arquiteto Adolfo Morales de Los Rios Filho.
- 13 Existem menções a dois cursos de Urbanismo para graduados em São Paulo: na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e na Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. (SOARES, 2004) Em virtude desta pesquisa não ter tido êxito em encontrar, até o prazo de fechamento deste texto, maiores informações sobre eles, não os incluímos no conjunto explorado nesta seção.
- 14 A expressão “lá e de volta outra vez” é referência do romance *O Hobbit*, de J. R. R. Tolkien. Resume a jornada do personagem principal (Bilbo), que sai de sua casa (origem) de um jeito e acaba retornando a ela completamente transformado. Ele é o mesmo fisicamente, mas não “espiritualmente”, posto que o conteúdo de seus valores e modo de agir foi profundamente alterado pela jornada que empreendeu. Situação semelhante de “retorno” e “transformação” de um paradigma será tratada nesta seção, o que justifica o emprego metafórico da expressão.
- 15 Para além dessas finalidades aparentes, Chauí (2000) observa que a institucionalização da pós-graduação recuperou a verticalidade do ensino superior que fora abrandada na graduação. Para a autora, a finalidade real da pós foi conter a expansão do ensino superior e discriminar a oferta de emprego, colocando o “pós-graduado”

- em melhores condições de remuneração e lançando o “graduado” à condição de “peão universitário”.
- 16 Acordo de cooperação tripartite entre a OEA, o BID e a Cepal. Nele, o BID canalizava os investimentos – compostos por substancial aporte dos Estados Unidos – necessários à implementação dos planos nacionais de desenvolvimento e seus projetos, enquanto a Cepal oferecia o apoio técnico necessário a sua implementação e a OEA se encarregava de sua avaliação. O “investimento” realizado pelos Estados Unidos, longe de ser filantropia, era parte da estratégia geopolítica concebida para frear o avanço do socialismo, que já havia dado origem à Revolução Cubana de 1959. (ALIANÇA..., 2009)
  - 17 Expressão que, como já mencionado, já era empregada na Inglaterra e nos Estados Unidos desde o início do século XX para designar o campo de conhecimento e as formações profissionais voltadas para o pensamento e ação sobre o espaço da cidade.
  - 18 Dados do *Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017* da área de avaliação “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” da Capes. Os dados não incluem os cursos que nomeadamente se identificam com a demografia, pois entendemos que, ainda que esteja conjugada ao PUR no âmbito da Capes, ela é um saber que, mesmo aparecendo por vezes como integrante do PUR, tem formação profissional distinta a ele.
  - 19 O texto da Resolução nº 218/1973 não explicitava, como havia feito a Resolução nº 56/1946, quais eram as condições exigidas para alcançar a habilitação profissional de urbanista.
  - 20 Dados do Sistema E-MEC, do MEC, disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>.
  - 21 Dados do *Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017* da área de avaliação “Arquitetura e Urbanismo e Design” da Capes. Os dados não incluem os cursos que nomeadamente se identificam com o *design*, pois se entende que, ainda que esteja conjugado a “Arquitetura e Urbanismo” no âmbito da Capes, é um saber com formação autônoma e distinta da “Arquitetura e Urbanismo”.
  - 22 Em conferência proferida no 19º Seminário de Urbanismo na Bahia (urbBA[19]), o professor Ney Castro Silva relatou que sua percepção crítica sobre a compartimentação disciplinar das equipes multidisciplinares compostas para atuar nos moldes do que chamamos de “paradigma PUR” era resultado de sua própria experiência atuando por mais de duas décadas nelas, no âmbito da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder).
  - 23 Relatório do Encontro sobre o Ensino de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional Face à Situação Urbana Brasileira, desenvolvido pela Anpur e pelo Propur em 1989.

## REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Tradução Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALIANÇA para o progresso. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. [Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro]. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianza-para-o-progresso-1>. Acesso em: 11 mar. 2020.

ALVIM, Angélica; RIGHI, Roberto. Do plano ao projeto urbano: evolução e perspectivas do ensino de urbanismo nas escolas de Arquitetura e Urbanismo - o Caso da Fau/ufrrj. In: SEMINÁRIO PROJETAR, 5, 2011, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ufrrj.br/dspace/handle/123456789/1600>. Acesso em: 11 mar. 2020

BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana (1896-1920)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Emendas Constitucionais de Revisão. Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 23.559, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1933. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23569.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm). Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade de

Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8620.htm). Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966. Regulamenta o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, estabelece suas finalidades e modo de operação, cria o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 dez 1966a. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/68098-regulamentacao-serfhau-serviuiu-federal-de-habitauuo-e-urbanismo-estabelece-suas-finalidades-e-modo-de-operauuo-cria-o-fundo-de-financiamento-de-planos-de-desenvolvimento-local-integrado-e-du-outra.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1966b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5194.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm). Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112378.htm). Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições*



de Educação Superior Cadastro e-MEC]. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#simples>  
Acesso em: 27 jun. 2020.

CHAUÍ, M. Ventos do progresso: a universidade administrada.  
In: CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. p. 43-72.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Parecer nº 384/69, de 10 de junho de 1969*. Currículo mínimo de Arquitetura. [Brasília, DF], 1969.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Parecer nº 714/90, de 13 de dezembro de 1990*. [Brasília, DF], 1990.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Brasil). Resolução nº 56, de 6 de agosto de 1946. Dispõe sobre o exercício profissão de urbanista. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 10 out. 1946.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Brasil). *Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973*. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Rio de Janeiro, 1973.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Brasil). Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 ago. 2005.

FONSECA, Fernando Luiz da. *Apontamentos para a história da Faculdade de Arquitetura*. Salvador: Edufba, 2019. (Coleção 60 anos FAUFBA).

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Tabela 1.6. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Rio de Janeiro, 2010a. [censo2010.ibge.gov.br](https://censo2010.ibge.gov.br). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 03 set. 2019

da população do município da capital em relação à da Unidade da Federação, nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Rio de Janeiro, 2010b. censo2010.ibge.gov.br. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> acesso em 03 set. 2019.

IMPERIO DO BRAZIL. População considerada em relação às profissões. *Recenseamento do Brazil em 1872*. 1872. <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em: 11 mar. 2020.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 13 ed. 2 reim. São Paulo: Perspectiva, 2018.

LACERDA, Norma. O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.77-93, maio 2013. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p77>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4171>. Acesso em: 17 maio 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Bruno C. E. *O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino*. 2016. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MEMORIAL propondo à Le Corbusier o Prêmio Nobel da Paz, para 1950. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: [https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ\\_GC\\_PI/7317](https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_PI/7317). Acesso em: 11 mar. 2020.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 43-47.

OURIQUES, Nildo Domingos. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensar por nebulosas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. *Nebulosas do pensamento urbanístico*. Salvador: Edufba, 2018, p. 238-261.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 4. ed. 9 reim. São Paulo: EdUSP, 2017.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. 3 reim. São Paulo: EdUSP, 2013.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *Urbe: revista brasileira de gestão urbana*, Curitiba, v. 11, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180179>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692019000100263&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692019000100263&script=sci_arttext). Acesso em: 11 mar. 2020.

SOARES, Umberto T. Reconstrução histórica do ensino de urbanismo no Brasil: estudo de caso Escola de Arquitetura e Urbanismo UFMG. *Revista Arquitetura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 123-131, dez. 2004.

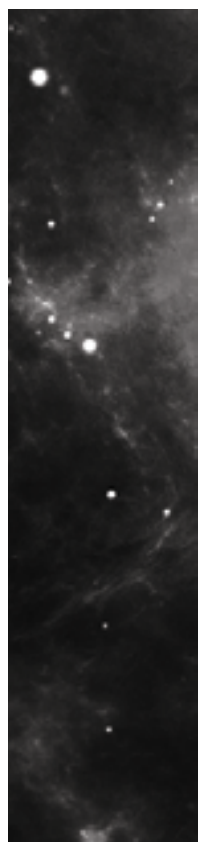
SOUZA, Luiz Antonio de. *O urbanismo na interface do turismo: usos e apropriações especulativas do litoral da Bahia*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. *O parafuso: de meio de transporte a cartão postal*. Salvador: Edufba, 2010.

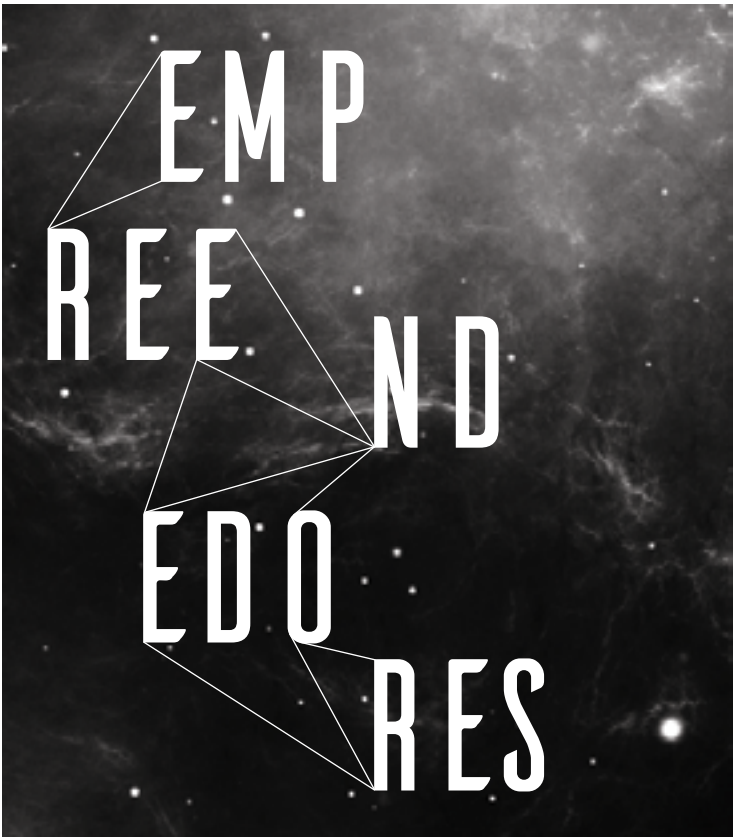
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Urbanismo*. Coordenado por Ney de Castro Silva. Salvador: UNEB, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo. EdUSP: 1999. p. 169-243.

WILHEIM, Jorge. *Cidades: o substantivo e o adjetivo*. 3. ed. 1. reim. São Paulo: Perspectiva, 2008



N A R R A R P O R



EMP  
REE ND  
EDO RES

N A R R A R  
P O R  
E M P R E E N D E D O R E S

*Método e política em Alphaville*



C A R O L I N A  
P E S C A T O R I

## O LUGAR DOS EMPREENDEDORES NO URBANISMO

**O** modo de narrar que problematizamos neste texto – narrar por empreendedores – parte de uma pergunta central: qual é o papel dos empreendedores na produção da cidade e no urbanismo? Se essa pergunta e suas possíveis respostas encerram um ar superficial de obviedade – ora, eles produzem lucros privados a partir da urbanização –, um olhar mais atento, um olhar histórico, contribui para desnaturalizar certas premissas e aprofundar entendimentos.

O urbanismo, como campo profissional e de saber, iniciou sua institucionalização no Brasil na década de 1930, por meio de engenheiros que atuavam na administração pública. Apenas posteriormente, o urbanismo se expandiu como campo de conhecimento para as escolas de engenharia e belas artes, onde foram organizadas disciplinas específicas no esforço de difusão e legitimação desse novo saber-fazer. (LEME, 1999) No entanto, se o urbanismo se institucionalizou no Brasil pela administração pública, logo se pode reconhecer a atuação de diversos agentes em que a iniciativa privada, por meio de escritórios, empresas e empreendedores, sempre esteve presente de forma ativa e engajada. Conforme Maria Cristina Leme (2019, p. 12):



Desde o início observam-se os vínculos entre a atuação em instituições de ensino, na administração pública, em escritórios, desenvolvendo planos e projetos para as cidades e realizando obras sob o contrato do poder público e de empresas nacionais e estrangeiras.

Mesmo com a relevância da iniciativa privada no urbanismo, uma parte expressiva da pesquisa em história da cidade e do urbanismo foca na atuação do Estado, seja como propositor, gestor, legislador ou operador de políticas públicas de planejamento territorial. Efetivamente, o Estado é um dos principais agentes no processo de urbanização, detendo muito poder na definição jurídica, administrativa e na efetiva construção da ocupação do território por meio das políticas nacionais, estaduais e municipais, dos planos nacionais, regionais, planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, dentre outros. Também são muito estudadas as relações entre a iniciativa privada e o Estado, bem como a atuação de agentes do chamado “setor produtivo” na urbanização como o setor imobiliário. No entanto, percebemos que são mais raros os estudos sobre a atuação empresarial organizada da urbanização, mais especificamente, a ação de empreendedores/empresas urbanizadoras na construção de cidades ou bairros.

Sabemos que a atuação de empresas urbanizadoras foi fundamental para a efetivação de novos eixos de urbanização no país, fazendo parte dos processos de ampliação da ocupação territorial da hinterlândia brasileira definida por importantes políticas públicas de dinamização e consolidação territorial a partir da proclamação da República (1889), especialmente a partir de meados do século XX. Naquele momento, a urbanização ainda se concentrava excessivamente no litoral e regiões próximas, o que levou o Governo Federal a incentivar planos e estratégias de ocupação, estimulando ações de colonização e ocupação territorial com a consequente criação de novos núcleos urbanos e cidades novas. (TREVISAN et al., 2019)

Apesar dessa importância e ainda que algumas empresas urbanizadoras sejam citadas e façam parte da historiografia do urbanismo no Brasil em diversos estudos, são mais raros aqueles que as têm como objeto de estudo específico.<sup>1</sup> Ainda há muito a fazer. Este texto pretende debater algumas questões implicadas na escolha de narrar por empreendedores.

QUESTÕES PARA UMA NARRATIVA EM INTRIGA  
SOBRE EMPREENDEDORES

No prefácio do livro *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (2002), Frederic Jameson, Maria Elisa Cevasco e Iná Camargo Costa sintetizam com precisão um alerta fundamental do autor: toda interpretação deve incluir uma interpretação de sua própria existência, a ser desenvolvida por meio da história. Ainda que seja um objetivo ousado e provavelmente alcançado de forma incompleta por esta autora que vos fala, o alerta de Jameson permeia o modo de narrar por empreendedores privados. Problematizar a ação dos empreendedores é problematizar a própria existência daqueles dentro de um sistema socioeconômico, em uma perspectiva histórica que os compreenda enquanto agentes ativos da urbanização. Esse modo de narrar traz outras luzes e nuances à aura abstrata do “mercado”, abstração esta que enfraquece o embate político da/na cidade ao não identificar os agentes específicos e processos pelo qual o mercado opera e, assunto do nosso interesse, processos pelos quais o mercado urbaniza.

Partimos do entendimento de Paul Veyne (1998, p. 42), para quem “A escolha de um assunto em história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los”. Nosso assunto é a urbanização produzida por empreendedores. Para desenvolvê-lo enquanto narrativa, elencamos fatos históricos, como a divulgação de um plano urbanístico; a inauguração de uma cidade, de um bairro ou de um condomínio; a velocidade de venda dos lotes; a alteração de leis urbanísticas; acordos entre governos e empresas; a ocupação desses novos espaços; as demandas por infraestrutura e melhorias urbanas, apenas para citar algumas possibilidades. Esses fatos, segundo Veyne (1998, p. 42, grifo nosso),

[...] não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de *trama*, de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa.

Os historiadores narram as tramas, formando uma “narrativa de

eventos”. (VEYNE, 1998, p. 18) Para Ricoeur (1998), a narrativa configura uma intriga no tempo, e narrar é “colocar-em-intriga” os eventos, acontecimentos, os fatos. A questão é quais são os instrumentos organizadores da intriga e quais as implicações da escolha desses instrumentos. Assim, aquela pergunta inicial sobre o papel dos empreendedores na produção da cidade se desdobra em duas questões: quais são as implicações metodológicas e teóricas dessa escolha? Dito de outra forma, implica duas dimensões de abordagem a serem consideradas: primeiro, definições de método (com restrições que serão debatidas a seguir); segundo, definições no campo da política.

Narrar por agentes não constitui nenhuma novidade “metodológica”, mas implica certos questionamentos acerca dos processos e documentos a serem agenciados para a pesquisa. Parece-nos relevante a crítica de Veyne (1998, p. 127) ao método em história, ou melhor, na sua interpretação de que “a história não tem método” por não ser uma ciência, e sim uma arte. Veyne compreende que a trama da narrativa histórica se embasa na relação causal entre os fatos e que essa relação não é determinante nem determinista dos resultados e consequências. Os fatos nunca são idênticos, nem o são seus personagens e circunstâncias, impossibilitando afirmações categóricas e procedimentos específicos que, se corretamente realizados e interpretados, levariam aos mesmos resultados, definindo leis. Essa é a metodologia das ciências, profundamente diversas daquelas da história: “A fronteira passa entre a explicação nomológica das ciências, que sejam naturais ou humanas, e a explicação cotidiana e histórica, que é causal e confusa demais para ser generalizada em leis”. (VEYNE, 1998, p. 130)

Método, em nossa perspectiva, não se refere à nomologia científica, esta mesma em franco debate, questionada por suas certezas supostamente reprodutíveis, bem como por suas estratégias de fragmentação da realidade, como questiona Latour (2009). Referimo-nos ao método como conjunto de procedimentos e questionamentos que o pesquisador tem ao seu alcance para construir uma narrativa histórica. Eles não são promessas de resultados, receituários ou protocolos, mas percursos que devem pairar na nebulosa do fazer historiográfico, com reverberações na escolha das fontes históricas e dos recortes de pesquisa.

Para narrar as ações dos empreendedores, podemos agenciar fontes históricas de vários tipos, como plantas de projeto urbanos, relatórios, fotografias, registros de aprovação de projetos, atas de reuniões, dentre outros. Destacamos algumas fontes peculiarmente relevantes, como as propagandas e os anúncios de vendas de imóveis, especialmente se disponíveis em jornais, que os inserem em contextos socioculturais. As propagandas porque, a partir da força simbólica das imagens agenciadas – que podem enunciar relações com a natureza, riqueza, felicidade, segurança – constroem desejos de consumo e reforçam modelos de urbanização. Os anúncios de vendas de imóveis porque oferecem dados sobre a configuração dos espaços, permitem compreender datas e períodos de lançamentos e vendas e, assim, tecer articulações com outros fatos históricos do período. Por fim, destacamos as entrevistas dos empreendedores, porque enunciam discursos e reforçam as narrativas próprias.

Outro aspecto interessante é que essa abordagem não parte do recorte espacial *a priori*, mas segue o percurso dos empreendedores. Assim, se diferencia de uma prática comum nos estudos urbanos, ainda que profícua e crucial, de selecionar um recorte espacial enquanto unidade de pesquisa – uma região, uma cidade, um bairro. Escolher um empreendedor enquanto instrumento de condução da narrativa a carrega para a construção de um território político e prático que é delimitado pela ação do empreendedor, seus movimentos e produções, indeterminados e fluidos.

A segunda dimensão de abordagem decorre da compreensão de que narrar por empreendedores encerra uma incontornável dimensão política da história urbana, em que as relações de poder entre os agentes que participam da produção da cidade devem ser explicitadas e debatidas na/pela trama da história. Essa consideração nos leva ao debate sobre as relações entre capital e Estado, entre agentes públicos e agentes privados ou, de maior interesse aqui, entre empresas urbanizadoras e Estado, em seus níveis municipal, estadual e/ou federal.

Assim, construir uma narrativa histórica a partir de um empreendedor permite trazer mais materialidade à leitura política da produção do espaço urbano, pois permite destrinchar as relações entre agentes, “personificando” decisões políticas, mudanças de legislação, pressões

externas, ações de urbanização, projetos, decisões governamentais, reuniões, dentre vários outros fatos que podem fazer parte da trama narrativa, a depender dos vestígios que o historiador tiver acesso. A relação mercado-Estado ganha contornos mais detalhados, nos quais desigualdades e assimetrias de poder são problematizadas, enquanto as relações entre Estado e iniciativa privada ficam mais explícitas. A própria inespecificidade e a abstração do termo “iniciativa privada” também são problematizadas, pois ela é efetivamente constituída por agentes multiescalares, desde as empresas até os empresários, os agentes públicos, os investidores, os consumidores. Concordando com Veyne (1998, p. 89), “não existem forças de produção em estado puro, porém somente homens que produzem”.

Pensar a história urbana a partir da perspectiva dos agentes privados – assumindo toda a dimensão abstrata que esse termo implica –, entendendo-os enquanto agentes históricos, é um problema de pesquisa relevante porque também abre campos de reconhecimento político com desdobramentos contemporâneos. Pensar e narrar a história de um cidade, de um bairro, de uma política urbana, de uma região, pelo fio condutor dos empresários e/ou das empresas urbanizadoras que ali atuaram demanda a problematização dos interesses dos diferentes agentes, as relações entre empresas e governos, a ideologia econômico-política do Estado e suas ações, mais ou menos interventoras, no período estudado; as estratégias das empresas e seus processos de construção da cidade, seja na sua materialidade espacial cotidiana, da expansão urbana, dos bairros, das casas, seja no âmbito do urbanismo e do planejamento, pelos planos, políticas urbanas e projetos urbanísticos produzidos por técnicos, desejados e impulsionados por agentes públicos e privados fortemente inter-relacionados.

Dessa forma, esse modo de narrar é uma forma de perceber e desfazer o ocultamento das relações mercado-Estado, colaborando com o desmonte da narrativa liberal das empresas urbanizadoras como produtoras de uma cidade autônoma em relação aos recursos do Estado, construída com recursos privados sem onerar os recursos públicos. O que se desvela é que ação do Estado garante as condições necessárias para a ação das empresas urbanizadoras, “seja produzindo infraestrutura, seja renovando e atualizando os valores imobiliários e fundiários de áreas deterioradas, seja alterando mecanismo de re-

gulação urbanística”, como alertam Mendonça e Costa (2011, p. 9).

Por fim, narrar por empreendedores não significa construir uma epopeia para alimentar o imaginário coletivo de “sucesso individual”, alimentado por uma frágil noção de mobilidade social meritocrática, mas de compreender o agente como um modo de narrar ou, em outras palavras, como um fio condutor que organiza a problematização histórica e abarca certas possibilidades e implicações de construção de uma narrativa histórica urbana.

Essas perspectivas e questões formaram a estrutura metodológica e teórica de uma narrativa sobre a empresa urbanizadora Alphaville Urbanismo S.A. Maior empresa urbanizadora do Brasil, presente em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de dois empreendimentos em Portugal, a empresa foi fundada como uma construtora e empreiteira com o nome de Albuquerque, Takaoka em 1951. A atuação da empresa como urbanizadora iniciou na década de 1970 com o empreendimento Centro Industrial e Empresarial Alphaville, localizado no município de Barueri, região metropolitana de São Paulo. Esse centro foi um dos precursores do movimento de descentralização industrial para o eixo noroeste, gerando grandes retornos tributários para o município de Barueri. Ao mesmo tempo, Alphaville se transformou em um importante polo regional de emprego e produção que se expandiu, nos anos seguintes, para além das terras da Albuquerque, Takaoka, estimulando outros empreendimentos semelhantes que se desenvolveram a partir de Alphaville, como o Centro Empresarial Tamboré, do empresário Arthur Castilho, inaugurado em 1981. Além da área industrial, a empresa projetou, construiu e comercializou 16 condomínios horizontais fechados e dois centros comerciais na região, consolidando um aglomerado de enclaves de alto luxo que alavancou a reprodução desse modelo de urbanização por todo o país. (PESCATORI, 2016)

#### **MÉTODO E POLÍTICA EM ALPHAVILLE: A CONSTRUÇÃO DE ENCLAVES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

Em 1972, Renato Albuquerque e Yojiro Takaoka iniciaram as negociações para a compra de parte da Fazenda Tamboré, localizada

no município de Barueri, na região metropolitana de São Paulo. A compra se efetivou no dia 8 de janeiro de 1973. (SACCHI, 2004)

Durante o processo de aquisição das terras, a Construtora Albuquerque, Takaoka passou a planejar o novo empreendimento. No entanto, a área que hoje forma o bairro Alphaville, parte integrante dos municípios de Barueri e de Santana do Parnaíba, não foi inicialmente adquirida com o intuito de se instalar um empreendimento complexo no qual se transformou. Segundo depoimento do arquiteto Reinaldo Pestana, em 2015, responsável pelo projeto urbanístico juntamente com seu sócio José de Almeida Pinto, e entrevista de Renato Albuquerque ao jornal *O Estado de São Paulo* (MARQUES, 2015), a ideia inicial era construir um bairro residencial.

A decisão de construir um bairro residencial também pode ser explicada por meio de uma leitura do contexto do planejamento metropolitano de São Paulo e da própria urbanização residencial ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em São Paulo. O relatório técnico do Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB), publicado em 1969, já apontava a possibilidade da preferência de localização residencial das classes ricas nas áreas centrais se alterar no futuro, a partir da redução do custo dos automóveis e da construção de novas rodovias ligando a cidade aos (potenciais) subúrbios. (PESCATORI, 2016)

A reportagem “Construtora projeta uma cidade-modelo”, do jornal *O Estado de São Paulo* em 8 de fevereiro de 1973, ou seja, apenas um mês após a compra da área pela Albuquerque, Takaoka, apresentava uma rica descrição dos planos de construir uma cidade-satélite já delineados pela construtora.

A cidade-satélite, que será construída numa área de aproximadamente cinco milhões de metros quadrados, terá todas as características de uma cidade interiorana, o que possibilitará uma maior convivência entre os moradores. Não faltará o tradicional footing pelas praças e os moradores não terão, pelo menos, problemas de congestionamento de trânsito.

O empreendimento está sendo projetado não só para dar aos moradores uma experiência nova de vida comunitária mas, principalmente, para que se sintam em uma cidade onde

não existirão os constrangimentos decorrentes das grandes e desordenadas concentrações urbanas.

A cidade-satélite, segundo os planos da construtora, terá clubes, praças, bares, hospitais, pronto-socorros, cursos supletivos de artes, línguas, artesanato, escolas, talvez até de nível colegial, cinema, teatro e até boates. Os mini-clubes ocuparão uma área de 50 mil metros quadrados, e permitirão a prática de todas as modalidades, até os mais requintados, como golfe e equitação. Além disso, o projeto prevê a abertura de vias expressas, e a construção de estabelecimentos comerciais tipo shopping-centers, e a reserva de uma grande área verde, destinada a manter sempre puro o ar da cidade. A administração será feita comunitariamente e dela poderão tomar parte todos os moradores. Da mesma forma que a mini-cidade existente em Altos de Pinheiros [Ilhas do Sul]<sup>2</sup> ela será cercada por altos muros, e disporá de um sistema de segurança, mediante contratação de guardas particulares que serão pagos também pelos moradores.

Depreende-se da descrição que o primeiro plano da construtora era empreender uma “cidade-satélite”, que, no entanto, se tratava apenas de um bairro residencial com serviços complementares, com ênfase nas atividades de lazer e educacionais. Destaca-se, ainda, o caráter elitista da proposta, que já indicava o perfil de compradores almejado, cujas práticas desportivas “mais requintadas” seriam o golfe e a equitação, com segurança privada. (CONSTRUTORA..., 1973, p. 28)

Todos os temas que constituem a construção social do “modo de morar” suburbano da classe alta comparecem na descrição: praticidade cotidiana, oferecida pelas escolas e comércio, mas também pela mobilidade das vias expressas, que garantem o acesso à capital quando necessário; lazer, oferecido pelos clubes, bares, restaurantes, cinemas, teatros; natureza e vida saudável, ofertadas pela reserva natural que garante o “ar puro”; segurança, privada, obviamente, além dos altos muros. Por fim, e para este trabalho, um tema crucial, a retórica da cidade aberta caótica, desorganizada, que exige a construção de uma urbanização alternativa pela iniciativa privada, que garanta a realização dos desejos e aspirações da elite.



A construtora pretendia realizar um bairro-satélite, onde a habitação era o uso principal e, mais importante, o campo de atuação mais familiar à empresa, dada sua atuação nos últimos anos em São Paulo. Propor condomínios residenciais com serviços era um encaminhamento lógico. Essa ideia teria sido apresentada ao então prefeito de Barueri, Guilherme Guglielmo, que a rechaçou imediatamente, dada a premente necessidade de gerar empregos dentro do município, aumentando a renda da população e diminuindo a dependência em relação a São Paulo. (ALPHAVILLE, 2003, p. 22)

Diante da impossibilidade de realizar o plano inicial, os empresários passaram a estudar outras possibilidades de ocupação para a área, seguindo a diretriz de ofertar emprego ligado à indústria. Note-se que, como diversos municípios paulistas, Barueri já tinha legislação de isenção de impostos para atividades industriais desde 1963 – Lei nº 39, de 28 de outubro de 1963 –, com pouca eficácia prática até o início da década de 1970.

Para viabilizar o novo empreendimento, agora com escopo adequado às demandas do município, a prefeitura de Barueri alterou o uso da área da Fazenda Tamboré por meio da Lei nº 105, de 26 de outubro de 1973, que delimita a área como “zona estritamente industrial”. (BARUERI, 2011)

Não é objetivo desta análise mensurar ou questionar a audácia dos engenheiros Renato Albuquerque e Yogiro Takaoka. Porém, é intrigante a retórica liberal de que a ousadia empresarial frutificou lucros e sucessos e, particularmente no caso do Centro Industrial e Empresarial Alphaville, que sua realização se deu exclusivamente no âmbito da iniciativa privada, como resultado de uma criativa e inovadora estratégia empresarial que anteviu o potencial da área da então Fazenda Tamboré para transformar-se em um parque industrial fora da capital paulista. Esta é uma leitura muito rasa do contexto em que se deu o planejamento e a construção do Centro Industrial e Empresarial Alphaville, com relações com o debate urbanístico, as diretrizes de planejamento e as ações das prefeituras de municípios da região metropolitana de São Paulo para gerar emprego, atraindo indústrias.

## A FALÁCIA DO ARQUIPÉLAGO AUTÔNOMO: DEMANDAS E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS PARA GARANTIR PRIVILÉGIOS

Uma questão que aflora dos documentos analisados é a construção da ideia de Alphaville como uma produção integralmente realizada pela iniciativa privada, desde o planejamento, até a construção das redes de infraestrutura básicas, a gestão e a manutenção. Em diversos momentos, há no discurso da empresa, seja em suas propagandas, entrevistas de seus diretores ou textos institucionais, a reificação de uma “epopeia” conduzida pelo empresariado, que alcançou sucesso “prescindindo” do Estado. No entanto, a Construtora Albuquerque, Takaoka atuou de forma empreendedora, mas sempre apoiada pelo Estado.

Naquele momento, ainda não havia sido promulgada a Lei de Parcelamento do Solo, nº 6766, de 1979, que viria a legislar sobre as obrigações do loteador, definindo, no artigo 18, que era de sua responsabilidade a “execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais”. (BRASIL, 1979) No mesmo ano da promulgação dessa lei, Takaoka palestra no XI Congresso Panamericano de Avaliações, em que apresenta sua “solução viável” para os problemas urbanos, qual seja, “a iniciativa privada substituindo o poder público”:

[...] atuamos como catalisadores do desenvolvimento. Nos antecipamos aos poderes públicos e realizamos todas as melhorias necessárias, sem nenhum ônus para o Município, para o estado ou para a União. Todo o desenvolvimento urbano nas demais regiões tenha sido executado ou subsidiado pelos órgãos estatais. Para muito orgulho nosso, Alphaville teve todo o seu desenvolvimento executado integralmente pela iniciativa privada, além de ser um órgão subsidiador das demais regiões. Uma vez implantado, Alphaville começou a gerar impostos. O Imposto Predial, o Imposto Territorial e parte do ICM ali gerados passaram a reforçar a verba do município. *O município, por sua vez, nada precisa investir em Alphaville, porque tudo está pronto. Basta-lhe, apenas, providenciar a manutenção do que existe, executado por nós.* (SACCHI, 2004, p. 256-257, grifo nosso)

Em 1988, Takaoka reitera o argumento de que a iniciativa privada, com o exemplo de Alphaville, pode “subsidiar” o desenvolvimento urbano, na medida em que implementa infraestrutura em bairros que independem completamente dos investimentos públicos, enquanto “libera” o governo municipal para investir em outras localidades mais carentes.

No presente, estamos em cidade repleta de carências, as quais trouxeram como consequência o florescer das invasões de terras, dos cortiços, das favelas... Mesmo chegando ao esforço máximo, o governo não consegue executar, em volume e prazo, programas suficientes para implantação das redes de água e de esgoto, de hospitais, escolas, lazer e outros recursos. Assim, de um lado fica a iniciativa privada, com seu campo de ação reduzido; de outro lado fica o governo vendo crescer a faixa populacional, que nem ele nem a iniciativa privada conseguem atender, em função da inviabilidade econômica. [...] É perfeitamente possível criar subsidiadores do desenvolvimento urbano, dentro do próprio desenvolvimento urbano. Um exemplo disso é Alphaville. Neste bairro a iniciativa privada se antecipou aos poderes públicos e implantou todas as melhorias. E, uma vez ocupado, Alphaville passou a gerar impostos para o Município, mas sem que o poder público precisasse despender verbas para aquele feito. (TAKAOKA, 1988)

Entretanto, o discurso de que Alphaville é um bairro completamente construído pela iniciativa privada, autônomo em relação ao governo local, que não precisou “despender verbas” para que este “gerasse impostos”, ou seja, abrigasse atividades produtivas, é parcial, senão falacioso. Com efeito, a Construtora Albuquerque, Takaoka juntamente com outras empresas urbanizadoras que atuavam na região de Alphaville, como a Jubran Engenharia e a Tamboré, realizaram construções importantes para o bairro, incluindo o primeiro viaduto de acesso a Alphaville e a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Bacuri, construída em 1989 e doada à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) em outubro de 1996. A ETA do Bacuri foi construída por ser condição *sine qua non* para a manutenção do processo de expansão do bairro Alphaville, sem a qual não seria possível empreender o Alphaville Residencial 11, dada a crise hídrica

que a região oeste sofria na época. (A ALBUQUERQUE..., 1989b)

Contudo, a construção do bairro implicou custos significativos para os municípios envolvidos, especialmente no que tange à expansão de redes de abastecimento de água, energia, telefones, transporte público e sistema viário. Se a construtora foi responsável pela execução das redes de infraestrutura iniciais, repassando esse custo para seus consumidores, esse “subsídio privado”, nas palavras de Yogiro Takaoka, não foi renovado permanentemente. Depois de construídos e vendidos os loteamentos, pouco permaneceu em funcionamento financiado pelo capital privado e muito menos serviços, senão nenhum, pelo capital da construtora. As redes de infraestrutura foram repassadas ao estado, que também assumiu o serviço de coleta de lixo para além dos muros dos condomínios, oferta de rede de comunicação – naquele momento, ainda sob domínio de empresas públicas, no caso, a Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp) –, as linhas de transporte público e os custos da maior parte da expansão futura das mesmas redes, como regulamentam as leis brasileiras para qualquer loteamento privado. Selecionamos alguns anúncios e reportagens jornalísticas que relatam investimentos públicos para implantação e/ou expansão de serviços em Alphaville.

A empresa criou estratégias para garantir que as demandas por serviços e melhorias no bairro fossem amplamente divulgadas, incluindo a publicação de um jornal próprio, distribuído gratuitamente com grande tiragem. A publicação do *Jornal de Alphaville* aumentou o potencial de noticiar problemas e demandas de Alphaville, gerando pressão social e política por soluções da parte do estado, do município e das concessionárias de serviços básicos.

Um dos exemplos dessa pressão e do papel exercido pelo *Jornal de Alphaville* de ampliá-la ocorreu durante mais uma crise de abastecimento de água no bairro, agravada durante o verão de 1989. (EM TODO..., 1989a) O jornal trazia a questão como matéria de capa, listando as obras necessárias, porém não realizadas, para sanar o problema na região: adutora de Vila Iracema/Carapicuíba; o pressurizador de Jaguará; e implantação de novas linhas principais e redimensionamento de tubulações em Alphaville.

O intenso tráfego de veículos no bairro e os constantes congestionamentos também figuraram entre as pautas propagadas pelo jornal, que noticiou, em 1994, que o Plano Diretor Viário de Barueri priorizaria Alphaville com obras importantes: reformulação da via marginal direita do Rio Tietê até o encontro com a Avenida Alphaville – hoje, Avenida Yogiro Takaoka –; via ligando a Avenida Alphaville à Avenida Piracema, no bairro Tamboré; e túnel no final da Alameda Rio Negro. (PLANO..., 1994)

De fato, a pressão por soluções para os congestionamentos nas principais avenidas do bairro culminou em várias obras viárias financiadas pelo município, como o túnel de Alphaville, localizado na Alameda Araguaia, no cruzamento com a Avenida Rio Negro, facilitando a conexão entre Alphaville e Tamboré, finalizado em 1996 e anunciado com alarde pelo *Jornal de Alphaville*.

A eleição de moradores e empresários locais como vereadores nas Câmaras Municipais de Barueri e Santana do Parnaíba também demonstra que a população local se organizou a fim de ter representantes defendendo seus interesses nas instâncias políticas, como anunciou o *Jornal de Alphaville* de outubro de 1996.

A ação do Alphaville se deu por meio de relações com o poder local, quando não estadual, para viabilizar seus empreendimentos. Nessa articulação, a empresa alcançou a necessária adequação da legislação urbanística municipal, extensão e/ou expansão da capacidade de redes de infraestrutura, na medida das demandas de cada empreendimento. Nessa narrativa, a empresa desenvolveu apenas a infraestrutura necessária para que seus novos empreendimentos fossem atrativos e minimamente viáveis, especialmente porque não houve, por parte do poder público, a definição de outras exigências e contrapartidas. Reconhecer os gastos futuros implicados na implantação de empreendimentos semelhantes é fundamental para que prefeituras e gestores públicos possam definir os termos, condições e contrapartidas a serem exigidos das empresas urbanizadoras, minimizando as externalidades que advirão de mais um movimento de expansão urbana.

JORNAL DE

# ALPHAVILLE

ano XIII n.º 19      janeiro/fevereiro 89      distribuição gratuita

## Em todo verão, mesma crise: falta de água. Há solução?

Várias obras de grande porte, como a adutora de Vila Branca/Carapicuíba (Itaquajé), que deveria estar concluída em janeiro de 89 e adutora atuada por falta de verbas; o honesto de Jaguara, dividindo o tempo maior possível ao Raso de Água para a Região Oeste; e outras, de pontos médios (implantação de algumas linhas principais em Alphaville) e projetos (modernização de tubulações), são necessárias para resolver o problema de falta de água no verão, em Alphaville e toda a Região Oeste. O andamento dessas e de outras obras importantes (como uma adutora exclusiva para o bairro Serra) é coordenado por Paulo Manoel Yoshimoto, da Diretoria de Operações da Região Metropolitana/Sudeste, que aims de fornecer importantes esclarecimentos, pondera: "a solução definitiva se será alcançada se houver inclusive a participação da iniciativa privada".

Página 3, 4 e 5

© Construtora Albuquerque, Takaoka S.A.

Figura 1 - Capa do *Jornal de Alphaville* sobre a falta de água na região

Fonte: Em todo... (1989a).



Figura 2 - Reportagem do *Jornal de Alphaville* sobre a prioridade que obras em Alphaville tiveram no Plano Diretor Viário de Barueri

Fonte: Plano... (1994).



Figura 3 - Capa do *Jornal de Alphaville* anunciando a eleição de cinco vereadores moradores de Alphaville para as Câmaras Municipais de Barueri e Santana de Parnaíba

Fonte: Jornal de Alphaville (1996).

Não argumentamos que exista um desvio de conduta na organização social dos moradores de Alphaville em demandarem melhorias para seu bairro, reivindicações que são absolutamente legítimas, assim como é legítimo o movimento político que elegeu representantes do bairro para as câmaras de vereadores. O que essa breve narrativa procura é desconstruir o discurso de que a urbanização privada foi – e continua sendo – autofinanciada e que, portanto, não implicou gastos públicos. A construção de uma “cidade privada” não se realiza completamente. Durante quase 20 anos, entre 1976 e 1994, a Albuquerque, Takaoka reproduziu o mesmo modelo de condomínio, na mesma área de atuação, consolidando a marca “Alphaville” no cenário brasileiro.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

Uma narrativa por empreendedores não pode se originar da “hipótese” de que a ação urbanizadora da iniciativa privada é predatória. Essa seria uma leitura muito simplista do problema, do papel dos agentes da urbanização e da construção histórica de suas estratégias de atuação. Também não argumentamos ser necessário construir cidades sem a participação dos agentes privados. O que esse modo de narrar levanta e caracteriza são os mecanismos de atuação de empresas e os espaços de negociação em que esses mecanismos atuam. E, ao identificar esses mecanismos, a pesquisa permite encontrar uma parte dos estreitamentos e descaminhos da produção da cidade, lançando luz sobre essas estratégias e chamando atenção dos demais agentes produtores da cidade para quais aspectos e processos devem ser observados, monitorados e combatidos. Esse modo de narrar pode alimentar um debate mais informado sobre os resultados sociais da urbanização privada, cujos produtos têm sido normalizados e naturalizados pelas políticas públicas de habitação, particularmente em nível municipal, com planos diretores e leis de parcelamento do solo que incorporam condomínios horizontais fechados por meio de mudanças legislativas de validade questionável.

A narrativa por empreendedores coloca em intriga os mecanismos e processos de construção da cidade, que podem – e devem – ser confrontados e modificados pelos marcos legais do planejamento



territorial, pela exigência coletiva por coerência e continuidade no planejamento e pela definição efetiva e participada de demandas prioritárias de cada comunidade, de cada agente do processo cotidiano de construir o *habitat* do homem, almejando um projeto coletivo, como afirma Jameson (2002, p. 284):

O que é necessário é um projeto coletivo do qual uma maioria ativa da população participe, como algo que lhe pertence e que é construído com suas próprias energias. A definição de prioridades sociais – também conhecida na literatura socialista como planejamento – teria que ser parte desse projeto coletivo.

Narrar por empreendedores pode ser um caminho para iluminar as relações profundas e escusas entre a produção do espaço urbano e os interesses dos agentes envolvidos, alimentando de argumentos e dados a importante luta pela cidade e por um projeto coletivo de urbanização.

---

## NOTAS

1 Há estudos sobre a Cia. City (OTTONI, 1996; ANDRADE, 1998; SOUZA, 1988); Companhia Matte Larangeira, no estado de Mato Grosso do Sul (AMARAL, 2014); sobre a trajetória do engenheiro Coimbra Bueno, dono da urbanizadora Coimbra Bueno, que construiu Goiânia (MEDEIROS, 2013); sobre a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e sua antecessora, a Companhia de Terras Norte do Paraná (REGO; MENEGUETTI, 2006; REGO, 2015; FERREIRA, 2017); sobre a Empresa Martha, em Bauru (CAPELOZZA, 2016); a Companhia Bata (COSTA, 2012); a Companhia Viação São Paulo Mato Grosso. (ZILIANI, 2010)

2 Condomínio vertical fechado construído pela empresa no início dos anos 1970.

## REFERÊNCIAS

ALPHAVILLE. *Alphaville: o Sonho, o tempo, o sucesso*. São Paulo: Vero, 2003.

AMARAL, Maxwell da Silva. A marcha para o Oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul: deslocamentos, políticas e desafios. *Fronteiras*, Dourados, v. 16, n. 28, p. 153-165, out. 2014.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARUERI (São Paulo). Prefeitura Municipal. *Livro das leis: Programa de Resgate e Preservação da Memória do Município*. Barueri: Prefeitura Municipal de Barueri, 2011. v. 1

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 19457, 20 dez. 1979.

CAPELOZZA, Ana Carolina Alvares. *Os bairros Jardim Estoril: a atuação das empresas Martha no setor sul de Bauru-SP (1957-2008)*. 2016. Dissertação ( Mestrado em Arquitetura e Urbanismo ) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 17 jun. 2016.

COSTA, Georgia Carolina Capistrano da. *As cidades da Companhia Bata (1918-1940) e de Jan Antonin Bata (1940-1965): relações entre a experiência internacional e a brasileira*. 2012. Dissertação ( Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

FERREIRA, Silvia Barbosa de Souza. *A cultura técnica e profissional de projetistas de cidades de colonização no Norte do Paraná e Norte de Mato Grosso, 1950-1978*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo a logica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

JORNAL DE ALPHAVILLE. Construtora Albuquerque, Takaoka S.A., ano 20, n. 184, out. 1996.

EM TODO verão, mesma crise: falta de água. Há solução? *Jornal de Alphaville*, São Paulo, ano 13, n. 89, fev. 1989a.

(A) ALBUQUERQUE, Takaoka construirá estação de tratamento em Alphaville. *Jornal de Alphaville*, São Paulo, maio 1989b.

PLANO Diretor Viário de Barueri prioriza pacote de obras para Alphaville. *Jornal de Alphaville*, São Paulo, p. 8-9, 1994.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FUPAM, 1999.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019.

MARQUES, C. Expansão de Alphaville não foi prevista: entrevista com Renato Albuquerque. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 10 nov. 2015.

MEDEIROS, Wilton Araújo. Jeronimo Coimbra Bueno: apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional. *Urbana: revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 109-128, out. 2013.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Breve trajetória de ideias acerca da dinâmica imobiliária urbana. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura Costa (org.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 7 14

CONSTRUTORA projeta uma cidade-modelo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 28, 2 ago. 1973.

OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. Cidade-jardim: formação e percurso de uma ideia. In: HOWARD, Ebenezer (org.). *Cidades-jardins do amanhã*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PESCATORI, Carolina. *Alphaville e a (des)construção da cidade no Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

REGO, Renato Leão. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 89-89, jan./abr. 2015.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Acta Scientiarum. Technology*, Maringá, v. 28, n. 1, p. 93-103, enero/junio 2006.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, [Paris], v. 303, n. 2, p. 44-51, nov./dez. 1998.

SACCHI, Even. *Yojiro Takaoka: o construtor de sonhos*. Barueri: Asa, 2004.

SOUZA, Maria Claudia Pereira de. *O capital imobiliário e a produção do espaço urbano: o caso da Companhia City*. 1988. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1988.

TAKAOKA, Yojiro. A Ocupação do solo na cidade de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 51, 7 mar. 1988.

TREVISAN, Ricardo et al. Fazer por Atlas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo II – modos de fazer*. Salvador: Edufba, 2019. p. 153-223.

VEYNE, Paul. M. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

ZILIANI, José Carlos. *Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

N A R R A R P O R

TRANS VER

SA LI

DAD ES





Uma tela de 27”. Hologramas pela liberdade. Construir línguas e linguagens comuns – sociedades, grupos, indivíduos, atores, gêneros, com e para além deles. O imperador do Brasil reservou para a esfinge sua primeira saída. Traços infinitesimais, *eidolon* e *clinamen*. O surdo de terceira é aquele que preenche o vazio que existe entre as marcações. Olhos piscando em gif. Peles de imagens. Quando o invisível se torna visível. Entrecruzamentos, desestabilizações, fricções, fugas e digressões. Narrar por transversalidades tecendo intrigas; de uma coisa à outra, entre ideias, traduções e conexões. Ampliá-las. Deslocamentos de uma dança. O comum não é uma unidade, mas um esforço feito de fragilidades e incertezas. É preciso transbordar. Profanar por desvios. Que conceitos sejam atos, sejam gestos. As travessuras dos vestígios são muitas. Os mundos que o historiador carrega são seus, as pedras que arrasta são suas. Salto no vazio. Narra-se com corpos que são também pedras, vento, cordas, ar, mar, besouro, concha ou pólen: o mundo das coisas e o espaço relacional de suas co-existências. Nuvens de sentidos banais à espera de ventos novos que lhes deem outras configurações mais uma vez pensadas e não pensadas.

O que seria uma linguagem transversal e uma forma transversal?

Entre-ver ou trans-ver as imagens. Olhe sempre para elas. O olho demora a acostumar. Movimento geral e vivo das línguas, das culturas e das linguagens, inquietamente encarnados. Transgressão ao pensamento causal, linear. Contínuos rearranjos de camadas geológicas. A potência métrica das cronologias: fugas, fragmentos e as próprias ruínas, que não são nem ponto de partida nem de chegada. Propor linhas de fuga ao confinamento de um lugar ou à de uma ideia fixa de tempo. Verso, e mais ainda, trans-verso, pode ser “o outro lado”, um volteio, uma volta, e parece poder evocar também a flutuação e as sínopes da flauta dionisiaca. Como minhocas, como vermes sem alarme e sem escape, perfura, sem saída, terras. O contador de histórias é um alquimista. O laboratório do alquimista é um amontado de imagens escritas, fragmentos imagens de coisas que são vestígios, ruínas no passado e no futuro. Construir a si mesmo como outro. Vamos trocar figurinhas?



N A R R A R  
P O R  
T R A N S V E R S A L I D A D E S I

*Jogo de intrigas*



*Laboratório de Estudos Urbanos . UFRJ*

*Adriana Caúla*

*Aline Couri Fabião*

*Daniela Ortiz dos Santos*

*Luisa Bogossian*

*Mário Magalhães*

*Margareth da Silva Pereira*

*Pilar Tejero Baeza*

*Vitor Cunha*

*ENTREVER*

**O** ver não para na imagem em si. O ver é, antes de tudo, uma ação.

Desde a antiguidade, principalmente por Lucrécio e Epicuro, as coisas que vemos são interpretadas como consequências de nossa imersão em um universo de partículas, de átomos cintilantes, capturados pelos nossos olhos. Apesar da cisão entre os corpos sensíveis e o olhar inteligível trazida por Descartes e pelo Iluminismo, as buscas pelo rompimento de oposições e da objetivação do olhar vão sendo trazidas posteriormente, resgatando as pequenas percepções, os traços infinitesimais intrinsecamente ligados às noções de *eidolon* e *clinamen* como também às questões de tempo e movimento. Jogo aberto a interpretações, mediações, conexões, nos gestos de leitura e recepção, mantendo-se aberto.

À ideia de intriga proposta como provocação nesta primeira parte deste livro – e presente em todo movimento de dúvida e conhecimento e, sobretudo, na articulação de informações, fontes e na tessitura de qualquer investigação –, propõe-se aqui um texto que é, sobretudo, uma imagem-colagem.<sup>1</sup>

Como tal, ela não só é uma anamorfose, mas uma anamorfose cronotópica. (MACHADO, 1993) Mostra-se como um jogo que desloca permanentemente os sujeitos e traz pensamentos entremesclados, desviando de pretensões de um meio de expressão absoluto. Incorpora momentos de entrecruzamentos, desestabilizações, fricções, fugas e digressões.

Isto é, ela é, a um só tempo, um discurso iconográfico pleno, “formado” e “formado de novo” pelo diálogo em torno da ideia de *narrar por intrigas e por transversalidades*, usando imagens e textos dos diferentes autores, mas também manifesta o ver e o desviar-se que temporalmente acompanhou o próprio amadurecimento dos textos redigidos, nas diferentes partes deste livro, com suas associações, conexões, declinações.

Para além do registro temporal, em efeitos visuais particulares, a quarta dimensão, a do tempo, está impregnada nas pausas, nos elementos, nas evocações, nas emendas, nas passagens e provocações, perceptíveis e sensíveis nos gestos de *entre-ver* ou *trans-ver com as imagens*. Ou, como na analogia de Erwin Panofsky, por exemplo, mesmo naquilo que se apresenta enquanto unidade da árvore, se entreveem o tronco, os galhos, as folhas. (PANOFSKY, 1991, p. 218)

Considera-se que toda imagem é uma palavra escrita, toda palavra é um ideograma. O resto é o movimento da palavra, da ideia e da imagem, em seus ritmos, no movimento geral e vivo das línguas, das culturas e das linguagens, buscando os sentidos, mas também os colocando inquietamente encarnados.

Dessa forma, desvios, vestígios e intrigas, que tanto lhes recolhem quanto lhes dão sustentação, buscam propor linhas de fuga ao confinamento tanto de um lugar (movimento em oposição a monumento) quanto de uma ideia fixa de tempo (sempre girando dos inatuais espaços de experiência aos novos horizontes de expectativa), quanto de qualquer discurso (textual, iconográfico, sonoro).

das palavras à palavra;  
 da imagem à imagem,  
 da ideia à ideia  
 toda palavra é ideia, toda imagem é ideia  
 toda palavra é ação/ toda imagem é ação  
 toda ação é!  
 gotoAndPlay

## VERSOS E CONVERSAS

A palavra não para na palavra em si. O falar é, antes de tudo, uma ação.

Se quiser pegar minhas palavras, não as destrua. São as palavras de *Omama* e dos *xapiri*. Desenhe-as primeiro em peles de imagens, depois olhe sempre para elas [...]. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 64, grifo do autor)

Os yanomami chamam as páginas escritas e, de modo mais geral, os documentos impressos contendo ilustrações (revistas, livros, jornais) de *utuḡa siki* ('peles de imagens'). Para o papel, utilizam a expressão *papeo siki*, 'peles de papel'. Referem-se à escrita com termos que descrevem certos motivos de sua pintura corporal: *oni* (séries de traços curtos), *turu* (conjunto de pontos grossos) e *yaikano* (sinusoides). Escrever é, assim, 'desenhar traços', 'desenhar pontos' ou 'desenhar sinusoides', e a escrita, *tRë ā oni*, é um 'desenho de palavras'. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 778, grifo do autor)

*Vers. Verso*. Pode-se dizer que, na cultura ocidental, *verso* é a *linha da escrita*. É o que dá rumo ao som de palavras antes faladas e cantadas, mais tarde escritas e apaziguadas em uma métrica. É a cadência balsâmica da lira e de uma lírica de corpos apolíneos, idealizados, metrificados, enquanto *orthos*.

Contudo, *verso*, e mais ainda, *trans-verso*, pode ser "o outro lado", um volteio, uma volta, e parece poder evocar também a flutuação

e as síncopes da flauta dionisiaca. Carrega com seu *tempo* sinuoso e sincopado, o desenho de traços, de pontos, as palavras moventes dos corpos rumo a um *pathos* – que é um *ex-tasis*. Isto é, estar fora de si, em jogo, em desvio, em relação e abertura ao *pathos* de outro. Isto é, sem deixar de arriscar fazer de si-mesmo como outro e da própria experiência de deslocamento o seu lugar de enunciação. Ou, como há séculos formulou Loyola em seu *Exercícios espirituais*, originalmente de 1548, e que Ricoeur (1991) recupera, em uma voz que parece continuar inaudível: *construir a si mesmo como outro*.

*Narrar por transversalidades* significa dizer que se forma e é formado de novo como ato atento às assimetrias e com diferentes “corpos à reação poética”. Narra-se com corpos que interpelam corpos na relação de sujeitos e mundos, nas suas intersubjetivações, nas diferentes práticas de ver, pensar e agir. Narra-se com corpos que são também pedras, vento, cordas, ar, mar, besouro, concha ou pólen: o mundo das coisas e o espaço relacional de suas *co-existências*.

Narrar por transversalidades tecendo intrigas passa, portanto, de uma coisa à outra, transita entre ideias, traduções e conexões e tenta ampliá-las. Reivindica-se como condição humana encarnada e singular, não de construir ou aplicar uma “teoria” como metafísica e como verdade transcendente, mas como prática condenada a instaurar, incessantemente, “verdades” que foram possíveis pensar em suas contingências. Seria uma chamada a um agir agora que incorpora as fragilidades, como alternativa a determinismos e a histórias desencarnadas que, muitas vezes, não escapam ao imediatismo ou a um reducionismo dos esforços e condições de possibilidades dos sujeitos.

De todo modo, escancara, por um lado, os limites das categorias, seu *limes* ou *terminus*, historicizando – tornando um pensável as fronteiras que buscam abrigar e conter, em termos, os sentidos em disputa. Insiste, por outro, em não esquecer esfinges, enigmas e, mais que tudo, a arrogância mítica de Babel e do desafio de construir línguas e linguagens comuns, como sociedades, grupos, indivíduos, atores, gêneros, com e para além deles.

alizer os instrumentos no processo de ressignificação das operações historiográficas nas narrativas, inclusive aquelas do pensamento arquitetônico e urbanístico.

### *TRANSBORDAR*

É preciso transbordar! O comum não é uma unidade, mas um esforço feito de fragilidades e incertezas. É cultivo e cultura, como pensava W. V. Humboldt (2019, p. 7, tradução nossa):

A tarefa final de nossa existência: dar ao termo humanidade, em nossa pessoa, um conteúdo tão vasto quanto possível da experiência – seja em nossa vida, seja pelos vestígios vívidos que deixamos, para além dela – [...] através da imbricação de nosso eu com o mundo em uma interação a mais abrangente, intensa e livre.<sup>2</sup>

Amplios vestígios nos habitam. *Vestígios* nos quais se inscrevem as marcas de uma colcha de culturas: corpos escritos (PEREIRA, 1995), corpografias (JACQUES; BRITTO, 2008), textos e imagens carregam consigo os *pagos*, os países, as paisagens, as intrigas pelas quais se expressam sistemas de crenças, valores, identificações, alguns diriam, como Ricoeur (1991) *id-idem*, *identidades*.

Esta cultura é, portanto, não um conjunto de obras exteriores a nós, mas arranjos da sensibilidade dos corpos, daquilo que pode ser sentido e ao qual se pode dar sentido. Os desvios das intrigas resultam dos próprios tremores e fissuras naquilo que uma cultura de sensibilidade nos permite conhecer como fenômeno. Assim, emergem da multiplicidade e heterogeneidade dos corpos, dessa sensibilidade-vestígio que sustenta, em suas condições de experiência específicas, os choques, conflitos, cruzamentos, intercâmbios, multiplicando os rearranjos caleidoscópicos das coexistências.

As travessuras dos vestígios são muitas e nos intrigam. Como são os corpos que suportam toda a carga espaçotemporal, o mal de arquivo (DERRIDA, 2001), que sofrem conscientemente ou como recalque,

irrompem no presente de uma tessitura atravessada de falhas, como que em contínuos rearranjos de camadas geológicas. (LEPETIT, 2001)

Talvez o contador de histórias seja um alquimista. O laboratório do alquimista é um amontoado de imagens escritas, fragmentos, imagens de coisas que são vestígios, ruínas no passado e no futuro. Narra-se o que é e será ruína! Talvez, a potência métrica das cronologias seja que ela permite ver fugas, fragmentos e as próprias ruínas, que não são nem ponto de partida nem de chegada.

Constituí-las como objeto teórico, inventá-las como possibilidades de semelhanças ou dissemelhanças é também de certo modo falar sobre estados nômades, atravessados por trânsitos e passagens perdidas em relatos, testemunhos, velhas fotografias em arquivos e bibliotecas. É ler e reler as mesmas páginas, é ir e voltar entre impressões, intuições, hipóteses, relações sobre formas historicamente situadas e ao mesmo tempo anacrônicas, que ao emergirem são, de novo, vestígios de experiências, vestígios de ações e de busca de sentidos. Forças e formas que evanescem.

Como no poema “Áporo”, de Drummond (1943-1945), o historiador cava, escava, pensa, repensa, monta, desmonta para transbordar, para criar, sem saída, nuvens. Como minhocas, como vermes sem alarme e sem escape; perfura, sem saída, terras. O historiador – assim como o arquiteto – atualiza o passado e projeta um possível futuro, adensa e transborda um tempo-presente em um mundo onde o próprio novo nasce como rastro, vestígio.

O mundo que o historiador carrega é um mundo seu e de sua relação com o mesmo. As pedras que arrasta também são suas, mas seu peso e o esforço necessário para carregá-las dão a medida não de uma demonstração solitária de uma “força absoluta”, como se poderia supor. Ao contrário, são imagens da consciência de limites, consciência de um finito e de um infinito, consciência, sobretudo, de um desejo e de um espaço, ainda que poroso e fluido, de possibilidade contingente de partilha. Desejo de que o ato interpretativo que realiza talvez possa reverberar para além de seus ombros, para além das montanhas que parece precisar escalar, dos submundos que consegue escavar ou precisa intuir.

É trágica a condição do trabalho de historiador: entre a melancolia e mundos a “vir a ser”, suspenso entre a vida, a morte, o esquecimento e as reminiscências numa aposta na potência do invisível, do insidioso, do subterrâneo. Que orquídeas podem germinar em tal solo, como sonhava também o poeta? As orquídeas, como toda orquídea, são frágeis e efêmeras... Movente como a vida, como as névoas de pólen, as nuvens que formam; as nebulosas que as conformam; o vento que as empurra e as atravessa. Mas como áporo ele escava.

Partindo de um pensável, seu trabalho resulta, contudo, apenas no que foi “possível ser pensado” no percurso situado e, irremediavelmente, descontínuo de sua própria condição. O que produz são apenas nuvens de sentidos banais à espera de ventos novos que lhes deem outras configurações mais uma vez pensadas e não pensadas. Co-formações.

A observação de Wilhelm von Humboldt auxilia o esforço da escrita, do gesto de interpretar e contar histórias. Ele escreve: “Em uma palavra, a ação do poder do pensamento está indeterminada como em um aglomerado de nuvens que se reúne em um céu claro”. (HUMBOLDT apud FASSL, 2018, p. 13) É a linguagem que a movimenta em intrigas, em peles de papel, em peles de imagem.

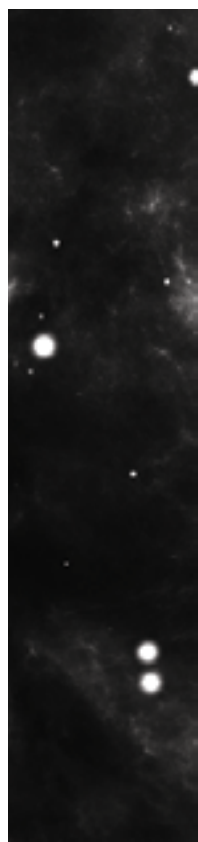
## NOTAS

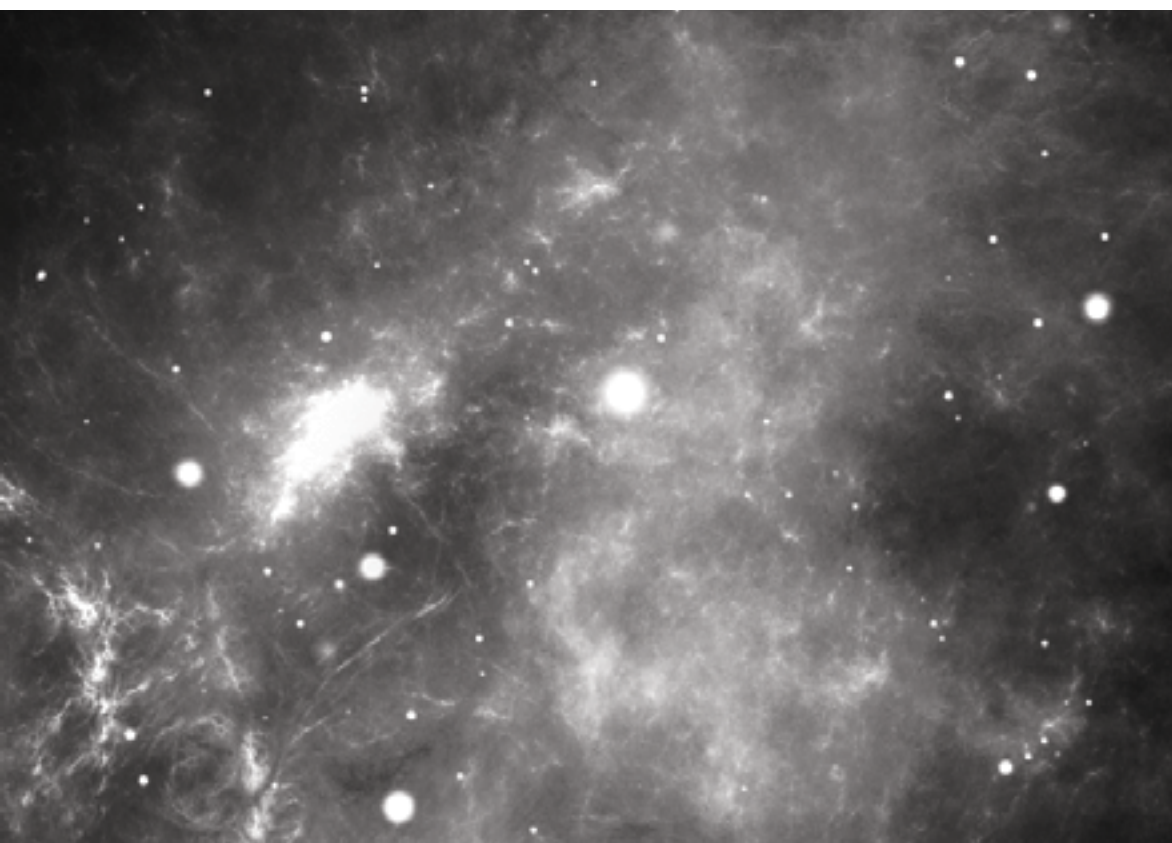
- 1 *Pele das Imagen* é uma imagem digital produzida por Aline Fabião, Adriana Catúla e Pilar Tejero Baeza. Colagem digital. 21,5 x 31 cm.
- 2 “Die letzte Aufgabe unseres Daseyns: dem Begriff der Menschheit in unsrer Person, sowohl während der Zeit unseres Lebens, als noch über dasselbe hinaus, durch die Spuren des lebendigen Wirkens, die wir zurücklassen, einen so grossen Inhalt, als möglich zu verschaffen, [...] durch die Verknüpfung unsres Ichs mit der Welt zu der allgemeinsten, regesten und freiesten Wechselwirkung”.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- HUMBOLDT, Alexander Von. *Cosmos, essai d'une description physique du monde*. Paris: Gide et Cie, 1846.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. Theorie der Bildung des Menschen. In: LAUER, Gerhard (hrsg.). *Wilhelm Von Humboldt: Schriften zur Bildung*. Stuttgart: Reclam, 2019. p. 5-12.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. Über die Buchstabenschrift und ihren Zusammenhang mit dem Sprachbau, Dümmler, 1926. In: FASSL, Georg (ed.). *Report on the mobile*. Viena: Vienna University of Technology, 2018. Disponível em: <https://daedalusobservatory.net/>. Acesso em: 20 maio 2020.
- JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, v. 7, p. 79-86, 2008. Edição especial.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- LOYOLA, Inácio de, Santo. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MACHADO, Arlindo. Anamorfofos cronotópicas ou a quarta dimensão da imagem. In: PARENTE, André (org.). *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 100-116.
- PANOFSKY, Erwin. *Perspective as Symbolic Form*. New York: Zone Books, 1991.
- PANOFSKY, Erwin. *The Life and Art of Albrecht Dürer*. Princeton: Princeton University Press, 1955.
- PEREIRA, Margareth da Silva. Corpos escritos: paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca. *Arte e Ensaio*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 7, p. 98-113, 2000.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Tradução Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.







P A R T E I I  
V E S T Í G I O S

N A R R A R P O R



RE

LA

ÇÕES

II

N A R R A R  
P O R  
R E L A Ç Õ E S II

*Aventuras através de histórias da  
Cronologia do Pensamento Urbanístico<sup>1</sup>*



A D E L E  
S Á M A R T I N S  
B E L I T A R D O



I G O R  
G O N Ç A L V E S  
Q U E I R O Z



L E O N A R D O  
V I E I R A D E  
S O U Z A

## UMA PEQUENA COLEÇÃO

Mas meu propósito não era conservar o novo e sim renovar o velho. Renovar o velho de modo que eu, neófito, me tornasse seu dono – eis a função das coleções amontoadas em minhas gavetas, cada pedra que eu achava, cada flor colhida, cada borboleta capturada, já era para mim começo de uma coleção [...]. Uma ‘arrumação’ teria aniquilado uma obra cheia de castanheiras espinhentas – as estrelas da manhã –, de folhas de estanho – um tesouro de prata –, de cubinhos de construção – ataúdes –, de cactos – totens –, e de moedas de cobre – escudos. Era assim que cresciam e se mascaravam os haveres da infância, em gavetas, arcas e caixas. (BENJAMIN, 1987b, p. 124)

**S**e considerarmos atualmente a crescente circulação da pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico<sup>2</sup> não somente através da plataforma *on-line*, sua principal ferramenta<sup>3</sup> pública de narrativa historiográfica, mas também com a recente publicação dos dois tomos da coleção *Nebulosas do Pensamento Urbanístico – Modos de pensar* (2018) e *Modos de fazer* (2019) –, é preciso constatar que essa plataforma ainda não foi abordada nas suas condições técnicas, práticas e históricas: nunca nos propomos ao exercício de construir uma cronologia da própria Cronologia.<sup>4</sup>



Sendo a plataforma, desde o início e nas suas diversas versões, a face mais visível, acessível e publicizada da pesquisa, pretendemos com estas notas “[...] dar uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador com os seus pertences, uma ideia sobre a arte de colecionar mais do que sobre a coleção em si”. (BENJAMIN, 1987a, p. 227) Olhar para a própria pesquisa sob essa ótica requer um esforço relacionado ao trabalho de escavar, recolher e recortar histórias que, em grande parte, não estão registradas e disponíveis em documentos. Nesse sentido, é fundamental o entendimento da Cronologia enquanto uma plataforma *on-line* – ao mesmo tempo, uma ferramenta e um modo de narrar – que intenciona não somente uma digitalização de conteúdos, mas que se utiliza de técnicas e práticas virtuais para tecer e elaborar, através de suas coleções, outras construções e pensamentos possíveis – outros modos aventureiros de narrar a história do pensamento urbanístico.

Como – e em companhia – dos historiadores da arte Walter Benjamin e Aby Warburg, também não pretendemos ordenar, de modo causal, uma história do seu conteúdo ou das suas formas, apresentando suas distintas versões de maneira cronológica e evolutiva, chegando à atual como a consolidação de um modelo completo e finalizado. Pretendemos, sim, aventurar-nos através de vestígios de documentos, de imagens e de memórias fugidias – por vezes nostálgicas –<sup>5</sup> de um passado tão recente da nossa história enquanto pesquisa e que não cessa de passar no instante do presente.

A dialética escava as coisas, revoluciona-as, coloca-as de cabeça para baixo, de modo que a camada superior torna-se a camada profunda. [...] Mostra, no solo atual, o lugar onde o antigo foi conservado. [...] [A memória] Está também na própria substância do solo, nos sedimentos agitados pela enxada do escavador; está, enfim, no próprio presente do arqueólogo, no seu olhar, nos seus gestos metódicos ou hesitantes, na sua capacidade de ler o passado do objeto no solo atual. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 122)

Nesta arqueologia material, que se encontra justamente no lugar e textura do “teor material das coisas”, do “trabalho sobre as coisas”, Benjamin atenta para os rastros e vestígios de uma história que nos

alcança e, diante deles, o historiador deve também “[...] adotar o olhar meticuloso do antropólogo atento aos detalhes, e, sobretudo, aos pequenos detalhes”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 117) Ora, antes de nos aventurarmos numa história da Cronologia, partindo dessa operação historiográfica, nos questionamos: como é possível desenvolver uma narrativa histórica a partir de uma certa materialidade, levando em conta que o solo que pretendemos escavar e nos aventurar é, em sua essência, virtual? O que podemos considerar textura e materialidade do tempo e de imagens quando a substância desse solo é composta de *pixels*, codificação de números binários e linguagem *web*?

Para manipularmos esta coleção de problemas e questões – sem a menor pretensão de respondê-las, e sim de criar outras a partir destas –, também nos dispomos a pensar como e através das crianças que brincam a partir de restos do mundo, desenhando histórias a partir de gestos e, com isso, propondo diferentes modos de narrar, relacionadas diretamente à arte do historiador e do colecionador. Ao historiador, resta reivindicar-se colecionador de todas as coisas e brincar com os trapos do mundo.

Ele salta de um objeto de angústia a outro, mas seu próprio salto é o de uma criança. O historiador, segundo Benjamin, é uma criança que brinca com os farrapos do tempo. Uma criança que brinca e que, metodicamente, inventa as condições do seu saber, de sua história. Que tipo de condições? [...] A criança escava, conta e decifra seus trapos. Ali ela adormece sonha e acorda para novos deciframentos. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 123)

Assim, as diferentes montagens, remontagens e desmontagens desta coleção de problemas e questões permitem infinitas combinações. Da mesma forma, “a multiplicidade de histórias possíveis, segundo Benjamin, caminha lado a lado com a multiplicidade de línguas”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 163) O aspecto literalmente jovial não só no pensamento, mas na escrita benjaminiana, reconhecido por Georges Didi-Huberman (2015), nos inspira a pensar formas outras de narrar a história: tantas quantas são possíveis as invenções e brincadeiras no gesto da criança. “Isso supõe arriscar-se no que se refere à própria maneira de escrever a história: nesse ponto, as crianças

e os músicos ainda serão reis. ‘A improvisação faz a força. Todos os golpes são dados como se fosse uma brincadeira’”. (BENJAMIN, 1929 apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 164)

## UM PRINCÍPIO AVENTUREIRO

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse [...]. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas de esperança. (BORGES, 1999, p. 40)

Aventuras, contingências, atravessamentos, experiências, mutações, movimentos, errâncias, multiplicidade de saberes, sobrevivências, relações, questões e problemas: são alguns dos princípios que aproximam a Cronologia do Pensamento Urbanístico ao pensamento do alemão Aby Warburg, situado “[...] a meia distância entre o Talmude e a Internet” (DIDI-HUBERMAN, 2013 apud JACQUES, 2018, p. 63), principalmente a partir da sua Biblioteca para a Ciência de Cultura (*Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg* ou KBW). Diferente do que propõe Borges na Biblioteca de Babel, Didi-Huberman coloca que “uma biblioteca é bem mais do que a soma de seus próprios livros. É um dispositivo de criação de ideias. É uma máquina de inventar saberes”. E completa:

A liberdade, em uma biblioteca, consiste, por exemplo, em passar de um livro para outro que não seja diretamente a escolha mais evidente, ou seja, precisamente o que conseguiu antecipar a classificação da biblioteca Warburg. Passar de um livro a outro de maneira eventualmente desorientada, centrífuga, e, mais ainda, fazendo que os livros se encontrem em um mesmo local de trabalho: isso se chama montagem, prática experimental e heurística por excelência destinada a

trabalhar com todos os livros abertos e a ver o que acontece por tê-los mobilizado juntos – tê-los colocado em movimento, em deslocamento – para que eles se respondam. (DIDI-HUBERMAN, 2017 apud JACQUES, 2018, p. 131)

A KBW é descrita pelo historiador da arte Fritz Saxl como um espaço de questões, “[...] e seu caráter específico consiste justamente em que sua classificação obrigue a entrar nos problemas”. (HAGELSTEIN, 2008 apud JACQUES, 2018, p. 130) Os quatro andares dessa biblioteca itinerante, laboratório prático das próprias teorias warburguanas, materializam o seu modo de pensar e, como ele mesmo define, a biblioteca seria o seu “espaço de pensamento”. A organização ou montagem<sup>6</sup> dos distintos livros da coleção de Warburg – o chamado “princípio da boa vizinhança” – convida à exploração e ao deslocamento dos pesquisadores entre os andares, corredores e estantes da biblioteca, provocando o movimento do leitor aventureiro<sup>7</sup> – ou, como o próprio Warburg encoraja que eles sejam: os “aventureiros científicos”. Assim, “[...] a KBW reunia, mais do que uma coleção de livros, uma coleção de problemas, era efetivamente uma biblioteca de questões ou de perguntas, como dizia Fritz Saxl”. (JACQUES, 2018, p. 127)

Um princípio mutante, errante e desviante<sup>8</sup> diz respeito ao tipo de construção das narrativas aventureiras warburguanas. Perder-se na biblioteca, para além do significado físico/corpóreo ou metodológico, configura-se, sobretudo, como um desprendimento de convicções e certezas já consolidadas no pesquisador, em suas escolhas e objetos de pesquisa. “Warburg evitava ao máximo simplificar a organização, pois via também um caráter pedagógico<sup>9</sup> na errância dos estudantes e pesquisadores por entre os livros mais dispares”. (JACQUES, 2018, p. 130) Assim, a biblioteca se transforma a cada modificação individual de pesquisa e a cada variação de interesses próprios dos visitantes.<sup>10</sup>

Outra biblioteca, bem diferente da KBW, a “interminável” Torre de Babel evidenciada por Borges, relaciona-se à construção de um conhecimento universal, total e hermético, que abarca em seu interior todo o conhecimento do mundo. Essa biblioteca que “existe *ab aeterno*” e que possui uma “[...] verdade [que] nenhuma mente razoável pode

duvidar” (BORGES, 1998, p. 39) não propicia ao homem – este “im-perfeito bibliotecário” – a abertura para promover questionamentos, a partir das suas próprias formas individuais de pensar. Em Babel, “a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta”. (BORGES, 1998, p. 42)

Elaborar uma Cronologia do Pensamento Urbanístico – ideia aparentemente ambiciosa e totalizante – não se relaciona à pretensão ilusória do mapeamento e acúmulo de todo o conhecimento sobre o pensamento urbanístico *do* ou *no* Brasil.<sup>11</sup> A ideia de uma existência *ab aeterno* – desde sempre e por todo o sempre – na Babel está mais relacionada a um conhecimento infinito total, à ideia de uma pesquisa infinita, como na Cronologia: sem objetivar um produto definitivo e com contornos claros. Outra diferença fundamental está na publicização de uma pesquisa acadêmica sempre em processo,<sup>12</sup> aproveitando-se de uma linguagem como possibilidade de narrativa historiográfica, em ascensão no momento da sua criação. Desfaz-se, então, desde o início e a partir da técnica, quaisquer pretensões de se produzir um conhecimento estanque, secreto e academicamente enclausurado. O princípio de produção de conhecimento da Cronologia é o da disponibilização – quase total – de um acervo em constante movimento, passível de julgamento e de contribuições externas.

A historiadora Josianne Cerasoli (2015) aproxima a Biblioteca de Borges e estes ampliados – e supostamente infinitos<sup>13</sup> – recursos de investigação do mundo virtual, especialmente através da internet. Sua popularização e expansão na década de 1990 provoca um movimento intenso e crescente de coleta e digitalização dos mais diversos conteúdos para a dimensão *on-line*, movimento que Lev Manovich (1998) denomina “the storage mania” (mania de armazenamento),<sup>14</sup> numa tentativa babélica de construção de um arquivo total de conteúdos e saberes. Se a Babel constitui uma biblioteca supostamente completa e “perfeitamente imóvel”, na *web*, “essa abrangente biblioteca eletrônica, multiforme e móvel por definição” (CERASOLI, 2015, p. 2), as informações são articuladas de modo não linear e plural, permitindo ao leitor aventurar-se por escolhas múltiplas, numa série de caminhos possíveis.

Tecnicamente, a ideia de um conhecimento em movimento – sobretudo de imagens no tempo – está presente desde a primeira versão da plataforma *on-line* da Cronologia, criada em 2003 e animada em Flash.<sup>15</sup> Antes disso, é possível identificar movimentos no próprio modo de pensar e fazer da pesquisa, desde seu surgimento enquanto Antologia Crítica do Pensamento Urbanístico, entre 1999 e 2001, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).<sup>16</sup> Nessa aventura por um pensamento nebuloso sobre o urbanismo, a Cronologia contribui para o fortalecimento do campo e tem, desde o início, o Brasil e a América Latina como pontos de vistas, buscando cartografar contranarrativas brasileiras e internacionais, postas sempre em relação a uma história oficial autocentrada na Europa e Estados Unidos.<sup>17</sup>

A plataforma da Cronologia já transita, pelo menos, pela sua quarta concepção gráfica e técnica, em que o seu desenvolvimento, em termos de programação e de *design*, constitui um desafio investigativo que acompanha paralelamente questões teórico-metodológicas<sup>18</sup> exploradas ao longo de pelo menos 20 anos de pesquisa. Seja a partir de contribuições de diferentes pesquisadores, dos verbetes, das leituras, do painel cronológico e geográfico ou das próprias nebulosas, a Cronologia convida o leitor, ainda que de modo não explícito, a aventurar-se por uma história do urbanismo – também ela desviante e aventureira –, como também o fazem constantemente os pesquisadores e técnicos que a discutem e desenvolvem continuamente. Manovich (1998) ressalta essa multiplicidade de entradas e trajetórias possíveis inerentes à experiência virtual, que denomina narrativa interativa ou *hyper-narrativa*,<sup>19</sup> em que a linguagem linear tradicional seria uma dentre muitas outras possíveis de serem elaboradas.

Cerasoli (2015) evidencia, entretanto, que muitos acervos e bibliotecas virtuais, mesmo incorporando e usufruindo de determinados meios tecnológicos em suas sistematizações, continuam reproduzindo muitos dos modos de organização tradicionais. Sugere que uma prática virtual não necessariamente implica uma inovação ou mudança de abordagem no tratamento dado a essas informações. Nesse sentido, as práticas empreendidas na Cronologia, inclusive em sua dimensão *offline* ou analógica,<sup>20</sup> em muito se aproximam e dialogam com o caráter aberto e provisório das plataformas virtuais, como os *websites*. “A natureza

aberta da *web* como um meio [...] significa que os *websites* nunca precisam estar completos, e eles raramente estão. Os *sites* sempre crescem. Novos itens são adicionados ao que já está lá”. (MANOVICH, 1998, p. 2, tradução nossa) Para além da divulgação e do amplo alcance promovidos pela *web*, os recursos virtuais lançam uma série de possibilidades – e limitações técnicas – à pesquisa, especialmente pela sua falta de rigidez – o que não implica exatamente ausência de rigor teórico – e ampla capacidade de mutação.

Constelações de pequenos pontos coloridos<sup>21</sup> que flutuam atualmente na página inicial da plataforma buscam sintetizar a metáfora das “nebulosas de ideias”,<sup>22</sup> proposta por Margareth Pereira da Silva. Essas nebulosas conseguem condensar questões fundamentais para o entendimento da pesquisa, no tempo do agora, do seu passado recente e, acreditamos, em imaginações de futuros por vir. Pensar, fazer e narrar por nebulosas é movimentar-se em direção à pluralidade, ao não fixado e, portanto, ao erro, a resultados inconclusos, provisórios e contingentes. É, sobretudo, acreditar na “[...] sua validade como metáfora de um modo de pensar e fazer história, *como narrativa e como ação*”. (PEREIRA, 2018, p. 245, grifo nosso)

Assim, Aby Warburg propõe uma narrativa aventureira: entre livros, prateleiras, estantes e andares da biblioteca; entre imagens de cada montagem e diferentes remontagens de um mesmo painel do seu *Atlas Mnemosyne*;<sup>23</sup> mas também entre os próprios pesquisadores, disciplinas, campos de conhecimento e entre diferentes saberes. Aqui, a nossa própria aventura científica consiste em saltar – assim como as crianças em suas brincadeiras – de uma metodologia a outra, explorando por vestígios, restos, sobrevivências e acúmulos, através das distintas versões e transformações da plataforma da Cronologia do Pensamento Urbanístico. Através de imagens sobreviventes em memórias físicas e virtuais, de singularidades e pluralidades nas trocas entre pesquisadores, a Cronologia – indissociada enquanto pesquisa e plataforma *on-line* – segue também numa aventura de montar-se, desmontar-se e remontar-se constantemente; de perder-se na sua própria coleção de problemas e questões; nas suas próprias histórias e brincadeiras.

Perde-te na biblioteca. Exercita-te no escutar. Aprende a ler e a escrever de novo. Conta-te a ti mesmo a tua própria história. E queima-a logo que a tenhas escrito. Não sejas nunca de tal forma que não possas ser também de outra maneira. Recorda-te do teu futuro e caminha até a tua infância. E não perguntes quem és aquele que sabe a resposta, nem mesmo a essa parte de ti mesmo que sabe a resposta, porque a resposta poderia matar a intensidade da pergunta e o que se agita nessa intensidade. Sê tu mesmo a pergunta. (LARROSA, 2017, p. 56)

## UM BRINQUEDO CIENTÍFICO

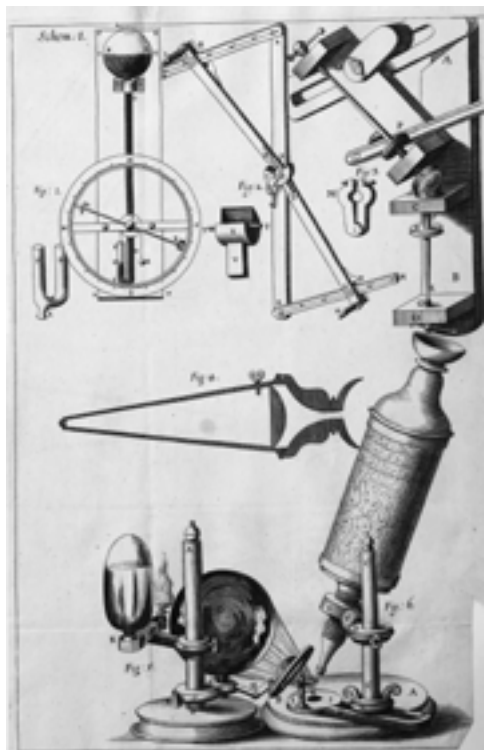


Figura 1 - Microscópio de Robert Hooke, *Micrographia*, 1665

Fonte: Hooke (1665, p. 42).



“A imagem desmonta a história”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 131)  
 A criança desmonta o brinquedo para entender o seu funcionamento, lançando-se ao desejo e à intensidade de um saber sobre o mundo. “E nada além do necessário, para o saber, do que aceitar esse desafio”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 165)

Entretanto, a imagem desmonta a história [...] como se desmonta um relógio, ou seja, como se disjunta minuciosamente as peças de um mecanismo. Enquanto isso, o relógio para de funcionar, [...] [o que] provoca um efeito de conhecimento que, de outra forma, seria impossível. Pode-se desmontar as peças de um relógio para aniquilar com o insuportável tique-taque da contagem do tempo, mas também para entender melhor como funciona, e até mesmo para consertar o relógio defeituoso. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 131, grifo do autor)

Como não ver, nessa situação exemplar, que duas temporalidades heterogêneas trabalham de concerto? Que a inflexão turbilhonante da *destruição* (sacudir o brinquedo, batê-lo contra a parede, jogá-lo no chão etc.) acompanha-se da inflexão estrutural de um autêntico desejo de *conhecimento* (experimentar o mecanismo, relançar o movimento em sentido inverso etc.)? Como não admitir que, para *saber* o que é o tempo, é preciso *ver* como funciona o relógio da mamãe? E que, para isso, é preciso arriscar-se – ou abandonar-se ao prazer – a desmontá-lo mais ou menos ansiosamente, sistemática ou violentamente, ou seja, *quebrá-lo?* (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 141, grifo do autor)

Parar o tempo e desmontar o brinquedo tornam-se gestos fundamentais para conhecê-lo e entender a sua montagem, o encaixe e o funcionamento das suas peças. Nas diferentes versões e infinitas adaptações técnicas<sup>24</sup> da plataforma *on-line* da Cronologia do Pensamento Urbanístico, desmontar é também dar ideia das sobrevivências<sup>25</sup> existentes dentro do próprio *site* – de diferentes imagens, métodos, ferramentas, sujeitos e modos de pensar –, enquanto acúmulos de tempos distintos a serem escavados, detalhados e friccionados. Tudo isso na “potência de *colisão* em que as coisas, os tempos são colocados

em contato, ‘são telescopados’, diz Benjamin, e desagregam-se nesse mesmo contato” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 127); mas também na potência de *destruição* – montagem, desmontagem e remontagem do tempo –, através da relação da criança com os seus brinquedos, do pesquisador com a pesquisa.

Desde a sua criação em 2003, por Aline Couri Fabião, então bolsista de iniciação científica, entre uma versão e outra,<sup>26</sup> a Cronologia modifica-se por meio de processos abertos e coletivos,<sup>27</sup> a partir de debates entre os diversos pesquisadores, grupos de pesquisa e a comunidade científica do campo dos estudos urbanos.<sup>28</sup> Sempre incorporando novas questões e problemas à sua coleção, a plataforma migra para a segunda versão em 2007, quando a questão da linguagem técnica interfere diretamente nas proposições metodológicas e ideias futuras da pesquisa. Na passagem para a terceira versão, em 2010, as mudanças mais significativas na plataforma dizem respeito ao aperfeiçoamento do painel cronológico enquanto ferramenta, incluindo a possibilidade de o leitor cotejar informações através de dados recortados tanto por supressão das linhas (recorte geográfico) quanto por aproximação das colunas (recorte por anos). O conteúdo também pode ser filtrado a partir das quatro categorias principais de entradas ou a partir dos marcadores temáticos.<sup>29</sup> Nesse sentido, essas três primeiras versões da plataforma trabalham e desenvolvem, principalmente, o painel cronológico como a principal ferramenta de pesquisa,<sup>30</sup> contribuindo para quebrar a concepção de tempo linear e complexificando a própria cronologia.

Nessa escala mais ampla, os diálogos, as filiações ideológicas, formais ou estéticas se tornam mais evidentes, bem como as contraposições e/ou resistências aos processos ensejados pelo pensamento hegemônico no campo. [...] Nesse momento, o próprio trabalho de pesquisa passou a se articular com a perspectiva do pensamento em rede. (JACQUES et al., 2012, p. 3)

Relacionando os painéis cronológicos, algumas questões parecem importantes de serem discutidas, sobretudo entre as suas primeira e terceira versões. A primeira delas diz respeito às aproximações

geográficas no painel: o primeiro está organizado, respectivamente, em Rio de Janeiro, São Paulo, Outras regiões, Europa, América do Norte, América Latina e, juntos, Ásia/Oceania/África; já a última versão, em: Brasil – subdividido em Sul e Sudeste, Norte e Nordeste, Centro-Oeste e Distrito Federal –, Europa, América Latina, América do Norte e Ásia/Oceania/África. Se inicialmente o estudo do pensamento urbanístico estava centrado na região Sudeste por conta das pesquisas desenvolvidas na UFRJ, posteriormente, com a migração da Cronologia para a UFBA, algumas adaptações tornaram-se urgentes e necessárias. Percebemos, ainda, aproximações e distanciamentos na disposição e nos debates urbanísticos entre Brasil, América Latina, África, Europa e Estados Unidos, principalmente. Esse desenho geográfico entre os painéis nos fala de transformações a partir de acontecimentos decisivos à história e ao futuro da própria pesquisa.

O primeiro painel chama a atenção também pela presença de linhas de vida que atravessam a cronologia, além de uma última camada, que busca dar conta talvez de uma atmosfera ou mesmo um espírito do tempo (*Zeitgeist*) da história do pensamento urbanístico, em que se encontram os mais diversos acontecimentos que escapam ao campo do urbanismo enquanto disciplina. A proposta da Cronologia parece ter sido a de, através das linhas de vida, situar historicamente a existência dos indivíduos, fazendo o pesquisador coexistir com eles, enredado nas suas intrigas. As histórias desses sujeitos acabaram dando origem às biografias, que acompanham cada verbete atualmente. Essa camada deixa de existir a partir da segunda versão, principalmente por limitações técnicas de armazenamento (de imagens e vídeos, principalmente) e aparece como uma tentativa de relacionar – filmes, músicas, poesias; também os seus cineastas, músicos e poetas – para então dar a ver uma noção moderna de espaço, como um conjunto de relações sensíveis que impacta a questão estética e que impulsiona não só os sujeitos da história urbana – nas suas escolhas de projeto, por exemplo –, mas os próprios pesquisadores – nos seus objetos de pesquisa.

Pôr em relação essas discussões, a partir de vestígios e sobrevivências de ferramentas e narrativas, evidencia que é preciso quebrar também o nosso brinquedo para entendê-lo, como a criança que “[...] acabará,

talvez, no auge da curiosidade, por quebrar o próprio aparelho”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 143) Desmontar, a partir de um saber/ver através das suas imagens, aventurar-se entre as nebulosas e o tempo cronologicamente cadenciado – este também fundamental à historiografia –, é entender o funcionamento técnico da plataforma e, conseqüentemente, consertar o brinquedo, defeituoso em determinados aspectos. Esse desejo de destruição, associado às temporalidades heterogêneas e à produção de conhecimento, está relacionado não só à questão da técnica – a montagem e funcionamento do brinquedo ou da Cronologia –, mas ao risco de aventurar-se.

Pensar através dessas imagens no tempo e de futuros imaginados no passado para, então, desenvolver ferramentas manipuladas através de imagens virtuais é também uma prática que pode ser pensada e analisada a partir do princípio da montagem, do intervalo e do paradoxo da linguagem virtual, técnica e gráfica.<sup>31</sup> “Essas são as potências da imagem. Essa é, da mesma forma, sua fragilidade essencial”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 127)

Não por acaso, Charles Baudelaire e Walter Benjamin, pensando de forma situada as tecnologias e máquinas dos seus tempos, interessaram-se também pela potência criativa dos brinquedos infantis, manipulados pela criança. Para ambos, os brinquedos não estariam totalmente reservados ao mundo infantil, do contrário, a própria “infância da ciência” está relacionada àquilo que Baudelaire chama “brinquedo científico” – estetoscópio, fenacistoscópio, telescópio, microscópio, caleidoscópio ou outras lanternas mágicas –, objetos que funcionam, tecnicamente, brincando com a visão de perto e a visão de longe. “Não teve o mundo dos brinquedos um papel fundador no desenvolvimento das ciências ópticas e, sobretudo, na chegada das ‘artes da luz e sombra’ que são a fotografia e o cinema?”. (BAUDELAIRE apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 141)

A plataforma *on-line* da Cronologia, enquanto “um dispositivo estranho [...] que exige mais do que existe” (DIDI-HUBERMAN, 2011 apud JACQUES, 2018, p. 63), promove a construção de conhecimento em ato, através das suas ferramentas, como numa aventura brincante. Tanto no modo de compor histórias quanto de narrá-las,

muito diferente de um grande arquivo ou de um mero sistema de busca,<sup>32</sup> a plataforma aproxima-se mais de uma coleção de histórias residuais, sempre situadas, como uma coleção de ferramentas: um brinquedo montado de modo a permitir construir, desconstruir e reconstruir saberes.

Assim, modos de pensar, fazer e narrar se confundem; não existe uma fronteira que os delimita; não existe lugar onde um começa e o outro termina. O *site* é a ferramenta de narrar a pesquisa e é também uma plataforma na qual “o importante não seria qualquer tipo de resultado final, fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar”. (JACQUES, 2015, p. 69) Nessa brincadeira com o tempo, cujas peças são restos de uma coleção, a relação se dá numa espécie de jogo ao acaso. Assim como os objetos de fazer pensar de Warburg – sua biblioteca e seus *Atlas* –, a Cronologia “[...] é uma ferramenta, não de esgotamento lógico de possibilidades dadas, mas da inesgotável abertura aos possíveis ainda não dados”. (DIDI-HUBERMAN, 2011 apud JACQUES, 2019, p. 62)

Esse “brinquedo científico”, pensado aqui a partir da técnica aliada à internet e às máquinas da nossa atualidade, é manipulado a partir de gestos brincantes dos seus pesquisadores “aventureiros científicos” e dos “leitores aventureiros”, que também percorrem e modificam a pesquisa. Na relação entre a criança e o seu brinquedo, buscamos entender que “[...] todo o interesse está no intervalo entre o tempo da coisa desmontada e o tempo do conhecimento pela montagem”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 141) Nessa inflexão, é possível aproximar a imagem da criança, enquanto potência e fragilidade, das imagens virtuais, que se perdem e se desfazem facilmente, mas que também sobrevivem no curso da história.

Hoje, 2050 aparece como o último ano da linha do tempo na plataforma da Cronologia. Poderíamos, a partir daí, imaginar futuros possíveis para a pesquisa,<sup>33</sup> baseados também nas questões relacionadas às possibilidades e ao desenvolvimento da técnica e das imagens virtuais enquanto linguagem para compor narrativas e fazer pesquisa. Essa discussão não busca implementar uma falsa oposição ou competição entre virtual e o material – ou mesmo entre as experiências

e narrativas –, mas destacar que ambas constituem práticas distintas, que podem (e devem) enriquecer-se mutuamente. Sobretudo, devemos estar atentos ao fato de que o pensamento estará sempre além da técnica e, portanto, gestos como os de colecionar, aventurar-se e contar histórias despertam para possibilidades de, a partir do presente, buscar sonhos de tempos passados para também imaginar, além do próprio passado, os futuros por vir.

Este ato poético e político, um modo de pensar, fazer, narrar e estar no mundo, diz respeito ao modo como pesquisamos o urbanismo e a cidade, sempre de forma coletiva, livre e aberta, de como a remontamos em nossas pesquisas, de maneira complexa, brincante, nebulosa, através de uma prática historiográfica que está intimamente relacionada à experiência na cidade. Inspiramo-nos no próprio Walter Benjamin (1935 apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 142), que descreve a infância “[...] como um estar-lá protendida para o futuro e a ‘novidade’”, que deixa a sua biblioteca para aventurar-se a conhecer o mundo e que tanto nos ensina: “Quantas cidades não se revelam para mim nas caminhadas que fiz à conquista de livros!”. (BENJAMIN, 1987a, p. 231) Também nos perguntamos: *quantas cidades – e histórias narradas a partir delas – se revelam para nós nas aventuras através da Cronologia do Pensamento Urbanístico?*

---

1999

**Antologia do Pensamento Urbanístico**

Grupo de pesquisa UFRJ (Laboratório de Estudos Urbanos)

2002

**Cronologia do Pensamento Urbanístico**

Entrada grupo de pesquisa UFBA (Laboratório Urbano)  
[ Aprovação Edital CNPq ]

2003

**1ª Versão - Cronologia do Pensamento Urbanístico**

[ Aprovação Edital Ciências Humanas e Sociais CNPq ]

2004

**1ª Apresentação à comunidade científica**

VIII SHCU (Niterói-RJ)



LE CORBUSIER (1887-1965)

VIII SHCU (Niterói-RJ)

Apresentação de modificações na plataforma de participação, alimentação de dados e buscas

XX SHCU (São Paulo-SP)  
[ Aprovação Edital Universal CNPq ]

2º Versão - Cronologia do Pensamento Urbanístico

Apresentação da 2ª versão à comunidade científica

X SHCU (Recife-PE)  
[ Aprovação Edital Universal CNPq ]

3º Versão - Cronologia do Pensamento Urbanístico  
Apresentação da 3ª versão à comunidade científica

XI SHCU (Vitória-ES)



MARCADORES TEMÁTICOS



2004

2006

2007

2008

2010

LUCIO COSTA (1902-1998)



[ Aprovação Edital Universal CNPq ]

**Apresentação da 3ª versão à comunidade científica**

XII SHCU (Porto Alegre-RS) . IPHS (São Paulo-SP)

**"Sete pontos a favor (e contra) uma historiografia da arquitetura e do urbanismo"**

Mini-curso . Margareth da Silva Pereira

**Painel - "Cronologia do Pensamento Urbanístico"**

SHCU (Brasília-DF)

[ Aprovação Edital Universal CNPq ]

**4ª Versão - Cronologia do Pensamento Urbanístico**

**Painel - "Nebulosas do Pensamento Urbanístico"**

**Apresentação da 4ª versão à comunidade científica**

SHCU (São Carlos-SP)

Entrada grupos de pesquisa UFMG (Cosmópolis) e UnB (Topos - Paisagem, Projeto, Planejamento . LABELURBE)

CRONOLOGIAS



BIOGRAFIAS



TEMPORAIS



RECORTES  
GEOGRÁFICOS

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2016

2017

2018

2019

2020

2021

Entrada grupo de pesquisa Unicamp - IFCH  
(Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade)

**Nebulosas do Pensamento Urbanístico**  
**Tomo I . Modos de Pensar**

Lançamento & Seminário (Rio de Janeiro-RJ)  
Entrada grupos de pesquisa UNEB (Urbanismo) e USP  
(Aprovação Editora *Universal CNPq*)

**Nebulosas do Pensamento Urbanístico**  
**Tomo II . Modos de Fazer**

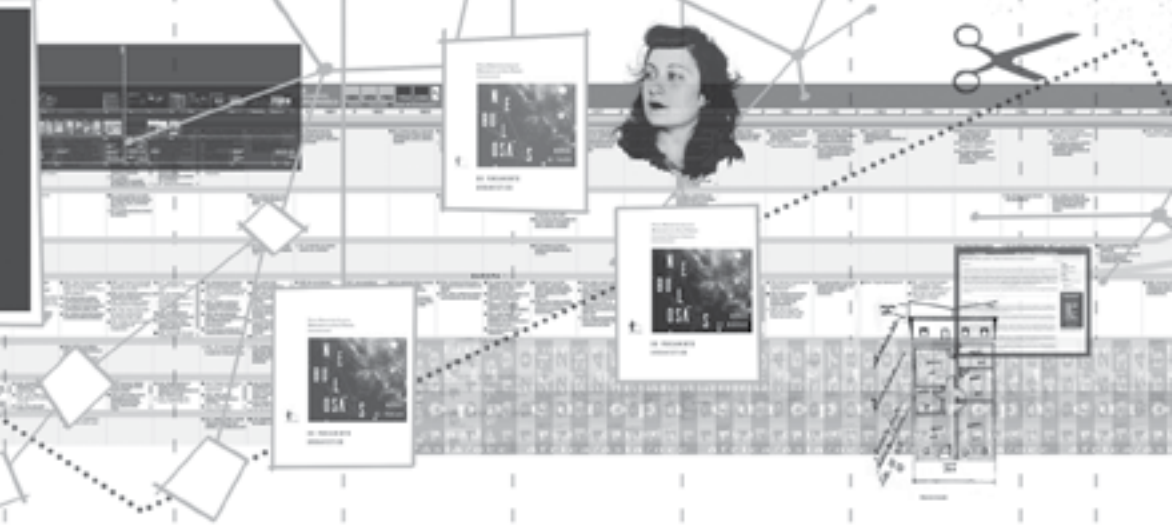
Lançamento & Seminário (Salvador-BA)  
Entrada grupo de pesquisa UFRGS (CIDADE [IN] PENSADA)

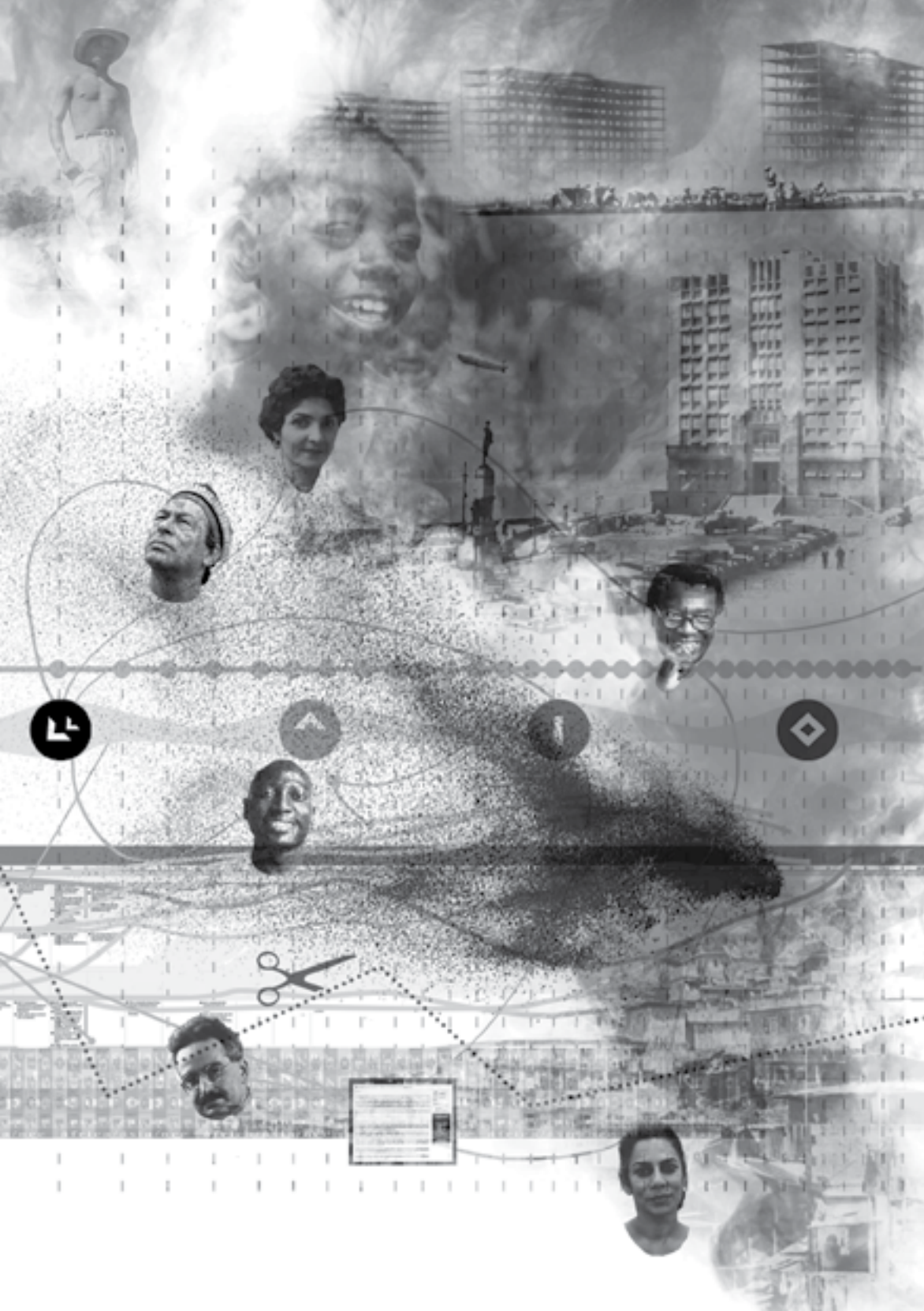
**Nebulosas do Pensamento Urbanístico**  
**Tomo III . Modos de Narrar**

Webinário SHCU - 30 anos

**Nebulosas do Pensamento Urbanístico**  
**Tomo III . Modos de Narrar**

Lançamento & Seminário  
XVI SHCU (Salvador-BA)





## NOTAS

- 1 A plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico – disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br> – visa tornar pública, através de seu dispositivo técnico, parte dos esforços investigativos das diversas equipes e pesquisadores nela envolvidos. Os modos de narração apresentados pela plataforma e suas reflexões teóricas, práticas e técnicas, completamente indissociáveis, são discutidos no conjunto de textos desenvolvidos pela equipe da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que compõem o “Narrar por relações”: I em “Intrigas”, II em “Vestígios” e III em “Desvios”. Assim, evidenciamos a possibilidade de uma leitura conjunta dos três textos, que se complementam e dialogam entre si.
- 2 Em 2015, ano da implementação do último *layout* do *site*, a plataforma tinha aproximadamente 4 mil visitas por mês, quatro vezes mais que 2010, quando se iniciou a contabilização dos acessos. Em 2018, foram aproximadamente 12 mil acessos mensais, que se mantiveram em 2019, sobretudo com a veiculação da pesquisa em redes sociais, matérias publicadas em *sites*, apresentações em eventos e das publicações dos livros da própria pesquisa. Nos últimos dez anos de registros, foram cerca de 480 mil visitas e 1,1 milhão de visualizações – entre o painel cronológico, verbetes e leituras. No último ano, 92% dos acessos foram no Brasil, com um número expressivo de visitas de países como Portugal, Itália, Argentina, França e Espanha.
- 3 Preferimos “ferramenta” a “produto”, mesmo que este último termo tenha sido o mais encontrado nos documentos sobre a pesquisa e que traga a ideia de algo finalizado e concluído, diferente do que propõe a pesquisa e a plataforma, ambas em constante processo de mutação.
- 4 Mesmo com a contribuição de membros de outros grupos de pesquisa, é importante evidenciar que esta é uma “versão da história” escrita pela equipe da UFBA, a partir dos seus pontos de vista. O que ensaiamos aqui é uma história da Cronologia, dentre tantas outras possíveis.
- 5 Consultamos nesta investigação: textos de apresentação e leituras, disponibilizados na própria plataforma, artigos apresentados em congressos, além de projetos, planos e relatórios de pesquisa de orientadores e bolsistas de iniciação científica. Alguns dados documentados, assim como as próprias memórias dos pesquisadores envolvidos no processo, apresentam diferentes versões, falhas e descompassos da história, o que demonstra a diversidade de pensamentos na pesquisa e a importância em reuni-los neste debate. Aproveitamos para agradecer a enorme contribuição das professoras que nos “emprestaram as suas memórias”: Aline Couri Fabião, da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Margareth Pereira da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da UFRJ; e Paola Berenstein Jacques, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da (UFBA). Ressaltamos ainda a contribuição de Aline Couri em muitas ideias e debates abordados aqui.

- 6 Sobre o conhecimento a partir das montagens, associado os modos de pensar de Aby Warburg e Walter Benjamin, ver: Jacques (2018).
- 7 A aba “Colabore”, nos verbetes da plataforma, nos dá uma pequena dimensão de quem são nossos “leitores aventureiros” – contra uma ideia de “usuário”: aquele que os dados dizem certamente quem é e de onde vem. Além de contribuições de pesquisadores de universidades e outras instituições, recebemos colaborações como esta, sobre a urbanização na favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, em 1969: “[...] *Cresci Na favela de Brás de Pina, onde vivi por cerca dos meus 35 anos, até migrar para Brasília. [...] Até hoje os moradores daquele logradouro não possuem um título sequer. Ja ouvi comentarios de meus tios e minha avó que aquela área é pertencente a Marinha do Brasil*”. (Ana Falvia Teixeira, 3 nov. 2016) Ou sobre o incêndio e remoção da favela Praia do Pinto, no Rio de Janeiro, em 1969: “*O incêndio ocorreu na madrugada de 10.05.1969 (sábado). Eu fui vítima daquele sinistro*”. (Aloisio Moraes, 12 mar. 2017) Aventurar-se na plataforma também diz respeito às diversas possibilidades de entrada e navegação no site. Sobre as diversas entradas e leituras possíveis na plataforma da Cronologia, ver também o texto deste tomo: “Narrar por relações III: uma navegação errante entre nebulosas”.
- 8 Também nossos métodos de pesquisa sempre foram mutantes, errantes e desviantes. Cf. Laboratório Urbano/UFBA. Fazer por desvios: nebulosas do pensamento urbanístico em torno do moderno, do popular e da participação: modos de fazer mutantes, errantes, desviantes. (JACQUES; PEREIRA, 2019)
- 9 Mesmo que a pesquisa e a plataforma tenham se tornado instrumentos de ampla sistematização e divulgação de informações, elas são e sempre foram ferramentas pedagógicas e de trabalho utilizadas no processo de formação dos jovens pesquisadores, visando familiarizá-los com o uso de fontes primárias e com uma forma de pensar histórica e geograficamente situada. Tal qual propõe Warburg, um dos nossos objetivos mais caros sempre foi a formação de pesquisadores, da iniciação científica ao pós-doutorado, além da contínua e crítica experimentação metodológica.
- 10 Existe um aspecto de retroalimentação entre a pesquisa coletiva e as individuais na Cronologia. Assim, a partir da segunda versão da plataforma, de 2007, “outras cronologias” fruto de pesquisas de mestrandos e doutorandos começaram a ser disponibilizadas. Mais tarde, “[...] diferentes associações emergiram do processo de pesquisa e críticas da equipe foram feitas à própria metodologia de trabalho, muito centrada na coleta de informações. A partir disso foi criada a seção Leituras [na terceira versão da plataforma, de 2010] que contempla textos, painéis e outras cronologias individuais produzidas pelos pesquisadores e ex-pesquisadores da Cronologia, dos pós-doutores aos bolsistas de iniciação científica”. (JACQUES et al., 2012, p. 8) Dessa forma, mesmo com a saída ou mobilidade de pesquisadores dos grupos – e, por vezes, da mobilidade entre grupos –, que poderia ocasionar perdas ou apagamentos de investigações passadas, suas produções sobrevivem, tanto na plataforma quanto a partir de novas pesquisas.



- 11 Margareth da Silva Pereira e Paola Berenstein Jacques atentam para a importância da proposição de uma historiografia do pensamento urbanístico no Brasil e não do Brasil: “Centramos nosso estudo da historiografia do pensamento urbanístico na circulação de idéias com o objetivo principal de subsidiar uma interpretação da história intelectual do urbanismo ao longo do século XX, principalmente no Brasil, de modo a trazer novas perspectivas de análise e novos recortes no movimento de revisão historiográfica em torno desse campo disciplinar”. (PEREIRA; JACQUES, [2007])
- 12 “A KBW foi sem dúvida o desdobramento mais concreto, perene e, também, público, de sua forma de pensar ou de seu espaço de pensamento (*Denkraum*), como ele dizia. Sem dúvida, a biblioteca era – e ainda procura ser até hoje, no Instituto Warburg em Londres – um espaço de pensamento vivo, a mais evidente herança, ou sobrevivência, warburguiana”. (JACQUES, 2018, p. 126)
- 13 Cerasoli (2015, p. 2) destaca a criação do Google, em 1998, “com o objetivo principal de organizar a informação no mundo”, na própria relação do nome da empresa com o *número googol* (1 seguido de 100 zeros ou 1 elevado à décima potência), relacionado à vastidão – sem infinitude – de informações contidas na *web*.
- 14 A migração e tradução de linguagens da plataforma, da primeira versão de 2003 (linguagem Flash), para a segunda de 2007 (HTML) ocasionou uma perda total do banco de dados da Cronologia. Fizeram-se necessárias uma reinserção e inserção de novos dados, numa espécie de “storage mania” em nosso método de pesquisa. Entre 2007 e 2010, são registradas uma infinidade de entradas de verbetes, em sua maioria sem conteúdo e, principalmente, sem relações – na época, “debates” – que hoje são fundamentais para compor as nebulosas na última versão da plataforma. “À desmedida esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva. A certeza de que alguma prateleira em algum hexágono encerrava livros preciosos e de que esses livros preciosos eram inacessíveis afigurou-se quase intolerável”. (BORGES, 1999, p. 41) Ressaltamos que a ausência de conteúdo desses verbetes não significa, naquele momento, um problema de pesquisa, uma vez que essas entradas permitem a visualização automática dos acontecimentos no painel cronológico, a principal ferramenta da plataforma naquele momento.
- 15 A linguagem ActionScript, criada através do *software* de animação Adobe Flash, surgiu em 1998 e foi substituída progressivamente por novas linguagens a partir de 2006, quando os navegadores foram deixando de dar suporte a elas. Na primeira Cronologia, o Flash permitia que a linha do tempo da página inicial fosse composta por imagens em movimento no curso do tempo. Tentou-se ainda a inserção de imagens de diversos acontecimentos, ano a ano, no painel cronológico, ocasionando um problema de capacidade da hospedagem no banco de dados. Nas versões posteriores, já em HTML, as imagens “migraram” para os verbetes e aparecem, atualmente, através dos verbetes randômicos e como *pop-ups* nas constelações (ou nebulosas).
- 16 A partir de 2002, a pesquisa torna-se uma parceria entre o Laboratório de Estudos

Urbanos (UFRJ) e o Laboratório Urbano (UFBA). Esta “divisão” aparece representada graficamente na página inicial da segunda (2007), terceira (2010) e quarta (2015) versões do *site*: atualmente, a UFRJ com recorte temporal em amarelo e UFBA, em vermelho. Recentemente, outros grupos passaram a integrar a pesquisa – Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Labeurbe, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), em 2016; Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2017; Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (USP), em 2018; e Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e Cidade [In] Pensada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2019 – mas não trabalham necessariamente a partir de recortes temporais. Contamos ainda com uma interlocução com o Laboratoire Architecture Anthropologie (LAA), Laboratoire Architecture Anthropologie (Lavue), Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na École Nationale Supérieure d’Architecture de Paris-La Villette (ENSAPLV), em Paris, o que nos fez sugerir, a partir da segunda versão, diferentes idiomas para o *site* – português, espanhol, inglês, francês e italiano.

- 17 Naquele momento de criação da plataforma, existiam duas cronologias *on-line* conhecidas: uma estadunidense e outra francesa, que organizam suas entradas em lista, verticalmente, de datas e fatos – decisão hegemônica de acontecimentos –, sem hipóteses conceituais claras. Tecnicamente, essa é uma diferença estrutural fundamental em relação à nossa, na qual o cadenciamento rítmico dos dados no painel cronológico se dá de forma horizontal (por anos) e vertical (por geografias).
- 18 Sobre as discussões teórico-metodológicas da pesquisa, ver também o texto deste tomo: “Narrar por relações I: o fragmento, o intervalo, a imaginação”.
- 19 Para o autor, o termo “narrativa”, para referir-se de maneira genérica à produção a partir da internet como um novo tipo de meio de comunicação, estaria sendo utilizado para “cobrir o fato de que ainda não desenvolvemos uma linguagem para descrever esses novos objetos estranhos”. (MANOVICH, 1998, p. 6, tradução nossa)
- 20 De início, as cronologias eram utilizadas como método de trabalho para entender as antologias, elaboradas em papéis sanfonados que se desdobravam em incontáveis debates e conexões feitas manualmente, através de *hiperlinks*. Do mesmo modo, hoje, ao trabalharmos a montagem das nebulosas. Esse também é um processo que se inicia de maneira analógica, em papel, utilizando *post-its*, desenhos e anotações, desdobrando-se em relações que futuramente serão incorporadas (ou não) à plataforma.
- 21 Esses pontos representam verbetes que são divididos em quatro cores e categorias principais – projeto, publicação, evento e fato relevante –, estas que funcionam como filtros no campo de busca ou do painel cronológico, permitindo cotejar as informações de pesquisa. Historicamente, essas categorias surgiram, ainda no trabalho das Antologias, quando “[...] percebeu-se que os discursos no campo do Urbanismo, particularmente no nosso país, muitas vezes circulam mais em forma de projetos,

- planos, ou eventos, do que em textos publicados com grande circulação (livros ou revistas). Entretanto, é preciso pensar a produção de pesquisa historiográfica de forma mais complexa do que o tradicional estudo dos discursos através das fontes documentais escritas”. (JACQUES et al., 2012, p. 2)
- 22 Em 2013, a professora Margareth ofereceu na UFBA o minicurso intitulado “Sete pontos a favor (e contra) uma historiografia da arquitetura e do urbanismo”, quando incorporamos a ideia de “nebulosas de ideias” como método de pesquisa, resultando na alteração do *layout* da plataforma, implementado somente em 2015, por questões técnicas do seu servidor. Entretanto, a ideia de nebulosas já fazia parte da pesquisa, quando nos referíamos às “redes complexas”, a partir do próprio painel cronológico ou na extinta aba “Debates” dos verbetes, que propunha relações entre verbetes – os debates traduziram-se nas linhas que conectam os pontos coloridos, formando as constelações. Antes disso, já se afirmava que a Cronologia era “[...] pensada como uma ferramenta auxiliar para a compreensão das *redes (ou nuvens) de circulação de ideias*. [...] Dessa maneira, a pesquisa permite ao leitor *visualizar o ‘pensamento em rede’* (redes intelectuais – técnicas, artísticas, políticas) sobre o urbanismo. (JACQUES et al., 2012, p. 3, grifo nosso) Sobre as nebulosas, ver: Pereira (2018).
- 23 “Geralmente, quando se expõe um arquivo, não se vê nada, um arquivo é algo com o que trabalhar durante semanas, meses, anos, é longo. Ao contrário, o atlas é uma apresentação sinóptica de diferenças: ver uma coisa, e outra coisa completamente distinta colocada ao seu lado. O objetivo do atlas é fazer-se entender o nexos, que não é um nexos baseado no similar, sim na conexão secreta entre duas imagens diferentes. Por isso, o atlas é uma ferramenta muito mais visual do que pode ser qualquer arquivo. Atlas é um trabalho de montagem em que se unem tempos distintos. É um choque”. (ATLAS..., 2010) Didi-Huberman (2001, p. 14) também vê no Atlas warburgiano, um princípio: o “muito aventureiro princípio atlas”. (DIDI-HUBERMAN, 2011 apud JACQUES, 2018, p. 58)
- 24 A moderação do banco de dados da plataforma é, seguramente, a nossa maior coleção de problemas hoje. Por ter sido criada na segunda versão do *site* e acrescida de consecutivos ajustes, a chamávamos de “Frankenstein” da Cronologia. Curiosamente, na famosa história do monstro que ganha vida a partir da experiência de conexão e estímulos de partes de corpos distintos, publicada em 1818 pela inglesa Mary Shelley, a narrativa é influenciada pelo mito grego de Prometeu, o irmão de Atlas, punido por Zeus por roubar dos deuses o segredo do fogo – o conhecimento –, revelando-o aos homens. O livro de Frankenstein critica um cientificismo que tudo desejava explicar e dominar, num período de grande avanço das ciências, como reação à ideia do universo concebido como máquina. Em determinado momento, a história passa a ser narrada pelo monstro, que passa a perseguir o seu próprio criador.
- 25 “A sobrevivência (*Nachleben*) toca, de fato, no ‘fundamento da história em geral’, porque enuncia, ao mesmo tempo, um resultado e um processo: ela diz os rastros e diz o trabalho do tempo na história. De um lado, ela nos permite o acesso a uma



materialidade do tempo, que Benjamin expressa dando atenção aos vestígios, aos ‘dejetos da história’, mas também na escolha de seus paradigmas teóricos [...] para caracterizar esse ‘trabalho’”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 121)

- 26 Aline Couri, que criou a primeira versão, foi membro da pesquisa durante a iniciação científica (2002-2003) e o doutorado no Prourb/UFRJ (2007-2011). A segunda e terceira versões da plataforma, de 2007 e 2010, respectivamente, foram criadas por Rosa Ribeiro Barboza de Oliveira, membro da pesquisa durante o mestrado no PPGAU/UFBA (2007-2010). A quarta versão foi criada em 2014 – implementada em 2015 por problemas técnicos de hospedagem da UFBA – por Amine Portugal Barbuda, membro da pesquisa durante a iniciação científica (2011-2012) e o mestrado (2013-2015) no PPGAU/UFBA; por Igor Gonçalves Queiroz, membro da pesquisa durante a iniciação científica (2012-2015), o mestrado (2016-2018) e o doutorado (desde 2019) no PPGAU/UFBA; por Leonardo Vieira de Souza, membro da pesquisa durante a iniciação científica (desde 2015); e por Thiago Magri, membro da pesquisa durante a iniciação científica (2013-2014) e como bolsista de apoio técnico (desde 2015).
- 27 A própria noção de autoria se desfaz a partir de uma pesquisa que se propõe coletiva, mutável, em constante movimento de reconstrução. Um mesmo verbete – espaço para construção das narrativas do pesquisador – pode ser escrito e reescrito constantemente, à medida que novos pesquisadores proponham novas relações, numa espécie de acúmulo de saberes que possibilita leituras múltiplas e camadas de diferentes pesquisas.
- 28 É importante destacar a relação entre as mudanças do site e as apresentações da pesquisa em eventos científicos, sobretudo nos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU). Os debates fomentados por essas exposições públicas ajudam a enriquecer e complexificar o que está em processo de elaboração, colaborando em modificações metodológicas e técnicas que buscam responder a esses problemas, sem eliminar as questões. A crítica mais recorrente à pesquisa e, portanto, à plataforma diz respeito à insistência no termo “cronologia” ao propor um pensamento nebuloso e complexo aos estudos históricos do urbanismo. Entendemos, entretanto, que a disputa pelo termo seja importante para fazer pensar outros modos de narrar, mais complexos, através da própria cronologia, sobretudo.
- 29 Inicialmente, a metodologia do trabalho priorizava o preenchimento cronológico dos dados, em que cada pesquisador era responsável por pesquisar um ano específico, que passou a ser organizado por décadas e, então, através dos marcadores temáticos. Ao trabalhar com recorte temáticos, reduzimos a complexidade da circulação de ideias e percebemos o enorme risco de não estarmos compreendendo historicamente – mas somente a partir do tempo presente – os próprios termos usados como marcadores, que mudam de compreensão ao longo do tempo. Foi aí que decidimos trabalhar por pontos de inflexão, em 2013, centrando nos debates e relações entre verbetes, no sentido de alimentarmos também a criação do protótipo

- das constelações, que buscam tornar visíveis as nebulosas das ideias urbanísticas. É importante destacar que ferramentas como os marcadores não deixam de existir no site. Assim, torna-se possível o seu registro histórico, possíveis atualizações futuras dessas ferramentas, sobretudo a partir do seu uso com a entrada de novos grupos de pesquisa que trabalham a partir de temáticas específicas: “Cidades Novas” na UnB; “Insurreições” na UFMG; “Arquitetura” na UFRGS; ou “Historiografia” na Unicamp – para citar alguns exemplos.
- 30 Pela ausência de imagens e relatos precisos, não sabemos situar exatamente o tempo de criação de cada uma das ferramentas que existem – ou já existiram – no painel cronológico. Entretanto, o seu *layout*, tal qual se encontra hoje no site, diz respeito à versão de 2010. Além disso, a partir dos registros na área de moderação da plataforma, notamos que as primeiras entradas de colaboradores, verbetes, arquivos, biografias e bibliografias datam de 2007, ano de criação da segunda versão; as primeiras colaborações recebidas por leitores do site são de 2008; e os primeiros recortes cronológicos datam de 2010, o que indica que essa ferramenta passou a funcionar somente a partir da terceira versão da plataforma.
- 31 Destacamos a importância e potência criativa dos técnicos, que também brincam com suas ferramentas *web* e tanto nos têm acompanhado nesta aventura: o desenvolvedor Alberto Wagner e os programadores Anderson Souza, Pedro Bezerra, Bruno Brandão e Thiago Magri – bolsista de apoio técnico. São, certamente, o que Benjamin chamou “poetas das imagens”: “[...] Virá antes o momento em que [...] a escrita, que penetra cada vez mais fundo no âmbito gráfico da sua nova e excêntrica capacidade de se dar como imagem, se apoderará subitamente dos seus conteúdos adequados. Essa escrita da imagem só poderá ser manipulada por poetas que, como nas origens, serão sobretudo especialistas da escrita que terão de saber explorar os domínios nos quais (sem se considerarem demasiado importantes) tem lugar e construção dessas formas de escrita”. (BENJAMIN, 1987b, p. 28)
- 32 Após a implementação da quarta versão do site, em 2015, a ferramenta de *busca* de verbetes tornou-se uma questão de debates por não possibilitar escolhas lógicas de respostas – como na ferramenta de busca do Google, por exemplo. Por questões técnicas e problemas de programação de difícil solução, esse tornou-se um problema engavetado. Esse erro de programação, entretanto, nos permite hoje refletir sobre resultados como buscas desviantes. Assim, uma pesquisa que se inicia a partir de uma “palavra-chave” resulta não numa resposta direta e objetiva, mas um caminho desordenado e possibilidades enviesadas.
- 33 Perguntamo-nos também: como é possível pensar futuros a partir do cenário do momento político do país, em que escrevemos conjuntamente este texto? Reforçamos, portanto, a importância dos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para financiar o trabalho dos pesquisadores e técnicos e que, não coincidentemente, foram aprovados – em 2003, 2006, 2008, 2011, 2014 e 2018 – a cada vez que reformulamos a plataforma.

## REFERÊNCIAS

ATLAS. Interview with Georges Didi-Huberman. Madri: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2010. 1 video (4 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.museoreinasofia.es/en/multimedia/atlas-interview-georges-didi-huberman>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: Um discurso sobre o colecionador. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 227-235. (Obras escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 71-142. (Obras escolhidas, v. 2).

BOLLE, Willi. Passagens, de Walter Benjamin: uma apresentação multimídia. In: SOUZA, Eneida M. de, MARQUES, Reinaldo (org.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 222-244.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas: volume 1 - Ficções*. São Paulo: Globo, 1999.

CERASOLI, Josianne Francia. Seduções da biblioteca de Babel: a pesquisa em tempos de internet. Campinas, 2015. Disponível em: [https://docplayer.com.br/8404398-Seducoes-da-biblioteca-de-babel-pesquisa-academica-em-tempos-de-internet.html#show\\_full\\_text](https://docplayer.com.br/8404398-Seducoes-da-biblioteca-de-babel-pesquisa-academica-em-tempos-de-internet.html#show_full_text). Acesso em: 10 abr. 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

HOOKE, Robert. *Micrographia, or, Some physiological descriptions of minute bodies made by magnifying glasses: with observations and inquiries thereupon*. London: Jo. Marten, and Ja, 1665.

MANOVICH, Lev. *Database as a symbolic form*. 1998. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/database-as-a-symbolic-form>. Acesso em: 20 maio 2020.

JACQUES, Paola Berenstein *et al.* Cronologia do pensamento urbanístico: a circulação de ideias sobre a cidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. CD-ROM.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94. (Coleção PRONEM, t. IV).

JACQUES, Paola Berenstein. *Montagem de uma outra herança: urbanismo, memória e alteridade*. 2018. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. *Pensar por montagens*. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 206-235.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein. *Cronologia do pensamento urbanístico*. [2007]. Disponível em: [http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=11](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=11). Acesso em: 22 jun. 2020.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensar por nebulosas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 236-261.

N A R R A R P O R



CON

GR

ES

SOS

N A R R A R  
P O R  
C O N G R E S S O S

*Urbanismos sem vestígios de fronteiras?  
Debates em torno de narrativas sobre  
o campo disciplinar no continente americano*

---

F E R N A N D O  
A T I Q U E

---

J O S I A N N E  
F R A N C I A  
G E R A S O L I

---

L E O N A R D O  
N O V O

ALGUNS MODOS DE QUESTIONAR  
E NARRAR OS COMEÇOS

Pode ser, em certa medida, embaraçoso abordar com franqueza nossos modos de narrar as histórias do urbanismo. Sem fugir à crítica, muito provavelmente pode-se assumir como desconfortável interrogar sobre como são elaboradas e apresentadas nossas narrativas históricas sobre qualquer tema que buscamos exemplificar. Mas podem ser ainda mais desconcertantes quando nos voltamos a temas que atravessam questões contemporâneas, pois, ao menos desde o *século XIX*, mostram-se contaminados por nacionalismos e por avaliações reiteradamente positivas sobre a modernização tecnológica, da qual somos herdeiros. O embaralhamento com fantasmagorias nacionais e de progresso assume diversas formas nesses modos de narrar, embora seja indisfarçável e inconfessável, mesmo quando inconsciente, e tais ideações têm persistido nas interpretações sobre a história do urbanismo. Essas duas presenças, do nacional e do progresso, parecem sempre capazes de revogar nossas reiteradas tentativas de questionar as bases dessas narrativas, de estabelecer outras referências para nossos modos de narrar esse passado recente. A despeito do avanço da crítica e da sofisticação teórico-metodológica promissoras, a persistente presença das fronteiras e da aposta no progresso parece nos empurrar para um trilho limitante e previsível.<sup>1</sup>



Para podermos pensar esses modos de narrar de forma a revigorar algumas questões importantes sobre a história voltada a temas urbanos, se formos bem-sucedidos, voltamos o olhar para o início do século XX, buscando preservar alguma lucidez ante o perigo dos vestígios legados por numerosas e simultâneas pautas então em vigência: as pistas que ele nos deixa insistem na discussão sobre fronteiras, mesmo quando evoca dinâmicas atenuadas, como a questão da circulação e do debate internacional. As mesmas pistas ainda fixam uma linearidade dificilmente percebida de modo determinante e inequívoco por agentes e dinâmicas responsáveis pelas escolhas feitas nessa trajetória. Diante dessa cautela, optamos por puxar os fios desses modos de narrar a partir de vestígios e de registros dessas escolhas, evitando algumas armadilhas de interpretações da historiografia, sobretudo quando a seleção de temas e sinais parece tautológica, ou seja, antecipa as conclusões da narrativa.

Embora os eventos principais que organizam esta reflexão estejam localizados no continente americano nos anos 1930 e 1940, puxamos os primeiros fios dessa narrativa partindo de elementos anteriores e exteriores a essa fronteira, na expectativa de que iluminem aspectos novos, distantes dos trilhos. Começamos com o Congrès International de l'Art Public, cuja primeira edição ocorreu na Bélgica em 1898, reunindo representantes de governos (entre eles, o estadunidense, o húngaro, o sueco, o francês, o holandês, o britânico e o belga), de municipalidades (são mais de 60 cidades, de Montreal a Odessa) e de sociedades e instituições profissionais (de arquitetura, de belas artes, de proteção de monumentos, de empreendedores, de arte pública e aplicada, de educação, entre outras). Além da abrangência significativa da iniciativa, confirmada pela presença nos debates de distintos campos disciplinares e de experiências de diferentes procedências, três aspectos da pauta desse primeiro congresso nos chamam atenção, entre outros, considerando os vestígios que buscamos discutir nestas reflexões.

Primeiro, há a preocupação em compartilhar as experiências, sobretudo em relação a dispositivos legais utilizados em diferentes contextos, tendo em vista a enunciada necessidade de armar os poderes públicos para a gestão da arte pública nas cidades. Outro aspecto é a percepção de que, apesar do caráter pragmático, deliberativo e conclusivo ao

buscar alinhamentos e meios de regulação sobre o tema, tratava-se da abertura de um debate e de um projeto de cooperação de médio e longo prazo sobre arte pública e cidade. Por fim, o formato do evento, similar a praticamente todos de caráter científico ou todos cujos debates remetiam a um fundo predominantemente disciplinar: sessões temáticas coordenadas por relatores e organizadas em torno de questionários remetidos antecipadamente a delegados; debate a partir das respostas, experiências narradas e ponderações compartilhadas sobre o tema da sessão; assembleia plenária com relatoria das sessões, apresentação, apreciação e votação das decisões geradas em cada sessão, na forma final de resoluções do congresso; publicação dos anais e difusão das resoluções e, opcionalmente, também dos debates; oportunidades de confraternização e convívio, na forma de ao menos uma recepção social, e organização de excursões e visitas guiadas.

Grande parte dessa dinâmica repetida por décadas ao longo dos congressos científicos está aparentemente baseada em protocolos diplomáticos, bastante usuais nos eventos oficiais de organizações internacionais, como as conferências sobre direito internacional, as reuniões para definição de acordos entre nações – sanitários, portuários, de comunicação etc. – e eventos políticos, como as Conferências Internacionais Americanas, por exemplo. Os vestígios desses eventos normalmente acabam por reforçar muito mais as decisões tomadas e os protocolos estabelecidos, em detrimento das mobilizações, negociações, encontros e debates nele ocorridos. Nem sempre são publicadas as atas na íntegra, como no caso da primeira e da terceira edição do Congrès International de l'Art Public, ocorridas respectivamente em 1898 e em 1905, esta durante a Exposição Universal de Liège. A publicação das chamadas memórias do evento de 1905 registra informações sobre a trajetória da iniciativa, os patronos e organizadores, a composição dos comitês internacionais, as adesões, as conferências preparatórias para os debates dos temas, o programa, os discursos, os trabalhos nas sessões, as resoluções da assembleia, bem como as ponderações dos membros em favor da criação de um Institut International de l'Art Public, sediado em Bruxelas.<sup>2</sup>

Os vestígios serão sempre fragmentários, e várias perguntas continuarão desafiando as narrativas mais assertivas. Mas, ainda assim, é

possível avançar significativamente na compreensão das dinâmicas e possibilidades consideradas então pelos agentes *à medida que abrimos espaços para que essas perguntas mobilizem mais nossos modos de narrar que as aparentes certezas da história posteriormente consolidada*. Nos anais do evento de 1905, por exemplo, alguns registros chamam atenção e relativizam certas afirmações imprecisas repetidas na historiografia. Entre os participantes do evento, encontramos representantes oficiais dos governos brasileiro, argentino, colombiano, chileno, uruguaio e mexicano, por exemplo, contrariando certa percepção corrente sobre a suposta inexistência desse interesse no continente americano.<sup>3</sup> Certamente, a simultaneidade entre o Congresso e a Exposição Universal de Liège tornou a ocasião propícia para isso, mas a essa altura a programação concomitante de eventos paralelos durante as Universais já era prática institucionalizada e esperada.<sup>4</sup> Ajuda a situar, também, a presença de representantes do Japão e da China ao lado dos representantes do continente americano, num momento em que esses deslocamentos eram bastante exigentes. Contextualiza também a ampliação da presença de representações de cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Nova York, Chicago, Boston, São Francisco, Montreal, bem como a participação como delegado do governo americano de um certo senhor Baldwin, proveniente de Nova York, que ampliou nossas possibilidades para situar melhor o alcance do que chamamos aqui “narrar por congressos”.

Embora os vestígios encontrados *não* permitam afirmar com toda certeza a identidade de Baldwin, é possível inferir que se trate do legislador estadunidense Simeon Baldwin, membro ativo de diversas associações de ciências, de artes, de arqueologia, de história, de filosofia, de ciência política e de direito internacional e delegado do governo estadunidense no congresso de 1898. Seria ainda o autor de uma iniciativa bastante *útil* para avançarmos na compreensão dos debates nos encontros internacionais de especialistas. Publicou, em 1907, no *American Journal of International Law*, um breve texto de análise e um extensivo compilado com dados básicos de centenas de congressos e conferências internacionais ocorridos desde 1826. São eventos internacionais sobre os mais variados temas, como leis e relações internacionais, protocolos comerciais e sanitários, questões relativas ao trabalho e à economia, feiras e exposições, editores e

imprensa, distintas áreas da ciência, educação, navegação e comunicações, associações profissionais, filantropia, entre tantos outros interessantes, como o próprio I Congrès International de l'Art Public que mencionamos, organizado em Bruxelas, em 1898, mesmo ano do Congreso Científico Latino Americano, ocorrido em Buenos Aires; o III Congreso Medico Latinoamericano, ocorrido em Montevideú, em 1907; o General Sanitary and International Conference of the American Republics, em Washington, 1905; entre tantos outros mencionados no compilado de Baldwin.

As publicações de Baldwin (1907a, 1907b) parecem ter aberto espaço para uma série de atualizações editadas em cada um dos quatro números anuais do *American Journal of International Law* desde então, 1907, até 1950, com o título de “Chronicle of International Events”.<sup>5</sup> Embora não sejam esclarecidos os motivos dessa constante catalogação de eventos no período, o conjunto constitui um acervo valioso de referências para busca de informações mais detalhadas acerca de cada um dos eventos, listados cronologicamente mês a mês em cada uma das mais de 170 crônicas. Independentemente das temáticas e das questões pautadas por pesquisas sobre o período contemporâneo, é possível contar com pistas como essas para, de saída, contornar armadilhas dos discursos nacionalistas e daqueles que naturalizam o progresso. Constituem vestígios singulares de relações cujas fronteiras, *tênues ou inexistentes*, mesmo considerando-se os distintos campos disciplinares em formação, *não poderiam* antecipar origens ou desdobramentos.<sup>6</sup>

Se voltarmos a atenção, por exemplo, para o período de vigência dos eventos e publicações sobre arte pública mencionados, originários de debates entre os belgas entre 1898 e 1913, seria possível reunir mais de uma dezena de iniciativas direcionadas objetivamente às *questões urbanas*, provenientes de distintos campos disciplinares, associações, práticas profissionais e localidades. Mesmo restringindo o foco apenas para aquelas que se ocupam de dimensões técnicas, como infraestrutura e gestão, deixando propositalmente de lado a multiplicidade de questões sociais e políticas que atravessavam os temas urbanos no período, teríamos um arco de temas tão amplo quanto o próprio campo interdisciplinar no qual se configurou o urbanismo ao longo da história. São congressos internacionais de

arte pública, de arquitetura, de higiene e demografia, de saneamento e salubridade da habitação, pela proteção das paisagens, congressos *médicos* e exposições internacionais de higiene, além do congresso internacional e exposição comparada de cidades e da sempre referenciada Town Planning Conference, de 1910, entre outros, a maior parte deles com mais de uma edição no entre-guerras.

Considerando os vestígios das memórias e atas publicadas em cada evento, seria possível ainda identificar uma série expressiva de temas pautados a partir de outros campos disciplinares e, mais tarde, apropriados e sistematizados como próprios ao urbanismo. Se ficarmos, mais uma vez, com o exemplo da arte pública, será possível acompanhar nos congressos e na *Revue de l'Institut International d'Art Public* a frequente discussão de aspectos que ultrapassam em muito a dimensão estética, tais como a gestão urbana, analisada do ponto de vista da regulamentação e legislação, e também pelo viés social, educacional e técnico, como nos debates sobre melhoramentos urbanos, definições sobre arruamento, equipamentos urbanos e materiais construtivos. Uma enquete publicada no periódico em 1907 buscava atualizar informações sobre os ambientes em que atuavam os membros do instituto em relação à arte urbana. Entre as sete questões apresentadas, chama atenção a que se refere diretamente a planos de conjunto urbanos de caráter racional para a criação ou transformação de bairros, praças, parques, bosques, florestas ou “lugares destinados não à construção mas à higiene e ao recreio das populações urbanas”. (CHRONIQUE... 1907-1908, p. 91-92) A enquete é assinada pelas seis seções que então compunham a instituição, cujas denominações não deixam igualmente de participar desse delineamento fluido de fronteiras disciplinares nos inícios do urbanismo: aspectos da cidade e do campo; planos traçados e técnicas; administração pública; espetáculos, cerimônias e festas públicas; conservação e proteção técnica; legislação e regulamentação.

São numerosos e promissores os caminhos abertos por vestígios como esses, ou seja, os registros feitos em torno dos eventos internacionais no período. Trata-se de uma escolha narrativa – portanto, interpretativa – definir previamente quais eventos considerar, sobretudo quando a opção se apoia em desígnios estabelecidos fora das dinâmicas dos

acontecimentos, em fronteiras políticas indiferentes aos desafios profissionais ou no futuro do campo disciplinar, apaziguado por interpretações que suavizam embates e incertezas da época. Ao analisar o encadeamento dos eventos distintos e dos agentes e pautas neles presentes desde as últimas décadas do século XIX, *é difícil não admitir certo desconforto em notar a reafirmação repetida da importância atribuída a alguns eventos e algumas supostas centralidades. Afinal*, a leitura de um evento internacional como a Town Planning Conference, em 1910, tomando-o como parte do ampliado debate de um campo em construção, multiplica as possibilidades de compreendermos mais a respeito desses processos históricos, tanto considerando as pautas e referências quanto os sujeitos e a abrangência, ou ainda os protocolos e as repercussões do evento.

Enquanto agentes e agenciamentos tendem a ter suas dinâmicas experienciadas localmente, as relações e os fluxos são definidos globalmente, em dinâmicas mais complexas e menos sujeitas a definições isoladas ou singulares, em arcos temporais mais dilatados e pouco uniformes.<sup>7</sup> Talvez resida nessa propriedade o aspecto mais crítico ao se definir em que escala narrar a história sem deixar em risco a complexidade que a constitui. É com essa preocupação em mente que fazemos um duplo movimento em nossa narrativa a partir deste ponto: ajustamos o olhar para investigar a questão a partir do continente americano e avançamos algumas décadas no tempo, sem perder de vista, porém, as interfaces com eventos situados em outras temporalidades, anteriores e futuras, o caráter internacional do debate e dos fenômenos de tendência mundial analisados, bem como possíveis dimensões transnacionais que possam acompanhar fluxos, matrizes, demandas e oportunidades.

## NA AMÉRICA, ENTRE CONGRESSOS

Em 1939, um editorial da revista *Arquitectura*, órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay (SCAU), sublinha com clareza sua inserção em percursos e debates em curso, ao afirmar: “No in-

tercâmbio de ideias, consequência de estudos e observações, aparece a renovação nas orientações do pensamento em todas as ordens, contribuindo à solução de múltiplos problemas que a vida moderna planteia a sua acelerada evolução”. O trecho é parte da introdução a um número dedicado aos congressos na área de arquitetura, especialmente preparado para destacar a proximidade de mais um evento pan-americano da área, inserindo-o em uma sequência de debates. Os membros da SCAU expunham as motivações dessas reuniões entre profissionais da arquitetura a partir da própria definição da disciplina: “que por ser arte nos eleva a um plano superior e por ser utilitária, também nos aproxima da ciência em suas aplicações racionais pelo melhoramento humano”.<sup>8</sup> Os congressos, então, se distinguiam pelo intercâmbio, circulação e debate de ideias em favor da elaboração de soluções modernas para problemas e questões compartilhadas, mas, sobretudo, por serem momentos de consolidação de um sistema efetivo de colaboração em torno de uma pauta comum, como argumentavam esses profissionais uruguaios.

A estratégia narrativa não deixa de ser significativa: após ponderar sobre o papel dos congressos no campo profissional, remete aos três outros congressos previstos para os meses seguintes: o XV International Congress of Architects, que deveria ser sediado em Washington entre 24 e 30 de setembro de 1939; o I Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, previsto para 2 a 7 de outubro do mesmo ano; e o V Congreso Pan-Americano de Arquitectos (CPA), que seria realizado em Montevideu no ano seguinte, 1940. Assim alinhados na narrativa, os três dados situam o lugar almejado para o debate e alimentam uma ideia de continuidade e de um sentido de filiação nessas iniciativas voltadas ao debate entre os pares. O International Congress, em Washington, suspenso por causa do início do conflito mundial menos de um mês antes de seu início, em 1939, apontava uma perspectiva de inserção do continente americano em posição protagonista no campo profissional da arquitetura na esfera internacional, pois teria sido a primeira edição fora do continente europeu do Congrès International des Architectes, como era originalmente denominado.<sup>9</sup> O segundo dado, o I Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, associado à Exposición Panamericana de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, foi articulado pela Unión

Panamericana, em inglês chamada de Pan American Union, e organizado localmente pela municipalidade e pela associação argentina de arquitetos. A menção a esse evento permite acentuar o interesse público estratégico e também governamental nessa pauta, também presente em organismos internacionais, como a Unión Panamericana – futuramente, Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa menção ao evento ainda em preparação, não haveria como antecipar seus expressivos desdobramentos, que reverberam também no Brasil nos anos seguintes, mas inseri-lo entre um congresso internacional e outro pan-americano de arquitetos no momento permite vislumbrar o potencial que os próprios profissionais provavelmente notavam nessas articulações.<sup>10</sup>

Há duas estratégias simultâneas, mobilizadas para atualizar o chamado aos arquitetos americanos para se reunirem em favor das conquistas coletivas da classe de profissionais: apelo à origem e recurso à participação em uma trajetória compartilhada. A narrativa sobre o V CPA reafirmava sua origem uruguaia a partir das inspirações do arquiteto Alfredo R. Campos e a realização do I Congresso, também em Montevideú no ano de 1920, buscando ao mesmo tempo revigorar o projeto inicial e reafirmar um percurso – estratégia que será retomada em outros números da mesma revista e em outras similares de vários países, recuperando o temário de cada edição do evento. Informava, ainda, como foi composto o Comitê Executivo da quinta edição e se apoiavam nas edições anteriores e em um certo legado construído, ao menos discursivamente, a partir desses encontros.<sup>11</sup>

O Comitê Executivo, como ocorrera nas edições anteriores, foi responsável por elaborar os temas da edição de 1940: os problemas atuais de crescimento das cidades americanas (tema I); a habitação de classe média (tema II); concursos públicos (tema III); os auxiliares especialistas das obras de arquitetura (tema IV); estudos complementares de especialização das escolas de arquitetura (tema V); e sistematização do estudo da história da arquitetura americana (tema VI). São temas recorrentes nas quatro edições anteriores dos CPAs. As transformações e o crescimento do que se entendia por cidade americana eram temas debatidos desde a primeira edição e perpassaram os temas das edições de 1923, em Santiago do Chile; 1927, em Buenos Aires; e de



1930, no Rio de Janeiro.<sup>12</sup> A ênfase na busca por um suposto perfil distintivo da arquitetura e das práticas arquitetônicas na América também dava o tom dos debates que assinalavam a importância de se aprofundar o estudo da história de peculiaridades estéticas e manifestações artísticas no continente. Mas, ao lado dessa convergência das pautas nas primeiras cinco edições para as temáticas relacionadas à regulamentação e à defesa da prática profissional dos arquitetos, nota-se um caminho menos convergente até a década de 1950 em relação aos temas em torno do urbanismo.<sup>13</sup>

Os protocolos e as dinâmicas desses eventos eram, em grande parte muito, próximos a congressos e conferências realizados em outras partes do mundo desde meados do século XIX. Os delegados enviados pelas associações de cada país não tomavam a palavra como profissionais individualmente apenas, mas representavam posicionamentos previamente preparados nos debates prévios dos temas em seus respectivos países, cidades e associações. As sessões em torno de cada tema visavam construir coletivamente posições que pudessem representar e, ao mesmo tempo, construir direções para a inserção profissional no continente, em suas distintas dimensões. Ao analisar os vestígios desses encontros, perguntamos sobre como poderiam repercutir na prática da arquitetura e do urbanismo no continente. Menos do que promotores do consenso, como o exame inicial das conclusões de cada edição pode fazer crer, esses congressos eram marcados pelas disputas e embates entre diferentes posições e concepções acerca da arquitetura, do urbanismo e suas práticas.

O argumento a partir do estudo dos CPAs é estabelecido, portanto, a partir dos próprios vestígios desses encontros profissionais, com atenção detida para as narrativas advindas dos próprios congressos, nos quais posicionamentos e temas para análise eram definidos, constituídos do e no próprio debate, como resposta ou reação a ele. Enfatizar essa dinâmica, bem como a dimensão plural e heterogênea, por vezes até contraditória, atuante no campo profissional nesse período, bem como não ignorar as simultaneidades em relação a outros eventos, significa também ir além de teleologias aparentemente apaziguadoras, capazes de construir uma linearidade narrativa que converge, por exemplo, para cânones modernistas ou a eleição de um

perfil profissional como modelo. Analisar a configuração do campo do urbanismo a partir dos debates e repercussões de congressos como esses possibilita a apreensão de um campo dinâmico, arquitetado internacionalmente e, em certas questões, de caráter também transnacional. Ou seja, um debate que não fortalece fronteiras em seus diálogos, referências e dissensos.

### NO DEBATE, ENTRE URBANISMOS

Dois pontos são reconhecidos nos eventos desde o primeiro CPA, em 1920: a necessidade de estimular estudos formais no campo do urbanismo e a premência da elaboração de planos reguladores. Entre os dois pontos, alternam-se debates sobre temas propriamente urbanos, como o lugar dos chamados centros históricos nas cidades e o persistente problema das habitações populares, e outros voltados ao estudo do território, como os processos de urbanização e a organização da infraestrutura. Sobre os estudos formais em urbanismo, inicialmente são propostas “classes livres gratuitas”, para ampliar o conhecimento sobre o campo, e não apenas a formação. Ao longo das edições, é apontada a necessidade de fomentar e intensificar os estudos de urbanismo nas escolas de arquitetura e urbanismo ou mesmo de engenharia, com diferentes proposições de encaminhamentos práticos no período, como a proposta aprovada no V CPA de criação de institutos oficiais autônomos de urbanismo e urbanística. Em 1930, diante do reconhecimento de desafios entendidos como comuns às cidades no continente, determina-se o urbanismo como tema obrigatório nos congressos a partir de então e, em 1940, determina-se a realização de reuniões nacionais de urbanismo e uma conferência pan-americana de urbanismo. Todo o percurso dos debates é permeado por discussões de referenciais, projetos e experiências em diferentes localidades e distintas escalas, com nuances e tensões possivelmente pouco visíveis ao encadear os argumentos e elaborar uma narrativa, seja aquela formulada e reiterada pelos pares a cada evento, sejam as formuladas pela historiografia em prol da compreensão/explicação dos congressos.

No terceiro CPA, em 1927, o urbanismo figurava como uma “ciência intimamente ligada com a Arquitetura” e responsável por solucionar um problema compartilhado pelas cidades americanas: a densidade exagerada das edificações sobre vias tradicionais. Os delegados reafirmaram como conclusão a necessidade de planos reguladores ou de extensão a cada povoação do continente, perspectiva já votada desde a primeira edição nos debates sobre a “cidade de tipo predominante na América”. Três anos depois, no Rio de Janeiro, a pauta do urbanismo tomou dimensões institucionais, já esboçadas desde o primeiro congresso, em 1920, com os votos pela criação, além de um curso especial de urbanismo nas escolas e faculdades, de uma liga pan-americana das cidades – nunca implementada nesse modelo.<sup>14</sup> Em 1930, em uma edição marcada por polêmicas e antagonismos, o projeto de um curso de urbanismo fora alterado para a criação de cadeiras de urbanismo nas escolas superiores de arquitetura, relacionadas ao ensino de arquitetura paisagística.

O CPA de 1930 foi o único no período analisado a não contar com a publicação oficial das atas e conclusões pelo Comitê Executivo.<sup>15</sup> Não é possível afirmarmos o porquê, mas os demais documentos que registram e narram as sessões plenárias do evento enfatizam posturas frequentemente exaltadas, que iriam contra um idealizado espírito de fraternidade e solidariedade que motivava essas reuniões. A tônica dos discursos proferidos no Rio de Janeiro por numerosos profissionais – tanto arquitetos quanto engenheiros – era a de exaltar, assim como o fez o delegado argentino Ricardo González Cortes, o êxito do evento em “conciliar os serviços das aspirações coletivas”.<sup>16</sup> Os discursos na sessão de encerramento do IV CPA compartilhavam dessa tônica, ajustada à diplomacia da ocasião, ainda que alguns procedimentos oficiais para atenuar possível ofensas à “cordialidade americana” tenham sido considerados no plenário, sob protestos.<sup>17</sup> Nesse ponto, enquanto os relatos oficiais não permitem detalhar essa tensão, o relato de um dos engenheiros delegados do congresso pode nos oferecer uma outra narrativa. Não podemos, a partir dessa documentação, identificar os agentes desses protestos, nem avaliar o quão enérgicos eles possam ter sido.

delegado do governo da Bahia ao evento com financiamento do Ministério das Relações Exteriores, registrou em detalhado relatório sua leitura do evento.<sup>18</sup> Em determinado ponto, narra os debates sobre o urbanismo e critica duramente a atitude e os posicionamentos de José Marianno Filho, visto como responsável por uma celeuma. Ele atribui ao médico pernambucano a proposta de criar cadeiras de urbanismo nas escolas de arquitetura ao invés de um curso de urbanismo nas escolas politécnicas, como, segundo o engenheiro, fora votado na conclusão do tema. O urbanismo, para Marianno Filho, deveria se configurar como uma especialização da arquitetura e deveria ser do domínio desses profissionais, sobretudo pela dimensão estética de sua formação. Gama e Abreu narra que votou para que essa indicação não fosse objeto de deliberação, o que possivelmente desencadeou os protestos registrados em ata.

É interessante, neste ponto, observar pela narrativa de Gama e Abreu a sugestão de expectativas técnicas bem precisas, talvez por ser membro da Comissão do Plano da Cidade de Salvador, atuante desde a década de 1930, responsável na Bahia pelas disciplinas curriculares então voltadas a temas diretamente associado ao urbanismo – Higiene das Habitações e Saneamento das Cidades – e um dos principais membros do primeiro fórum especialmente constituído no Brasil para o debate sobre o urbanismo, a Semana de Urbanismo de Salvador, realizada entre outubro e novembro de 1935. Na ocasião, o engenheiro civil Gama e Abreu proferiu conferências sobre: zoneamento das cidades, tráfego urbano e *Model City Charter*.<sup>19</sup> (BATISTA, 2013, p. 132-135) Também na escala local, havia ocorrido em 1931 o Congresso de Habitação, em São Paulo; em 1934, o Congresso Nacional de Arquitectura y Urbanismo do Chile, primeiro no continente a destacar o urbanismo; e, no de 1935, ocorrera o Congreso de Urbanismo, na cidade de Buenos Aires, pautando discussões sobre temas relacionados ao campo do urbanismo que repercutiram, por exemplo, em publicações da área, como a *Revista de Arquitectura* da Sociedad Central de Arquitectos argentina. Nela, foram publicados em 1935 temas como “Liberalismo territorial, urbanización controlada e urbanización dirigina” e o editorial “La urbanización del paiz”.<sup>20</sup> Ao acompanhar as repercussões e os debates em torno do tema nas décadas de 1920 e 1930, a despeito do intervalo de uma década sem o fórum amplo dos CPAs, é nítida

a constância dessa pauta, seja nos periódicos, seja nas exposições e esferas profissionais e governamentais.<sup>21</sup> Essa presença frequente nos permite tanto relativizar o hiato quanto a importância atribuída ao sempre mencionado clima de acirramento de disputas no CPA do Rio de Janeiro.<sup>22</sup> Outros projetos pareciam mobilizar mais energias.

No CPA de 1940, as conclusões sobre o tema I, problemas no crescimento das cidades americanas, instruíam sobre a necessidade considerada imposterável de uma ação coordenada de investigação, docência e divulgação dos problemas urbanos e rurais, além de impulsionar as realizações urbanísticas. O projeto previa a fundação de Institutos Oficiais Autónomos de Urbanismo y Urbanística como garantia de uma ação permanente. Essa proposta era complementada pela necessidade de se promoverem reuniões nacionais de urbanismo e uma conferência pan-americana sobre o tema.<sup>23</sup> Também o ensino de urbanismo voltou a ser tema de debate em 1940, com a defesa da criação de estudos dirigidos nas escolas e faculdades de arquitetura. Embora as decisões dependessem, em cada país, de outros embates para, eventualmente, alcançar força de lei, oferecem potencial persuasivo significativo, como recomendações legitimadas por um coletivo transnacional de especialistas.

## ENTRE COMEÇOS, OS DEBATES

A essa altura, esperamos que os fios destacados nessa trama possam sustentar nosso argumento sobre a importância de uma leitura das pistas fora de alguma improvável linearidade ou racionalidade subjacente, mas em meio à efetiva disputa entre os agentes e as dinâmicas responsáveis pelas escolhas feitas nessa trajetória. Ampliar as buscas pelos vestígios acerca desse campo em constante debate permite vislumbrar dinâmicas e escalas múltiplas e simultâneas, e mesmo esta narrativa que apresentamos pode ser entendida como resultado desse desvio de alguma determinação linear. Inicialmente, buscávamos colocar lado a lado dois começos, analisando comparativamente pautas, objetivos e estratégias dos CPAs e da primeira

edição do Congresso Brasileiro de Urbanismo (CBU), em 1941. Seria um modo de narrar essa história considerando o papel de agentes, agenciamentos e dinâmicas experienciadas localmente e conectadas a relações e fluxos definidos de forma complexa e global. E o ponto em que nos encontramos nessa busca permite apontar para significativas aproximações entre discussões e encaminhamentos, sem que as preocupações locais, presentes na versão brasileira do evento, determinassem concepções distintas ou propostas singulares. São diagnósticos locais, mas sem fronteiras.

A organização do I CBU no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 27 de janeiro de 1941, parece estar inteiramente articulada a debates internacionais do campo da arquitetura e urbanismo, por vezes em meio a abordagens transnacionais das temáticas relativas ao urbano. A revista *Acrópole* publicou as conclusões do evento em março do mesmo ano, com anotações de Carlos A. Gomes Cardim Filho, chefe da Divisão de Urbanismo de São Paulo, implantada em 1936, para quem o encontro concretizaria um pensamento coletivo de engenheiros, arquitetos e urbanistas. Também a *Revista Municipal de Engenharia*, órgão do Distrito Federal, publica em 1941 e 1946 algumas das teses discutidas no encontro.<sup>24</sup> O exame das conclusões de cada tema sugere a prevalência da preocupação com dois aspectos: difusão de questões arquitetônicas ao público geral e formação dos urbanistas, pensada a partir de ensino e pesquisa. Nas conclusões, à semelhança de propostas discutidas nos CPAs, propõem-se iniciativas institucionais para o urbanismo: sobre a preparação especial do urbanista, indica-se a formação de um Instituto Brasileiro de Urbanismo voltado à pós-graduação e um Conselho Nacional de Urbanismo para verificar os estudos de urbanismo a serem realizados nos municípios brasileiros; sobre os preceitos urbanísticos, defendem-se a implementação e a fiscalização da aplicação de leis e planos reguladores e a organização de um Código Urbanístico Brasileiro; sobre a atuação profissional, como nos CPAs, também as conclusões de caráter geral votadas na terceira seção do I CBU sinalizam a preocupação com a regulamentação: “Que todos os municípios brasileiros procurem ter a seu serviço pelo menos um profissional habilitado nos termos do Decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamentou a profissão do engenheiro e do arquiteto”.<sup>25</sup>

O tema da moradia, especialmente das casas populares, também foi debatido em 1941 na quarta seção, presidida por José Marianno Filho. A temática, de importância central em numerosos congressos de abrangência local e internacional desde meados do século XIX, esteve muitas vezes presente nas recomendações dos CPAs, na forma de indicações para iniciativas governamentais de financiamento e estabelecimento de políticas públicas.<sup>26</sup> Dada a frequência com que o tema esteve em pauta, com numerosos eventos exclusivamente dedicados a ele, pode não ser exagerado tomá-lo como questão fundamental no período, responsável inclusive pela constituição de um lugar social para a arquitetura, sobretudo a modernista – mas essa seria outra narrativa.<sup>27</sup> No continente americano, desde os anos 1920, eventos como Congreso de la Habitación Barata, em Valparaíso, 1925; o Congresso de Habitação, em São Paulo, 1931; Congreso Inter-americano de Municipalidades, em Havana, 1938; o Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, 1939; as Jornadas de Habitação Econômica do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), em São Paulo, 1941; entre outros, desdobram-se sobre distintas dimensões desse desafio. No I CBU, o tema se desdobra também na preocupação com as favelas, destacada na cobertura da imprensa diária, como o *Diário da Noite*, que publicou uma reportagem sobre a excursão organizada pelos membros do congresso ao Morro de Mangueira.<sup>28</sup> Um tema sem fronteiras e amplo no urbanismo, sem dúvida, mas enfatizado no debate com a sociedade a partir de uma experiência bem próxima.

Porém, ao lado desse tema sem dúvida internacional, houve espaço para contraditórias fronteiras, expressas, por exemplo, na indicação aparentemente protecionista sobre a proibição de urbanistas estrangeiros em obras de urbanização nas cidades brasileiras sem a colaboração de “elementos nacionais”. Nesse aspecto, teve atuação destacada o médico Marianno Filho, que representava o Rotary Club no evento.<sup>29</sup> Contraditoriamente, a desconfiança em relação aos nacionais se situa justamente ao lado do profissional que representava uma instituição de declaradas bandeiras internacionais, ainda que não raramente com tonalidades localistas, como analisa Pereira (2011), como o Rotary. Uma coincidência reforça essa contradição, pois, no mesmo periódico *Revista da Semana*, foram publicadas lado

a lado a medida de proteção de um mercado de trabalho nacional e a notícia da presença do arquiteto francês Alfredo Agache no CBU, identificado como “urbanista universalmente conhecido e reconhecido, há muito ligado ao Brasil, de onde estudou os principais centros urbanos [...]”.<sup>30</sup>

Ao acompanhar os vestígios nas esferas locais e pan-americanas das discussões sobre essas pautas, em certo sentido, sobressai a percepção de uma continuidade expressa em diversas direções, de forma muito mais sincrônica do que linear. A abrangência do debate sobre dimensões do urbano e seus desafios no interior das dinâmicas desse campo profissional assinala a amplitude não apenas da circulação de ideias, mas sobretudo do debate permanente, constitutivo do próprio campo, em meio a pautas compartilhadas, posições plurais, polêmicas alimentadas nos eventos e também na historiografia que os discute. Essa continuidade expressa em diversas direções se coloca também em relação a supostas hierarquias e fronteiras, cotidianamente relevadas diante do imperioso desafio apresentado ao urbanismo na primeira metade do século XX. É significativo, nesse sentido, o registro da pauta, no Uruguai, sobre a reconstrução de cidades no pós-guerra em 1942, por exemplo.<sup>31</sup>

## ENTRE APONTAMENTOS E DEBATES FINAIS

Na *Revista de Arquitectura* publicada em outubro de 1939, com extensiva cobertura dos trabalhos da Exposição e I Congresso Panamericano de la Vivienda Popular, encontramos de modo exemplar alguns dos aspectos analisados nestes apontamentos. Entre as detalhadas informações sobre o evento documentadas no periódico técnico, é possível acompanhar, ao lado do tema específico da habitação popular, algumas temáticas continuamente presentes nessa pauta multidirecional do campo do urbanismo no período: a preocupação com especificidades das cidades americanas, a normatização de concursos públicos, a regulamentação da ação de profissionais habilitados, a importância do estudo da história, a preocupação com o acolhimento



de todos os idiomas oficiais do continente e a atenção à explicitação dos referenciais técnicos e práticos. Cada um desses elementos pode ser acompanhado nos numerosos eventos do campo da arquitetura e urbanismo efetivados em distintos espaços na primeira metade do século. Trata-se de uma pauta assumida como comum, um desafio para o campo, e não para os saberes ou culturas locais.

A busca por uma terminologia mais precisa para conferir mais propriedade a nossos modos de narrar tem desafiado a crítica e as narrativas sobre a história urbana e do urbanismo há décadas, sobretudo quando tocam essa pauta multidirecional. Talvez avancemos na mesma dinâmica acompanhada nos objetos dessas pesquisas: por meio dos debates. A questão das referências ou dos ideários internacionais torna-se central e impõe uma abertura para revisar até mesmo os conceitos que temos mobilizado para discuti-la.<sup>32</sup> Embora a sedução pelo uso da simplificadora e comprometedora noção de “influência” tenha perdido força, os caminhos tateados pela historiografia não deixam de lhe render algum crédito, ainda que indireto.

Circulação, intercâmbio, difusão, ressonância, tradução, transferências, apropriação, (re)interpretação de modelos, fluxos, “trânsito das ideias”, apropriação, assimilação, citações, “itinerários transatlânticos”, “sistema de representações partilhadas”, histórias cruzadas, redes de sociabilidade etc. são termos de um repertório extenso de interpretações, talvez fortemente ancorado na ideia de circulação. Ela é revigorada, por exemplo, na leitura de que o desconhecimento sobre os textos de “nossos pioneiros” na historiografia internacional ocorre porque seus textos não circulavam. (ANGOTTI-SALGUEIRO; SIMÕES JUNIOR., 2017) Apesar de algumas formas de circulação envolverem, de fato, o literal deslocamento de pessoas e, através delas, as palavras em livros, artigos, relatórios, conferências, cursos, congressos etc., as dinâmicas que buscamos colocar em discussão a partir dos vestígios dos congressos, por exemplo, não podem ser reduzidas a elas ou mensuradas a partir de prováveis efeitos e impactos. As pistas que o debate internacional em torno do urbanismo no legam são *multidirecionais e desiguais*, mas suas leituras não deveriam acatar previamente uma pseudoneutralidade ou subordinação.

O compartilhamento dessa pauta não apenas extrapola o Atlântico como também realça hierarquias, tanto no debate profissional quanto na historiografia. Seria apropriado ou fecundo para o debate acadêmico historiográfico pensarmos, a partir disso, em intérpretes de referenciais internacionais? Desse mesmo número aqui analisado da *Revista de Arquitectura*, de 1939, destacamos um vestígio interessante dessa extrapolação de fronteiras. Depois das notícias sobre a Exposição e Congreso de la Vivienda, o V CPA, o concurso para *viviendas rulares*, o salão de artes plásticas, entre outros dados de concursos e exposições na seção informativa da revista, foi publicada uma breve nota sobre o recebimento do *Manual de Urbanismo* de Karl H. Brunner, recém-editado em Bogotá, onde então atuava o arquiteto austríaco. Brunner é anunciado como professor de Urbanismo em faculdades em Viena, Santiago e Bogotá, e o livro é descrito como resultado de “estudos e experiência técnico-didáticas sobre o importante problema social de ordenar as cidades segundo as exigências as exigências racionais da cultura e o bem-estar coletivo”. Poderia passar despercebida a descrição objetiva da obra ou figurar como uma comprovação de possíveis buscas por filiações ou evidências de hierarquias. Porém, em nosso entendimento, trata-se de mais um indício desse desconhecimento de fronteiras diante da pauta e dos desafios em tela: “este ‘Manual de Urbanismo’ é uma obra de valor para os estudos sobre a matéria”. A narrativa, portanto, não deixa de remeter à dimensão internacional, assim como o debate não relega essa abrangência enquanto se compreende pelos vestígios que as dinâmicas, mesmo locais, não deixam de ser mundiais.

---

## NOTAS

- 1 Seria possível referenciar uma série de avaliações críticas sobre as narrativas históricas e os respectivos riscos de interpretações. Podem-se mencionar, por exemplo, os estudos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), sobretudo Mignolo e Quijano, bem como as reflexões sobre perspectivas transnacionais. Para situar a discussão, entre numerosos estudiosos, destacam-se Ballestrin (2013), sobre o decolonial; Weinstein (2013) e Arique (2020), sobre o transnacional; Santos, Nicodemo e Pereira (2017), sobre “historiografias periféricas”; Huysen (2014), em reflexões sobre implicações para políticas da memória no contemporâneo e “geografias dos modernismos” no mundo globalizante; sobre implicações das teorias da dependência para os estudos urbanos, acompanham-se aqui vários estudos de Bresciani (2012), em especial o debate sobre o lugar das ideias; Waisman (2013), sobre o lugar da narrativa sobre arquitetura produzida no continente americano; e Mudrovcic (2012), sobre imbricações entre narrativas, tempo, nacionalismos e modernidades.
- 2 No primeiro congresso, de 1898, houve também o registro relativo às visitas guiadas, usuais nesse tipo de evento, acompanhada de reproduções de fotografias e ilustrações das cinco localidades visitadas. O instituto criado em Bruxelas foi responsável pela publicação *L'Art public – Revue de l'Institut International d'Art public*. Localizamos dados sobre a vigência da publicação entre 1907 e 1912, com 12 números publicados, e quatro edições do evento.
- 3 Estão entre os participantes do evento, identificados nos anais: representantes oficiais do governo brasileiro (ministro Rego Barros), do governo argentino (engenheiro Sarabayrouse, inspetor de construções de Buenos Aires), do governo colombiano (William Wiley), do governo chileno (Cabezas, diretor de escola, e Carlos Cruz, do Ministério da Instrução), do Uruguai (membro da comissão da Biblioteca Nacional, seu diretor, Villegas Zuniga, e membro da comissão do Museu Nacional), do governo mexicano (S. E. de la Prata, ministro mexicano em Bruxelas). *Congrès international de l'art public*, 3e, 1905, Liège, p. 54-56.
- 4 Um levantamento inicial confirmou a concomitância de ao menos dez eventos paralelos durante a exposição em Liège, inclusive o congresso de obras públicas. Esse número não é total, mas certamente é bem menor que o registrado em Paris, na Exposição Universal de 1900, quando mais de cinquenta eventos dos mais variados temas tiveram lugar na cidade, entre eles: *V Congrès international des architectes*, *XI Congrès international des habitations a bom marché*, *Congrès international des méthodes d'essai des matériaux de construction*, *I Congrès international des associations d'inventeurs*, *I Congrès international des voyageurs et représentants de commerce*, *Congrès international d'automobilisme*, *VI Congrès international des chemins de fer*, *VIII Congrès international de navigation*, *V Congrès international des acidentés de travail et des assurances sociales*, *Congrès international assistance publique et de beinfaissance privée*, *Congrès international du commerce et de l'industrie*, *Congrès international des la condition et des droits des femmes*, *I Congrès national e international de la cooperation socialiste*, *I Congrès socialiste international*,

- Congrès international colonial, X Congrès international d'hygiène et de démographie, XII Congrès international de médecine, I Congrès international de la presse médicale, I Congrès international des bibliothécaires.* (GREGORY, 1938)
- 5 São mais de 170 compilações publicadas na revista nesse período, assinadas por cinco diferentes autores ao longo desse tempo: Crocker (1907), Stanton (1912), Sellers (1914), Matthews (1921) e Dart (1950).
  - 6 Além da edição periódica de “Chronicle of International Events” e do apêndice de Baldwin, com cerca de 350 eventos internacionais catalogados, é importante mencionar ao menos outra publicação com perfil similar, com 1.404 eventos no período entre 1840 e 1937, listados e publicados pelo editor Winifred Gregory (1938) na forma de um catálogo de impressionante abrangência: *Second Catalogue of Publications of International Congresses and Conferences*.
  - 7 Debates reunidos no projeto de Bender e Smith (2017) tensionando dimensões locais e nacionais se somam às reflexões desta pesquisa para sintetizar esses apontamentos.
  - 8 *Arquitectura*, ano XXV, n. 202, 1939, p. 7.
  - 9 Iniciados em Paris por iniciativa do Comité Permanent International des Architectes, criado em 1867, os congressos tiveram todas as edições até 1939 realizadas na Europa, com repetições em Paris e Roma, por exemplo. Depois da interrupção pela Segunda Guerra, retorna em Lousanne, em 1948, com a fusão do Comité com a Réunions Internationales des Architectes (RIA), formando a Unión Interlacionale des Architectes (UIA) – sua 27ª edição, inicialmente prevista para 2020 no Rio de Janeiro, foi adiada devido à pandemia do novo coronavírus. Informações disponíveis em: <https://uia.org/doc-archive> e <http://www.lonsea.de/pub/org/883>.
  - 10 Para um panorama detalhado do Congreso de la Vivienda Popular, consultar a *Revista de Arquitectura*, out. 1939, disponível em: <https://biblioteca.fadu.uba.ar/>. Sobre os desdobramentos dos debates sobre habitação, ver: Feldman (2014).
  - 11 O Comitê Executivo do V CPA era composto pelos seguintes membros da SCAU: Daniel Rocco, presidente; Raúl Lerena Acevedo, vice-presidente; Julio Bauzá, vice-presidente; Horacio Terra Arocena, secretário-geral; Julio Duhalde, secretário; Miguel Bellini, secretário; Héctor Berrére, secretário; e Antonio Chiarino Ravenna, tesoureiro. Cumprindo sua proposta internacional, define quatro idiomas aceitos no congresso, como nos anos anteriores: espanhol, português, inglês e francês.
  - 12 Ao longo das sete edições ocorridas na primeira metade do século XX, 20 países foram representados por meio de profissionais agrupados em delegações, cuja participação era inconstante. Ao longo das primeiras sete edições – 1920, 1923, 1927, 1930, 1940, 1947 e 1950 –, os seguintes países aderiram aos eventos e participaram ao menos uma vez: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Peru, Paraguai,

República Dominicana, Panamá, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. Frente a esse quadro heterogêneo, é possível identificar um forte engajamento de, ao menos, cinco países. Apenas quatro participaram de todas as edições entre 1920 e 1950: Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai. O Brasil não participou diretamente apenas da edição de 1923, sediada no Chile, mas enviou delegações a todas as demais.

- 13 Esses aspectos profissionais foram analisados por Atique (2009) e Novo (2018). É significativo assinalar que o tema do urbanismo figurou nos CPAs explicitamente pela primeira vez na terceira edição do evento.
- 14 Sobre a liga, Max Aguirre González (2012) registra os propósitos da iniciativa, embora não efetivada.
- 15 A não publicação da documentação oficial da edição de 1930 torna as revistas técnicas, nacionais e internacionais, e periódicos cariocas do período fontes importantes para entender os debates ocorridos na ocasião, como afirma Cerasoli (2012).
- 16 A participação de engenheiros nos CPAs não era incomum. Na *Revista Do Club De Engenharia* (n. 33, 1931, p. 379), é possível encontrar um relato de Gastão Baiana, representante da instituição no V CPA, no qual ele apontava a deficiente organização das comissões, que não chegaram a ler nenhuma tese apresentada. Segundo o engenheiro, as conclusões apresentadas eram vagas e platônicas, aprovadas de maneira apressada: “É de esperar que no Congresso de Engenharia os assuntos sejam estudados com mais cuidado, e deem lugar as conclusões de feição mais prática”. A afirmação de Cortes está em: *Revista de Arquitectura*, n. 116, ago. 1930, p. 500.
- 17 A *Revista de Arquitectura* (n. 116, ago. 1930, p. 501) reúne alguns registros. O uruguaio Eugenio Baroffio chega a reconhecer terem sido encontradas, durante o evento, algumas pedras pelo caminho e faz votos para que elas desapareçam nos próximos eventos. Na ata da sessão anterior, entretanto, ao narrar os debates sobre o tema do urbanismo e as disputas entre engenheiros e arquitetos sobre o monopólio de tais atividades e práticas, resolveu-se por publicar em ata o seguinte informe: “Em continuação, a mesa foi autorizada a retirara dos anais os termos que poderiam ser ofensivos para a cordialidade americana. Isso ocasionou alguns protestos” (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930, p. 499)
- 18 O relatório de Gama e Abreu visava justificar os gastos de sua viagem ao governador do estado e foi publicado no mesmo ano pela Imprensa Oficial da Bahia. Ele chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado do deputado Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, também representante da Bahia, na noite de 16 de junho de 1930 no paquete “Flandria”, com passagens cedidas pelo também engenheiro baiano Octavio Mangabeira, ministro de Relações Exteriores do governo de Washington Luís, que apoiava o evento. Gama e Abreu graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, catedrático da Escola Politécnica da Bahia, onde lecionou Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios, Saneamento e

- Traçados das Cidades. Na Universidade da Bahia, Gama e Abreu lecionou Higiene das Habitações e Saneamento das Cidades e atuou como diretor de obras do Estado da Bahia e como diretor-geral do Departamento das Municipalidades. (BATISTA, 2013)
- 19 Sobre a Semana de Urbanismo, que se estendeu por 20 dias, ver a publicação facsimilar da Assembleia Legislativa da Bahia. (FERNANDES; FIGUEIREDO; REBOUÇAS, 2016)
- 20 *Revista de Arquitectura*, março, n. 171; novembro, 179.
- 21 Rodrigo de Faria, por exemplo, chama atenção para o processo de institucionalização no campo governamental da área de urbanismo a partir dos anos 1930, com a criação de comissões de plano das cidades e departamentos de urbanismo. Ver: Faria (2015).
- 22 Se, de fato, os congressos só voltaram a acontecer em 1940, em um retorno a sua primeira sede, a cidade de Montevideú, os debates ao longo dessa década não deixaram de constituir-se em distintas direções, fortalecendo-se em diversas dimensões. Muitas foram as narrativas elaboradas pelas associações profissionais nacionais sobre o encerramento desse primeiro ciclo e difundidas nas revistas técnicas. A *Revista de Arquitectura*, órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos e do Centro de Estudiantes de Arquitectura de Buenos Aires, publicou, em março de 1940, um número dedicado ao V CPA. A narrativa parece elaborar a ideia de um legado construído a partir dessas primeiras edições: “[...] se refirmam velhas amizades, o regresso de rostos conhecidos através de antigas relações profissionais, se dá lugar ao nascimento de outras novas que irão transmitir o espírito dos Congressos e da confraternidade continental aos atuantes nos certames dos tempos futuros”. (*Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940, p. 108) Nesse número, algumas propagandas, que comumente ocupam grande parte das revistas, são direcionadas a partir dos CPAs. A Otis Elevator Company veiculou uma propaganda que afirmava aderir ao V CPA e formular votos para que as deliberações reafirmem o conceito de solidariedade profissional entre os arquitetos americanos em prol do progresso de todas as pátrias que convivem geográfica e espiritualmente no continente. É interessante notar como em 1940 a retórica da solidariedade, típica desses encontros, já era apropriada pelas empresas da construção civil. *Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940.
- 23 *Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940, p. 198. A recorrência de temas e questões relacionadas ao urbanismo nos debates dos CPAs indica sua centralidade no delineamento das pautas e seu papel nas dinâmicas do campo profissional do período - movimento anterior, por exemplo, à institucionalização da disciplina em faculdades de arquitetura e urbanismo ou mesmo dos setores governamentais dedicados ao urbanismo no Brasil. As recomendações de que a pauta se tornasse obrigatória em todas as edições desses eventos e os votos por instituições e reuniões nacionais que debatessem os problemas de urbanismo indicam a impossibilidade de uma solução ou resposta pronta tirada como conclusões dos CPAs, ao mesmo

tempo em que apontam claramente para a importância dessa pauta assumida por esses atores.

- 24 *Revista de Engenharia*, n. 2, 1941; n. 1, 2 e 3, 1946. Não são numerosos os vestígios sobre o evento, mas seguramente uma análise significativa sobre suas repercussões poderia ser feita a partir dos fragmentários registros na imprensa diária, sobretudo no Rio de Janeiro. Em São Paulo, certa rivalidade a respeito dos “urbanismos” das duas capitais pode ser acompanhada nas páginas do *Correio Paulistano* de 1941.
- 25 *Acrópole*, ano 3, n. 35, mar. 1941, p. 395. Segundo essa conclusão, os Departamentos de Municipalidades deveriam ter a composição mínima dos seguintes profissionais: engenheiro-agrônomo, engenheiro industrial ou electricista, engenheiro arquiteto, engenheiro civil e técnico especial em Urbanismo – indicação congruente com os debates em torno da regulamentação profissional em diversos fóruns desde os anos 1920.
- 26 Ver, sobre o extenso debate acerca da habitação econômica: Correia (2013), Carpintéro (1997) e Aravecchia Botas (2016).
- 27 Os levantamentos de Baldwin (1907b) e Gregory (1938) apresentam farto material para se seguir essas pistas sobre habitação.
- 28 O primeiro CBU. *A Noite*, 23 de janeiro de 1941, ver em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/6860](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/6860). A questão da favela continua no periódico, nos dias seguintes: “O problema das favelas: o seu enquadramento no plano de remodelação da cidade – observações de um engenheiro arquiteto”. O artigo analisa o relatório do engenheiro arquiteto Rafael Paixão sobre o plano de remodelação da cidade, de Agache. O relatório foi encomendado pelo prefeito Henrique Dodsworth, por intermédio do secretário de Obras Edson Passos. *A Noite*, 3 de fevereiro de 1941, ver em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/7040](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/7040). Acesso em: 19 mar. 2020.
- 29 A publicação completa das listas dos delegados representantes de cada uma das plurais associações e instituições representadas no CBU indica a recorrência de profissionais que também eram delegados nos CPAs. Paulo Candiota, Rafael Galvão e Paulo Camargo e Almeida, do Instituto de Arquitetos do Brasil, estiveram em Montevidéu em 1940 e tomaram parte dos debates sobre o urbanismo. Também o jornal *A Noite*, em 23 de janeiro de 1941, registrou uma nota anunciando uma reunião especial do Rotary Club do Rio de Janeiro, no Automóvel Clube do Brasil, dedicada ao CBU, indicando os representantes do Club no evento. Ver em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/6858](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/6858). Acesso em: 19 mar. 2010. Sobre as imbricadas relações entre as pautas rotarianas para questões urbanas, centrais desde sua formação em Chicago, ver: Pereira (2011).
- 30 O profissional figura na lista de representantes do Rotary no evento, publicada na *Revista da Semana* em um número especial de urbanismo em maio de 1941. *Revista da Semana*, número especial de urbanismo, maio de 1941, p. 4. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_04/3356](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_04/3356). Sobre o I CBU, consultar também: Lima e demais autores (2010).

- 31 El próximo Congreso Nacional de Planificación de pos-guerra; La conferencia de la crisis de la edificación. Ambos artigos publicados na revista *Arquitectura*, da Sociedad Central de Arquitectos de Uruguay, em 1942. Disponível em: <https://issuu.com/bsau/docs/1942-207>.
- 32 Em balanço apresentado em 2017, Angotti-Salgueiro e Simões Junior. percorreram detidamente um repertório bastante extenso de terminologias utilizadas em pesquisas relacionadas ao tema, buscando distinguir cada termo e verificar sua legibilidade diante dos propósitos para compreender as relações mobilizadas na formação do campo disciplinar. Além disso, avaliam o alcance de propostas recentes na historiografia e buscam avançar, formulando propostas para se pensar a questão da interpretação das referências. Nossos apontamentos neste ponto buscam também dialogar com essa avaliação e com essa proposta.



## REFERÊNCIAS

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana; SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Por uma reflexão sobre pioneiros do urbanismo no Brasil e modalidades de apropriação de ideários internacionais. Revisando terminologias e conceitos. *Vitruvius- Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 203.01, abr. 2017. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.203/6516>. Acesso em 21 jul. 2020.

ARAVECCHIA BOTAS, Nilce. Trânsito de ideias e conformação de práticas: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, v. 23, n. 39, p. 36-52, 2016.

ATIQUÉ, Fernando. Articulações profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-92.

ATIQUÉ, Fernando. A historiografia da arquitetura e das cidades, de fato, “importa”? Um balanço sobre algumas histórias transnacionais do espaço construído. *América*, São Paulo, n. 2, p. 64-73, 2020.

BALDWIN, Simeon E. The International Congresses and Conferences of the Last Century as Forces Working Toward the Solidarity of the World. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 3, p. 565-578, 1907a. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2186820](http://www.jstor.org/stable/2186820). Acesso em: 11 mar. 2020.

BALDWIN, Simeon E. [The International Congresses and Conferences of the Last Century as Forces Working Toward the Solidarity of the World]: appendix. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 3, p. 808-829, 1907b. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2186845](http://www.jstor.org/stable/2186845). Acesso em: 11 mar. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 19 mar. 2019.

em Salvador da Bahia. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, [s. l.], n. 9, p. 121-148, abr. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2117/82577>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BENDER, Thomas; SMITH, Michel P. (ed.). *City and nation: rethinking place and identity..* 2nd. ed. Routledge, 2017. v. 7: Comparative Urban and Community Research

BRESCIANI, Stella. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (org.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EdUFES, 2012. p. 141-159.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil, São Paulo-1917*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

CERASOLI, Josianne. O lugar da América: por uma expressão arquitetônica moderna, panamericana e universal nos anos 1920. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA, 21., 2012, Campinas. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2012.

CHRONIQUE – enquête internationale de l’Art public. Aspect et administration des domaines publics. L’Art public: revue de l’Institut international d’art public, Bruxelles, n. 3/4, p. 91-92, 1907-1908.

CORREIA, Telma de Barros; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Habitação econômica no Brasil: o IDORT e sua revista (1932-1960). *Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, São Carlos, n. 17, p. 62-74, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83028/86078>. Acesso em: 17 jul. 2013.

CROCKER, Henry G. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 1, p. 154-185, Jan./Apr. 1907. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2186300](http://www.jstor.org/stable/2186300). Acesso em: 11 mar. 2020.

DART, Dorothy R. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 44, n. 1, p. 167-180, Jan. 1950. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2193469](http://www.jstor.org/stable/2193469). Acesso em: 11 mar. 2020.

FARIA, Rodrigo de. O Departamento Nacional de Urbanismo e a institucionalização do setor de urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um contínuo processo histórico. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 2,

p. 311-333, 2015. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2743>. Acesso em 3 abr. 2019.

FELDMAN, Sarah. Do Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (1939) ao Seminário De Habitação e Reforma Urbana (1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana. *URBANA: revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 129-143, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635295>. Acesso em: 3 abr. 2019.

FERNANDES, Ana; FIGUEIREDO, Glória; REBOUÇAS, Thais (org.). *A Semana de Urbanismo de 1935: anais e reflexões contemporâneas (e edição fax-simile)*. Salvador: Editora da Assembléia Legislativa da Bahia, 2016.

GAMA E ABREU, Jayme Cunha da. *Relatório dos sucessos mais importantes verificados no IV Congresso Pan-Americano de Architectos apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado da Bahia pelo delegado baiano Eng. Civil Jayme Cunha da Gama e Abreu*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930.

AGUIRRE GONZÁLEZ, Max. *La Arquitectura Moderna en Chile (1907-1942)*: Revistas de Arquitectura y Estrategia Gremial. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2012.

GREGORY, Winifred. *Second Catalogue of Publications of International Congresses and Conferences*. Dordrecht : Springer Netherlands, 1938.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LIMA, Fábio et al. Olhares de engenheiros, arquitetos e outros planejadores, Francisco Baptista de Oliveira e a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo em 1941, no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/34/34-214-1-SP.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MATTHEWS, M. Alice. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 15, n. 4, p. 569-584, July 1921. Disponível em: [www.jstor.org/stable/2188295](http://www.jstor.org/stable/2188295). Acesso em 13 mar. 2020.

MUDROVICIC, M. I. La nación, el tiempo histórico y la modernidad: la historia como sintoma. *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la*

*Educación y Humanidades*, Morón, v. 17, p. 25-38, 2012.

NOVO, Leonardo Faggion. *Entre arte e técnica: “arquiteturas políticas” na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331211>. Acesso em: 25 maio 2019.

PEREIRA, Margareth da Silva. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). *Revista Oculum Ensaios*, Campinas, p. 12-31, n. 13, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n13a138>. Acesso em: 10 jul. 2020.

REVISTA DE ARQUITECTURA. Buenos Aires: [s. n.], n. 116, ago. 1930.

REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: Club de Engenharia, n. 33, jan. 1931.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000100009>. Acesso em: 10 jul. 2020.

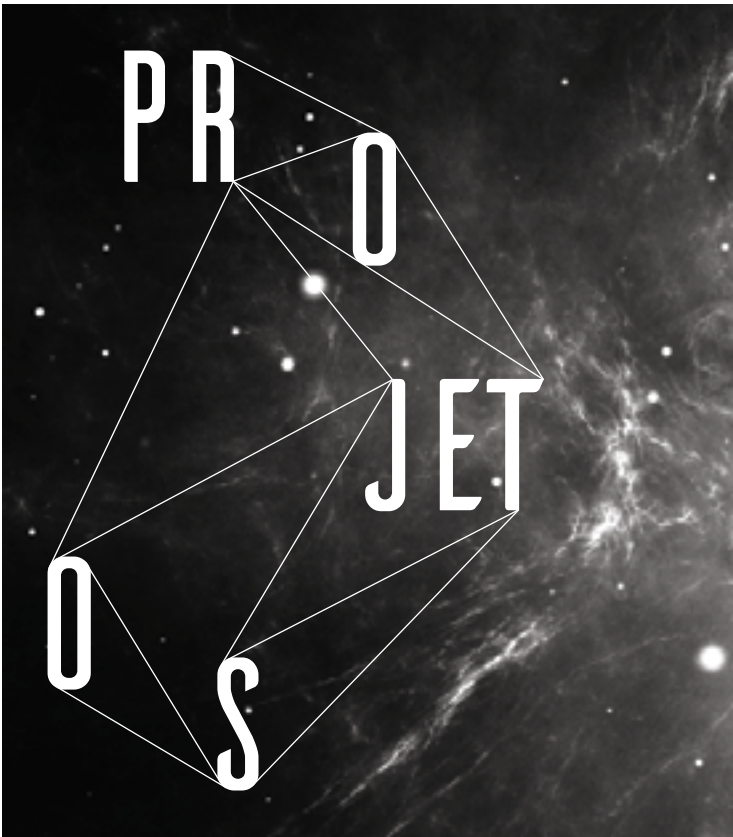
Sellers, Kathryn. (1914) Chronicle of International Events.” *The American Journal of International Law*, Washington, vol. 8, no. 3, 1914, pp. 615-640. JSTOR, [www.jstor.org/stable/2187504](http://www.jstor.org/stable/2187504). Acesso em: 13 mar. 2020.

STANTON, Otis G. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 6, n. 4, p. 985-990, Oct. 1912. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2186903>. Acesso em: 13 mar. 2020.

WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. Tradução Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. *Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
P R O J E T O S

*O projeto narra!*



P A U L O  
R E Y E S



D A N I E L E  
C A R O N



D A N I E L A  
C I D A D E

## O PROJETO EM CONFRONTO

**A** arquitetura produz o mundo, mas, acima de tudo, produz narrativas sobre o mundo. É nesta nebulosa do urbanismo, da arquitetura, do ensino e do projeto como narrativa que este texto habita. Iniciamos afirmando: o projeto narra. Essa afirmação busca pensar o projeto menos como possibilidade de configuração em uma perspectiva idealista-técnica e mais como pensamento crítico-político sobre um saber-fazer. A conjuntura sociopolítica contemporânea nos convoca a explorar modos de entender a cidade que operem a partir das forças e intensidades que desloquem o projeto de uma suposta neutralidade técnica, para pensá-lo como processo aberto aos conflitos ético-políticos da realidade urbana.

O projeto narra histórias sobre a cidade, mas, sobretudo, narra um desejo de futuro, narra um lugar outro. E é nesse lugar que deve abrir-se ao outro em sua diferença, ampliando seu direito à existência, que entendemos ser possível outra narrativa de projeto que não aquela que reproduz as lógicas da cidade capitalista. A partir do entendimento da narrativa como perspectiva epistemológica que supõe experiência compartilhada, propomos o pensamento do projeto como um campo de forças agenciado pela multiplicidade de vozes dissonantes que constituem a cidade como disputa. É na esteira da imprevisibilidade, da rasura, dos acordos e desacordos das práticas cotidianas que propomos uma reflexão sobre o processo constitutivo do projeto em sua dimensão narrativa.



O cerne teórico a partir do qual tecemos um modo de narrar parte de um campo de forças gerado pelas proposições de Ricoeur, voltadas à espiral de mimeses como operações que configuram a narrativa em um todo coerente, e de Rancière em torno da proposição de um regime estético que advogue por uma partilha do sensível que tencione essa configuração em um sentido ético-político.

De acordo com Ricoeur (1994), a intriga exerce um campo textual próprio que lhe permite também operar fora desse campo, entre a pré-compreensão e a pós-compreensão da ordem da ação e seus traços temporais. É a partir dessa pré-compreensão relacionada ao sistema de gestos que compõe o agir humano em seus aspectos semânticos, simbólicos e temporais (prefiguração – mimese I) que se instaura a tessitura da intriga que operará a configuração entre elementos heterogêneos, em uma proposição inteligível e intertextual (configuração – mimese II).

A partir de Rancière, aproximamos a noção de política e de estética como um processo de subjetivação que produz a denúncia de um dano frente a um processo igualitário – a partilha do sensível. A igualdade é um princípio que deve ser enunciado, pois a política não é algo em si, mas a pressuposição de um vir a ser. Ao constituir-se como processo de subjetivação, a política se manifesta como atos de enunciação que antes não eram identificáveis.

Ao aproximar essas ideias ao projeto, o exercício aqui proposto se instala justamente entre essas mimeses como ato político, para refletir sobre qual sistema de gestos se configura o projeto, e se, ao abrir-se a uma multiplicidade de sujeitos, a tessitura da intriga é capaz de produzir-se. Perguntamo-nos se seria possível a tessitura da intriga do projeto mediar os processos de subjetivação singulares que escapam da lógica universalista preconizada pelo urbanismo, alicerçada atualmente no sistema capitalista.

Se o projeto é aqui entendido como devir, e se convocamos uma reflexão sobre seu processo constitutivo como narração, nos parece pertinente nos debruçarmos sobre o fazer no campo das artes a fim de propor o projeto como um agenciamento coletivo de enunciação.

É justamente sobre o enunciado que acreditamos ser possível uma operação de desconfiguração da narrativa hegemônica. Propomos uma torção dialética. A torção do enunciado inicial que produz o projeto é proposta a partir de cortes e deslocamentos, rasurando seus sentidos resolutivos e assumindo-o como processo disparador de um olhar mais plural, crítico, político e inclusivo das diferenças.

Por fim, a reflexão aqui proposta, então, ajusta as indagações sobre o urbano na contemporaneidade às dimensões ética e política para pensar o projeto como processo aberto aos conflitos da realidade das nossas cidades. Nesse sentido, entendemos que o projeto deve articular narrativas que produzem rasgaduras nos processos de subjetivação produzidos pelo sistema capitalista atual, abrindo-se a uma perspectiva ética.

## O PROJETO COMO NARRATIVA

Pensem o projeto como narrativa. O projeto opera em uma dimensão temporal entre um ainda-não (uma promessa de algo vir a ser) e um eis-então (um resultado formalizado). Estamos aqui entre tempo e narrativa. Podemos pensar essa narrativa temporal de projeto a partir do tríplice presente de Santo Agostinho: um presente do passado expresso pela memória, um presente do presente expresso pela atenção ou intuição e um presente do futuro expresso pela espera ou previsão. Ricouer (1994) articula tempo e narrativa a partir dessa proposição de Santo Agostinho e da intriga de Aristóteles para, ao fim e ao cabo, postular as três mimeses defendidas por ele: prefiguração, configuração e refiguração. Por prefiguração, ele entende as condições pré-textuais que estão na base de uma narrativa a ser contada; por configuração, a narrativa propriamente estruturada; e por refiguração, a fase de leitura, de interpretação do texto.

A espiral das mimeses nos permite entrever o projeto como narração, desde uma temporalidade em ato que reside nos gestos cotidianos repletos de sentidos e significados até a criação da arquitetura

propriamente dita com suas múltiplas leituras e críticas. Essas mimeses “formalizam” uma matéria que se apresenta aberta, dispersa, à espera de um narrador. Posicionar o projeto nesse lugar é pensar nos modos como o arquiteto formaliza um sentido ou uma história a ser narrada. Para além da crítica ao que já está formalizado como cidade e principalmente para romper com os processos constitutivos dessa narração projetual que exclui o conflito e a diferença, nos perguntamos: qual é a natureza da matéria-cidade sobre a qual nos debruçamos? Que tipo de prefiguração estamos a olhar?

Entendemos que pensar a cidade e seus processos constitutivos passa por assumir os aspectos narrativos que fizeram dela esse emaranhado de histórias, cujas presenças e ausências a arquitetura expressa com todas as suas evidências. Se a arquitetura está dizendo de algumas existências em detrimento de outras, as nossas cidades obedecem a um tipo de configuração de contornos excludentes. A formalização e decisão sobre esses contornos da arquitetura obedecem a práticas de projeto que têm no centro de sua atenção uma existência universal, instaurada através de processos de apagamento, rejeição e assujeitamento.

Rolnik (2019) contribui para esse debate ao discutir o processo de financeirização global e sua incidência sobre as paisagens espetacularizadas e sobre as paisagens da sobrevivência e da luta comunitária. Denominado pela autora de “império colonial sem rosto nem bandeira” (ROLNIK, 2019, p. 21), as finanças globais vêm transformando as cidades tanto no aspecto material, com a construção de artefatos arquitetônicos marcados por uma estética padronizada, quanto na criação de hábitos de consumo próprios ao mundo globalizado. Podemos traçar um paralelo entre as paisagens para a renda de Rolnik e as “banalscapes” de Muñoz (2008), cujo conceito se refere a um tipo de paisagem oferecida como produto aos habitantes da cidade e que serve aos interesses da economia global. Entendemos esse tipo de paisagem como a narrativa hegemônica operada pela arquitetura e o urbanismo, que se apropria de conceitos como espaço público, cidadania, diversidade e participação para configurar-se como referência daquilo que se deseja para uma cidade, ainda que esse desejo se limite a uma minoria de sujeitos.

No contraponto e subjacência dessa paisagem dominante e dominada pela elite financeira, nas frestas da urbanidade global, se encontram as paisagens da luta diária e cotidiana em territórios organizados a partir da lógica daqueles que estão à margem, que desafiam a universalidade imposta, desde sempre, pela disciplina urbanística e pelas práticas de projeto e planejamento urbano. Essas frestas são como feridas que vêm sendo apagadas por inúmeros processos de exclusão. Ribeiro (2017) chama atenção para a interrupção do regime de autorização discursiva, buscando abrir espaço para as narrativas que têm sido silenciadas ao longo do tempo. Estabelecer um contato com essas narrativas é uma aposta que deseja deslocar esse regime de autorização, entreabrindo frestas que podem romper com as discursividades dominantes, legitimadas em detrimento das vozes ininteligíveis em suas manifestações política, cultural e socioeconômica. Incorporar nos debates territoriais as narrativas constituidoras desses apagamentos e invisibilidades é criar um contraponto ao pensamento capitalista e neoliberal.

É necessário pensar, então, a cidade e o próprio projeto antes da configuração que estabelece formas, funcionalidades e dinâmicas, uma vez que a dimensão estética e política que dá sentido à técnica está relacionada às práticas sociais e às práticas de poder. Ao mesmo tempo, os processos de subjetivação hegemônicos e dominantes, enraizados em sistemas de opressão, delimitam os contornos de uma arquitetura que exclui a diversidade e a diferença dos sujeitos, ou seja, a materialização da arquitetura em objetos construídos legitima e torna-se agente ativo nesses processos.

Se as cidades são expressões do mercado impostas pelo sistema capitalista que produz esses processos de subjetivação, ela também é reproduzida e modelada por arquitetos e ensinada nas escolas de arquitetura. O saber-fazer do arquiteto está marcado por um gesto que tem como pauta uma “solução” no final do processo de formalização. Ou seja, há um momento em que as ideias estruturadas pelo projeto ganham forma na vida – um algo a ser demonstrado como resolução de um problema preestabelecido. Esse gesto que resulta numa forma que é de ordem técnica produz uma narrativa consensual, homogênea. Parece ser tarefa do arquiteto ir apaziguando as diferenças postas de início, através de noções como: identidade do lugar; caráter do

projeto; busca de um *genius loci*; estruturação de um partido geral de projeto que organize e amenize as tensões; narrativa de organicidade de cunho funcionalista metaforizada por termos como tecido urbano, artérias estruturadoras e coração da cidade; eleição de imagens icônicas que nortearão a imagem do projeto; dentre outras. Nota-se que todo esse conjunto de *modus operandi* projetual produz um processo de formalização que é técnico, ou seja, “se pretende isento”.

Para romper com o projeto como narrativa universal e hegemônica, cuja inteligibilidade passa necessariamente por assumir vozes dissonantes em sua tessitura, de que modo deveremos operar? Em que medida a tessitura da intriga de Ricoeur (1994) pode abrir-se à complexidade convocada pelas problemáticas da cidade contemporânea?

O processo de configuração que essa visão de projeto produz pode ser chamado de um processo que é de ordem da “polícia”, no sentido colocado por Rancière (2018). Para esse autor, o termo “polícia” é atribuído a uma lógica de estar-junto que está estruturada em um “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 2018, p. 42); enfim, é da lógica da configuração e da acomodação das partes a uma lógica globalizante.

Estamos entre uma matéria (cidade) que se constitui por diferenças – portanto, dissensual – e um processo de formalização (projeto) que é da ordem do consenso. Mas, para além do problema do capital e da produção de mais-valia, há um problema que é da ordem do pensar-fazer arquitetura: construímos metodologias (como fazer) reforçando modelos excludentes. Ainda operamos por modelos a seguir. Essa modelagem é reforçada pela capacidade de resolução da técnica. Mas é justamente onde a técnica falha que o projeto se rasga por uma ação que é de cunho político. Ou seja, o político rasga, fere, rompe a técnica do projeto, pois instala um pensamento que dá a ver um dano, um desejo de aniquilação.

Rancière conceitua política como sendo a instauração de um conflito frente a uma cena que deve ser evidenciada em relação a uma noção de igualdade. “É preciso antes de mais nada estabelecer que

a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la *já que* ela não existe”, afirma Rancière (2018, p. 40). Dar a ver uma cena de exclusão com seu respectivo dano é produzir um ato político. “A política existe porque aqueles que não tem direito de serem contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano, que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só”, nos diz Rancière (RANCIÈRE, 2018, p. 40).

Se estamos aqui propondo a arquitetura como um tipo de agenciamento que está relacionado a determinados acontecimentos, como prefigurar o projeto como multiplicidade de narrativas? Em que momento dar visibilidade ao dano?

Visibilizar as narrativas menores que residem nas singularidades permanentemente achatadas por esses mecanismos reposiciona o projeto em sua constituição narrativa e, mais ainda, na sua enunciação. Ele deve partir, então, de experiências urbanas narradas a partir da precariedade, da vulnerabilidade, prefigurando-se como conjunto de devires que carrega vozes dissonantes da cidade. Essa prefiguração que escapa das identidades para assumir a multiplicidade atavaria o projeto como agenciamento coletivo de enunciação, operando um deslocamento dos processos constitutivos da arquitetura como configuração modelada pela narrativa universal.

O projeto como narrativa, que busca a resolução de um problema apenas, estabelece um campo semântico que é da ordem do consenso, operando por uma estruturação baseada em imagens consagradas e icônicas – referências arquitetônicas – que, ao fim e ao cabo, produzem um movimento de repetição do mesmo. E o que reside nessa narrativa universal que agencia a cidade como discurso único? Quais forças hegemônicas operam na fabricação de paisagens homogêneas, neoliberais, capitalistas, que empobrecem as interlocuções sociais locais, uma vez que se desenvolvem a partir de referências estéticas e arquitetônicas que dialogam pouco ou nada com diversos grupos sociais que compõem o mosaico da desigualdade urbana? Que tipo de cidade essas paisagens globais narram e para quem?

As lentes oferecidas pela lógica da narratividade nos permitem observar as contingências do tempo e do espaço para além do estabelecimento do sujeito-cidade ideal, preconizado sobretudo pelos modos de planejar e projetar a cidade. Essa narratividade pode se apresentar por meio da ruptura do regime poético aristotélico e a instauração, proposta por Rancière, de um regime estético que advoga pela heterogeneidade. Pensar a cidade, a arquitetura e o projeto enquanto dispositivos de abertura a esse regime sensível de potências heterogêneas torna possível a emergência de vozes dissonantes, discursividades outras que podem desestabilizar a narrativa hegemônica dos projetos urbanos: confrontar o saber-solução universal e o saber-processo composto de singularidades múltiplas.

A cidade aparece aqui como campo de subjetividades, as quais podem ser exploradas através de um conjunto de imagens que se articulam ou se rasgam por suas tensões éticas e políticas, sendo ela campo de disputa discursiva, e o arquiteto-pesquisador-leitor-narrador buscando romper com essas imagens totalizadoras. A aproximação entre projeto e narrativa dá corpo a um tipo de conhecimento que opera pela diferença, pelas singularidades, pelos processos constitutivos mais do que pelos sujeitos e objetos constituídos. Exige, portanto, uma postura ético-política do pesquisador fundamentalmente vigilante com o próprio *éthos* do arquiteto: sair de si, o que poderia significar a atitude de “simpatia” com o outro, definida por Pelbart (2019) como a capacidade de desprender-se da identidade própria, propor-se a uma deriva inusitada, a uma subjetividade multitudinária, a um devir-outro; simpatizar, enfim, com a deriva, a movência, o devir-outro do outro.

Esse desafio ético-político é o que pode tornar uma pesquisa dessa natureza capaz de desafiar a normalização produtora de um sujeito universal para o qual pensamos e fazemos cidade, discurso esse ainda dominante na disciplina urbanística. A compreensão do projeto urbano como um agenciamento de diferentes narrativas pode ampliar o pensamento sobre a cidade nas dimensões do espaço e do tempo e para questões de ordem ética e política que deslocam o projeto como totalidade coerente.

Mas, a nosso ver, a crítica deve romper com essa configuração não pela posição de leitor (refiguração), mas, sobretudo, na posição da prefiguração. É justamente pelo retorno às condições que dão lugar às configurações produzidas pelo sistema capitalista que é necessário abordar, mas agora desnaturalizando a técnica e impondo uma dimensão política ao projeto. Retornemos, então, como diria Benjamin, às condições da origem. O dano, no sentido dado por Rancière, só pode ser visto e evidenciado lá na origem, ou seja, na enunciação. É justamente quando se enuncia o projeto que a sua exclusão se impõe.

Para retornar à origem, propomos dois movimentos – de negação e de torção – em um mesmo plano de imanência – ético e estético. Pelo viés ético, se instala a dimensão política no processo de projeto, reconhecendo a multiplicidade da matéria-cidade; pelo viés estético, se opera por dentro do sensível no seu processo de formalização. A partir disso, instalam-se uma negativa a um projeto resolutivo e uma torção no enunciado, inserindo sua contradição e permitindo que ocorra mais de uma força motriz que movimenta o projeto – força essa que se apresenta como potência dialética. Ou seja, a partir de um pensável torcido e dialético, é possível abrir espaço para a existência daquilo que ali sempre esteve e que, paradoxalmente, nunca teve lugar. A dialética se impõe como política.

Inserir a dimensão política no processo de projeto significa admitir e reconhecer a diferença como constituidora da materialidade sensível da cidade. Instalar uma negativa é produzir um “não” à lógica resolutiva e espetacular do capital para poder retornar a um enunciado de projeto que carregue em si sua contradição. Estamos aqui frente a um projeto que suspende a resolução; a um projeto que tem foco no problema; um não projeto.

## PROJETO DILACERADO

Se a tarefa do arquiteto é apaziguar as diferenças, o seu gesto não se inicia com um traço ou uma referência. Para romper a técnica do



projeto e abrir o espaço para o outro, precisamos iniciar com a escuta, como um gesto de alteridade. Na proposta de um projeto da ordem da política, aproximamos o processo de criação num campo ampliado – pensemos junto com a arte. Ao lado de noções dialéticas ligadas à relação entre lugar e não lugar, o conceito de entropia permanece como uma das mais importantes categorias críticas no pensamento de alguns artistas. No começo dos anos 1960, conforme Lee (2001), artistas como Robert Morris, Richard Serra, Eva Hasse e Smithson começaram a formular uma teoria e uma prática artísticas baseadas menos em um objeto artístico finalizado do que em seu processo de concepção e de construção. Composto de materiais considerados como improvisados e impróprios pelas hierarquias artísticas mais tradicionais, os trabalhos falavam de uma estética “desintegrativa” ao articular o centro de gravidade no projeto e sua construção (a poiética). É nesse mesmo lugar que posicionamos o projeto.

Segundo Souriau (1987), Valéry teria sido o responsável pela utilização do termo “poiesis” diferindo da estética. Enquanto a estética se ocupa da obra como tal ou de seus efeitos no observador, a poiética se ocupa de todos os processos que dão existência ao objeto artístico. A poiética visa, então, clarificar de modo crítico os conceitos muitas vezes obscuros, principalmente aqueles que dizem respeito à criação. Valéry parte da poiética – pensando-a como um estudo da invenção, da composição, do papel do risco, do azar – e do papel do diálogo, assim como o papel da cultura e do meio nos quais estão inseridos os criadores. Enfim, tudo o que diz respeito à criação de obras cuja linguagem é ao mesmo tempo substância e meio. Isso compreende tanto o estudo da criação como os meios e modos de ação.

Ao considerar a possibilidade da análise e da crítica incluir o processo, o movimento e não a obra acabada, os aspectos que envolvem um determinado projeto vão além dos referenciais temáticos e formais. Estamos nos referindo à exploração de todos os elementos da criação, incluindo as referências prévias de um projeto, que devem iniciar pela escuta do outro. Para nós, é no enunciado do projeto que a ferida se abre. Rasguemos o projeto para abrir ao processo.

que, ao reconhecer as diferenças, produz novas narrativas. Aqui, há primeiro a intenção marcada por um movimento de separação, de ferida, mas, sobretudo, de restabelecimento de uma continuidade enquanto processo. É o espaço entre duas coisas dentro de uma. Podemos dizer que o projeto como narrativa não hegemônica, ou narrativa das diferenças, pode se aproximar de um consenso desde que ele marque os fragmentos de realidades distintas e simultâneas, expondo as feridas abertas pelas histórias de vida sistematicamente excluídas ao longo do tempo. É uma interrupção, uma ruptura que oferece uma solução de continuidade entre duas coisas e, ao mesmo tempo, uma angústia de destruição, de morte, seguida por uma possibilidade de reconstrução, de sublimação – uma angústia da queda iminente e uma elaboração de unidades fraturadas, como tentativas possíveis de costurar feridas infringidas pela separação anterior.

Nesse sentido, podemos lembrar um texto memorável do escritor Henry Michaux, retomado por Serge Tisseron (1984), para falar da separação como gesto. O texto de Michaux (1972), extraído de uma compilação intitulada “Emergências-Ressurgências”, começa com uma situação que narra o limite de um rompimento causado por um acidente muito grave acontecido a uma pessoa muito próxima ao narrador, que é ele próprio. Nesse momento de dúvida diante da morte, tudo para: nem a cura, nem o abandono. Situação-limite. Esgotado, Michaux deixa o hospital com vontade de ver imagens – de imaginar. Chega em casa e abre uma pasta com reproduções de obras de arte. E logo se irrita, descartando-as. Não é aquilo que ele procura. Parece que ele não consegue penetrar no mundo daquelas imagens. Muda de ideia, ignora as imagens referenciais: agora procura folhas de papel em branco. Límpidas, elas parecem também sem nenhuma ligação com a realidade que o aflige. Michaux começa, então, a estabelecer alguns gestos sobre o papel: manchas, cores sombrias, sem nenhuma pretensão de construir. Ao contrário, ele pretende destruir. Com uma caneta, Michaux corta, golpeia o papel, provoca cicatrizes, como se golpeasse e cortasse todos os acontecimentos ocorridos naquele dia. “Fazendo do meu ser uma ferida”. E continua: “Esperando que desse papel também surja uma ferida”.

Para Tisseron, o texto de Michaux mostra a operação mental de um

trabalho de perda que é bipolar, pois não se resume unicamente ao gesto sobre a superfície do papel, mas também ao gesto de arrancar das entranhas através de golpes, algo que depois poderá ser simplesmente suturado no desenvolvimento do projeto. Mas fica a cicatriz – na própria superfície de um papel ou na ideia, pois o projeto não precisa ser materializado, ainda. Podemos ficar no ainda-não. Bipolar porque busca na ferida, na descontinuidade, um pedaço perdido – uma parte do outro. Mas, quando o corte se fecha, uma cicatriz surgirá. Fica uma tensão, uma contradição, a busca de algo que é precedido pela angústia de uma queda. Angústia diante do abismo. Uma situação que impede de elaborar a perda iminente, pois ela ainda não está consumada. Estamos frente ao dano como uma abertura ao ato político.

O que é insuportável para Michaux é a queixa: a queixa de que o outro, aquele que está morrendo, pode não estar sofrendo a mesma dor da separação. Só o ato de arrancar um pedaço, a ferida do e no outro, é que vai permitir a separação, a sutura, a cicatrização: o projeto dilacerado. Para Tisseron (1984), toda a angústia da separação vem dessa espreita, dessa espera do momento do rompimento da unidade. É só o ato de arrancar, de cortar, de retirar, que vai permitir que a ferida se cictrize. Nesse sentido, é preciso expor as feridas para romper o processo de projeto tradicional. O projeto dilacerado se pretende como um processo de intermediação entre narrativas, constituindo um plano de imanência ético e estético de heterogeneidades.

A análise dos processos de criação revela todo o conjunto de seleções entre a escuta e as relações de diálogo, gerando metamorfoses e traduções no espaço arquitetônico e urbano. Segundo Berthet (1998), existe uma riqueza sobre o tema “apropriações”. O conceito de apropriação inicialmente pode ter dois sentidos: um que remete à ideia de roubo, falsificação; e outro que remete à ideia de impregnação, distanciamento, empréstimo, reinvestimento pessoal. Este último, ao contrário da ideia de roubo, de plágio, “trata-se de um diálogo, de uma escuta, de uma experiência de alteridade. Apropriação, sob este ponto de vista, é um reencontro, uma reflexão, uma análise que se estende sobre o singular e a inovação”, afirma Berthet (1998, p. 8). A apropriação no processo de criação e na produção de documentos

desse processo sempre esteve presente em diversos períodos da história da arte e da arquitetura, assim como apresentou-se de diversas formas: citação, *collage*, sincretismo.

No interior dos próprios processos que transparecem nos dizeres e documentos utilizados e deixados pelo artista, existe um modo de leitura e de reflexão que se constitui em um sistema de rede de múltiplas conexões entre fragmentos de uma cidade fraturada. O provisório, aquilo que está por vir, transforma o próprio processo em projeto, muitas vezes até mesmo sem que a execução seja levada a cabo ou terminada. Tudo isso leva a aproximar o projeto ao processo de criação, às prefigurações narrativas da ação, a ponto de confundir-los, ou melhor, fundi-los. Tudo para romper o silêncio, na presença do documento do processo como obra, para evitar um relato mudo da criação. Entendemos o projeto como um processo anacrônico no campo da criação: ele pode começar pelo fim, com uma ideia geral do que se pretende, para passar retroativamente para as primeiras ações da construção e ir funcionando por etapas, aos saltos. Ao se referir ao fator da continuidade no que diz respeito ao projeto, é indispensável e obrigatório pensar em tempo, e não apenas no espaço: o tempo da escuta, da preparação, da tentativa do projeto, das linguagens dos diferentes narradores. Encontramos nesse processo criativo da arte uma provocação para que o projeto de arquitetura e urbanismo seja instaurado no agenciamento de narrativas múltiplas.

Por fim, o projeto dilacerado está sempre em busca de algo que nunca é plenamente alcançado. Situado numa posição dialética, o projeto permite um desdobramento contínuo, aberto a novas narrativas, sobretudo às historicamente excluídas. Essas narrativas não hegemônicas nos mostram que há uma pluralidade de vozes no espaço de uma aparente desordem, característica da cidade em mutação, que deve abrir-se para o outro. A escuta e o diálogo com o outro transformam-se em uma criação compartilhada, buscando libertar a prática da arquitetura e do urbanismo da exclusividade de um discurso dominante e do trabalho autoral, características de determinadas práticas artísticas contemporâneas. A inclusão dessas outras narrativas só é possível se incluirmos na prefiguração de Ricouer a dimensão ética e política de Rancière, a fim de dilacerar um enunciado de projeto que vem

produzindo uma configuração universalista. A torção do enunciado propõe uma inteligibilidade aberta e dinâmica no projeto ao assumir uma narratividade múltipla e dispersa. É nessa medida que a tessitura da intriga se abre à complexidade convocada pelas problemáticas da cidade contemporânea.

---

## NOTAS

- 1 Este texto articula três pesquisas em curso do grupo Cidade [in]Pensada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “Cidade contemporânea entre arte e filosofia”; “Operação por imagens na experiência de leitura e projeto da cidade”, esta realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001; e “Narrativas à margem: a dimensão pública e comum da paisagem na cidade de Porto Alegre”.

## REFERÊNCIAS

- ABERTHET, Dominique (dir.). *Art et appropriation*. Guadalupe: Ibis Rouge, 1998.
- BOUCHIER, Martine. *L'art n'est pas l'architecture: hierarchie, fusion, destruction*. Paris: Archibooks, 2006.
- LEE, Pamela M. *Object to be destroyed: the work of Gordon Matta-Clark*. Cambridge: The MIT Press, 2001.
- MICHAUX, Henri. *Emergences-Résurgences*. Paris: Skira, 1972.
- MUÑOZ, Francesc. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: N - 1 Edições, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RICOEUR, Paul. Arquitectura y narrativa. In: MUNTAÑOLA, Josep (dir.). *Arquitectonics: arquitectura y hermenéutica*. Barcelona: Edicions UPC, 2003. p. 9-29. (Arquitectonics., Mind, land & society, 13).
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994. t. 1.
- ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul./out. 2019.
- SOURIAU, Etienne. *Vocabulaire d'Esthétique*. Paris: PUF, 1987.
- TISSERON, Serge. Le dessein du dessin: geste graphique et processus du deuil. In: WIART, Claude (dir.). *Art et fantasme*. Paris: Champ Vallon, 1984. p. 91-105.

N A R R A R P O R





N A R R A R  
P O R  
C O N S T R U Ç Õ E S

*História da construção da cidade*



R O B E R T O E.  
D O S S A N T O S

## ESQUECIMENTOS E SILÊNCIOS

**N**um texto de 1988, Jacques Le Goff escreve que tanto a memória quanto o esquecimento estão entre as “grandes preocupações” das classes dominantes das sociedades históricas. “Esquecimentos e silêncios” da história guardariam um potencial revelador dos “mecanismos de manipulação da memória”. (LE GOFF, 1990, p. 426) Se for tomada como uma indicação de conduta, essa passagem sugere que, para além do conteúdo das narrativas consagradas, a atenção do historiador deveria estar naquilo que não foi narrado. Face ao esforço contínuo de apagamento da memória, caberia ao historiador não o registro do que “realmente aconteceu”, preenchendo as lacunas de uma história positivista, mas buscar as razões dessa história e reconstituir, mesmo que descontínua e precariamente, “tudo que produziu o que aconteceu” (ROSENTAL, 1998, p. 172), como uma rede de acontecimentos no tempo, cuja observação consideraria tanto sequências longas quanto concomitâncias. Essa é a pretensão das investigações e reflexões de que derivou o que reporto neste texto. É fácil admitir que a construção como empreendimento físico, material, não está entre os temas corriqueiros da história urbana – e tampouco da história da arquitetura –, mas não são evidentes as razões dessa ausência. Parto, então, do pressuposto de que há uma lacuna historiográfica com relação à construção da cidade e que, mais do que preenchê-la, é preciso também desvendar as razões de tais lacunas.

## PARTIDA

A motivação para investigar a construção da cidade vem de dois aspectos tornados evidentes ao longo de minha experiência com o ensino de arquitetura. O primeiro diz respeito à disciplina Teoria da Construção, que lectionei no curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em Belo Horizonte, entre 2008 e 2011. Ela me fez perceber que o conhecimento acerca da cidade em circulação naquele ambiente acadêmico quase sempre se restringia às ideias urbanísticas, à forma urbana ou aos conflitos relacionados à ocupação e ao uso do solo, sem abordar a materialidade, isto é, a construção propriamente dita. E isso não era privilégio do curso da PUC, mas comum à maioria das escolas. Raríssimas vezes se dava notícia das relações da forma urbana com os materiais e técnicas empregados na construção da cidade, e – mais importante – nunca se mencionava o trabalho necessário à produção das obras urbanas e das construções de modo geral. Busquei, então, organizar esquemas sumários relacionando a construção da cidade – materiais e técnicas, regimes e modalidades de organização do trabalho etc. – às sociedades que as erigiram, para situar os temas específicos da disciplina no tempo e no espaço. Isso foi revelador da escassez de material historiográfico sistematizado do ponto de vista da materialidade. E ainda mais revelador foi constatar que, ao longo da história, das pirâmides egípcias a Dubai, passando pelos equipamentos urbanos romanos em toda a bacia mediterrânea, pelas catedrais medievais, por muralhas e palácios, por redes de abastecimento d'água, coleta de esgotos e drenagem pluvial das cidades capitais, por Belo Horizonte e Brasília, sempre houve motores econômicos impulsionados pela atividade construtiva, diretamente ligados ao controle social e à acumulação de riquezas via exploração do trabalho.

O segundo aspecto diz respeito a outra prática de ensino, no curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que leciono, desde 2011, uma disciplina dedicada ao desenho urbano e habitacional. A disciplina exercita a projeção de parcelamentos urbanos e edifícios de habitação partindo da análise física de sítios de diversas naturezas, tais como glebas

nuas, semiurbanizadas ou urbanizadas, com ou sem ocupação prévia, sempre com especial atenção às águas urbanas – lagos, rios e córregos, assim como águas de chuva e seus efeitos intermitentes –, pois a consideração das bacias hidrográficas como unidades de planejamento incidentes nas decisões de desenho é um de seus fundamentos. Os procedimentos da disciplina seguem o que chamo de “ensino como pesquisa” (SANTOS, 2018), incluindo estudos comparativos em que são simuladas desde intervenções radicais até pequenas acomodações locais visando à resiliência de certas áreas de ocupação consolidada.

Nesses experimentos, ficou cada vez mais evidente a defasagem entre instrumentos técnicos e legais disponíveis, relativamente avançados, e a qualidade concreta dos assentamentos urbanos existentes. O conhecimento técnico produzido ao longo do século XX e o aprimoramento da legislação ambiental parecem não ter transformado o modo como lidamos com a cidade na prática. Obras públicas de metrópoles como Belo Horizonte continuam orientadas pela mesma mentalidade técnica e política que produziu seu desenho no final do século XIX, caracterizada pelo desrespeito e pela inadequação às condições físicas de seu sítio. As obras públicas parecem ter sido, ao longo de mais de um século, orientadas por interesses suficientemente poderosos para fazer prevalecer a negligência de condicionantes físicas e aspectos técnicos e, ao mesmo tempo, não deixar rastros dessa influência para além das enchentes e desmoronamentos anuais – agora atribuídos ao aquecimento global. Reconstruir incessantemente a cidade sob alegação de seu mau funcionamento tornou-se uma prática aceita sem contestação. Parece-me injusto que a precariedade da infraestrutura construída, assim como sua ineficácia no enfrentamento das chuvas, por exemplo, seja debitada na conta do conhecimento técnico. A reconstituição da história da construção da cidade pode esclarecer como e por que a cidade se tornou isso que ela é hoje.

Em 2013, começamos a desenvolver no grupo Morar de Outras Maneiras (MOM)<sup>1</sup> algumas investigações sobre as obras públicas de Belo Horizonte, que logo se desdobraram em projetos de pesquisa e orientações de pós-graduação<sup>2</sup> no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU),<sup>3</sup> englobadas pelo termo de referência “Arquitetura, Construção e Cultura Material”.<sup>4</sup>

## QUE HISTÓRIA É ESSA?

Inicialmente, nossa prática se limitou a produzir uma cronologia georreferenciada das obras públicas construídas em Belo Horizonte, registradas nos *Relatórios dos Prefeitos* entre 1898 e 2005 – disponibilizados em fac-símiles pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte –, como uma espécie de base definida por um corte diacrônico, a partir da qual pudéssemos eleger casos a serem aprofundados e detalhados por cortes sincrônicos. Esse procedimento levou a investigações tais como a arquitetura escolar pública com ênfase no caso da Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado de Minas Gerais (Carpe); a urbanização da bacia do córrego do Acaba Mundo com ênfase nas obras de drenagem; e também sobre políticas públicas de manejo de águas pluviais, com ênfase no caso do Programa de Recuperação Ambiental em Belo Horizonte (Drenurbs).

Mas a prática de pesquisa também acabou levando ao debate acerca de aspectos teóricos e metodológicos. Ainda que isso não se configurasse como um obstáculo paralisante, em muitos momentos, a manipulação do material levantado pelos trabalhos citados remetia a questões sobre sua circunscrição no campo de estudos de arquitetura e urbanismo. História da cidade, história da urbanização, história das ideias urbanísticas, história urbana – que história é essa? A pergunta vinha mais da ignorância acerca da discussão de temas correlatos no campo naquele momento, talvez em vista de sua escassez, do que de um impulso de alinhamento com essa ou aquela linha existente. Nesse sentido, foram relevantes a reflexão sobre o espaço como variável fundamental da história urbana (ROLNIK, 2012) e a reflexão sobre o risco de tratar a cidade como uma categoria *a priori* (MONTEIRO, 2012), aspecto esse mais tarde ampliado e aprofundado a partir do contato com a micro-história italiana.

Se o arsenal cognitivo dos arquitetos urbanistas acerca do espaço os habilita para a compreensão da história urbana, isso vale ainda mais para a história da construção da cidade. Temporalidades distintas convivem no plano físico das cidades, nas práticas de construção,

mas também no plano das ideias. O espaço, lido numa perspectiva que considera a correlação entre sujeitos e objetos de sua produção, deve ser investigado a partir de diversas fontes, de modo a dar conta do escrutínio da ação dos grupos sociais no espaço e da construção do espaço pelos grupos sociais.

Porque o espaço pode ser uma fonte, da mesma forma que um arquivo, um papel no arquivo, um registro. Ele funciona como uma fonte na medida em que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relação social etc. (ROLNIK, 2012, p. 27)

A reconstituição historiográfica da construção da cidade pode mobilizar muitas das ferramentas de trabalho dos arquitetos urbanistas, incluindo as de representação em ambiente computacional, úteis na prospecção de indícios e na ampliação da capacidade de imaginação da cidade, e não somente como recurso expressivo das narrativas. Nossas investigações, até o momento, têm por característica comum a ênfase na dimensão empírica, sobretudo sondagens, detecções, identificação e sistematização de fontes primárias potenciais. Temos feito alguns experimentos com o tratamento desse material primário em meio computacional, de modo a fazer emergir informações inusitadas sobre as obras públicas de Belo Horizonte, especialmente com a visualização, que desempenha o papel muito importante na ampliação da capacidade de compreensão dos fenômenos no espaço. (BARRETO; SANTOS; GONÇALVES, 2019; FIALHO, 2018; FIALHO; SANTOS; GONÇALVES, 2017; FIALHO; GONÇALVES; SANTOS, 2017; FIALHO; SANTOS, 2015; GUADALUPE; et al., 2014)

No caso do espaço construído, importa muito a consideração minuciosa do modo como materiais e técnicas construtivas impactam os processos internos e a organização do trabalho nos canteiros de obra. Mais que discutir se se trata de importação, transferência de modelos ou apropriação tecnológica, interessa reconstituir o arranjo produtivo, a rede interativa de agentes e fatores (LAW, 2012) que possibilitaram sua construção.

## ESCALAS E FONTES

Não é difícil constatar que as abordagens históricas variam em escala temporal e espacial. Em capítulo do livro organizado por Jacques Revel (1998) sobre escalas de observação na micro-história, Paul-André Rosental chama atenção para as possibilidades de mudança de percepção de objetos conhecidos a partir da mudança de escalas de observação. Segundo Rosental (1998, p. 151), o potencial revelador de “realidades contraditórias” proporcionado pela “multiplicidade de olhares sucessivos e ângulos diversos” coloca o “jogo entre as escalas de análise” como elemento central na prática historiográfica, com reflexo na construção das narrativas. A partir disso, o autor faz uma distinção entre o que chama de “abordagem multiscópica” e “micro-história”. Na abordagem multiscópica, o conhecimento produzido pelos historiadores seria fruto da multiplicação dos ângulos de observação. As contradições e os conhecimentos novos daí surgidos se restringiriam a demonstrar o caráter limitado e parcial das escalas, sem conferir a nenhuma delas um caráter privilegiado. Em contrapartida, a micro-história visaria reconstituir cadeias causais a partir das escolhas individuais que produzem as formas sociais observadas. Segundo o autor, é nesse plano que operam os “processos causais eficientes” a que todos os fenômenos deveriam ser remetidos. A identificação de desvios, de exceções casuísticas que desafiam as estruturas consagradas, só poderia ser feita por uma mirada vinda de baixo.

Os trabalhos já mencionados tiveram como procedimento comum o desenho de uma cronologia de temporalidade relativamente longa – como todos os estudos se referiam a Belo Horizonte, estipulamos um recorte que vai da década de 1890, quando se toma a decisão de construir a nova capital de Minas Gerais, até os dias atuais, o que perfaz cerca de 130 anos – seguida de um estudo de caso. Baseados no que era sistematizado nas linhas do tempo, elegíamos um ou mais casos para aprofundamento, definidos por uma temporalidade média a que chamamos circunstância – o tempo de formulação de uma política pública, por exemplo –, ou por um evento isolado, obviamente relativo a uma temporalidade curta.

Do vai e vem entre o aprofundamento via casos a partir de indícios identificados nas cronologias, isto é, do jogo entre os cortes diacrônico e sincrônico, emergiam nossas análises. Muitas vezes, foi necessário o apoio de procedimentos em ambiente computacional para fazer aparecerem os indícios. A inspiração para essa prática veio da obra de Carlo Ginzburg, especialmente do que ele chama de “paradigma indiciário”, descrito em *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1990), fundamental para o método de prospecção histórica que ele desenvolveu, baseado na ação do detetive (pista), do médico (sintoma) e do especialista em autenticação de autoria de obras de arte (indício). Essa prática vem sendo exercitada em duas disciplinas que ofertou na pós-graduação – Estudo de Caso como Método de Pesquisa e Historiografia da Arquitetura Moderna –, ambas de caráter metodológico. A maior parte dos trabalhos desenvolvidos, no entanto, ficou mais próxima da citada abordagem multiscópica do que da micro-história, posto que não entrou radicalmente na microanálise. A essa crítica, é preciso acrescentar que não fugimos à característica “seletiva”<sup>5</sup> apontada por Henrique Espada Lima com relação à recepção da micro-história no Brasil (LIMA, 2009), restringindo nosso foco à obra de Carlo Ginzburg.

Uma perspectiva mais rigorosa vem sendo incorporada aos trabalhos ora em desenvolvimento, a exemplo da história dos conjuntos habitacionais construídos em regime de mutirão autogestionário em Belo Horizonte entre 1996 e 2009. A complexidade envolvida no registro e na descrição dos 16 casos, especialmente as contradições presentes nos discursos dos diversos agentes envolvidos – moradores, mutirantes, lideranças comunitárias, agentes públicos da prefeitura e dos órgãos financiadores, assessores técnicos – bem como as diferenças de arranjo produtivo em cada um dos casos geraram dilemas de sistematização com rebatimento na elaboração das narrativas que acabaram por chamar nossa atenção para o que Rosental (1998, p. 161) chama de “modelo generativo” de microanálise. Trata-se de uma abordagem sob medida, ou seja, da construção de um modelo analítico que considera cada caso específico na caracterização da totalidade das variantes e que, partindo da recusa a categorias apriorísticas, daria chance a propriedades emergentes. Uma gama única de cadeias causais deveria ser utilizada para entender o conjunto do fenômeno



em toda sua heterogeneidade. Embora frutos de processo comum, cada caso não necessariamente obedeceria a um mesmo sistema de regras da mesma maneira. Os polos do arco contínuo formado pelos casos seriam considerados “excepcionais normais” em vez de *outliers*, como fazem as abordagens estatísticas.

Dessa forma, no caso dos conjuntos autogestionários, a montagem da narrativa quer garantir que cada agente envolvido tenha voz e, ao mesmo tempo, que a narrativa seja capaz de chegar a qualquer um deles, horizontalizando o conhecimento produzido, tornando-o acessível ao máximo possível de pessoas. A história da construção da cidade tem vontade de popularização.

Além do jogo de escalas, outro aspecto inspirado na micro-história foi o trabalho com fontes pouco usuais e com procedimentos capazes de dar relevo a informações submersas. Isso tanto nos deu liberdade para trabalhar com documentos variados, tais como jornais, revistas, correspondência oficial, memoriais e relatórios técnicos, orçamentos, cadernos de obra, fotografias, aerofotos, mapas, levantamentos topográfico e geodésico, desenhos técnicos e também entrevistas semiestruturadas, questionários e interfaces, como para desenvolver procedimentos e interfaces baseados em visualização e georreferenciamento.<sup>6</sup> Entendemos que o tratamento e a análise dessas fontes em ambiente computacional, funcionando como lentes de aumento daquilo que está para além do invisível, têm potencial para ampliar as possibilidades de fazer emergir informações relevantes a partir da prospecção de indícios, pistas e sintomas presentes nas fontes. Exemplo disso são as geovisualizações de transformações espaciais. Nessa seara, as fotografias desempenham papel relevante, de modo especial as fotografias aéreas, que constituem fontes importantes de informação acerca das dinâmicas urbanas, fornecendo subsídios para análise da urbanização pela via da fotointerpretação. (FIALHO; GONÇALVES; SANTOS, 2017)

Um projeto que vai nessa direção, mas que ainda está em andamento,<sup>7</sup> é o da decifração das cadernetas de campo de um minucioso levantamento topográfico e geodésico do sítio de implantação de Belo Horizonte, realizado entre 1894 e 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis.

## HORIZONTE

Com base neste relato curto sobre nossas investigações, já fica claro que se trata mais de um programa do que de produtos bem acabados, apoiados em reflexões profundas e sedimentadas. Não obstante, reafirmamos os pressupostos de fazer história acessível, horizontalizada, com foco no trabalho e na cidade como lugar da concentração do trabalho. Trabalho de construir a cidade, percebido como um dos elementos de uma extensa rede de agentes e fatores que concorrem para sua construção; e de denunciar o uso do discurso técnico para impor intervenções urbanas pouco ou nada orientadas para o bem comum. Para finalizar, gostaríamos de destacar ainda nossa aposta na dimensão empírica das investigações, que segue disposta a fazer trabalho de detetive, com base em indícios e formular hipóteses acerca do passado, assumindo explicitar uma escala múltipla de verdades; em outras palavras, admitindo uma gradação acerca do que é verdadeiro e comprovado, do que é provável ou verossímil ou plausível ou presumível. Gostaríamos de fazer história urbana como Sérgio Ferro fez a *História da Arquitetura vista do Canteiro* (2010).

---

## NOTAS

- 1 Ver em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/>.
- 2 Projetos de pesquisa: “Referenciais para uma história das obras públicas em Belo Horizonte: cronologia, periodização e tipologia”, Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa (IC PRPq), 2013; “Um século de obras públicas: cronologia georreferenciada dos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte (1889-2005)”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2013-2017; “Um século de obras públicas: análise dos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte (1898-2005)” (IC PRPq), 2014; “Tamponamento dos córregos da área central de Belo Horizonte” (IC PRPq), 2015; “Visualização da Bacia do Córrego do Cardoso (IC PRPq), 2016; “Geovisualização da urbanização de Belo Horizonte a partir da decifração das cadernetas de campo da CCNC”, 2019. Orientações: *Arquitetura escolar em Minas Gerais: a experiência da Carpe* (dissertação defendida em 2016), Geraldo Angelo de Almeida e Silva; *Belo Horizonte underground: os sistemas de saneamento e as canalizações dos cursos d’água da nova capital de Minas Gerais* (dissertação defendida em 2018), Danilo de Carvalho Botelho Almeida; *O éthos urbanístico do acaba mundo* (tese qualificação em 2018), Danilo de Carvalho Botelho Almeida; *Da alienação ao reconhecimento: interfaces para visualização de mudanças espaço temporais* (dissertação em 2018), Thiago Alfenas Fialho; *Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas* (dissertação defendida em 2019), Cristiane Borda Pinheiro; *História dos mutirões autogestionários em Belo Horizonte* (tese em andamento), Giselle Oliveira Mascarenhas; *Retratos de um Belo Horizonte: decifração das cadernetas de campo de Aarão Reis* (tese em andamento), Thiago Alfenas Fialho; *Interface urbana colaborativa: cidade x mesoestrutura x água* (tese em andamento), Leonardo Bicalho Polizzi; *Os corredores verdes em Belo Horizonte dos anos 1990 aos 2010* (tese em andamento), Renata da Silva Oliveira.
- 3 Ver em: <http://www.arq.ufmg.br/site/v2/ensino/colegiadosdaposgraduacao/colegiado-do-nucleo-de-pos-graduacao-em-arquitetura-e-urbanismo-npgau/>.
- 4 Arquitetura é todo espaço modificado pelo trabalho humano e, como tal, traz em suas construções a marca das relações sociais que aí têm lugar. Indícios do modo como uma cultura se organiza e funciona estão impressos nos objetos que ela produz ao longo do tempo, bem como nas técnicas e no tipo de trabalho envolvidos na sua construção. Para além das técnicas e do espaço em si, a prospecção desses objetos pode revelar os interesses dos diferentes grupos sociais implicados na produção do espaço que, em maior ou menor grau, o disputam e controlam. O controle do espaço é essencial para a manutenção do poder político e para a rentabilidade da produção, isto é, para a reprodução do modo de produção. Nessa perspectiva, as tecnologias não podem ser consideradas neutras, já que nas suas dinâmicas, para além dos aspectos materiais, técnicos e científicos, também estão implicados fatores de ordem social, econômica e política. Com base em tais pressupostos, a pesquisa enfoca a história da arquitetura e da cidade como parte da cultura material, sendo,

- portanto, indissociável da análise das condições materiais das sociedades que as produzem e da crítica às tecnologias que empregam. Nesse contexto, são de interesse: (a) investigar criticamente a difusão de tecnologias e processos de trabalho na construção de edifícios e obras públicas; (b) reconstituir a história da construção da cidade, principalmente das obras públicas de infraestrutura – parcelamento, drenagem, redes urbanas. Além disso, a pesquisa tem por horizonte (c) discutir assessoria técnica a processos cooperativistas de projetos e canteiros.
- 5 Henrique Espada Lima chama atenção para a distância entre as trajetórias de Carlo Ginzburg e de outros autores da micro-história italiana, tais como Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Poni.
  - 6 “[...] os avanços tecnológicos que dão destaque à visualização de dados possibilitam também a incorporação do tempo como variável cartográfica. No âmbito do geoprocessamento, as implicações que isso põe em jogo encaminham a investigação para um sub-campo chamado SIG-Histórico. Justo em função de seu potencial analítico, os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) têm se constituído num fator de transformação e avanço na pesquisa histórica. Exemplo disso está na sua utilização para reconstrução formal de paisagens naturais e construídas, dando margem a uma nova compreensão tanto das dinâmicas naturais quanto dos processos de intervenção humana ao longo do tempo”. (FIALHO; SANTOS, 2015, p. 2-3)
  - 7 As cadernetas de campo do levantamento topográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) são tema do projeto “Retratos de um Belo Horizonte: decifração das Cadernetas de Campo de Aarão Reis”, desenvolvido por Thiago Alfenas Fialho junto ao Núcleo de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) sob orientação do professor Roberto E. dos Santos, e do projeto “Decifração das Cadernetas de Campo da CCNC”, financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq/UFMG).

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Isabela Resende; SANTOS, Roberto E. dos; GONCALVES, Rodrigo S. Marcandier. Imagens para a imaginação da cidade. In: COLOQUIO INTERNACIONAL - IMAGINÁRIO: CONSTRUIR E HABITAR A TERRA, DEFORMAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DEVANEIOS, 3., 2019, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2019.

FERRO, Sérgio. *História da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.

FIALHO, Thiago Alfenas. *Da alienação ao reconhecimento: interfaces para visualização de transformações espaço-temporais*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

FIALHO, Thiago Alfenas; GONÇALVES, Rodrigo M.; SANTOS, Roberto E. Bases aerofotográficas para uma história visual da urbanização de Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 27., 2017, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: SBC, 2017.

FIALHO, Thiago Alfenas; SANTOS, Roberto E. dos. Visualização das transformações da paisagem belo-horizontina: de Aarão Reis aos dias atuais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO, 7., 2015, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Blucher, 2015.

FIALHO, Thiago Alfenas; SANTOS, Roberto E.; GONÇALVES, Rodrigo M. Da invisibilização à visualização: interfaces para compreensão de transformações espaço-temporais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO, 8., 2017, Natal. *Anais [...]*. Natal: SBDI, 2017.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

GUADALUPE, Diogo de Castro *et al.* Uso de sistemas de informação geográfica como suporte para história urbana: uma experiência em Belo Horizonte. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COM O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, 3., 2014., João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: , Ed. UFPB, 2014. p. 99-108.

LAW, John. Technology and heterogeneous engineering: the case of portuguese expansion. In: BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P. E

PINCH, Trevor. (ed.). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. London, The MIT Press, 2012. p. 105-124.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Henrique Espada. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico de hoje. In: OLIVEIRA, Monica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009. p. 131-145.

MONTEIRO, Charles. Entre a história urbana e a história da cidade: questões e debates. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2012.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história da cidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a micro-história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998. p. 151-172.

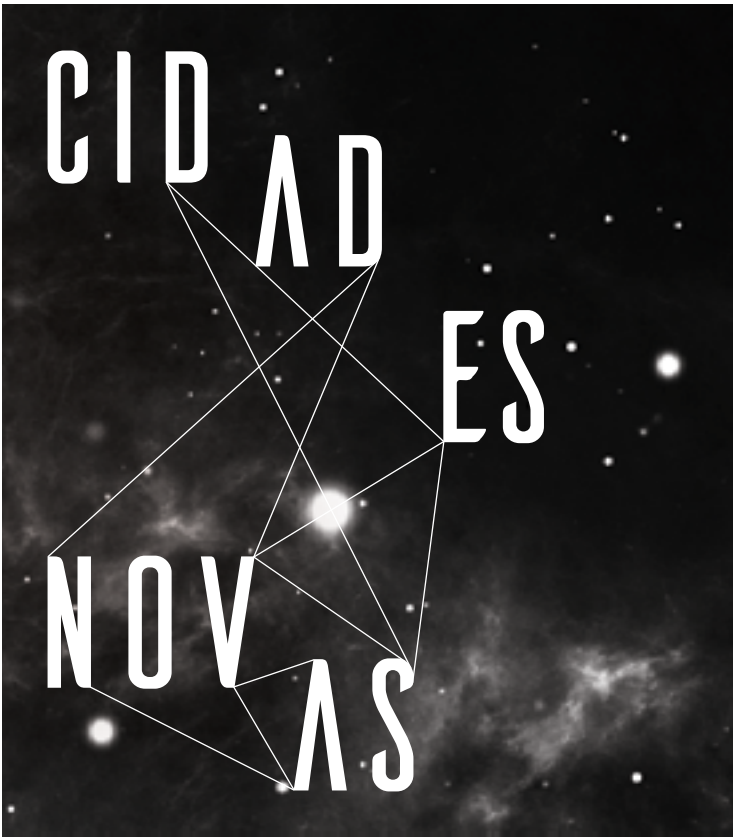
SANTOS, Roberto E. dos; FIALHO, Thiago. Cadernetas de campo da Comissão Construtora da Nova Capital: preservação digital e horizontes de estudo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 2., 2016, Porto. *Anais [...]*. Porto: Universidade do Porto, 2016.

SANTOS, Roberto E. dos; FIALHO, Thiago. Memórias do Belo Horizonte: digitalização das cadernetas de campo de Aarão Reis. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

SANTOS, Roberto E. dos. Pesquisa na sala de aula. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas*, v. 25, n. 37, p. 251-273, 2018.

SILVA, Geraldo; SANTOS, Roberto E. dos. Um capítulo na história da arquitetura e da construção escolar pública no Brasil: a experiência da CARPE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 2., 2016, Porto. *Anais [...]*. Porto: Universidade do Porto, 2016.

N A R R A R P O R





N A R R A R  
P O R  
C I D A D E S  
N O V A S



R I C A R D O  
T R E V I S A N

## DUAS NARRATIVAS POSSÍVEIS

**C**osmópolis (1901) e Orbitá (2008) são dois exemplares de cidades novas selecionados para iniciar este capítulo. A primeira é uma proposta utópica visando ao progresso tecnológico e à civilização harmônica frente aos conflitos políticos e sociais gerados pelo avanço do nacionalismo no início do século XX. A segunda é um empreendimento privado do século XXI, pautado pelos preceitos de sustentabilidade e do novo urbanismo para originar mais uma cidade-satélite a orbitar o Plano Piloto de Brasília. Duas cidades dispostas lado a lado, a serem narradas por vestígios urbegráficos<sup>1</sup> trazidos à tona pelos canais de informação da época.

Em matéria anônima do jornal *O Estado de São Paulo*, de 15 de janeiro de 1914, intitulada “Cosmopolis, capital do mundo” (Figura 1), os leitores brasileiros foram apresentados ao projeto de uma cidade para coexistência pacífica das nações, idealizada entre os anos de 1901 e 1911 pelo artista e urbanista norueguês-americano Hendrik Christian Andersen (1872-1940) e pelo arquiteto e planejador urbano francês Ernest Michael Hébrard (1875-1933). A reportagem foi estruturada de modo a instigar a curiosidade do público, a despertá-los às disparidades sociais –

com críticas à “elite ignorante” e aos “homens vulgares” – e a revelar a magnitude arquitetônica e urbanística do plano. A Cidade do Mundo, também conhecida por Centro Mundial de Comunicação,<sup>2</sup> seria um “asilo para gênios” e “homens eminentes” vindos de todos os cantos, de modo a isolá-los e protegê-los. Esses habitantes, junto a delegados de cada país, estariam reunidos em prol do progresso das ciências, das artes e dos esportes. A proposta contou com apoio do Prêmio Nobel da Paz Henri La Fontaine (1854-1943), do pacifista Paul Otlet (1868-1944), do estadista Léon Bourgeois (1851-1925), do astrônomo Nicolas Flammarion (1842-1925), do artista Auguste Rodin (1840-1917), dentre outros. Ainda segundo o texto, Andersen e Hébrard eram “espíritos generosos que quer[iam], pela força única da razão, abolir as desavenças e as paixões que divid[iam] a pobre humanidade!”. (COSMOPOLIS..., 1914, p. 3)



Figura 1 – Reportagem sobre Cosmópolis, Cidade do Mundo ou Centro Mundial de Comunicação (1901-1913) – em destaque, a monumentalidade da Torre do Progresso

“Projecto grandioso e prodigioso” (COSMOPOLIS..., 1914, p. 3), a matéria revela em tom eloquente as benesses de tal intento, sobretudo para questões morais, ao irradiar a todos os povos: a ciência, a cultura e a concórdia universal – nem que para isso fosse necessário “desenvolver o gênio próprio de cada raça”. Um discurso ingênuo dos autores, nunca levado a cabo, foi interrompido pelo início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com reverberações, anos mais tarde, na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945.

De 1914 a 2019. Passado um século, com novos aportes tecnológicos e de comunicação, as redes sociais revelam o surgimento de uma nova cidade no Distrito Federal. Em seu perfil no Instagram, a @cidade.urbita promove em suas postagens para 2 mil seguidores os principais conceitos e as diretrizes norteadoras da futura cidade-satélite. Tendo por referências urbanas: Paris, Nova York, Londres, Toronto, Viena, Songdo, Masdar, Medellín, Curitiba etc., palavras-chave são associadas a cada *post* como filtros teórico-projetuais da proposta.<sup>3</sup> São conceitos presentes na ordem do dia, extraídos da fala de profissionais da área e sobrepostos no mesmo projeto, acreditando-se que tais soluções possam fazer dessa realização um marco. À reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, Ricardo Birmann (apud AMÂNCIO, 2020, p. 6) afirma que Urbitá servirá “como modelo de rediscussão de alguns paradigmas relacionados ao desenvolvimento das cidades brasileiras”.

Urbitá – a “cidade conectada com a vida” (*slogan*, UP, 2020) – é um empreendimento da Urbanizadora Paranoazinho S.A. (UP) iniciado em 2008 e com obras previstas para começarem em 2020.<sup>4</sup> Coordenada pelo empresário Ricardo Birmann, filho do incorporador paulista Rafael Birmann, a proposta contou, ao longo de uma década, com a contribuição técnica de diversos profissionais renomados, nacionais e estrangeiros: de Jorge Wilhelm a Pedro Évora, do Rua Arquitetos; de Jan Gehl a Ethan Kent, do Project for Public Spaces (PPS); de David Sim a Andrés Duany, do escritório DPZ. Esses atores agregaram ao projeto desde conceitos de cidade sustentável, cidade suave e cidade inteligente a preceitos do novo urbanismo e de cidade compacta. Mas, especialmente, eles imprimiram em Urbitá suas assinaturas (Figura 2).

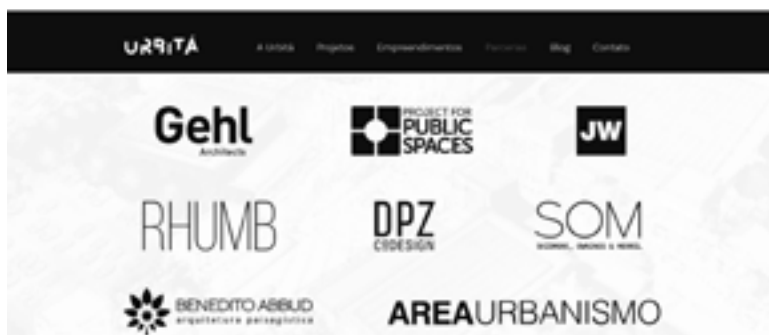


Figura 2 – Parceiros divulgados no site como consultores, especialistas, autores do projeto da cidade nova Urbitá, entre eles: Jan Gehl, Ethan Kent (PPS), Jorge Wilhelm e Andrés Duany (DPZ).

Fonte: Urbitá (2020).

Mais do que orientar o projeto por um ideal ou justificar melhor sua real necessidade, buscou-se, sim, atrelar seus predicados a biografias tarimbadas de arquitetos, urbanistas e planejadores experientes; ação chancelada por outros profissionais, sobretudo acadêmicos. Uma narrativa do empreendimento construída pelo *marketing* de nomes gabaritados, que aos olhos de leigos e desavisados passam por discursos admissíveis e qualificados, com pouca margem a críticas ou questionamentos.

Surgida para atender ao aumento populacional da capital federal, com “habitações para os mais ricos quanto para os mais pobres” (AMÂNCIO, 2020, p. 4), Urbitá se coloca como uma antítese à Brasília de Lucio Costa, sua setorização excessiva e baixa densidade. Contudo, a cidade antimodernista, promessa de novos ares, pelos dados apresentados, gera algumas questões: a capital federal precisa de novas cidades, novos bairros, novos parcelamentos? Quais serão os impactos na macroinfraestrutura existente? Por que a ausência de nomes femininos no projeto? Tal empreendimento atenderá efetivamente a todas as camadas sociais? Onde está a participação social na concepção de uma cidade dita inclusiva? Enfim, são perguntas para as quais só o devir do tempo nos trará respostas.

Cosmópolis e Urbitá, duas cidades separadas pelo tempo (100 anos), aqui aproximadas no intuito de abrir o “Narrar por cidades novas”. Ao apresentá-las, mediante narrativas possíveis sobre suas histórias, suas intenções, suas projeções, demovemos tais objetos de suas posições estáticas, enquanto imagens e representações fixas, para colocá-los na complexidade intrínseca de suas urbegrafias – aspectos político, econômico, ambiental, sociocultural. Ao construirmos uma figura de Cosmópolis e outra de Urbitá, afloraram as particularidades do tempo de cada uma. (DIDI-HUBERMAN, 2015) Portanto, ao olhar o projeto de uma cidade nova, olha-se para sua história. Diante da imagem dada, caberá ao espectador-leitor, com seu repertório e suas limitações, a tarefa de interpretar as mensagens nela contidas – tanto “dados técnicos” como “dados sensíveis” (BRESCIANI, 2018) – e construir uma narrativa.

Certos de que as imagens funcionam como evidência histórica ou “testemunha ocular” (BURKE, 2017), as cidades novas e seus projetos se configuram como artefatos de imensa riqueza histórica. Narra-se o excepcional – o idealizado, o planejado, o projetado. Narra-se pelo projeto e por suas derivações representativas: croquis, plantas, perspectivas, maquetes etc. Narra-se, das imagens, seus discursos e suas concretudes. Frente a imagens de uma cidade nova, com devido cuidado para não ampliar ou diminuir a sua aura, vemos vias, quadras, edifícios, praças, monumentos, como também descortinamos ideias, ações, políticas, agentes, culturas, memórias, técnicas, teorias, realidades... E é por essa pluralidade apresentada que convido os interessados a nos acompanhar.

## INTRODUÇÃO: CIDADE NOVA E MODOS DE NARRÁ-LA

“Cidades novas” são objetos peculiares. Cada caso constitui-se como uma “unidade de plano” (LEVY, 1992, p. 16) composta por sistema viário, quadras e lotes, apreendida a partir de recorte preciso no espaço (sítio) e no tempo (fundação); um retrato relativamente fiel àquilo inicialmente imaginado por seu(s) empreendedor(es) e dese-

nhado por seu(a)(s) projetista(s). Carimbadas no solo, tais cidades registram de modo único intenções, materialidades e temporalidades. Ao narrá-las, corrobora-se a história do urbanismo.<sup>5</sup> Deter-se diante de uma cidade nova – diante de sua imagem – permite-nos colocar em evidência seu tempo. (BURKE, 2017)

Mas como vemos essa cidade? Por quais janelas a acessamos? Como interpretamos sua bi ou tridimensionalidade? O que os planos, códigos e projetos nos transmitem para além de traços, zonas e edificações? Como nos portamos, como espectadores, perante ela? Ao trazer tais indagações, tornamo-nos agentes responsáveis pela construção de pontes entre o objeto e sua história, entre a cidade nova e narrativas possíveis. As representações de cada exemplar – croquis, desenhos, perspectivas, maquetes, memoriais descritivos etc. – permite-nos encontrar indícios de sua elaboração, planificação, construção e consolidação no tempo. Ao parar diante de tais vestígios com devida atenção, conseguimos interrogar “a própria historicidade”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 19)

Desse modo, devemos nos desvencilhar do entendimento que cidades novas são somente projetos urbanísticos contidos pela “finitude gráfica dos mapas”. (BRESCIANI, 2018, p. 50) São, sim, processos de leitura e interpretação. Ou seja, sua leitura não se faz apenas pelo desenho, como muitos julgam, mas por aquilo intrínseco, inerente, por elementos que possuam uma potencialidade enorme do “saber”. (BACHELARD, 1972)

Quanto de nós, de fato, sabemos ler um mapa, um projeto, um plano urbanístico? Boa parte dos registros são acessados por poucos, uma linguagem restrita àqueles especialistas detentores da chave de sua compreensão. (BOURDIEU, 2008) E mesmo aqueles familiarizados, habilitados, por vezes, não são capazes de perscrutar os detalhes, de esquadrihar aquilo presente nos desenhos técnicos, nas perspectivas aquareladas, nos *renderings*, de “ler as pinturas nas ‘entrelinhas’ e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando”. (BURKE, 2017, p. 26) A imagem pode se tornar uma armadilha ao captar o olhar e prendê-lo em sua superficialidade – tornando-nos reféns dela, hipnotizados por sua atratividade. Para que isso não ocorra, precisamos dedicar maior atenção para que tais representações

se transformem em indícios,<sup>6</sup> pistas, rastros históricos passíveis de serem interpretados e narrados.

Narrar por cidade nova, portanto, é narrar por vestígios. Distante de uma visão reducionista, cada cidade nova deve ser encarada por sua complexidade, pela espessura de suas evidências. Para tanto, este estudo sugere três modos de narrar cidades novas, três modos de construir narrativas caso a caso: 1. narrar a ideia; 2. narrar o projeto; e 3. narrar o construído. Três momentos dos quais se podem extrair informações visando a iniciar ou incrementar uma urbografia. Três dimensões pelas quais se pode melhor compreender o experimento. Uma tríade de aproximação, formulada neste trabalho, a fim de auxiliar aqueles atraídos a desvendar um pouco mais dessa tipologia.

## NARRAR A IDEIA

Narrar por cidade nova é narrar a ideia, é narrar a cidade imaterial, a cidade ainda não construída. Uma cidade intencionalmente criada nasce no universo nebuloso da invenção, da elaboração intelectual, da representação mental de seus idealizadores. Como já destacado, estudiosos da cidade e do urbanismo devem dedicar atenção não somente à forma urbana, mas “identificar [nela] significados culturais”. (BURKE, 2017, p. 62) Considerar os vestígios culturais é identificar os agentes envolvidos; é adentrar no substrato técnico-cultural de seus criadores, de seus planejadores, de seu(a)s projetista(s); é incorporar o contexto político-econômico e as relações sociais em prática. (BRESCIANI, 2018) Ao ler a cidade nova como expressão de seu tempo, da realidade que embasou as tomadas de decisões e os caminhos trilhados, podemos ter uma melhor compreensão sobre o momento em que se originou, bem como relacioná-la com outros fenômenos, contemporâneos ou não.

Tanto Cosmópolis quanto Urbitá, por exemplo, quando analisadas pelos ideais, pelos interesses, pelas estratégias, atrelados a seus projetos urbanísticos, geram uma nova possibilidade de compreen-



dê-las e, por conseguinte, criticá-las. Suas imagens se tornam parte de uma cultura e não podem ser interpretadas sem essa apreensão mais ampla e abrangente. (BURKE, 2017) Para Jacob Burckhardt, as imagens – ou as representações de cidades ideais conforme desejo de seus empreendedores – são “testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano, [são objetos] através dos quais é possível ler as estruturas de pensamento e representação de uma determinada época”. (BURCKHARDT, 1860 apud BURKE, 2017, p. 20) Assim, Cosmópolis, dos anos 1910, e Orbitá, dos anos 2010, retratam o momento político, econômico e sociocultural no qual foram criadas, respondendo a expectativas circunstanciais.

Portanto, antes de se ater à imagem de uma cidade nova – especificamente ao seu projeto urbanístico e arquitetônico –, há que se ter em mente uma alternativa muito mais rica e profícua de interpretá-las. E esta se encontra nas evidências históricas contidas no processo de formulação dos elementos que levarão ao projeto. Logo, as cidades novas se fazem, antes de tudo, imateriais. Narrar esse imaterial é um processo de antecipação ao que ainda não é, mas que tem a possibilidade de ser. A cidade nova é, pois, um receptáculo de ideias a serem absorvidas e desenvolvidas.

Trabalhar, estudar, pesquisar cidades novas não é trabalhar somente com o urbano dimensionado ou com a cidade física. O que há para além do traço no papel? Quem foram seus atores? Quem trouxe esse propósito à tona? Quem projetou? Por que projetou? Como e com que repertório projetou? O desenho, o traçado, a gravura no papel, na tela, na realidade virtual, é apenas a ponta do *iceberg* que aflora às vistas, como um sinalizador, e deixa imerso uma profusão de dados, informações, elementos – totalidades provisórias – a serem desvendados. É esse conjunto oculto que nos dará todas as informações necessárias para identificar os seis atributos – necessidade, função, sítio, profissional, projeto e tempo – que qualificam uma cidade nova. (TREVISAN, 2020)

Do desejo e dos ideais do(s) empreendedor(es), seja(m) público(s) ou privado(s); da função dominante que motivou a criação da cidade, seja empresarial, balneária, administrativa, colonização, ferroviária

etc.; do sítio estrategicamente selecionado para implantação da nova urbe e suas condicionantes ambientais, como relevo, hidrografia, clima, materiais disponíveis, fertilidade do solo, existência de minérios etc. (SERRA, 1987); do repertório técnico do(a)s profissional(is) envolvido(a)s no projeto; das teorias urbanísticas aplicadas no desenho da cidade – a porta da técnica de Bresciani (2018); do tempo de curta duração que envolve seu planejamento, fundação e desenvolvimento preliminar... Esses atributos só podem ser apreendidos se nos determos ao narrar o imaterial, por relatos, depoimentos, documentos, memoriais, biografias etc. Conforme a ênfase em cada atributo, narrativas distintas podem ser escritas e, disto, uma imagem cada vez mais totalizante do objeto histórico em foco se terá.

Em suma, narrar a ideia, o imaterial da cidade nova, é trazer à tona as intenções contidas nos agentes e nas qualificações que a caracterizam enquanto um plano, uma prospecção, um por fazer; quando trazem em si os vestígios de suas heranças genealógicas e de suas influências presentes – lê-se, interpreta-se, narra-se as ideias. São esses elementos que nos levarão a um outro momento, o de narrar cidades novas pelos seus projetos, pela fusão de todo o arcabouço imaterial em um produto formal.

## NARRAR O PROJETO

Narrar por cidade nova é narrar um projeto, uma síntese. É narrar os desenhos e outras técnicas que representam a nova cidade. É debruçar-se sobre imagens, figuras, maquetes. É aproximar-se da “noção de cidade com limites definidos [...] pelo traçado regular dos mapas. Tangível”. (BRESCIANI, 2018, p. 42) É colocar em fusão ideias, desejos, propósitos, normativas, soluções, os quais assumem a forma de uma imagem, de um plano, de um projeto. Com isso, neste momento, a imagem assume o “seu lugar ao lado de textos literários e testemunhos orais”. (BURKE, 2017, p. 17)

Criadas não para futuros historiadores, tais representações foram elaboradas por profissionais habilitados para serem assimiladas por

empreendedores e por construtores, assim como despertar interesse de seus primeiros habitantes, clientes de um bem negociável – compra e venda de lotes, consumo habitacional, promessa de uma vida melhor etc. Mas, com o tempo, esses documentos se tornam fontes de pesquisa para iconógrafos,<sup>7</sup> cujas apropriações merecem devida atenção.

O historiador Peter Burke, em sua obra *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, discorre inúmeras ressalvas a esse método de estudo. Aponta desde um grau excessivo do intuitivo, “muito especulativo para que possamos confiar”, até a “sua indiferença ao contexto social” (BURKE, 2017, p. 64). Destaca as visões distintas de uma mesma imagem por aqueles que a olham, assim como reforça o problema, dentre os praticantes do método iconográfico, de não prestarem “suficiente atenção à variedade de imagens” (BURKE, 2017, p. 65). Ademais, relaciona tal método a algo “excessivamente literário, ou logocêntrico”, quando ele, na verdade, deveria “assumir que as imagens ilustram ideias, além de privilegiar o conteúdo sobre a forma” (BURKE, 2017, p. 66).

As imagens carregam uma memória coletiva e estabelecem, mediante resquícios e fragmentos, pontes entre tempos heterogêneos, entre o presente (os leitores) e o passado (a cidade nova). Para Didi-Huberman (2015, p. 30), “as imagens, certamente, têm uma história. Mas o que elas são, o movimento que lhes é próprio, seu poder específico, tudo isso aparece somente como um sintoma [...] na história”. As imagens, como elementos esquecidos, resguardam uma vida póstuma que, quando despertadas e reapropriadas pelo historiador em seu tempo, provocam ressurreições da memória. (GAGNEBIN, 2013)

A exemplo, Cosmópolis e Urbitá, quando representadas, traduzem técnicas e práticas de uma determinada época – das belas artes à realidade virtual –, permitindo a nós “compartilhar as experiências não verbais ou o conhecimento de culturas passadas” e presentes. (BURKE, 2017, p. 24) Utópicas em sua versão imaterial, em seus discursos, são como um espaço liso, onde conseguimos reconhecer os sintomas da sociedade pela supressão de seus paradoxos, ambiguidades e problemas, conformando uma sociedade ideal. E cabe ao projeto ser a síntese, o produto figurativo dessa imaterialidade. É a

Cosmópolis fantasiosa e seletiva de Andersen e Hébrard; é a Urbitá caleidoscópica e panfletária de Birmann.

Especificamente, o traçado (bidimensionalidade) ou o tecido (tridimensionalidade) de uma cidade nova, ao corporificar tal síntese, torna-se insumo para arquitetos(as) e urbanistas fomentarem seu repertório técnico. Para isso, a morfologia urbana – estudo da forma urbana – é um dos percursos mais trilhados por tais profissionais no anseio de analisar uma cidade. Entende-se que, numa cidade nova, a forma “não é apenas o contorno exterior, mas a substância da qual esse espaço é constituído, e, portanto, as suas características físicas, os seus materiais, a possibilidade de ser matéria-prima”. (SERRA, 1987, p. 101) Alguns profissionais dedicarão seus estudos sobre o tipo de urbanismo e a necessidade de enquadrar os exemplares em caixinhas, categorias, padrões determinados. Tipos que nos auxiliam – ou nos limitam – a estudar e a compreender a forma da cidade – questão morfológica – pela problemática da configuração urbana (aspectos físicos, sociais e históricos), como fazem diversos mestres.<sup>8</sup>

A morfologia urbana de cidades novas possibilita-nos, portanto, ter consciência sobre a riqueza desse tipo urbanístico. De um lado, isso se dá pelo entendimento da morfologia global da urbe. O conjunto urbano pode ser apreendido no momento de sua fundação, um retrato unitário relativamente fiel daquilo inicialmente imaginado por seu(a) (s) projetista(s). Permite-nos compreender o conceito, o discurso por detrás da figura; a trajetória profissional de quem desenhou a cidade; as razões para atender a demandas específicas; os motivos para a posse de um território; o tempo para implementação do plano etc.

De outro lado, com a imagem em mãos, os estudos ganham outra dimensão. Mais do que estudá-las isoladamente, podemos trabalhar com agrupamentos visando a comparar os planos de origem em suas escalas e dimensões – da ocupação territorial às decisões construtivas, das distâncias à vida cotidiana –, bem como reunir os traçados do conjunto, verificar organização do tecido e estudar os tipos edílios. (PANERAI et al., 1985) E para além de selecionar apenas os clássicos para averiguação – por exemplo, as cidades novas administrativas de Brasília, Goiânia, Belo Horizonte –, devemos levar em consideração

a horda de mais de 280 exemplares brasileiros pouco desvendados – um modo de narrar os esquecidos, o lado “B” da história. Como disse Peter Burke (2017, p. 26), “Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho”. Cabe a nós colocá-las em primeiro plano e dar voz a suas histórias.

Assim, narrar o projeto ou narrar a imagem é reter a cidade nova num símbolo – desenho, croqui, esboço, perspectiva etc.; é o momento da formalização dos conceitos; é a expressão ou representação-síntese das ideias amalgamadas – lê-se, interpreta-se, narra-se um projeto. Dessa apreensão, passamos a outro momento, àquele capaz de unir o simbólico ao construído, à matéria. Sabemos que algumas cidades novas não passarão desse ponto, tornando-se apenas cidades de/no papel; contudo, outras ganharão vida pelo esforço de seus construtores e pelo desbravamento de seus primeiros habitantes.

## NARRAR O CONSTRUÍDO

Para perceber a cidade, é necessário abordá-la em seu grau zero, de seu ponto mais resistente, e a descrever como um objeto construído, como uma arquitetura: delimitando seu objeto, apreciando sua riqueza interna, decompondo e nomeando suas partes, discernindo a ordem de seus constituintes. Certamente este objeto é um produto, a projeção sobre o solo de organizações sociais, políticas e econômicas, mas esta projeção se faz através de diversos sistemas de simbolização espacial e de um material de consistência e de resistência própria: o espaço construído. (CASTEX; CELESTE; PANERAI, 1980, p. XI, tradução nossa)

Narrar por cidade nova é também narrar o construído, a matéria, as *eutopias*, as formas físicas e suas substâncias. Assim como nas etapas anteriores, identificamos nesta inúmeros vestígios que possibilitam narrativas distintas, como: o espaço urbanístico e seu conjunto edilício, as coerências e discrepâncias ao projeto original, a atuação daqueles que a constroem, as acomodações à realidade, a ocupação preliminar etc. Trata-se de narrar não somente o objeto inerte, mas descrever as experiências vividas durante a construção da cidade, o contexto

de sua fundação e as apropriações por seus primeiros moradores.<sup>9</sup> Interessa-nos a modificação do espaço natural, da paisagem, pelas obras, pelos agentes envolvidos. Enfim, almeja-se verificar os rebatimentos da ideia e do projeto na realidade edificada.

Como experimentos – que podem nem se efetivar, como a utópica Cosmópolis –, diferentes procedimentos e aproximações são sugeridos para uma melhor compreensão de suas concretudes. Nesse sentido, aconselhamos adotar níveis de contato a essas realidades (territorial, regional, local) – da representação corográfica ao perfil urbano, como apontou Marx (1996).

Na escala do território, por exemplo, estudos realizados até o momento, embora concentrem-se na urbegrafia de cada exemplar, também exploram um olhar mais afastado. Ao colocar os exemplares numa cronologia de longa duração (120 anos), separados por regiões brasileiras e ancorados por novas capitais – exemplares mais notórios –, podemos atentar para as ocorrências desse fazer e semear cidades no tempo e no espaço (Figura 3). Atribuímos, por exemplo, a concentração

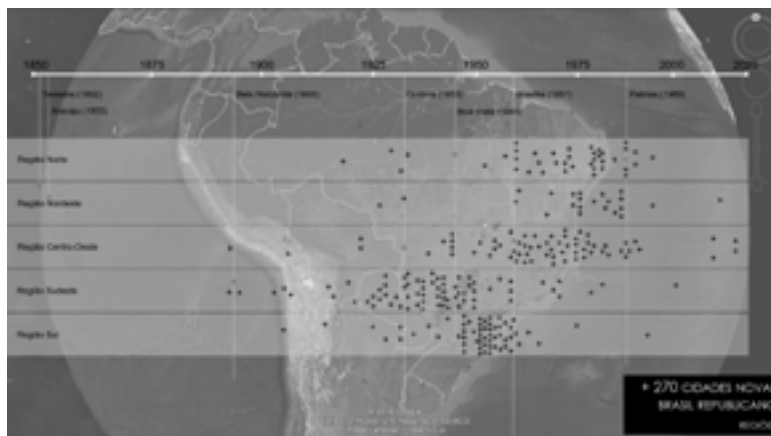


Figura 3 – Distribuição dos 270 exemplares de cidades novas no tempo (período republicano) e no espaço (cinco regiões do país), com destaque para cidades novas administrativas.

Fonte: Google Earth (2019).<sup>10</sup>

de casos num certo período e numa determinada região como reflexos de políticas estatais de incentivo à ocupação do território, migração direcionada e dinamização da economia, como a “Marcha para o Oeste” durante os anos 1930 a 1950 no Sudeste e Sul ou a transferência da capital para o Centro-Oeste em 1960 e reverberações urbanizadoras na região Norte na década de 1970. (TREVISAN et al., 2019)

Da escala territorial, prosseguimos às realidades regionais, como os casos de redes de cidades novas implantadas no oeste paulista, no norte-oeste paranaense, no norte mato-grossense, ao longo da Rodovia Belém-Brasília ou das cidades realocadas às margens do Rio São Francisco... Há inúmeras narrativas possíveis para compreender a urbanização de uma região, da composição de redes à estruturação de hierarquias urbanas e formação de novas paisagens.

Por fim, aproximamos a lente, ampliando a escala de leitura, até nos atermos a cada exemplar e suas particularidades. Importante: quando nos depararmos com o caso concreto de uma cidade nova fundada, mais do que um leitura do plano físico, se faz necessária uma leitura do plano social. E para isso, deslocamos o local do observador de topo para “de frente” (MARX, 1996, p. 173), ou seja, transpomos o olhar de cima (mapas e plantas urbanas), passando ao inclinado (perspectivas aéreas, de conjunto), até as vistas do cotidiano *au rez-de-chaussée* (pinturas, fotos, cartões postais, visitas *in loco*).

Frente à cidade nova, colocamos em xeque as interpretações extraídas tanto do momento imaterial como de seu projeto. “É nesse nível que as imagens oferecem evidência útil, e de fato indispensável, para os historiadores culturais”. (BURKE, 2017, p. 58) É a partir dos registros herdados na forma de ruínas, da trama urbana remanescente ou do conjunto edilício preservado que verificamos como a ideia, após sua representação-sintética, se tornou realidade. Do construído, dispomos de subsídios para narrar a cidade nova visando a confirmar seus propósitos fundacionais ou a contradizê-los.

O projeto de uma cidade nova, mesmo sem um detalhamento rigoroso e pormenorizado – por exemplo, apenas um traçado de vias e quadras –, possui em si uma disciplina, um processo técnico, um saber-fazer

aplicado. Contudo, ao ser construída, o plano original pode sofrer modificações a fim de se adaptar às condicionantes locais – topografia, hidrografia, clima, recursos materiais, dispositivos construtivos, mão de obra disponível –, bem como ser alterado pela ocupação de seus primeiros habitantes – heranças culturais, costumes, vivências etc. E nesse transladar, nessa transposição da escala representativa à escala real, a improvisação pode acontecer – e ser, a meu ver, benéfica.

Dezenas de cidades novas do interior paulista, ao terem apenas o traçado xadrez como elemento definidor do plano quando fundadas, levaram seus habitantes a construírem sua arquitetura ordinária, a moldarem sua paisagem, a estabelecerem suas relações de urbanidade – o que, de certo modo, garantiu uma identidade à cidade num período mais curto que em cidades cuja arquitetura foi determinada *a priori* por seus criadores – Brasília, por exemplo. Ao improvisar, tais moradores expostos ao inesperado, ao desconhecido, ao pôr fazer, criam novo repertório, aplicam seus conhecimentos, sociabilizam-se e, principalmente, estabelecem vínculos mais sólidos com o local. Na fórmula de cidades novas, se é que ela existe, garantir doses ao improvisado frente à rigidez de planos e projetos talvez seja alternativa salutar ao percurso regrado e contido de sua fase inicial, da gestação aos primeiros anos de vida.

Fato é que narrar o construído, ou narrar concretudes – forma e substância –, é evidenciar a cidade nova enquanto objeto materializado, momento no qual ela se faz território e se abre para acolher seus habitantes, quando temos ideia e projeto cristalizados – lê-se, interpreta-se, narra-se o construído. Daí por diante, a cidade nova se torna cidade, e como dissemos, isto é uma outra história.

## PALAVRAS FINAIS

Em resumo, imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida. Como sugerido pelo crítico Stephen Bann, nossa posição face a face com uma imagem nos coloca



‘face a face com a história’. O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas. (BURKE, 2017, p. 24)

Aprender cidades novas por suas imagens é somente uma das possibilidades para lê-las, interpretá-las e narrá-las. Além do projeto, como vimos, podemos narrar a cidade nova por sua ideia e por seu construído. E tais modos de narrar não necessariamente devem obedecer a essa ordem de disposição, muito menos ser dependentes uns dos outros. Ao ter uma cidade nova para se ler, interpretar e narrar, podemos fazê-lo apenas por sua ideia, ou por seu projeto, ou por seu construído; podemos partir do construído para chegar à ideia ou ao projeto; podemos, ainda, estabelecer um processo cíclico ao visitar etapa por etapa após o circuito concluído.

Tem-se a imagem, portanto, como um “conceito operatório e não como simples suporte de iconografia”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 50) Mapas, planos, desenhos, simulações podem ser considerados simultaneamente testemunhas oculares da história urbana e instrumentos de investigação. Há sempre neles algo a ser transmitido aos interessados, de pesquisadores a leigos, de professores de história a estudantes de arquitetura e urbanismo. É pela forma que podemos construir e resgatar a memória contida durante a concepção, fundação e construção das cidades novas. “A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser (*étant*) que a olha”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 16) Como leitores de tais vestígios, somos apenas espectadores temporários, dada a nossa condição passageira, enquanto as cidades novas constituem-se numa imagem duradoura.

Cosmópolis e Urbítá refletem tal permanência. Foram aqui capturadas e apresentadas parcialmente a fim de revelarmos os tempos e os discursos subtraídos dos meios de comunicação – jornal impresso e rede social. Retratam o tempo da ideia, o discurso dos autores

envolvidos, as representações distintas de projeto para um mesmo objeto. “Não se deve dizer que há objetos históricos que dependem de tal ou qual duração: é preciso compreender que *em cada objeto histórico todos os tempos se encontram*, entram em colisão, ou ainda se fundem plasticamente uns nos outros, bifurcam ou se confundem uns com os outros”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 46) Desses choques temporais, narrativas são construídas, das mais elementares às mais inusitadas, cabendo ao tempo e à concretude colocar à prova suas pertinências e suas fragilidades.

Ao reiterar as palavras de Peter Burke (2017, p. 67), que “historiadores precisam da iconografia, porém, devem ir além dela”, no sentido de “ler a paisagem física de novas formas”, acreditamos que estudiosos, ao aplicarem tal método – seja para cidades novas, seja para outro objeto de interesse –, terão maior entendimento dos indícios e das possibilidades do narrar. Distante de produzir uma única resposta para todas as cidades novas, os modos aqui elencados permitem narrar simultaneamente as singularidades e complexidades de cada cidade nova.

E como palavras finais: “Nos próximos anos, será interessante observar como os historiadores de uma geração exposta a computadores e televisão praticamente desde o nascimento, que sempre viveu num mundo saturado de imagens, vai enfocar a evidência visual em relação ao passado”. (BURKE, 2017, p. 23) Particularmente, plantas originais, desenhos assinados e croquis autorais sempre me atraíram nos estudos de cidades novas (TREVISAN, 2018), porém, com o tempo, aprendi a romper a barreira figurativa, das evidências visuais, e ir além.

---

## NOTAS

- 1 “Urbegrafia” – biografia urbana – é um conceito, criado por este autor, para descrição da história de uma cidade (nova) a partir de dados encontrados em fontes primárias e secundárias. “Vestígios urbegráficos” seriam as informações coletadas e sistematizadas a partir dessas fontes para qualificar/descrever/narrar uma cidade selecionada.
- 2 Publicada originalmente na obra *Creation of a World Centre of Communication*, em 1913, a proposta era similar a muitas outras de teorias e cidades ideais na virada do século XX, inspirada no movimento de paz mundial – Andersen foi o criador da Sociedade de Consciência Mundial (1913). Numa área de 26 mil km<sup>2</sup>, junto ao mar, com 6 km de extensão marcados pela Avenida das Nações, a cidade teria seis bairros burgueses em plano xadrez, com 100 a 120 mil habitantes cada. (MANSFIELD, 2012) Hébrard estipulou um sistema de trânsito hierarquizando a trama de vias arborizadas com avenidas, ruas e rotatórias para organizar o tráfego, presença de largas calçadas e áreas de estacionamento, canais para navegação e transportes subterrâneos. Também se preocupou com questões higienistas ao adotar inúmeros pequenos parques e abundância de luminosidade. A escala colossal do plano contaria com edificações desenhadas sob influência da *École de Beaux Arts*, as quais delimitariam três nós urbanos: um Centro Olímpico, um Centro de Artes e um Centro Científico. O Centro Olímpico teria um estádio, ginásios, piscinas e, na entrada, duas estátuas gigantes de um homem e uma mulher. O Centro de Artes abrigaria templo, escola, conservatório de música e de artes cênicas. Por fim, o Centro Científico seria dirigido ao Edifício do Congresso Científico, ao Templo da Religião e ao Tribunal de Justiça – um complexo pontuado pela Torre do Progresso, tal qual um obelisco, com 320 m de altura e 100 m de largura, sede do Centro da Imprensa Mundial, com enorme antena de transmissão no topo, a qual transmitiria os avanços da ciência. (MUSEO FACILE, 2014) Sem um território específico para implantar a cidade ideal, sugeria-se sua locação em um país temperado, à beira-mar – para os autores, entre Panamá e os Estados Unidos, nas costas mediterrâneas, na Bélgica ou na Holanda.
- 3 Entre as principais palavras-chave identificadas, estão: #placemaking, #no-urbanismo, #walkability, #parquesurbanos, #fachadasativas, #citiesforplay, #humanscale, #cityplanning, #softcity, #mobilidadeurbana, #architecturedaily, #cidadesparapessoas, #sustentabilidade, #tecnologia, #segurança, #compartilhamento, #usomisto, #cerrado, #flexzones, #cidadesinteligentes, #cidadedofuturo, #globalização, #microclima, #caosplanejado, #cidadecompacta e #cidadesãoaspessoas. (INSTAGRAM, @cidade.urbita, 2020)
- 4 O projeto foi elaborado para 120 mil habitantes, numa perspectiva temporal de 25 anos para ocupação das oito zonas previstas em quatro etapas (CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL, 2018), sobre um terreno de 922,34 hectares e com potencial construtivo total de mais de 4 milhões de m<sup>2</sup>. Apoiar-se em quatro pilares estruturantes, como revela a página eletrônica do empreendimento (URBITÁ, 2020): 1. ambiental: estudos de conservação, mitigação, mínimo impacto, proteção, controle e monitoramento

- do ambiente natural presente; 2. arquitetura: edificações de tipologias diversas, sustentáveis – tratamento de esgoto e aproveitamento de água da chuva –, com no máximo dez pavimentos, definidos a partir de linguagem similares e desenhados por escritórios brasileiros e estrangeiros; 3. infraestrutura: tecnologias inovadoras e soluções de ponta para qualificá-la como uma cidade inteligente; e 4. urbanismo: uma malha urbana envolta por um cinturão verde – parque com 3 milhões de m<sup>2</sup> –, com enfoque na escala humana, prevendo sistema ciclovitário completo e ruas voltadas ao pedestre, com centro comercial e de serviços a atender as demais cidades da região, transformando-se numa nova centralidade de Brasília.
- 5 “Narrar por cidades novas” faz sequência a outros dois textos: “Pensar por atlas” (2018) e “Fazer por atlas: cidades novas” (2019), publicados nos tomos I e II de *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*. O primeiro partiu de reflexões do *Atlas Mnemosyne* (1927-1929), de Aby Warburg, e das reflexões de G. Didi-Huberman para apresentar um método de trabalho regrado pelo improviso, estruturado por arranjos aleatórios e vertedouro de novas narrativas. O segundo aplicou tal mecanismo nas dezenas de cidades novas brasileiras do século XX, gerando quatro narrativas guiadas por atributos específicos – desejo, tempo, projeto e função. O terceiro, por sua vez, busca atribuir coerência ao processo até aqui realizado, no intuito de desenredar e aprofundar estudos históricos sobre cidades e sobre urbanismo.
  - 6 “O termo ‘indícios’ refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobiliário, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias”. (BURKE, 2017, p. 23-24)
  - 7 Iconografia ou iconologia é o estudo de imagens. Para Peter Burke (2017, p. 57), “O grupo mais famoso de iconografistas seria encontrado em Hamburgo nos anos que antecederam a ascensão de Hitler ao poder. Nesse grupo encontravam-se Aby Warburg (1866-1929), Fritz Saxl (1890-1948), Erwin Panofsky (1892-1968) e Edgar Wind (1900-1971), estudiosos com boa educação clássica e grande interesse por Literatura, História e Filosofia”.
  - 8 Dentre eles, citam-se os trabalhos: *The American Vitruvius: an architects’ handbook of civic art*, de Elbert Peets e Werner Hegemann (1922); *A propos de la morphologie urbaine*, de Françoise Choay e Pierre Merlin (1986); *Les Bastides, d’Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn*, de Philippe Panerai e demais autores (1985); *La qualité de la forme urbaine*, de Albert Levy (1992); e *Medida e proporção na [des]construção do tipo*, de Margareth da Silva Pereira (2009).
  - 9 Não se quer nesta etapa, e isso é preciso deixar claro ao leitor, narrar a pós-ocupação. Este é outro momento de pesquisa, não integrante daqueles em andamento. Entende-se como uma fase mais ampla e complexa, igualmente importante. “Narrar a cidade” seria narrar o(s) modo(s) como os moradores dessa cidade se comportam, se apropriam e se desenvolvem neste novo contexto, assim como narrar as transformações, as expansões e as qualidades, positivas e negativas, da cidade habitada e de suas espacialidades. Por esta dimensão, demanda esforços hercúleos para apreendê-la, tempo extra para estudá-la e adesão de novos integrantes à equipe.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL. *Processo nº: 390.00005348/2018-66 e 390.000.819/2010*. Memorial Descritivo do Plano de Urbanização do projeto Urbitá, para trechos 6 da antiga Fazenda Paranoazinho, localizada na Região Administrativa de Sobradinho - RA V, no Distrito Federal. Conselheiro: Eduardo Aroeira Almeida. Brasília, DF, 20 nov. 2018.

AMÂNCIO, Thiago. Brasília deve ganhar cidade satélite planejada e voltada para pedestres.. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/brasilia-deve-ganhar-cidade-satelite-planejada-e-voltada-a-pedestres.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ANDERSEN, Hendrik Christian. *Creation of a World Centre of Communication*. Paris: Phillipe Renouard, 1913.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Organização Josianne Cerasoli, Marcia Naxara e Rodrigo de Faria. São Paulo: Alameda, 2018.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

CASTEX, Jean; CELESTE, Patrick; PANERAI, Philippe. *Lectures d'une ville: Versailles*. Paris: Moniteur, 1980.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. *A propos de la morphologie urbaine*. Noisy-le-Grand: Laboratoire Théorie des Mutations Urbaines en Pays Développés, 1986. 2 v.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTAGRAM. @cidade.urbita. Disponível em : Acesso em: 01 maio 2020.

LEVY, Albert. *La qualité de la forme urbaine: problématique et enjeux*. Paris: Laboratoire TMU / Institut Français d'Urbanisme, 1992.

MANSFIELD, Howard. *Cosmopolis: yesterday's cities of the future*. Londres: Routledge, 2012.

MARX, Murillo. Olhando por cima e de frente. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 170-181, jun./ago. 1996.

MUSEO FACILE. *The World Centre of Communication*. 24 June 2014. Disponível em: <http://www.museofacile.unicas.it/the-world-centre-of-communication/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

COSMOPOLIS, capital do mundo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 15 jan. 1914.

PANERAI, Philippe *et al.* *Les Bastides, d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn: essai sur la régularité*. Bruxelas: Archives d'architecture moderne, 1985.

PEETS, Elbert; HEGEMANN, Werner. *The American Vitruvius: an architects' handbook of civic art*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1988.

PEREIRA, Margareth da Silva. Medida e proporção na [des]construção do tipo: cinco temas de reflexão sobre tipologias arquitetônicas e situações urbanas. In: MACHADO, Denise Pinheiro (org.). *Tipo e urbanismo: novas espacialidades no século XX*. Porto Alegre: Marcavisual, 2009. p. 29-42.

SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2020.

TREVISAN, Ricardo. Pensar por atlas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar*. Salvador: Edufba, 2018. p. 46-69.

TREVISAN, Ricardo *et al.* Fazer por atlas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo II - modos de fazer*. Salvador: Edufba, 2019. p. 152-223.

URBITÁ. Disponível em: <https://www.urbita.com.br/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

N A R R A R P O R



TRANS VER

SA LI

DAD ES



N A R R A R  
P O R  
T R A N S V E R S A L I D A D E S II

*Goto And Play ("Cena 01", 1)<sup>1</sup>*

*ou*

*Cronologia Big Bangs*



A L I N E  
C O U R I  
F A B I Ã O

No começo do dia de Brahmã, todas as entidades vivas manifestam-se do estado imanifesto e, ao cair da noite, imergem no imanifesto outra vez. Repetidas vezes, quando amanhece o dia de Brahmã, todas as entidades vivas ressurgem e, ao cair a noite Brahmã, são desesperadamente aniquiladas.

(NARAYANA, 2011)

Com quantos gigabytes  
Se faz uma jangada  
Um barco que veleje  
Que veleje nesse infomar

(Gilberto Gil, *Pela Internet*, 1996)<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

**O** surgimento do formato digital da Cronologia do Pensamento Urbanístico é aqui narrado a partir dos amálgamas entre o que costumamos chamar de tecnologias e humanidade. É uma história contada olhando 18 anos para trás – baseada, portanto, em fragmentos recuperados em mídias diversas, como CDs e DVDs (muitos não abrem mais), arquivos de programas obsoletos, prints de telas, HDs IDEs..., e memórias. Naquela época, ainda não se pensava – ou se pensava pouco – em conceitos como preservação digital, humanidades digitais ou conservação evolutiva. Portanto, muito se perdeu.

Essa história é narrada a partir do entendimento de que objetos técnicos são integrantes de culturas. A Cronologia como plataforma *on-line* é um resultado não apenas “técnico”, mas sim profundamente ligado a sonhos, afetos, estéticas, comunicação e pesquisa.

Objetos técnicos são produtos culturais. São frutos de desejos e instituem um campo referencial estético. Não são apenas ferramentas, nem apenas técnicas. Como já apontava Simondon desde 1959, o campo da cultura frequentemente ignora, no gesto técnico, um gesto humano. Reconhece os objetos estéticos como legítimos representantes do mundo das significações e rechaça outros objetos, em particular os objetos técnicos, num mundo constituído por aquilo que não possui significações, mas apenas uma função útil.

Se for possível falar de um senso comum, para Simondon, este trata o objeto técnico como é tratado o estrangeiro por aqueles que se deixam levar pela xenofobia primitiva: é a recusa de um outro. O objeto técnico é ainda humano, e uma cultura completa é aquela que entende tudo que é estrangeiro como humano. Nas máquinas, nos códigos, nos algoritmos, está aprisionado algo desconhecido, materializado, escravizado, mas ainda humano. Gestos, pensamentos e desejos fixados e cristalizados em estruturas que funcionam para algum propósito – e que muitas vezes geram usos não previamente imaginados.

Para outro autor Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 238),

[...] o desconhecimento do caráter cultural da técnica e do verdadeiro sentido da noção de cultura leva os comentaristas a filiarem aos inventores diretamente a produção das invenções sem levarem em conta as exigências da sociedade e os fundamentos materiais onde obrigatoriamente tem de procurar apoio a imaginação inventiva.

E, ainda, para Flusser (2008, p. 33),

[...] é preciso abandonarmos o modelo da história da cultura que serviu até aqui para localizarmos a posição das imagens técnicas na cultura, e tentarmos captar, ‘fenomenologicamen-

te', a maneira pela qual estamos atualmente no mundo. É preciso tentar captar como nos movimentamos atualmente no mundo, para podermos compreender como tomarmos consciência do mundo e de nós mesmos.

Assim, neste texto, os termos “imagens técnicas” e, principalmente, “imagens técnicas digitais” farão referência àquelas que apontam “programas calculados”, ou seja, que “se dirigem rumo à superfície a partir de pontos”. Imagens que visam “avançar da zerodimensionalidade até a bidimensionalidade, da ‘estrutura profunda’ até a superficialidade”. (FLUSSER, 2008, p. 31-32)

#### VER ATRAVÉS DA TELA

A representação de toda essa informação vai exigir uma nova linguagem visual, tão complexa e significativa quanto às grandes narrativas metropolitanas do romance do século XIX. (JOHNSON, 2001, p. 20)

As imagens técnicas escondem e ocultam o cálculo (e, em consequência, a codificação) que se processou no interior dos aparelhos que as produziram. (FLUSSER, 2008, p. 32)

Toda imagem técnica digital é constituída de camadas mais ou menos inteligíveis para, num extremo, seres humanos e, no outro extremo, máquinas. As imagens técnicas digitais são instâncias (atualizações) dentro do grande programa que elas configuram, a partir de um longo processo de visão de mundo que constitui aquilo que chamamos “realidade”. Como diagramas, dão a ver informações que necessitam ser codificadas para serem visualizadas.

Além dessas camadas, podemos dizer, sobrepostas verticalmente, num mesmo instante, a Cronologia – por ser justamente uma cronologia das próprias pesquisas, que nela estão e que a definem – apresenta também camadas temporais, sobrevivências das seguidas concepções e resultados de materialização das intenções.

Como a informação, em linguagem de máquina, está em código binário, foi necessário definir modos de tornar inteligível/visível aquilo que está “guardado” em 0s e 1s. Podemos citar como alguns momentos dessas pesquisas a criação da metáfora do *desktop*, por exemplo – que inclui pastas, lixeiras, ícones etc. (JOHNSON, 2001) Cerca de dez anos depois da publicação do livro *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*, de Johnson, o campo chamado de *visualizing information* estava consolidado.

Entre 1960 e 1970, Douglas Engelbart, Alan Kay e seus colegas inventaram uma interface gráfica que possibilitava visualizar o que existia no espaço-informação em código binário. Chamaram de “janelas” os retângulos redimensionáveis e com *scrolls*. Como as janelas de Alberti ou de Durer, essas permitiam imaginar, enxergar e, portanto, também fazer ver – ver através – um espaço.

Eram janelas abertas para um mundo de informação tornado visível e quase tangível. A superfície dessas janelas, a interface ela mesma, era tornada transparente (BOLTER; GRUSIN, 2000), atualizando o “ver através” da perspectiva como forma simbólica: recurso da imaginação e forma de pensamento que também acentua o que se vê através deixando transparente, oculta a um olhar menos atento, a técnica ela mesma. (PANOFSKY, 2003)

A hipermídia combina acesso aleatório (não linear) e mídias diversas – textos, sons, imagens, gráficos. Nas mídias digitais, como internet, interfaces de sistemas operacionais, programas multimídia e *video games*, a lógica da hipermídia é evidente: estamos sempre agindo em múltiplas janelas heterogêneas. Para Mitchell (1994 apud BOLTER; GRUSIN, 2000, p. 31): “É uma estética que privilegia a fragmentação, a indeterminação, a heterogeneidade e enfatiza processos e performances em detrimento de um objeto de arte acabado”.

Dentro dos computadores, imagens, sons e as escrituras e, com isso, o cinema, o rádio, o jornalismo, a edição, as telecomunicações e a informática ela mesma são números. A internet e redes mais locais padronizam o fluxo de informação em séries codificadas, de modo que toda mídia pode ser traduzida em qualquer outra, conectadas

num mesmo tecido eletrônico. Filtros e parâmetros de programas de tratamento de imagem, por exemplo, são operações matemáticas aplicadas ao código numérico do arquivo.

Foi preciso pensar como representar informação digital na tela, representar zeros e uns numa tela de computador. Como dar a ver esse espaço de informação que no início era acessado por interface de linhas de comandos textuais? A interface gráfica substituiu a interface de linha de comando textual, abrindo janelas para esse mundo. Podemos entender interfaces como metaformas, informação sobre informação.

Ou seja, a imagem digital que olhamos é apenas uma das possíveis formas de tornar visível o que já existe em dado, em tabelas, em caracteres. Existe uma gama de *softwares* (aparelhos) que leem esses dados, cada qual com seu programa: já possuem eles mesmos modos de ler esses códigos para que possamos vê-los. Uma brincadeira interessante para entender isso é abrir uma imagem em um processador de texto simples, como o TextEdit ou similar – o mais básico melhor – e ver o código que forma a imagem traduzido para caracteres. Ou ainda, em termos analógicos, ligar a saída do aparelho de som na entrada de imagem da TV.

## CONTEXTO

Ano 2000, Festival de Cinema do Rio. Num filme de 97 minutos – *Timecode*, de Mike Figgis (2000) –, a tela do cinema era dividida em quatro retângulos.<sup>3</sup> Chamava atenção pela experimentação formal e técnica. Mesmo que na história do cinema existam produções em múltiplas telas – como *Napoleão*, de Abel Gance (1927) –, de certa forma, naquele momento, foi como ver na tela de cinema o que era então feito em animações de computadores e filmes digitais – em Flash, Director, MOVs, e, de forma simplificada, em GIFs animados em base Html. Hoje, é para imagens como essa, de telas divididas, que olhamos durante a maior parte do dia. Nesse filme, a trilha sonora de cada um dos planos-sequência variava de volume para dirigir os olhares a uma determinada cena – como hoje se faz nos mundos de realidade virtual.

Em 2002, como graduanda de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e já trabalhando com mídias digitais, tornei-me bolsista de iniciação científica do grupo de pesquisa Cultura Urbana e Pensamento Urbanístico no Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb/UFRJ), coordenado por Margareth da Silva Pereira. Ao participar das reuniões do grupo, percebi que a coordenadora fazia cronologias à mão para escolher, com Paola Berenstein Jacques, textos para uma antologia do pensamento urbanístico no Brasil, que ambas organizavam. Eu sugeri, na ocasião, que fizéssemos uma cronologia digital.

Assim, a Cronologia do Pensamento Urbanístico nasceu inicialmente como:

[...] um subproduto do projeto integrado de pesquisa ‘Cultura Urbana e Pensamento Urbanístico no Brasil.’ O objetivo principal era aprofundar as pesquisas em torno da institucionalização do Urbanismo no Brasil enquanto campo disciplinar e prática profissional, trazendo insumos para novas formas de abordagem teórico-metodológicas desse processo. O projeto buscou também subsidiar novas perspectivas de análise, incentivando recortes temáticos no movimento de revisão historiográfica sobre a obra de arquitetos, urbanistas, paisagistas e suas ligações com o desenvolvimento, planejamento, gestão e desenho das cidades brasileiras. Nesta época era pensado também que os textos traduzidos e selecionados da Antologia seriam disponibilizados, como se disse, em meio digital, situando autores e eventos em seu contexto histórico (político, econômico e cultural), utilizando-se para isso de imagens, sons e textos. (PEREIRA; FABIÃO, 2003, p. 1)

Em 2002, fiz o primeiro estudo para a versão digital da Cronologia do Pensamento Urbanístico, apresentado na Jornada de Iniciação Científica de 2003. As conexões de internet eram lentas para padrões atuais, mas já possibilitavam imagens em movimento mais complexas que os GIFs da década anterior. No Brasil, desde 2000, tínhamos acesso à rede por tecnologias de banda larga como o ADSL, aumentando

a qualidade da conexão e permitindo pela primeira vez a transmissão de vídeo. Essa velocidade de conexão possibilitou uma nova linguagem criativa *on-line*: animação de gráficos vetoriais. Isso era feito em grande parte usando o *software* Macromedia Flash,<sup>4</sup> integrado ou não com outras tecnologias da época, como Shockwave, DHTML e Quicktime.

O Flash possibilitava criar gráficos em movimento usando uma linguagem de programação bem intuitiva (ActionScript), adequada a iniciantes. Comparado *com* outros modos de programar – como, por exemplo, a linguagem Lingo do Director –, o *Flash* era muito amigável. *New media*, naquela época, além da internet, eram os CD-ROMs: de exposições em museus, de artistas, de filmes digitais ou *backups*. O Flash apareceu criando pontes entre mídias que rodavam localmente, como os CD-ROMs, e as mídias *on-line* (*sites*). A partir de um mesmo projeto, era possível exportar *players* para as duas formas de difusão.

O que eu vinha fazendo com o Flash e o Director combinava microtelas (janelas) de imagem e vídeo, similar ao filme visto na sala de cinema, mas em menor escala, clicável, arrastável.



Figura 1 – *Frame* do vídeo-aplicativo em Flash “Cidade sobre Tela”.

Fonte: Fabião (2000).



Tendo em vista que a cidade é um objeto multidisciplinar atravessado por processos de diferentes naturezas, os quais todos os cidadãos constroem:

A faixa inferior da Cronologia [...] foi reservada a acontecimentos não especificamente relativos ao urbanismo, mas que contribuem para a formação do ‘espírito da época’ ou têm impactos na vida urbana de modo geral: músicas, filmes, guerras, novos produtos, etc. Contempla a inserção de dados do contexto da época: pesquisa da ambientação de cada época. (PEREIRA; FABIÃO, 2003, p. 1)

Na época, duas cronologias sobre urbanismo estavam disponíveis *on-line*: uma da Cornell University, criada pelo professor emérito John Reeps – restrita à produção norte-americana –, e a veiculada pelo Ministère de l’Équipement da França, concebida de modo mais comparado, como a nossa. Infelizmente, os *sites* não estão mais disponíveis *on-line*. De toda forma, ambas não apresentavam nenhuma informação sobre a produção latino-americana e brasileira. Para Margareth Pereira, essas cronologias apresentavam, para um pesquisador e estudioso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, alguns problemas teóricos e metodológicos que se refletiam em suas concepções:

[...] Primeiramente, eram restritas a um contexto ‘nacional’ ou, no máximo, ‘europeu’. No caso da Cronologia do Prof. Reeps, embora se falasse de ‘cidades americanas’ e do ‘planejamento urbano americano’, as informações eram restritas aos Estados Unidos. No caso francês, os dados eram sobre alguns países da Europa, mas como não tinham uma métrica regular, os dados ficavam ‘soltos’ – cada cidade, cada plano ou projeto ficavam como ‘ilhas’ – e não permitiam uma visão transnacional, transversal, nem comparada, nem conectada. (PEREIRA, 2020)

Pereira (2003) lembra que, naqueles anos junto a pesquisadores canadenses e franceses – como Pierre-Yves Saunier e Michelle Dagenais –, ela trabalhava sobre o urbanismo em contextos liberais e a ação transnacional do Rotary Club. Estudava, assim, uma *Internationale* do urbanismo, como chamavam à época, que varria em diferentes

ritmos toda a América Latina e todo o planeta. Naqueles anos, como a pesquisadora salienta, os estudiosos de histórias da cidade e do urbanismo já deslocavam a ideia de “histórias nacionais” em benefício de “histórias conectadas e transnacionais”, nas quais o protagonismo, eventual, era de atores historicamente situados vivendo e atuando em “cidades”, e não necessariamente de modo mais abstrato, em “nações”.

Além do mais, nas duas cronologias disponíveis, os dados eram apresentados em *scroll*, o que dificultava, também nesse ponto, conexões e conectividades. Enfim,

[...] Como os anos não eram espaçados regularmente, os dados não se associavam, não formavam ‘nuvens’ dos ‘tempos’ de reformas urbanas, de neologismos para falar de sociedade e cidades, das mudanças nas técnicas de representação gráfica, nas formas de associativismo e de respostas da sociedade civil aos tempos dos urbanistas, como com as cronologias feitas à mão já era possível perceber. (PEREIRA, 2020)

Cronologias roladas verticalmente com o *scroll* não tinham e nem permitiam hipóteses claras sobre eventuais recortes temporais, sobre certas sincronidades: guerras, exclusões, lutas, epidemias. A do Ministère de l’Équipement era sobre urbanismo, mas começava por Haussmann e depois entravam alguns outros países... A da Universidade de Cornell, feita por John Reeps, mesmo ao falar das cidades planejadas nos Estados Unidos, o fazia saltando as datas umas duas ou três vezes até chegar no fim do século XVIII e, depois, saltava de novo, até Olmsted, por exemplo.

[...] De início, [a cronologia] era apenas uma ferramenta para anotar e preservar informações que pareciam ser relevantes mas em relação às quais buscava-se, ainda, articular um sentido em uma narrativa. Fazer cronologias foi sempre fazer várias dessas anotações e pensar com elas, pensar com os intervalos silenciosos entre ‘palavras’ soltas, nas aderências e conflitos de sentidos. Esse modo de notação passei a usar, desde que com colegas da graduação da FAU-UFRJ, em 1977, organizamos um grupo de estudos e decidimos fazer um *Quadro sinótico da*

*arquitetura no Brasil*, para suprir nosso desconhecimento da história da arquitetura no Brasil e para o qual convidamos o professor Alfredo Britto para nos orientar. Achei esse quadro outro dia... Ele também, embora tivesse métrica, corria na vertical. Continuei usando cronologias não para ver histórias lineares mas como uma ferramenta metodológica para pensar a diferença entre tempos e para tudo: para pensar minha tese sobre o Rio, para pensar as viagens de conceitos, a ocorrência do termo *arquiteto* desde que passou a ser usado em Florença no século XV até chegar ao Brasil, como fiz com alunos na PUCCAMP ou, para, enfim, escolher os autores e textos da Antologia que estávamos organizando no grupo de pesquisa no PROURB. (PEREIRA, 2020)



Mídias diversas – escritas, gravadas, filmadas, desenhadas etc. – possibilitaram que modos de pensar e de narrar se tornassem acessíveis em espaços e tempos variáveis. No caso dos primórdios da Cronologia do Pensamento Urbanístico, a cronologia em papel dava suporte à seleção de textos para uma antologia do pensamento urbanístico, que ainda hoje não está publicada, mas que já serviu como suporte para a iniciação de muitos estudantes à leitura das cidades e do pensamento técnico e artístico sobre elas e a redação de dezenas de artigos, projetos de pesquisas, dissertações e teses, uma vez que informações tornavam-se visíveis e compartilháveis para além da oralidade. Além disso, desenhos e croquis são indissociáveis de pensamentos visuais, que, atualizando a cada vez o conhecimento já produzido, permitem criar novas relações, perspectivas e hipóteses a partir das superfícies escritas.

A Cronologia permitiu e ainda permite visualizar as nebulosas – em 2002-2003 ainda chamadas “pensamento em rede” (redes intelectuais: técnicas, artísticas e políticas) – do pensamento sobre a cidade e o território, que permeiam o campo da cultura urbana em geral. Demonstra que muitos profissionais brasileiros estão trabalhando certas temáticas em consonância com discussões que são travadas internacionalmente, deslocando, assim, a noção de uma produção “defasada” em relação à Europa ou aos Estados Unidos.

É que para mim tinha um triplo caráter fazer as cronologias... Primeiro, do ponto de vista político, mostrar que no Brasil certas cidades estavam conectadas a outras cidades em outras regiões... era uma rede internacional... o Brasil não era uma ilha. E nesse quadro – transnacional, como passamos a chamar a partir de 2002/3 por aí – certas questões haviam sido discutidas AQUI, antes da Europa (e antes também dos EUA). Uma história às avessas, em suma. Do ponto de vista epistemológico, era ainda, uma história entre CIDADES e não entre nações (daí transnacional – através as nações, atravessando-as). Deslocava-se, assim, a visão eurocêntrica na qual Brasil e os países da América Latina eram sempre copistas, acrílicos, importadores de ideias formulada alhures...

[...] Contudo, ao se tornar banco de dados público para grande público, não acompanhado de uma leitura teórica e crítica sobre as visões dominantes no campo historiográfico da história da urbanização, da história das cidades e, por fim, da história do urbanismo, visando deslocá-las, muitas dessas questões acabam se perdendo [...]. (PEREIRA, 2020)

Ainda sobre os aspectos políticos que motivaram a criação da Cronologia, Pereira recorda:

[...] sempre interessei-me por tecnologias - tenho uma linha de pesquisa sobre a história da eletricidade e suas aplicações, história dos meios de transporte, sobre os meios de comunicações. Mas, aqueles que me conhecem sabem das minhas limitações em relação ao mundo digital... Alertada tanto por Paola Berenstein Jacques quanto por Aline Couri que percebi o enorme potencial de democratização da informação que poderiam representar tanto uma Antologia quanto uma Cronologia online. Imediatamente dei força às ideias. Não basta deslocar certas epistemologias dominantes se elas não se fazem acompanhar de outros instrumentos que as subvertam de modo mais amplo e contundente. (PEREIRA, 2020)

Enfim, a Cronologia foi concebida também a partir da identificação

de uma lacuna no conjunto de recursos didáticos para o ensino do urbanismo nas faculdades de arquitetura tanto para a pós-graduação quanto para a graduação. Não havia instrumento que reunisse e traduzisse os textos básicos da disciplina, personagens, imagens de projetos, sobretudo os brasileiros, ou que divulgassem, ainda, os principais resultados alcançados em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) do país sobre a história e as teorias do urbanismo. Foi pensada também como uma visualização de base de dados no âmbito da FAU-UFRJ e de seu Proureb.

No momento do pedido de apoio técnico ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no final de 2003, a estrutura básica da Cronologia estava organizada, mas os *links* específicos – páginas secundárias que trazem maiores informações sobre os assuntos que aparecem na página central da Cronologia – ainda não tinham diagramação padrão e nem estavam ligadas à estrutura principal. A implementação da bolsa de apoio técnico visava permitir que fosse dada continuidade

[...] à inserção de dados de texto, imagem e som à Cronologia, além de sua programação (navegabilidade), e finalmente a disponibilização *on line*, prevista para ser disponibilizada experimentalmente em março de 2004 e para ser colocada definitivamente *on line* no segundo semestre de 2004. (PEREIRA; FABIÃO, 2003)

Duas das linhas ou faixas horizontais dessa primeira versão da Cronologia mostram essas tentativas: a linha dos atores e a linha “sem nome” que acabou ficando grafada por uma corrente aleatória de caracteres, “westiyuhmgflung”. Na época, essa linha sem nome ou *westiyuhmgflung* era traduzida nos textos sobre a Cronologia por “espírito do tempo”. Como o significado se aproximava de *Zeitgeist*, palavra que não nos satisfazia 100%, ficamos com esse *westiyuhmgflung* até achar uma palavra adequada. Como se disse, era nessa faixa inferior que constavam acontecimentos, filmes, livros, músicas, tecnologias de época, tudo que permitisse visualizar a época que dava vida aos debates.



<p>Inauguração do primeiro prédio em concreto armado do engenheiro Nalencberlo, com a presença de Oswald de Andrade</p>	<p>1910/1920 - Pioneiragem do Godoy Civil (Brasil)</p>		<p>Programa do engenheiro F. de Jenczar Lima para melhoramentos da capital da República.</p>
<h1>de janeiro</h1>			
<p>o</p>	<p>Piano das Grandes Avenidas A remodelação positivista tem início com o Plano de Avenidas do arquiteto Samuel A. de Nemeo, no qual já assume certo desleixo e atual Av. Nogue de Julho, 1915/1920-Urbanização de SP, rígida e desordenadamente, e por tudo este período, sua fisionomia urbana mudara notavelmente.</p>	<p>Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros. O Tercer dos engenheiros A.T. de Paulo Scusi e Theodoro. Trabalho de edição do livro dos Terceristas e foto são decoradas com modificações introduzidas pelo engenheiro Pedro Ferra, diretor da Comissão do Saneamento do Tercer de 1902 a 1916 e autor do Expediente Público. Um conceito de grande repercussão nos meios técnicos e sociais da cidade paulista: modelo de ruas, circunscritas, profissionais, e o projeto são apresentados "Grandes Ruas" do arquiteto Rosendo. Abusos em da Prefeitura Municipal, organizado pelo engenheiro Vitor de F. Ferra e Eugênio Laffey de Saneamento do Tercer, organizado pelo arquiteto Theodor de Nemeo. Planejamento pelo arquiteto J. A. Boscato.</p>	<p>Programa do engenheiro Theodor Ramca para São Paulo.</p>
<p>— Pereira Passos (1836-1913)</p>		<p>— Francisco Bicalho (1840-1914)</p>	
<p>— Aarão Reis (1853-1914)</p>		<p>— Armando de Godoy (1879-1944)</p>	
<p>— El Backheuser (1853-1914)</p>		<p>— Paulo de Frossin (1880-1914)</p>	
<p>— El Backheuser (1853-1914)</p>		<p>— Saturnino de Brito (1864-1914)</p>	

Figura 3 - A saturação de algumas células deu origem ao scroll lateral (barra de rolagem vertical) e ao efeito “sanfona” posterior.



Figura 4 - Versão 2004 com a logo criada a pedido de Paola para os marcadores de livro do primeiro lançamento público da Cronologia.

Fonte: Fabião (2002).

Nota: Saída da linha dos atores e da linha do contexto histórico, parte nacional dividida em regiões e legendas das cores: eventos, projetos, publicações, fatos relevantes.





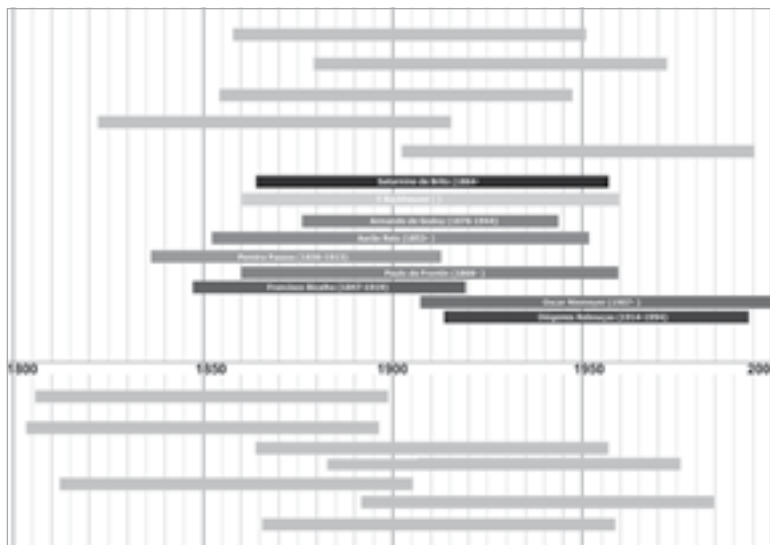


Figura 6 – Estudo para linha “atores” (2004).

Fonte: Fabião (2004).

Nota: Nesse ano, a linha já tinha saído da interface principal. Esta seria uma cronologia paralela à principal.

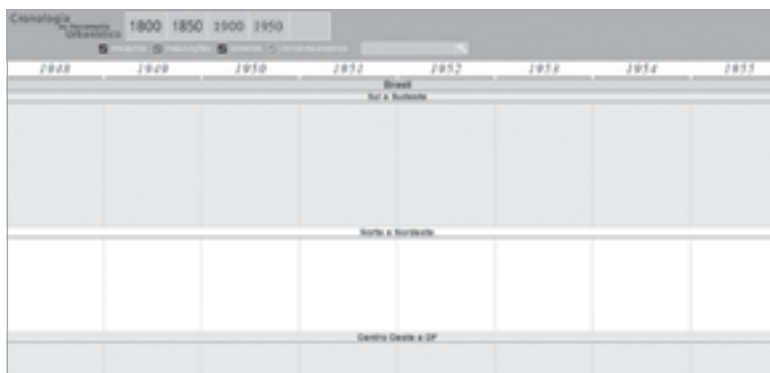


Figura 7 – Estudo para cores e “sanfona”, 2008.

Fonte: Fabião (2008).

Nota: Na época, feita com o programador Alberto Harres, no Rio, e Rosa Ribeiro, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Qual a materialidade dos nossos pensamentos? Pode ser que a neurologia defina de outro modo, na escala de sinapses; mas, a partir da experiência humana, os pensamentos não têm uma materialidade tátil. São, sim, passíveis de ganhar forma em palavras, desenhos, objetos, textos, músicas, gestos, ou seja, um leque de linguagens.

São múltiplos tempos, tanto quanto são as pessoas, os lugares. A multiplicidade dos tempos parece ser melhor compreendida quando simplificada em uma linha reta. E assim a ideia de tempo parece ter sido construída. Aquilo que se constitui de idas e voltas, retornos, desvios, múltiplas direções, acelerações e desacelerações, ritmos diversos – tudo aquilo que sabemos que ocorre, mas é de uma complexidade tal que, para comparar, entender processos, investigar causas, é preciso manter o foco em uma ou mais direções, mesmo sabendo que não são as únicas.

Muito foi dito e escrito para explicitar que a Cronologia do Pensamento Urbanístico nega essa visão redutora e propõe outras, já que não é simples dar a ver esse amálgama de relações, ideias, conversas, acontecimentos. Simplificar, contudo, torna possível visualizar e comunicar. Desde seu início, as diversas cronologias feitas a lápis, além da principal, a “cronologia das antologias”, eram materializações de um pensamento multidimensional, que não consistia apenas numa sequência simples e linear de acontecimentos. Era uma forma de pensar as sobrevivências, circulação e atualizações de ideias numa escala mundial, tendo como pontos de vista iniciais o Brasil e a América Latina. Essa rede de conexões complexas e em fluxo, evidenciadas desde a versão feita a lápis, ganhou uma versão digital em um momento histórico de debates sobre hipertexto, multimídia, estética de banco de dados e escrita colaborativa.

Lev Manovich (2011) chama essa simplificação feita em processos de visualização de informações de “princípio da redução”, um dos princípios das práticas de visualização da informação, desde os seus primórdios na segunda metade do século XVIII. As imagens técnicas, além disso, se desenvolvem no “interior” do programa do “seus aparelhos”. Daí a dificuldade, muitas vezes encontrada, de apresentar aquilo que vemos com nossos olhos internos.

Talvez essa necessidade de explicar o que entendemos por cronologias venha de um certo descolamento entre a imagem apresentada e o discurso. Se “o meio é a mensagem” (MCLUHAN, 2005), parece ser possível hoje, 20 anos depois, apresentar graficamente o que nos é evidente em um outro formato de imagem técnica. Gumbrecht (2010, p. 28), entendendo “materialidades da comunicação” como “todos os fenômenos e condições que contribuem para a produção de sentido, sem serem, eles mesmos, sentido”, pergunta: “como os diferentes meios – as diferentes materialidades – de comunicação afetam o sentido que transportam?” (GUMBRECHT, 2010, p. 32). Como uma imagem técnica pode apresentar os “efeitos de sentido” dos textos sobre a Cronologia explorando novos “efeitos de presença”?



Após revolver essas memórias e pensar a respeito de como os desejos de tornar visíveis as nebulosas de pensamentos urbanísticos poderiam se materializar em imagem, o termo “nebulosas” trouxe a imagem do Big Bang como uma grande cronologia.

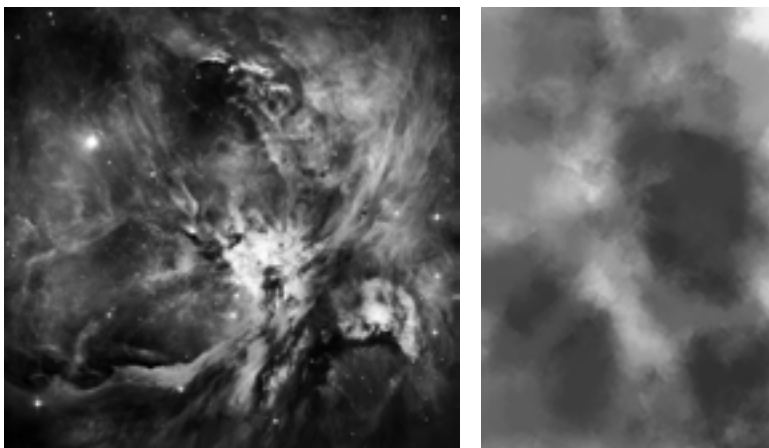


Figura 8 – Esquerda: nebulosa de Órion.

Fonte: Orion Nebula (2020).

Nota: Direita: “aquarela” em Python (baseada em seguidos processos de distorção de octógonos). Imagem compilada a partir do código disponibilizado pelo artista Tyler Hobbs (2017) Fonte: Imagem compilada pela autora em 5 de julho de 2020, seguindo o tutorial de Hobbs.<sup>5</sup>

## DEAMBULAÇÕES

É possível derivar poeticamente teorias astrofísicas. O universo, posterior ao mistério do Big Bang, pode ter sua expansão – ou seja, sua história – lida como uma cronologia. Enxergamos vestígios de tempos passados. Afinal, tudo aquilo que podemos observar – seja a partir da Terra, seja a partir de olhos técnicos lançados à dezenas ou milhões de anos-luz do nosso planeta – é passado. Basta lembrar que a luz do Sol, a estrela mais próxima de nós, demora cerca de oito minutos para chegar à Terra.

Se as nebulosas, locais onde nascem as estrelas, nos auxiliam a pensar a circulação e atualizações de ideias e as sobrevivências, certamente é possível pensar na visualização da informação como Big Bangs. Porque toda a informação que está no banco de dados está como potência, como virtual. Precisa, através do trabalho dos criadores de imagens técnicas, ser atualizada. É possível dar uma forma visual cronológica e dialógica às nossas pesquisas que fuja à ideia de linearidade?

Big Bangs: verbetes como estrelas – que formarão, então, galáxias. E delas, nebulosas – berçários de ideias, de novas estrelas, de novos verbetes.

A ideia é que cada informação inserida na Cronologia – hoje representada como um ponto conectado a uma linha reta a um ou mais pontos – não seja mais um ponto, mas sim uma mancha de cor com limites esmaecidos, que se misturam uns aos outros e deixam mais evidentes as nebulosas.

Ao buscar possibilidades técnicas de produção de imagens a partir dessa intenção, alguns tutoriais foram encontrados. Chamaram atenção tutoriais que criam efeitos similares à pintura em aquarela através de códigos de programação, nesse caso, na linguagem Python. Cada ponto que forma a imagem é um octógono ou pentágono que sofre seguidas deformações, podendo, assim, criar manchas e nebulosas uns com outros. A posição de cada ponto (verbe) na tela dependerá do ponto de vista da observadora, ou seja, dos parâmetros inseridos na tela de acesso.

Até a década de 1920, a ideia de um universo estático ainda dominava o pensamento astronômico. A descoberta de Edwin Hubble (1889-1953) de que as estrelas distantes se afastam com imensas velocidades impulsionou a substituição da velha representação newtoniana de um universo rígido por uma nova e dinâmica visão do espaço. As galáxias observadas por Hubble, que se afastam de nós com sua luz “desviada para o vermelho”, não percorrem um vazio num espaço preexistente: é o próprio espaço que, ao se expandir, leva as galáxias. Quanto mais afastada está uma galáxia, maior seu desvio para o vermelho – alteração de seu espectro de luz – e mais rápido é seu movimento. Os objetos não estão no espaço, mas sim são o espaço. (FABIÃO, 2011) Nossos verbetes não estarão pendurados em uma linha reta, mas definirão e deformarão espaços a partir de suas relações, de suas massas.

O ponto zero desse novo universo criado será localizado entre a janela temporal colocada como *input*. Sendo assim, não existe ponto de referência predefinido. Não existe ponto fixo inicial. Tudo é organizado a partir do ponto de vista escolhido pela observadora, que pode ser outro a cada acesso. Assim como o universo, a Cronologia segue o princípio cosmológico: é homogênea e isotrópica. Não há lugar privilegiado. Tudo é visto a partir de quem observa. O que está mais longe desse lugar de observação aparece desviado para o vermelho. Será atribuído (0,0) ao local do primeiro evento, publicação ou projeto localizado temporal e espacialmente dentro da janela de pesquisa da tela de entrada.

Ao fechar o computador, as imagens vistas imergem na escuridão do espaço-informação. Virtuais, não mais atuais. O espaço é formado pela praticante. Não existem mais linhas retas visíveis. Cada visualização é única e depende dos *inputs* colocados na primeira página. E cada atualização é a criação de um universo, como na dança cosmológica da filosofia védica.

Ao final do dia, sob a insignificante porção do modo da escuridão, a poderosa manifestação do universo imerge na escuridão da noite. Pela influência do tempo eterno, as inúmeras entidades vivas permanecem submersas nessa dissolução, e tudo é silêncio. Srimad-Bhāgavatam 3.11.28 (SRIMAD-BHĀGAVATAM, 1928 apud NARAYANA, 2011, p. 32)

Cronologia  
do Pensamento  
Urbanístico

insira os parâmetros  
da sua visualização  
e pesquisa:

|  
entrar com palavra

|  
entrar com período

|  
entrar com local

\*separar por vírgula\*

PROJETO      EVENTO  
PUBLICAÇÃO      FATO RELEVANTE

Figura 9 - O *login* como tambor de Shiva, uma cronologia para cada busca.

Fonte: Produzida pela autora.

## NOTAS

- 1 Comando em ActionScript – linguagem de programação usada na primeira versão da Cronologia – que faz o aplicativo, site ou animação passar para uma cena específica.
- 2 Disponível em: <https://soundcloud.com/gilbertogil/09-pela-internet-mp3>.
- 3 A inovação era em termos apenas de linguagem visual: A chamada publicitária do filme explicava: “Quatro câmeras. Um plano sequência por câmera. Sem edição. Tempo real”. “Você experimentará o primeiro filme já contado em quatro dimensões”.
- 4 Hoje, o Flash é visto como uma ameaça na navegação pela internet. A Adobe – que comprou a Macromedia em 2005 – vai parar de dar suporte a essa tecnologia em 31 de dezembro de 2020. Isso não chega a ser uma surpresa, já que a internet tem diminuído o alcance do Flash em favor do HTML5 e outros padrões abertos, como o WebGL and WebAssembly. Vários navegadores de internet não rodam mais automaticamente conteúdo em Flash, embora ainda o suportem. É necessário que a pessoa que navega instale *plugins* ou desabilite bloqueios. Muitos desistem aí, por medo de terem ataques de *hackers*. Cabe lembrar ainda que o termo “hacker” acabou sendo popularizado de forma equivocada. Quem invade o sistema de outra pessoa com objetivos escusos sem ser convidado é um *cracker*, não um *hacker*. *Hackers* que-rem um mundo no qual a informação é livre e acessível a todos; os computadores são usados para criar um mundo melhor, que não sejamos julgados por credenciais acadêmicas ou profissionais, e sim aptidões. Ver: Levy (1994). Em 2010, Steve Jobs banuiu o Adobe Flash do iPhone pela insegurança, por ser proprietário, com recursos excessivos e pouco adaptável para uma plataforma executada pela ponta dos dedos em vez de cliques no *mouse*. Todas essas queixas são verdadeiras.
- 5 Ver: <https://tylerxhobbs.com/essays/2017/a-generative-approach-to-simulating-watercolor-paints>



## REFERÊNCIAS

- BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding new media*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press, 2000.
- FABIÃO, Aline Couri. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. Rio de Janeiro, 2002. Pôster/HDD.
- FABIÃO, Aline Couri. *Cidade sobre tela*. Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM. Video-aplicativo em Flash.
- FABIÃO, Aline Couri. *Estudos para cronologia*. Rio de Janeiro, 2004. Pôster/HDD.
- FABIÃO, Aline Couri. *Estudos para cronologia*. Rio de Janeiro, 2008. Pôster/HDD.
- FABIÃO, Aline Couri. *Inconsciências do olhar: notas sobre o problema da representação das cidades na cultura urbanística atual*. 2011. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- FABIÃO, Aline Couri et al. *Brasil Urbano: um instrumento de pesquisa sobre a cultura urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Pôster/HDD.
- FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não conseguir transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- HOBBS, Tyler. *A guide to simulating watercolor paint with generative art*. Austin, 21Apr. 2017. Disponível em: <https://tylerxhobbs.com/essays/2017/a-generative-approach-to-simulating-watercolor-paints>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Tradução Maria Luiza X. de A. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LEVY, Steven. *Hackers: heroes of the computer revolution*. Nova York: Penguin Books, 2001.

MANOVICH, Lev. O que é visualização? *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 146-172, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2010v8n1p146>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v8n1p146/18947>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

NARAYANA, Bhaktivedanta Goswami Maharaja. *Siva Tattva: a compaixão divina revelada*. Rio de Janeiro: IGVI, 2011.

ORION Nebula. In: WIKIMEDIA Commons: the free media repository. [S.l.: s.n.], 10 Aug. 2020. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orion\\_Nebula\\_-\\_Hubble\\_2006\\_mosaic\\_18000.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orion_Nebula_-_Hubble_2006_mosaic_18000.jpg). Acesso em: 29 set. 2020.

PANOFSKY, Erwin. *La perspectiva como "forma simbólica"*. Barcelona: Fábula, 2003.

PEREIRA, Margareth Margareth da Silva Pereira. [Entrevista]. Whatsapp: Aline Couri Fabião. 29 maio 2020. Mensagens.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensar por nebulosas. In: PEREIRA, Margareth da Silva, JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I: Modos de Pensar*. Salvador: Edufba, 2018. p. 238-261.

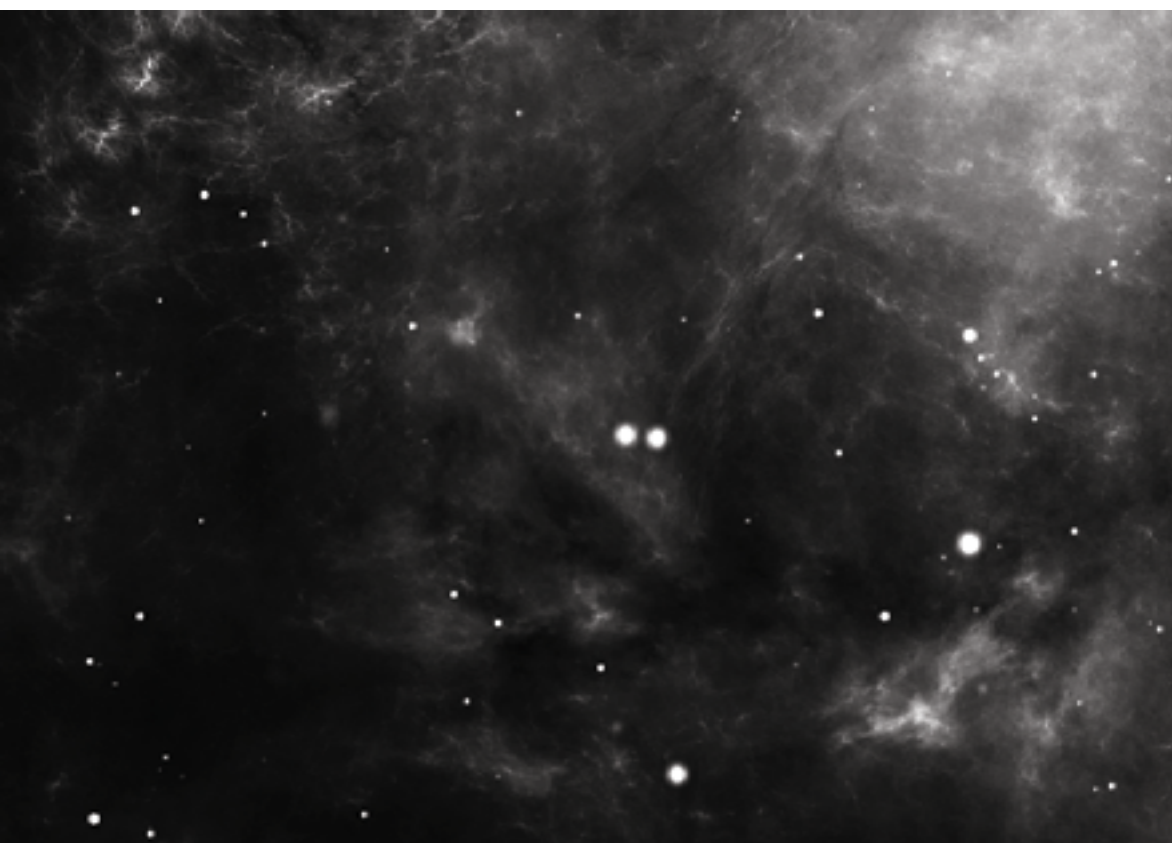
PEREIRA, Margareth; FABIÃO, Aline Couri. *Apresentação e justificativa de pedido de bolsa de apoio técnico apresentado ao CNPq*. Rio de Janeiro, 1 dez. 2003 Arquivo Cronologia para AT.doc.

PEREIRA, Margareth et al. *Resumo da apresentação da pesquisa*. Rio de Janeiro, 5 jul. 2003 Arquivo jornada2003l.doc.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier-Montaigne, 2008. Disponível em: [https://monoskop.org/images/a/aa/Simondon\\_Gilbert\\_Du\\_mode\\_d\\_existence\\_des\\_objets\\_techniques\\_1969.pdf](https://monoskop.org/images/a/aa/Simondon_Gilbert_Du_mode_d_existence_des_objets_techniques_1969.pdf). Acesso em: 27 out. 2015.

TIME CODE. Diretor: Mike Figgis. Produção: Mike Figgis e Annie Stewart. Philadelphia: Screen Gems Inc., 2000. 35mm (91 min).





P A R T E   I I I  
D E S V I O S

N A R R A R P O R



RE

LA

ÇÕES

|||

N A R R A R  
P O R  
R E L A Ç Õ E S I I I

*Uma navegação errante entre nebulosas*



A N A L U I Z A  
S I L V A  
F R E I R E



D A N I E L  
S A B Ó I A  
A L M E I D A  
B A R R E T O



R A F A E L A  
L I N O  
I Z E L I

**L**inhas e pontos de diferentes cores se interconectam em arranjos moventes e polimorfos, fluindo abaixo de uma sequência linear de botões que divide, em intervalos de 50 anos, o período entre 1800 e 2050. Ao mover o cursor pelo espaço da tela, sobre cada um dos pontos coloridos, abrem-se balões anunciando diferentes acontecimentos<sup>1</sup> relevantes à história do pensamento urbanístico. Essa composição de imagens apresenta ao visitante da plataforma *web* da Cronologia do Pensamento Urbanístico,<sup>2</sup> logo de cara, algumas possibilidades de acesso ao seu conteúdo, convidando-o a combiná-las na exploração e construção de um percurso autônomo e imaginativo de leitura.

Adotado como principal modo de narração e divulgação da nossa pesquisa, o *site* oferece, através de um aparato visual e interativo desenvolvido no limite das habilidades técnicas da nossa equipe, uma multiplicidade de caminhos para leitura proveniente de uma construção de conhecimento que se dá de maneira processual e relacional. Diferente do que o nome da plataforma pode a princípio fazer parecer,<sup>3</sup> sua elaboração – assim como a da pesquisa homônima – decorre de uma atitude intelectual norteada por uma composição narrativa e uma escrita da história que são contingentes, e não necessariamente lineares, em suas temporalidades.



Essa composição envolve um processo imaginativo, que nos permite construir um pensamento aberto ao incerto, movido pelas associações encontradas entre os acontecimentos. Um modo de pensar e narrar conduzido pela imaginação – no sentido adotado por Didi-Huberman (2013) quando, citando Baudelaire, diz que “nada tem a ver com fantasia pessoal ou gratuita”, mas de um poderoso “conhecimento transversal” que possibilita estabelecer laços não evidentes, potencializar hipóteses e se permitir ao movimento constante de reassociações dos fatos históricos. São essas relações moventes que conformam o que chamamos de “nebulosas”, termo desenvolvido por Margareth Pereira, que é ao mesmo tempo o resultado e o motor das pesquisas realizadas pelo nosso grupo. Ao falar dessas “nebulosas” como um modo de pensar metafórico, Pereira (2018, p. 252) aponta que:

De fato, como uma metáfora, ela [a nebulosa] é uma figura de linguagem, e não é, portanto, propriamente um método [...] É a imagem de um pensamento que se move e, ao mesmo tempo, um movimento do próprio pensamento como ideação movente [...] É um modo de pensar que pergunta sobre o próprio ato de conhecer as operações que lhe são inerentes, a começar pelo que se mobiliza como objeto de estudo e que parece impor-se como memória e exigir alguma escuta.

A cada movimento pelas páginas da plataforma *web*, constelações<sup>4</sup> – expressões gráficas e momentâneas desse “pensar por nebulosas” – com distintos arranjos se formam, tanto mais densas ou rarefeitas quantas forem as relações identificadas entre cada acontecimento. Esse processo relacional nos permite articular discursos, narrativas e sentidos, além de evidenciar convergências e conflitos no pensamento urbanístico – em que novos arranjos são conformados à medida que as categorias “projetos”, “eventos”, “fatos relevantes” ou “publicações” são inseridas no *site*.

Convidamos, então, o leitor a imaginar conosco uma navegação por entre essas nuvens, de forma a tornar visíveis alguns dos seus processos de adensamento, precipitação e dissipação. Com isso, desejamos expor a indissociável relação entre as nossas reflexões teóricas sobre as formas de pensar, fazer e narrar a história e as múltiplas experiências de leitura que o *site* da Cronologia proporciona – e como, por

sua vez, essa estrutura de organização do conteúdo retroalimenta conceitualmente a pesquisa homônima desenvolvida pelo nosso grupo de pesquisadores.

De antemão, podemos afirmar que procuramos refletir por nebulosas, orientados no sentido de um pensamento da “multiplicidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1995), que opera por desdobramentos e atravessamentos mútuos – em que uma coisa não anula a outra, mas se interpõe e se complexifica por assumir a busca por uma narração multifacetada e não purista da história. Para isso, buscamos compreender as diferentes formas de pensar e fazer coimplicadas a esse pensar e narrar por nebulosas, através das “montagens” (JACQUES, 2018) e das “temporalidades” (JACQUES et al., 2017), sem perder de vista as suas possibilidades relacionais. Nesse sentido, optamos por nos debruçar sobre a plataforma a partir desses três modos de pensar – as nebulosas, as montagens e as temporalidades –, ressaltando como essas discussões atravessam as diferentes formas de acessar e construir os conteúdos que constituem a ferramenta *web*: as constelações, os verbetes e as cronologias.

Navegando entre essas diferentes estruturas do *site*, o visitante é induzido a um percurso de leitura errante, em que cada conteúdo leva a outro e é preciso alternar a todo momento entre as ferramentas de visualização, em movimentos sucessivos de aproximação e distanciamento. Para melhor compreender as relações vistas a uma maior distância – sejam as conexões apontadas pelas constelações ou os indícios de aglutinação e dispersão de ideias no tempo e no espaço sugeridos pelos pontos que se distribuem ao longo do painel cronológico –, é possível aproximar o olhar e, acessando o conteúdo de cada verbete, compreender o que fundamenta, a partir de fontes primárias, as relações indicadas.<sup>5</sup>

A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. Portanto romper com o naturalismo histórico vulgar. Aprender a construção da história como tal. (BENJAMIN, 2009, p. 503)

Em cada verbete, um projeto, evento, publicação ou fato relevante à história do pensamento urbanístico nos é apresentado não por um texto monográfico ou monotemático, mas por um conjunto heterogêneo de fragmentos que nos oferece múltiplas chaves de acesso àquele fato histórico, organizadas em diferentes subpáginas, sendo a aba “apresentação” o principal campo de exibição do conteúdo construído pelo pesquisador sobre um acontecimento.<sup>6</sup> Nela, imagens e citações formuladas em tempos distintos expõem diferentes pontos de vista sobre o assunto em questão. Ao convocar essas vozes e montar com elas um debate, o pesquisador-montador que constrói o verbete renuncia a um modo fechado de narrar a história, desviando de um modo de pensar linear, teleológico e causal. Ao invés disso, busca evidenciar as tensões, contradições, disputas e rupturas constitutivas dos processos históricos, mostrando “[...] que a história não é senão todas as complexidades do tempo, todos os estratos da arqueologia, todos os pontilhados do destino”. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 212)

“Pensar por montagens” (JACQUES, 2018) é, assim, o princípio epistemológico e metodológico adotado pelos pesquisadores do nosso grupo para trabalhar com os dados levantados sobre cada acontecimento e, a partir desse processo, compor as narrativas históricas abertas apresentadas nos verbetes.

Pensar por montagens significa pensar pelo choque de tempos heterogêneos, pelas heterocronias [...], quando o ‘outrora’ encontra, ‘num relâmpago, o ‘agora’, para formar uma constelação’. São constelações momentâneas cheias de tensões, prenhas de outros tempos. [...] Pensar por montagens no campo da história do pensamento urbanístico também seria pensar por montagens de tempos heterogêneos, ‘na contradança das cronologias e dos anacronismos’, tensionando as diferentes narrativas urbanas de seus mais diversos narradores, construtores e praticantes das cidades, de tempos distintos. Seria ainda utilizar os farrapos e resíduos, fragmentos tanto narrativos quanto urbanos, como tensionadores de homogeneidades, totalidades e partilhas hegemônicas, aprendendo com as heterocronias urbanas, já e ainda presentes – sobreviventes, materialmente ou não, mesmo que por vezes apagadas, silenciadas ou esquecidas – em qualquer cidade. (JACQUES, 2018, p. 223, grifo do autor)

Com a postura benjaminiana do “historiador-trapeiro”, que constrói a história utilizando sobras aparentemente sem utilidade, o pesquisador-montador parte em busca dos fragmentos que comporão o seu verbete.<sup>7</sup> Ao reuni-los e colocá-los em movimento, busca provocar a irrupção de novas e inesperadas possibilidades de leitura, muitas vezes ofuscadas pelas narrativas cristalizadas e hegemônicas sobre aquele tema. Mais do que cada fragmento em si, o pesquisador volta sua atenção aos intervalos<sup>8</sup> que os conecta, seja por afinidade ou por embate, levantando as possíveis tramas a serem tecidas dentro dos verbetes e entre eles e os outros já existentes.

Nesse sentido, a abordagem de cada verbete ao tema sobre o qual se debruça guarda uma relação particular não só com o pesquisador que o monta – as questões que o afetam, seus interesses individuais como pesquisador –, mas também com a forma como cada processo de montagem se desenrola – o que os fragmentos e sobretudo as relações entre eles “dizem”. Desnaturalizam-se, assim, tanto a noção do historiador como um elemento neutro na construção da história como a compreensão da história enquanto relato unívoco de um conjunto de fatos “reais”.

Essa forma de construção do texto, aberta a diferentes possibilidades de percurso e conexão, busca estimular no leitor uma postura semelhante à que Aby Warburg chamava de “aventura científica” – referindo-se à atitude provocada no pesquisador que percorria os labirintos da sua biblioteca devido à forma peculiar em que os livros estavam organizados.<sup>9</sup> Propomos, assim, um “percurso aventureiro” pelo *site* da Cronologia do Pensamento Urbanístico, experimentando errar por seus desvios, suas pontes e as diferentes formas de olhar para a história do pensamento urbanístico que a plataforma propicia.

Iniciamos nosso percurso pelo verbete dedicado ao projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), em 1936 no Rio de Janeiro, em que vemos um debate mobilizado por depoimentos de alguns dos principais atores envolvidos no polêmico processo da sua realização.<sup>10</sup> Entre os depoimentos do ministro Capanema (1985), do poeta Carlos Drummond de Andrade (1975) – à época, chefe de gabinete do ministro – e a carta-protesto do arquiteto Archimedes

Memória (1936) – vencedor do concurso anulado – ao presidente Vargas, o que emerge é um embate entre duas correntes ideológicas que se manifestam esteticamente e, naquele momento, ampliam suas disputas no campo da escola de arquitetura para o campo mais amplo da cultura e da educação nacionais.<sup>11</sup> Esse debate é atravessado por outro, entre falas de Lucio Costa (1951 e 1975) e dos críticos de arte Lourival Gomes Machado (1947) e Mario Pedrosa (1953), que destacam o papel fundamental de Le Corbusier no desenvolvimento do projeto do edifício, concluído apenas em 1945 e já então consagrado internacionalmente como marco inaugural da arquitetura moderna brasileira.

No período das duas vindas do arquiteto franco-suíço ao Brasil, entre 1929 e 1936, suas teorias foram avidamente estudadas pelos jovens arquitetos liderados por Costa – de fato, a última vinda de Le Corbusier aconteceu devido a um convite daqueles mesmos arquitetos, para que ele prestasse uma consultoria prévia ao projeto do ministério.<sup>12</sup> Em comentário de 1951, Lucio Costa se refere ao “curso de conferências verdadeiramente fundamentais” realizado pelo arquiteto franco-suíço no Rio de Janeiro, quando da sua viagem pela América Latina em 1929, relatada posteriormente no livro *Précisions*.<sup>13</sup> Na citação, uma referência ao verbete dedicado à publicação nos apresenta a possibilidade de desdobrar a navegação pelo *site* por esse caminho, em que podemos entender melhor as motivações e as consequências das incursões sul-americanas de Le Corbusier.

Ao acessarmos o verbete “Le Corbusier publica *Precisões*” (1930), podemos notar, através dos fragmentos que o compõem, o caráter profético e colonizador dessa obra – e da viagem que a inspira –, que fala em “missão” e “conquista da América” através da “disseminação” da sua concepção para uma nova arquitetura. Corbusier percebe a viagem como uma oportunidade de ver suas ideias saírem do papel e descreve o momento como um em que os brasileiros e os argentinos “querem desenhar sua história” e, para isso, devem se libertar das “decorações de tortas de creme que se multiplicam nas balaustradas e nas cornijas de gesso”.

Que o Rio tente este desafio: fazer frente, pela arquitetura, à paisagem, e não se entrincheirar atrás daquilo que tão

cruamente dizia meu amigo Cendrars: ‘O que quer que eles façam com seu pequeno urbanismo, serão sempre esmagados pela paisagem’. Creio que por um magnífico desígnio, o homem pode aqui mais uma vez realizar o que a Grécia fez na Acrópole e o que Roma fez nas sete colinas: impor-se à paisagem pela arquitetura certa. A Arquitetura é capaz, pela aritmética de sua linha justa, de integrar toda a paisagem. (LE CORBUSIER, 1987, p. 70-71)

Em um dos trechos do mesmo verbete, lemos ainda uma menção de Le Corbusier aos planos de ordenação da cidade do Rio de Janeiro, desenvolvidos naquele momento pelo também francês Alfred Agache. Essa menção, por delinear toda uma conjuntura de renovação arquitetônica e urbana, de movimentos convergentes e circulação de ideias produzidas anos antes, em outros países, alterando nesse momento a paisagem das cidades brasileiras, nos convoca a distanciar nosso olhar sobre a história do pensamento urbanístico, de forma a visualizar as linhas que se cruzam no tempo e no espaço, produzindo essa nebulosa.

Uma das maneiras possíveis de construirmos este movimento de distanciamento histórico no nosso *site* é acessando o painel cronológico para buscarmos relações temporais e geográficas entre os verbetes mobilizados. Na coluna referente ao ano de 1930, por exemplo, além de coexistirem os já citados verbetes da publicação de *Precisões*, na França, e da publicação do *Plano de extensão, remodelação e embelezamento*, de Alfredo Agache, no Rio de Janeiro – que teve o início dos seus estudos em 1927 –, podemos notar também o verbete destinado ao projeto da *Ville Radieuse*, de Le Corbusier. Apresentado durante o III Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (Ciam), na Bélgica, e publicado em 1935, o projeto trazia transformações formais decorrentes das viagens do arquiteto à América do Sul (1929) e à Rússia (1928-30). Embora nunca tenha sido concretizada, “a cidade radiante” teria contribuído para a organização de duas novas capitais: o plano de Le Corbusier para Chandigarh, de 1950, com inauguração três anos mais tarde, e o projeto de Lucio Costa para Brasília, de 1956, inaugurada em 1960.<sup>14</sup>

Isso nos mostra que a partir de um interesse pontual e da fixação da

nossa investigação em um período específico no painel cronológico, podemos ver diversos outros acontecimentos que vão nos levando a uma compreensão mais ampla da circulação das ideias ao longo dos anos. Ao olharmos para a circulação desses projetos, publicações, eventos e fatos relevantes, coexistindo em tempos e espaços distintos, vislumbramos os fluxos de contaminação sistêmica e transgeográfica de ideias significativas à história do pensamento urbanístico, além de percebermos lacunas e adensamentos que esses debates configuram.

A exemplo, vemos que o ano da publicação de *La Ville Radieuse*, de Le Corbusier, na França, em 1935, coincide com o ano do concurso para o Mesp, no Rio de Janeiro, projeto em que os ideais da teoria corbusiana são evidenciados e exaltados, como vimos anteriormente. Ainda, nesse mesmo ano, acontece, sincronicamente a esse fato relevante, a I Semana de Urbanismo, em Salvador, Bahia, tendo como prioridade de discussão a tentativa de “mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir, a fim de torná-la uma cidade modelo”. A promoção dessa semana teria sido alimentada pelo desejo de inserção de Salvador em um “modelo desenvolvimentista e modernizador que começava a agitar o país” (SAMPAIO, 1988) e, não por acaso, teria acontecido pouco tempo após a passagem de Le Corbusier pelo Brasil. Anos depois, em 1941, Agache visitava Salvador para a elaboração de um plano urbanístico ao moldes cariocas encomendado pela prefeitura municipal.

Conduzir nosso percurso pelas circulações de ideias que os verbetes apontam – por exemplo, através das contaminações de Le Corbusier no Brasil e no mundo – nos permite extrapolar a representação quase tabular do painel cronológico que possivelmente nos direcionaria a uma leitura linear estrita e aparentemente enrijecida. A sequência de verbetes que nos é apresentada, posicionados lado a lado, ano a ano (de 1800 a 2050), divididos por regiões do Brasil – Sul e Sudeste, Norte e Nordeste, Centro-Oeste e Distrito Federal –, Europa, América Latina, América do Norte, Ásia, Oceania e África, passa a ser compreendida pelas suas relações em um cruzamento de tempos heterogêneos que retomam o passado e imaginam o futuro, tanto a nível nacional quanto internacional.

Essa coexistência de tempos distintos é reforçada por Jacques e demais autores (2017, p. 320), em diálogo com Benjamin (2009) e Didi-Huberman (2015), ao nos afirmar que “no tempo do ‘Agora’ estão presentes as sobrevivências de gestos do ‘Outrora’ [...], que irrompem, emergem no ‘Agora’ e que, portanto, provocam choques de tempos heterogêneos”. Para os autores, através de resquícios de planos passados materializados ou apenas idealizados, de práticas urbanas hegemônicas ou desviantes e de planos futuros impostos continuamente, a cidade – ou mesmo o campo do urbanismo – seria permeada por “heterocronias urbanas”, às quais as disputas e os conflitos seriam inerentes, resguardando memórias de um passado e tensionando uma projeção de futuro em um movimento em que “aparecimentos e desaparecimentos” (JACQUES et al., 2017, p. 328) dialogam e se sobrepoem.

As heterocronias urbanas seriam essas coexistências de tempos distintos nas cidades, coexistências não pacificadas, que causam estranhamentos, conflitos, choques. Seriam como descompassos, arritmias, um tipo de furo ou rasgo que abre um tempo dentro do outro, que cria uma brecha ou desvio temporal, onde temporalidades múltiplas podem emergir; um tipo de solução ou tropeço que rechaça qualquer lógica temporal positivista, linear ou teleológica: montagens de tempos heterogêneos. (JACQUES et al., 2017, p. 298)

À medida em que avançamos por entre os choques e tensionamentos de tempos e espaços do nosso painel cronológico, complexificamos a nossa compreensão acerca da história do pensamento urbanístico e começamos a visualizar como se formam nossas nebulosas. A circulação do pensamento e da produção de Le Corbusier e a constituição e o desenvolvimento do Movimento Moderno, olhados a partir dessas múltiplas relações espaçotemporais, ganham outros contornos e maiores adensamentos. Se fixamos nossa atenção, por exemplo, no ano específico de 1956, notamos que, simultaneamente à realização do emblemático concurso para o Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal – uma clara reverberação do projeto da *Ville Radieuse*, de Le Corbusier, de 1930 –, acontece em Dubrovnik, na Croácia, o X Ciam. Essa edição do congresso foi marcada pela ascensão do Team



X (1953-1967) e pelo forte questionamento das ideias urbanísticas de Le Corbusier, as quais, naquele mesmo momento, guiavam as premissas adotadas pelo projeto vencedor do Plano Piloto da nova capital do Brasil. O mesmo Team X, anos mais tarde, em 1959, no Congresso de Otterlo, realizava o simbólico enterro do Movimento Moderno, enquanto Brasília dava apenas os seus primeiros passos.<sup>15</sup>

Se olharmos ainda mais de perto para um outro verbete de 1956, dedicado ao projeto para a Plataforma Rodoviária de Brasília (1956), veremos que a discussão tem como principal foco justamente uma reflexão acerca da diferença entre aquilo que Lucio Costa, naquele momento, idealizara em sua prancheta e aquilo que a vida pulsante da cidade de fato instituiu para o espaço enquanto urbanidade ao longo dos anos.<sup>16</sup> O debate é aberto pelo choque entre duas falas do arquiteto, separadas cronologicamente por 38 anos, mas que nessa montagem se tocam: “o sonho foi menor que a realidade”, concluiu o arquiteto em 1995. A urbanidade “requintada, meio cosmopolita” imaginada para o terminal rodoviário, inspirada em centros urbanos europeus como Picadilly Circus e Times Square, fora suplantada pelas formas de ocupação produzidas pelos milhares de habitantes das classes mais populares das cidades satélites do Distrito Federal, que chegam na capital pelo terminal. Os choques entre as linhas retas e bem planejadas do Plano Piloto e a organicidade da sua ocupação popular se apresentam ainda por meio de croquis do Plano Piloto, fotografias do espaço da rodoviária tomado pela “vida intensa dos verdadeiros brasilienses” e nas imagens poéticas de Nicholas Behr.

Essa discussão aponta uma leitura de Brasília que vai além do mito da pureza modernista, possibilitando acessá-la não apenas pelo campo de debate<sup>17</sup> do urbanismo moderno, mas também do popular.<sup>18</sup> Uma possibilidade de continuarmos a deriva da nossa navegação pelo *site* é explorar os verbetes que compõem a constelação em torno da “Rodoviária de Brasília”, localizada no topo da página, a fim de complexificarmos ainda mais a nossa compreensão. Um desses verbetes, destinado à própria “Inauguração de Brasília” (1960), por exemplo, para além de recontar a história consagrada da capital, pautada na celebração de seus feitos de arquitetura e engenharia modernos, evidencia o aspecto popular da construção dessa cidade,

como na atuação dos chamados “candangos” e no surgimento e desenvolvimento das diversas cidades satélites da capital nacional, elencados nos demais verbetes “Fundação da cidade-satélite Núcleo Bandeirante (Cidade Livre)” (1956); “Fundação da cidade-satélite de Ceilândia” (1971); “Milton Santos publica ‘A Cidade nos Países Subdesenvolvidos’” (1965); e “Criação da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI)” (1970).

Ao pensar e narrar Brasília por meio dessa nebulosa, somos capazes de tecer relações que não são definidas por uma hierarquia entre as diferentes possibilidades de leitura e compreensão dos acontecimentos a ela associados. Como o gaguejar da língua de Deleuze (1997, p. 126), esse modo de pensar-narrar “não seleciona, porém afirma os termos disjuntos através de sua distância, sem limitar um pelo outro nem excluir o outro do um, esquadrinhando e percorrendo o conjunto de toda sua possibilidade”. A leitura, assim, pode derivar por múltiplos caminhos e encontrar outros adensamentos, como, por exemplo, um conjunto de verbetes mais próximos ao debate do Movimento Moderno – “Inauguração de Chandigarh (1953)” e “Fundação de Islamabad (1953)” – ou outro relacionado à criação de “cidades novas” – “Inauguração de Goiânia” (1937) e “Cidade nova de Cosmorama (SP)” (1931).

Esses conjuntos de relações e adensamentos circunstanciais e mutáveis vão se delineando à medida que o leitor percorre a plataforma, expandindo e encolhendo diferentes constelações a cada “clique”. As reconfigurações nos fazem ver distintas relações e possibilidades de debates, além de demonstrarem aspectos da circulação de ideias em diferentes temporalidades e espacialidades, engajando tanto o leitor como o pesquisador-montador em uma postura ativa e criativa de investigação, que passa a ter como principal motor a imaginação. Torna-se possível, assim, visualizar conexões para além daquelas pensadas nos momentos de composição e inserção dos verbetes no *site*, decorrentes do próprio modo de “pensar por nebulosas” que reconhece o saber acerca de determinado acontecimento como contingente,<sup>19</sup> tanto ao seu próprio campo de conhecimento, quanto às circunstâncias do próprio pesquisador.

Essa forma de construção do conhecimento, que encontra no *site* da Cronologia um modo próprio de narração, admite lacunas, incompletudes, desdobramentos e encontros – fragmentos que, ao mesmo tempo que preservam sua autonomia e singularidade, compõem conjuntos diversos de relações em que não há pretensão alguma de apontar para uma totalidade do conhecimento acerca do acontecimento narrado, mas sim de trazer à superfície sempre novas e infinitas possibilidades de relação entre fatos importantes da história do pensamento urbanístico.

Mais do que um resultado fixo de um processo de pesquisa realizado *a priori*, esse nosso modo de pensar-fazer-narrar é um processo em movimento, sempre inconclusivo e inacabado, pois aberto “aos possíveis ainda não dados”. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 13) O percurso errante de exploração possibilitado pelo *site* convoca o leitor a se aventurar entre as imagens e citações que compõem os verbetes, percorrer o painel cronológico para melhor entender as relações históricas e geográficas apontadas pelos debates, desdobrar as constelações conformadas em torno de cada acontecimento, acessar os *links* disponíveis para outros documentos e, assim, em um movimento constante e mobilizado pela imaginação, ir construindo um conhecimento próprio. Diante desse conjunto fragmentado e heterogêneo de possibilidades, o leitor é convidado a despojar-se das suas convicções<sup>20</sup> e a encontrar as suas próprias e inesperadas relações a partir do que lhe é apresentado, podendo inclusive colaborar com a pesquisa.<sup>21</sup>

Assumimos, portanto, um arranjo sempre provisório da pesquisa e da ferramenta, passível de ser reconfigurado à medida que novos nexos emergem daquilo que se posiciona em relação.<sup>22</sup> A possibilidade de nos colocarmos diante dessas incertezas, de permitir um processo de montagem e desmontagem das nossas narrativas, nos faz imaginar múltiplos desdobramentos dos acontecimentos mobilizados, compondo histórias do pensamento urbanístico que não são unívocas nem homogêneas. As diversas configurações das nossas nebulosas, em constante movimento de adensamento e dispersão, assumindo e reforçando seus intervalos e suas lacunas, nos direcionam a um pensamento inesgotável, a uma capacidade imaginativa que “aceita o múltiplo e o reconduz constantemente para nele detectar novas

‘relações íntimas e secretas’, novas ‘correspondências e analogias’”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 20) E assim, somos direcionados também ao movimento, ao percurso errante, ao desvio, ao delineamento impreciso e ao contorno turvo, em que o mais estimulante é a possibilidade de abertura a novos caminhos do que a fixação a um só tempo e espaço.

---

## NOTAS

- 1 Chamamos de “acontecimentos” os projetos, publicações, eventos e fatos relevantes à história do pensamento urbanístico, categorias pelas quais os nossos verbetes estão organizados no *site* da Cronologia. Para o filósofo Gilles Deleuze, “acontecimento” relaciona-se com uma efetuação espaçotemporal diferente daquela hegeliana e positivista da história: “Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou [...] Mas há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente, porque ele é livre das limitações de um estado de coisas, sendo pessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular, *eventum tantum*...; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar a contra-efetuação”. (DELEUZE, 1974, p. 154)
- 2 A plataforma Cronologia do Pensamento Urbanístico – disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br> – visa tornar pública, através de seu dispositivo técnico, parte dos esforços investigativos das diversas equipes e pesquisadores nela envolvidos. Os modos de narração apresentados pela plataforma e suas reflexões teóricas, práticas e técnicas, completamente indissociáveis, são discutidos no conjunto de textos desenvolvidos pela equipe da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que compõem o “Narrar por relações”: I em “Intrigas”, II em “Vestígios” e III em “Desvios”. Assim, evidenciamos a possibilidade de uma leitura conjunta dos três textos, que se complementam e dialogam entre si.
- 3 Essa discussão é melhor abordada pelo texto “Teoria historiográfica e a cronologia do pensamento urbanístico”, disponível na seção “Leituras” do *site* da Cronologia. Essa seção, acessada pela página inicial da plataforma, traz uma série de textos e materiais suplementares à compreensão da pesquisa, desenvolvidos tanto especificamente para o *site* como para congressos e seminários, além de outros escritos oriundos de teses e dissertações elaboradas por nossos pesquisadores. Ver: [http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=2](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=2)
- 4 “Por ‘constelação’, Benjamin designava a relação entre os componentes – as estrelas – de um conjunto – as linhas imaginárias que desenham um agrupamento constelar –, a relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire, o sentido que lhe pode ser atribuído”. (VELLOSO, 2018, p. 101)
- 5 Optamos por iniciar nosso percurso na plataforma pelos verbetes, visto que, através de ferramentas de monitoramento dos acessos ao *site*, pudemos constatar que uma das formas mais recorrentes de entrada pelos diversos leitores externos à pesquisa se dá por uma busca direta ao conteúdo de cada acontecimento.

- 6 As demais subpáginas ou abas de cada página do verbete são: “documentos”, na qual são disponibilizadas fontes primárias; “textos críticos”, na qual se reúnem resenhas e ensaios críticos sobre o tema; “biografias”, que apresentam as entradas criadas pela própria pesquisa sobre os autores de projetos ou publicações, ou personagens principais de eventos ou fatos relevantes; e, por fim, nas abas “bibliografias”, “downloads” e “links”, são disponibilizados e indicados livros, textos e *websites* em que se podem expandir as leituras para além do conteúdo disponível no verbete.
- 7 É importante pontuarmos que essa seleção de fragmentos pelo pesquisador-montador, ao construir cada verbete, também é guiada pelo propósito de adensar a trama de relações já existente no *site*. Para isso, é preciso olhar atentamente para os debates e articulações já presentes na plataforma, podendo, assim, levantar fragmentos que, ao passo que reforçam o debate colocado no próprio verbete, potencializam também relações com outros já existentes ou a serem criados, seja por afinidade ou embate, contribuindo para o adensamento e complexificação das redes de conexões presentes no *site*. As biografias, que também fazem parte dos conteúdos associados aos verbetes, constituem uma categoria à parte, podendo ser inseridas separadamente e relacionadas a diferentes verbetes.
- 8 A noção de “intervalo” é melhor aprofundada no texto “Narrar por relações I: o fragmento, o intervalo, a imaginação”, que compõe a seção “Intrigas” deste mesmo tomo.
- 9 O texto “Narrar por relações II: aventuras através de histórias da Cronologia do Pensamento Urbanístico”, que compõe a seção “Vestígios” deste mesmo tomo, aborda com mais profundidade essa “aventura científica” pela biblioteca de Aby Warburg.
- 10 O concurso público promovido para eleger um projeto para o edifício é vencido pelo arquiteto Archimedes Memória, resultado que desagradou ao ministro Gustavo Capanema. Este, que havia idealizado a realização do concurso, decide por anulá-lo e convence o presidente Getúlio Vargas a contratar uma equipe de jovens arquitetos que havia sido desclassificada na primeira etapa do pleito, liderados por Lucio Costa.
- 11 Enquanto Memória acusa Drummond de atuar como “patrono e intransigente defensor” de um grupo de “elementos deletérios”, “comunistas” e “agitadores culturais”, o poeta exalta a “solução revolucionária” do ministro Capanema de substituir a proposta vencedora pelo grupo de “jovens arquitetos, imbuídos de ideias novas” e responsáveis pela concretização da “obra hoje reverenciada pelos mestres da arquitetura universal”.
- 12 Essa admiração de Lucio Costa por Le Corbusier é ressaltada também na biografia do arquiteto brasileiro, uma das abas disponíveis no verbete. A trajetória da vida profissional de Costa é pautada por encontros e realizações de projeto em conjunto com o arquiteto franco-suíço em diversos momentos. Ver em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/biografia.php?idVerbete=1&idBiografia=1>. Acesso em: 3 jun. 2020.

- 13 Em 1929, Le Corbusier realiza conferências em Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, com o intuito de difundir as suas ideias, que naquele momento causavam pouco interesse na Europa e particularmente na França. O relato dessa viagem é publicado no ano seguinte, com o título *Précisions sur un état présent de l'architecture et de l'urbanisme* (Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo).
- 14 É possível utilizarmos a ferramenta de recorte disponível no painel cronológico para aproximar alguns anos específicos a fim de visualizar a circulação das ideias pelo tempo, conforme interesse do leitor. Ainda, o painel permite elencar os verbetes por diversas categorias ou palavras-chave que chamamos de “marcadores”, nos possibilitando filtrar os acontecimentos que serão apresentados.
- 15 O desenvolvimento do Movimento Moderno, da sua ascensão ao seu declínio, pode ser melhor compreendido pelo texto “Notas sobre o moderno: a(s) Carta(s) de Atenas e a emergência do Team X”, constituinte da seção “Leituras”, disponível no site da Cronologia. Ver: [http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=26](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=26).
- 16 Esse tensionamento entre uma arquitetura racionalmente planejada e a experiência vivenciada nas cidades é justamente um dos motivos pelo qual o Team X teria rompido definitivamente com o pensamento ortodoxo modernista, criticando seu caráter funcionalista e abstrato. O projeto *Urban Re-identification*, do casal britânico Alison e Peter Smithson, que de forma mais direta marcaria a ruptura com o movimento, traz uma releitura da “Grille corbusiana” através de uma série de imagens que coloca a rua, as pessoas e a vida cotidiana como elementos centrais para o projeto urbano. Esses elementos e debates acerca da diversidade e do espaço da rua também fundamentam os escritos da jornalista e ativista Jane Jacobs. Em um dos textos presentes na seção “Leituras” do nosso site, chamado “Brasília: segregação e utopia na construção da cidade moderna”, é afirmado que: “Quase contemporânea à própria construção de Brasília, vê-se a publicação, já em 1961, do livro ‘Morte e vida de grandes cidades’, da jornalista Jane Jacobs. O livro foi uma síntese e relato crítico aos processos de reurbanização e de planejamento urbano calcados nas propostas tão discutidas nos CIAMs”. Ver: [http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=24](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=24).
- 17 É importante pontuarmos que, anteriormente, a equipe da UFBA havia se dividido em três campos de debate – moderno, popular e participação – para o desenvolvimento da pesquisa. Cada um desses subgrupos foi delineado a partir de “pontos de inflexão”, estabelecidos em um momento ainda anterior. Os desdobramentos e as considerações em torno dessa organização momentânea da equipe são apresentados no texto “Fazer por desvios”, parte do tomo II desta mesma coleção.
- 18 Entende-se o popular “num contexto social de pós-industrialização, com o pop, com a cultura comercial da sociedade de consumo conforme explorada pela *pop art*” e também no “contexto social de pré-industrialização [...] e toma como ponto de partida a criação do Museu de Arte Popular (MAP), em 1963, em Salvador”. (JACQUES et al., 2019, p. 48-49)

- 19 “Cada nuvem, considerada sob certo ângulo, define ela própria uma totalidade, ainda que contingente, pois mesmo sua estaticidade adivinha-se que temporária. [...] Assim, a própria ideia de uma nebulosa como totalidade é relativa e depende dos sentidos e nexos internos e externos que as recortam e recortaram”. (PEREIRA, 2018, p. 251)
- 20 “Citações em meu trabalho são como salteadores no caminho, que irrompem armados e roubam ao passeante a convicção”. (BENJAMIN, 2012, p. 62)
- 21 Na aba “colabore”, disponível em todos os verbetes, o leitor pode enviar sugestões a serem mediadas e acrescentadas pelos pesquisadores no conteúdo disponibilizado na ferramenta web.
- 22 Nesse sentido, é importante pontuar que o percurso imaginado neste texto se refere à atual configuração do site, a qual tende, futuramente, a sofrer algumas alterações.



## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Walter Benjamin 1842-1940*. Paris: Editions Allia, 2007.
- ALMEIDA JÚNIOR, Dilton Lopes de; SOUZA Karine da Silva. Brasília: segregação e utopia na construção da cidade moderna. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, Salvador, 2016. Disponível em: [http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=24](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=24). Acesso em: 1 jun. 2020.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CIDADE nova de Cosmorama (SP). In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1680&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- CONCURSO para o Plano Piloto de Brasília. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- criação da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1625&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. *Pós*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-209, nov. 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou a gaia ciência inquieta*. Tradução Renata Correia Botelho e Ruy Pires Cabral. Lisboa: KKYM, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismos das imagens. Tradução Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DRUMMOND, Washington Luis Lima. *Teoria historiográfica e a cronologia do pensamento urbanístico*. Cronologia do Pensamento Urbanístico, Salvador, 2009. Disponível em: [http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=2](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=2). Acesso em: 16 de jun. 2020.

FUNDAÇÃO da cidade-satélite de Ceilândia. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1600&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 jun. 2020.

FUNDAÇÃO da cidade-satélite Núcleo Bandeirante (Cidade Livre). In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1602&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 de jun. 2020.

FUNDAÇÃO de Islamabad. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1618&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GO: INAUGURAÇÃO de Goiânia. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1532&langVerbete=ptt>. Acesso em: 21 jun. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I: modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 206-235.

JACQUES, Paola Berenstein *et al.* Temporalidades. In: BRITTO, Fabiana

Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017. p. 294-349.

JACQUES, Paola Berenstein *et al.* Fazer por desvios. In: PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo II: modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019. p. 20-151.

INAUGURAÇÃO de Brasília. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1257>. Acesso em: 21 jun. 2020.

INAUGURAÇÃO de Chandigarh. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1527>. Acesso em: 21 jun. 2020.

LE CORBUSIER. O espírito sul-americano. In: SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: ProEditores, Tessela, 1987.

LE CORBUSIER publica précisions. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1595>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MILTON SANTOS publica “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos”. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1601&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensar por nebulosas. In: PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I: modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 236-261.

PROJETO da Ville Radieuse. Autor: Le Corbusier. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1580&langVerbete=pt>. Acesso em: 21 de jun. 2020.

PROJETO para Plataforma Rodoviária de Brasília, Autor: Lúcio Costa. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1617>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PROJETO para o Ministério da Educação e Saúde Pública - Lúcio Costa e equipe. In: CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Salvador, [200-]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=594>. Acesso em: 21 jun. 2020.

RABELO, Gabriela *et al.* Notas sobre o Moderno: a(s) Carta(s) de Atenas e a emergência do Team X. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, Salvador, 2016. Disponível em: [http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id\\_leitura=26](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=26). Acesso em: 1 jun. 2020.

SAMPAIO, Antonia Heliodório. *Anais 3a Semana Urbanismo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFBA*. Salvador, 1988.

VELLOSO, R. Pensar por constelações. In: PEREIRA, Margareth da Silva; JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I: modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 98-121.

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
O L H A R E S

*A própria narrativa é, antes de tudo, viagem<sup>1</sup>*



M A R I A  
S T E L L A  
M A R T I N S  
B R E S C I A N I

O mar, lembra Hans Blumenberg, é a metáfora da inconstância, do risco, do movimento, contrapostos à certeza, à segurança, à estabilidade da terra firme. (BLUMENBERG, 1969 apud ROSSI, 2000, p. 23)

**A** narrativa como viagem<sup>2</sup> traz inspiração e desafio para nos deslocarmos por linguagens nas quais predominam as palavras. Elas se apresentam como instrumentos privilegiados para construir imagens projetadas e suscitam a sensação de sermos partícipes da experiência a nós transmitida pelo narrador. Experiência estética-sensorial do ser imerso no meio ambiente, cujas palavras expressam algo singular, restrito ou exclusivo àquele que toma a palavra para produzir “uma narrativa da experiência estética enfatizada pelo processo interativo entre a experiência do agente e o objeto da experiência”. (SAITO, 2016, p. 1; tradução da autora) Como se daria a transmissão da experiência do narrador desdobrada nessa segunda experiência, a de nossa leitura? Estamos certamente conscientes de haver uma distância intransponível entre o sujeito da fala das sensações narradas e nós, leitores.



O que seria o narrar? Para Walter Benjamin (1995, p. 197-198), narrar traz a fala viva do narrador que “retira da experiência o que ele conta”, que como forma de expressão teria “florescido num meio artesão – no campo, no mar e na cidade”. Sua peculiaridade seria a de mergulhar na vida do narrador, que nela deixa sua marca impressa, “como a mão do oleiro na argila do vaso”. A fala do narrador configura, portanto, a expressão da experiência comunicável de pessoa a pessoa, e dessa fala Benjamin (1995) não exclui as narrativas escritas, principalmente quando pouco “se distinguem das histórias orais” (BENJAMIN, 1995, p. 201), e as opõe à escrita do romancista, um indivíduo isolado, cuja autoria estaria fixada e cujo leitor, por sua vez, se recolheria a uma leitura isolada. A narrativa como arte tradicional sofrera, a seu ver, um processo de extinção a partir do surgimento do romance, que, em longa trajetória iniciada no “período moderno”, revelava nossa crescente incapacidade de contar. (BENJAMIN, 1985) Para Jeanne Marie Gagnebin (1994, p. 68), Benjamin “situa neste contexto o surgimento de um novo conceito de experiência em oposição àquele de Erfahrung (Experiência); Erlebnis (Vivência) reenvia à vida do indivíduo particular, na sua inefável preciosidade, mas também a sua solidão”. A vivência estaria vinculada a uma interiorização psicológica, a interiorização espacial, com a arquitetura valorizando o “interior”, a casa como refúgio.

O quanto permaneceria nessa pessoa isolada – o indivíduo – a vontade de repassar experiências vividas, sensações novas provocadas, por vezes inesperadas, de algo que o sensibilizou?

Proponho uma viagem exploratória, a partir da instigante herança a nós deixada por Benjamin, para indagar sobre a possibilidade de pensarmos a condição do narrador em nossa atualidade. Não esquecemos, entretanto, a força das palavras na tradição oral, entremeadas por gestos e expressões faciais, moduladas pelo ritmo, pausas e alteamento da voz. O quanto permaneceria da voz do narrador na escrita do viajante, aquele que sempre “tem muito o que contar”? Contar o quê? Lembro as palavras de Anne Cauquelin (2007, p. 85) sobre o caráter seletivo do olhar: “Uma constante revolução agita o par compreender-ver. Eu compreendo por que vejo e à medida que vejo, mas só vejo por meio e com o auxílio do que compreendo que

é preciso ver naquilo que vejo”. Daí que a exposição a situações variadas exige ampliar o repertório do filtro que intermedeia o olhar.

#### VIAGEM TRANSATLÂNTICAS

#### BRASIL > EUROPA — EUROPA > AMÉRICA LATINA

Uma afirmação indiscutível é que uma viagem e uma visita atenta às paisagens urbanas podem constituir para um jovem uma experiência de formação de enorme importância. [...] particularmente para o estudante de arquitetura ou para o arquiteto [...]. (CALABI, 2017, p. 6)

Busquei navegar pelas narrativas de dois arquitetos, um formado, outro autodidata, em viagens contemporâneas aos escritos de Benjamin; nelas, eles narram experiências transatlânticas cruzadas. Lucio Costa, 24 anos, em viagem prêmio oferecida pelo Loyd aos formandos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, percorria, como arquiteto, cidades europeias em itinerário de formação, uma versão contemporânea do *grand tour* dos séculos XVII e XVIII, da educação dos sentidos, principalmente o olhar. (COSTA, 1995, p. 33)<sup>3</sup> O que teria acrescentado ao repertório de Le Corbusier, 42 anos, já profissional experiente, sua viagem de descoberta da América do Sul?

As narrativas tomam formas diversas. Em cartas, Lucio Costa escreve de modo informal em meio ao torvelinho da viagem à Europa, o corpo imerso nas sensações físicas dos sentidos, ainda pouco elaboradas formalmente; já Le Corbusier traz na bagagem conferências preparadas e, ao relatar a viagem em terras da América, coloca-se numa pausa, a bordo do Lutetia, entre a “experiência” do choque e a escrita da “vivência” saturada de sensações. O quanto esses relatos – a escrita filial de Costa e as anotações de Le Corbusier, narrativas explicitamente datadas – deixam entrever olhares seletivos e intenções diversas?

Lucio Costa, jovem viajante solitário, conta para sua família a experiência do reencontro com a Europa no ano de 1926, onde passara

parte da infância. (COSTA, 1995) Em duas cartas de novembro, quando da chegada a Paris após rápida estadia em Lisboa, anota o clima chuvoso e o frio da capital francesa, que conferiam à cidade atmosfera de paisagem desolada: “Crepúsculos desbotados, lentos, quietos. [...] As formas dos grandes edifícios se diluíam e se apagavam imprecisas”. (COSTA, 1995, p. 39) Numa “primeira impressão”, tudo lhe pareceu menor: as grades das Tulherias, as grandes colunatas, a Concorde, as ruas labirínticas, mais baixo o Obelisco de Luxor, mais juntas as fontes. Impressões talvez trazidas por lampejos da “memória involuntária”, resquícios de lembranças do menino de 12 anos, um *flash* retrospectivo. Logo, porém, tudo volta a assumir sua devida dimensão grandiosa: pessoas e veículos circulam em ondas numerosas, “a vida fervilha em crescendo parece transbordar”. Costa (1995, p. 39) se desvencilha das sensações e seu olhar de arquiteto avalia criticamente a fachada da Ópera – “os grupos do embasamento, as esculturas de Carpeaux representando a Dança e a Tragédia, tomam proporções disformes”, se assemelham às “paixões que animam a multidão anônima [...] que fervilha”. Seu corpo nesse espaço lhe dá uma estranha sensação: “Senti-me perdido como uma criança de um ano...”, um espaço onde multidões se deslocam apressadas “como se o fim do mundo se aproximasse, e cada qual procurasse satisfazer um último desejo”. (COSTA, 1995, p. 39) A experiência do choque se impôs: “Oh! Grande cidade! Cidade imensa – tanta coisa que ver, tanta coisa que fazer, que se fica tonto [...] é grande demais a cidade, e grande demais a escolha”. (COSTA, 1995, p. 39)

Queria me deter, entretanto, no modo como se deixa envolver pelo ambiente das cidades italianas. Florença “em pleno coração da Itália [...] onde a vida parece deslizar feliz – entre cantos e blasfêmias – entre becos imundos e mármore resplandecentes. terra de contrastes. Terra de vida. Aqui nada dorme, nada repousa. Tudo vive e vibra”. “Milão, uma cidade grande, cidade moderna, que agrada. [...] Bom comércio, belas gravatas. Ótimos restaurantes”. (COSTA, 1995, p. 45) Implica com a “cor vermelha dos taxis, gritante e excessivo”. Passa por Turim, Verona – “adorei” –, por Padova, “deixou-me frio”, e chega a Veneza – San Marco e o Grande Canal. Expressa o nítido anseio de compartilhar com os pais a “esquisita impressão – misto de desilusão, de espanto e de prazer – que se tem de ver de repente – real, nítido,

preciso – um lugar muito conhecido através de pinturas, desenhos e descrições” (COSTA, 1995, p. 45):

E tudo surgia assim de repente, e eu olhava para tudo com espanto, e me sentia triste, e me sentia contente. Numa sensação ao mesmo tempo de prazer e desencanto. Era como se dentro de mim qualquer coisa desmoronasse ou se partisse para logo se transformar – ressurgir – numa metamorfose imprevista. [...]

A verdade é que Veneza é realmente bela. Para a compreender e ama-la é preciso vê-la durante o dia e às tardes. Que sonho, que hino de cores, que céu!

Mas é à tarde que é preciso ver Veneza. À tarde quando o sol se esconde do outro lado do canal, [...] quando as gôndolas negras em silêncio deslizam [...] (COSTA, 1995, p. 46)

O registro das paisagens se altera quando seu olhar de arquiteto se detém na Praça de São Marcos, a Basílica “baixa, como que deitada, dormindo seu sono eterno e tumultuoso na abundância multicolor de suas arcadas, colunas e cúpulas”; o Campanille ao seu lado, reconstruído, “liso e seco, altivo e simples na sua nudez de tijolo”; “o Palácio Ducal, o Palácio dos Doges, com sua parede sem vãos, os seus pilares sem conta e os seis trevos de pedra”. Em sua narrativa, Veneza encontra seu duplo:

essa cidade de romance, é uma coisa que existe, que tem vida, uma cidade como outra qualquer... [...] Desagradável para se viver, pois deve cansar. Falta espaço, falta vegetação. É difícil o transporte e difíceis são as comunicações. Os pequenos canais e as pequenas ‘calles’ sendo quase sempre sujos e feios, nem sempre são pitorescos. (COSTA, 1995, p. 46)

E conclui: “Enfim, quando se fala de Veneza, fala-se é da Piazza San Marco (a mais imponente sala de recepções do mundo, como querem que Napoleão tenha dito), da Piazzeta, do Grande Canal, do Rialto e de um ou outro canal secundário”. (COSTA, 1995, p. 46)

O desencanto/encanto tem parâmetros de comparação para seu olhar: “Como difere de Florença! É extraordinária, aqui na Itália, a diferença que existe de uma cidade a outra. Sempre viveram independentes, livres, formando pequenas repúblicas à parte. [...] Se Veneza é a cor, Florença é a forma e a linha”. (COSTA, 1995, p. 46)

Diz estar com a “sensibilidade gasta” pela passagem por Turim, Milão, Verona e Padova e, contudo, em Florença, seu olhar se desloca entre apreensão profissional e sensações que o ambiente lhe produz:

Florença com seus palácios quadrados e maciços, severos, de pedra rústica, com enormes beirais que quase todos se beijam deixando apenas adivinhar uma nesga de céu. [...] é apesar do sol e do céu, uma cidade cinzenta – cinzenta porém alegre, de uma alegria sã e feliz, essa alegria que emana das coisas onde a arte natural e espontânea nasce sem esforço, como nascem as flores. (COSTA, 1995, p. 46-47)

Se a narrativa evidencia o privilégio do olhar munido dos conhecimentos adquiridos no curso de Arquitetura, as anotações não elidem as sensações do corpo imerso no espaço, a festa para os sentidos tocados pelas cidades visitadas, a ponto de afirmar em uma das cartas estar tão saturado de vivenciar na Itália tantas coisas interessantes “que quase nada me emociona”. Atingia, certamente, o limite de estar em cidades que só se deixam entredesvendar na superfície de sua aparência; ir além, penetrar no sentido de suas paredes, seus traçados – ruas e praças – estratificados em sucessivas camadas de usos, de vivências, cidades saturadas de vida urbana milenar, conflitos, lutas sangrentas motivadas por invasores e por grupos rivais – como os guelfos e gibelinos em Florença –, exige permanência e conhecimentos históricos.

Do impacto de Veneza sobre Lucio Costa, deslizo para um pequeno desvio, um outro olhar-ver como itinerário formativo, o do historiador Jean-Pierre Vernant, quando, em 1935, aos 20 anos, percorreu, com o irmão e um amigo, o longo trajeto da Grécia a Veneza passando pela Albânia. Instado a falar sobre arquitetura e urbanismo, ele recorre à memória e traz “divagações” que lhe permitem atravessar fronteiras entre seus estudos da Antiguidade Clássica – Grécia antiga,

o momento da experiência e o filtro do rememorar – e “o atual de seu pensamento”. Camadas de temporalidades se cruzam ao relatar, muitos anos depois, a travessia por vilarejos murados com construções integradas à paisagem, onde os habitantes pareciam modelados pela mesma argila e madeira usadas nas construções. Sentiu-se “*dépaycé*”, não só pelo que esse *habitat* mantinha de primitivo, mas perante a imagem de mulheres carregando nas costas “tudo o que parecia muito pesado ou muito vulgar para ser transportado” no lombo de um asno, privilégio dos homens. O reencontro com sua condição de europeu se deu aos poucos, quando, em Dubrovnik, sentiu a sensação de transpor temporalidades; lá, construções em pedra expunham o domínio do tempo e a ação do pensamento, “o passado presente, história, organização social, cálculo, estética”. Nessa travessia de temporalidades, é na chegada a Veneza que seus sentidos se detêm em outra dimensão, as construções não assentadas no solo:

Impressão – ilusão certamente, mas se impõe – de que a cidade repousa no nada, que não há ali terreno ao qual ela deva se encostar e se adaptar, tal como se ela concretizasse um projeto puramente imaginário. Ela parece repousar sobre a água da laguna; seus blocos de pedra com todo o peso do passado, seus palácios, suas igrejas, os cais, os patamares, as praças, as escadarias, tudo se alça como um maravilhoso décor pousado diretamente sobre o mar, entre a água e o céu, essas duas extensões sem limites [...]. (VERNANT, 2014, p. 134, tradução da autora)

E reflete:

A felicidade desse espetáculo provém de que as mais estáveis certezas, as categorias mais asseguradas apresentem-se ali movimentadas-balançadas, invertidas. [...] é o sonho humano do arquiteto construtor da cidade que se encarna na pedra dura, na consistência e perenidade dos edifícios, toma a forma de uma realidade substancial. (VERNANT, 2014, p. 135, tradução da autora)

As palavras de Vernant expressam o olhar-ver-compreender do historiador da Antiguidade Clássica que, quando jovem e frente à cidade

sobre as águas da laguna, tenha talvez se deparado com um desafio para seu entendimento. Provavelmente, só no “tempo” da escrita de suas divagações, munido da bagagem cultural adquirida, pudesse ele dizer ter descoberto em Veneza “uma idealidade urbana no sentido que os historiadores das matemáticas dizem dos Gregos que, ao lado dos sábios chineses, indianos, babilônicos, inventaram a idealidade do número e do espaço”. E concluir: “Frente à Veneza, repentinamente, compreendo que a cidade também, como a pintura, é uma coisa mental”. (VERNANT, 201, p. 134-135) O quanto camadas de pesquisas entrecruzadas impregnaram seu olhar-ver-compreender retrospectivo?

Pouco importa. Suas divagações orais e escritas permitiram o desvio para serem emparelhadas às de Lucio Costa, arquiteto recém-formado, cujo repertório adulto anterior da viagem à Europa se limitava à descoberta das cidades históricas mineiras.<sup>4</sup> Quando finaliza sua peregrinação por cidades italianas, sob o impacto de sucessivos choques do “novo” e sem conhecimentos históricos necessários para seu olhar compreender as camadas de vivências expostas nesse presente, Costa sentiu ímpetos de se refugiar e não hesitou em nomear o lugar do refúgio, “um país bem estúpido, que nada tenha de arte, onde a inteligência e o espírito possam espreguiçar-se numa despreocupação sã e animal”. E indica “Um lugar ideal como o Rio, por exemplo, que pouco tendo que preste [...] faz com que se dê um valor inestimável e se aprecie plenamente qualquer pequeno objeto de arte por insignificante que seja”. (COSTA, 1995, p. 44-45) Saturados o olhar e demais sentidos pela trajetória que o levou ao encontro com o desconhecido e causara tensão permanente provocada pela sucessão de lugares onde a incipiente bagagem cultural lhe exigira atenção continuada, desvia-se para o conforto do conhecido, cujo “curto passado histórico” lhe era familiar.

Em mais um improvisado desvio, contraponho a experiência-vivência de Costa e Vernant à observação de Benjamin (1989) sobre Baudelaire, que, de tão imerso na sua Paris em transformação, não lhe dedicou em seus poemas palavras sobre suas ruas, praças e monumentos. Menos do que enquadramento, Paris subjaz em seus versos não como paisagem, porém como um forte presente impregnado nos

personagens poéticos. Não passava por Paris, a cidade era seu espaço de imersão cotidiana, experiência e vivência conjugadas num exíguo espaço de tempo.

#### VIAGEM E OUSADIAS – NAVEGAR PELAS PALAVRAS E DESENHOS

...O navio entra e sai dos estuários, prosseguindo seu caminho em direção ao largo, ao longo das peregrinações mundiais por todas as costas desta terra... (LE CORBUSIER, 1987, p. 69)

Posto que viagens estejam no centro das narrativas fixadas no registro do encanto e desencanto elaborados em paisagens, prossigo apoiada na imagem metafórica proposta por Paulo Rossi (2000, p. 23-24):

A viagem não oferece certezas, mas apenas esperanças. A viagem oceânica é uma longa e imprevisível aventura [...] implica o abandono preliminar de antigas seguranças e de arraigados modos de pensar. [...] para enfrentar as vias incertas, difíceis e solitárias [...] é necessário que o intelecto primeiro se purifique e ponha em discussão a si próprio: a sua própria estrutura inata, a sua linguagem, os seus conteúdos ‘aprendidos’.

Seriam esses os procedimentos dos viajantes trazidos pelos ventos das crises do entre-guerras a destino inverso ao de Lucio Costa e de brasileiros aportados em terras do Velho Mundo europeu?<sup>5</sup> O que moveria Le Corbusier quando, em 1929, chegou em terras da América do Sul? Percorria trajetória aproximada à de Donat-Alfred Agache – Buenos Aires, Montevidéu, Rio de Janeiro –, com breve momento em São Paulo a convite de Paulo Prado intermediado por Fernand Léger; sua bagagem profissional continha conhecimento de “vários países percorridos há mais de vinte anos” e “propostas de urbanização de cidades”. (LE CORBUSIER, 2006, p.17-18)

Trazia preparadas as conferências a serem realizadas em Buenos Aires, duas delas repetidas em São Paulo e Rio de Janeiro. Já suas



anotações sobre a estadia na América do Sul, algumas seriam feitas *in loco*, a maioria a bordo do Lutetia, em dezembro de 1929, na volta à França, seguida do “Corolário Brasileiro ...que também é Uruguaio,” de janeiro de 1930 (CORBUSIER, 2004, p. 227) Ou seja, houve um espaço de tempo que lhe permitiu uma narração elaborada.

Para a Primeira Conferência aos Amigos da Arte em Buenos Aires, em outubro de 1929, Le Corbusier (2004, p. 35) buscou um título significativo: “Livrar-se de todo espírito acadêmico”. No texto publicado, desvios de oralidade se entrecruzam com a escrita previamente preparada. Ou seja, antes de entrar no tema proposto, expõe suas impressões sobre a capital portenha em avaliação aparentemente desconcertante: “Percorri a pé inúmeras ruas de Buenos Aires e isto representa uma quilometragem respeitável, não é mesmo? Observei, vi, compreendi...”. E prossegue: “Devo falar do *espírito novo*, aos senhores que são o *Novo Mundo*” e se pergunta: “será que conseguirei impor-me?”. (CORBUSIER, 2004, p.35) Escolhe palavras bem ajustadas na busca de impacto para o diagnóstico crítico contundente:

Pois Buenos Aires é um fenômeno completo. Aqui existe uma unidade formidável: estamos diante de um bloco único, homogêneo, compacto. Nenhuma falha em uma fundição maciça. Uma só: o interior da residência da sra. Ocampo.

Como então ousar lhes dizer que Buenos Aires, capital sul do Novo Mundo, gigantesco aglomerado de energias insaciáveis, é uma cidade de erros, de paradoxos, uma cidade que não é nem de espírito novo nem de espírito antigo, mas simples e unicamente uma cidade de 1870 a 1929. (CORBUSIER, 2004, p. 35)

Aproxima a imagem da capital argentina a de “cidades ativas nascidas entre a bigorna e o martelo: Berlim, Praga, Viena, Budapeste, etc., ou que estão sujeitas ao gigantesco impulso do maquinismo: Paris”. (CORBUSIER, 2004, p.35) Prossegue e talvez interpusesse uma pausa em sua fala antes de contrapor a essa imagem desolada, compacta, uniforme, o potencial positivo do posicionamento geográfico de seu território. Por esse processo indutivo, estrategicamente introduz os “elementos fundamentais e as três bases do urbanismo e da arquite-

tura”, bases oferecidas a quem soubesse olhar “no fundo do estuário do rio da Prata”:

o mar e o porto imenso,  
a magnífica vegetação do parque Palermo,  
o céu argentino... (CORBUSIER, 2004, p. 35)

Elementos positivos, contudo, negados ao olhar dos portenhos:

Mas, por assim dizer, não vemos nem uns nem outros, estando dentro da cidade. A cidade é desprovida de mar, de árvores e de céu. (CORBUSIER, 2004, p. 36)

As imagens seguintes compõem o contraste e se unem na solução urbanística projetada, oferecida e adotada, solução que daria à cidade “um destino prodigioso”. Detalha e desenha:<sup>6</sup>

*o estuário do rio*, porta gigantesca pela qual entram coisas do mundo inteiro,

*a planície*, que se estende até o mar e sobre a qual se pode levantar, sem choques, uma cidade fremente com o sublime da criação humana,

*estes imensos interiores*, feitos de pampa, planaltos e montanhas, com rios gigantescos, terras próprias ao cultivo e à criação de gado, terras ticas em minérios e jazidas. Tudo que é necessário para que a indústria nasça e a agricultura produza.

Contam-se nos dedos os países que possuem semelhantes topografia e geografia, de onde pode surgir com tanta normalidade uma cidade que seja um posto de comando. (CORBUSIER, 2004, p. 35-36, grifo do autor)

Só depois introduz, enfim, em sua complexidade o tema anunciado: “Arquitetura e urbanismo – é de tal forma vasto, móvel”, pois seus fundamentos vão “ao encontro de perspectivas tão longínquas”, de “fatos encadeados que constituem uma *doutrina* [...] um leque de conceitos que derivam intimamente uns dos outros, segundo as leis

da razão”. (CORBUSIER, 2004, p. 36) Sua exposição se organiza entre convencimento e persuasão: sugere a seu público subir num avião e ver “a natureza que nos fez e cujas forças aqui aparecem” e diz ser a servidão ao maquinismo – “padronização, industrialização, taylorização – fatalidades do momento presente, [...] mal passageiro, crise de crescimento” – algo a ser superado. No decorrer das conferências, numerosos desenhos, “com a ajuda do carvão e do giz colorido”, trazem apoio às suas premissas e ideias. (CORBUSIER, 2004, p. 41-47, 203-205)

O olhar modulado apresenta duas percepções da cidade: do navio, a vista do porto e a “linha infinita das luzes e da pequena agitação em seu centro”; a 500 metros de altura, a “cidade se tornou visível”: “margens do rio poluídas com barracões, coração da cidade longe da ribanceira, eriçado, hirsuto, tumultuado [...] espetáculo de pesadelo intenso”. (CORBUSIER, 2004, p. 203) Tomado pelo entusiasmo, em sua Nona Conferência, *Le Corbusier* (2004) lança a projeção grandiosa de junto às margens do rio, na denominada Barranca, a edificar um novo solo da cidade, de concreto armado 10 ou 18 metros rio acima. “Uma imensa plataforma de concreto armado empoleirada em pilotis”; sobre ela, projeta arranha-céus para tornar esse espaço “uma cidade de negócios em alinhamento majestoso”. (CORBUSIER, 2004, p. 203) Expõe em palavras e desenhos a imagem da reversão projetada: “A cidade inteira, até agora enclausurada em ruas opressivas, *abre-se para o mar*, em plena luz, em plena liberdade, em plena alegria”. (CORBUSIER, 2004, p. 203)<sup>7</sup>

Esses recortes colhidos em suas conferências se aproximam e se afastam da narrativa do “Prólogo americano”, datado de 10 de dezembro de 1929, na volta à Europa, em que afirma narrar impressões com “a cabeça ainda repleta de América”, sem que houvesse “infiltração europeia alguma nessa massa poderosa de sensações e de espetáculos americanos”. O “crescendo das estações (início da primavera argentina e verão tropical no Rio)” traz o impacto estético – “o sol é magnífico”; desenha diante dos olhos “uma pirâmide da qual o Rio era o topo e esse topo era coroadado, como um fogo de artifício”. (CORBUSIER, 2004, p. 15) Sua narrativa, entretanto autorizada pelo conhecimento técnico e a força poética, recua e avança por descrições de territórios

percorridos a pé e de avião.<sup>8</sup> Teria, entretanto, o impacto com esse Novo Mundo questionado, embaralhado mesmo, “os seus conteúdos ‘aprendidos’”? Vejamos como transcreve mais observações feitas *in loco*:

A Argentina é verde, plana e seu destino é violento. São Paulo está a 800 metros de altura, em planaltos acidentados cuja terra é vermelha como brasa e a cidade ainda parece suportar, em seu território, a cara espiritual e autocrática dos fazendeiros de café que outrora mandavam nos escravos e que hoje são como governadores severos e insuficientemente ativos. Vermelho e rosa são as terras do Rio, verde sua vegetação, azul seu mar. [...] Enguem-se ilhas que furam as águas, gaivotas mergulham no mar, elevam-se altas colinas e grandes montanhas. Seus cais são os mais belos do mundo. (CORBUSIER, 2004, p. 15)

E conclui: o “valor espiritual de Paris permitiu-me poder dizer em Buenos Aires, Montevideú, São Paulo e Rio, aquilo que eu tinha para dizer, “*em nome de...* Essa viagem torna-se uma missão”. (CORBUSIER, 2004, p. 16) Como entretecer aprendizado e “missão”?

As narrativas de Le Corbusier perfazem inúmeros desvios e há *expertise* em dupla face, a leitura técnica – palavras e desenhos se completam com alusões poéticas e estímulos a sentimentos. Em “Buenos Aires, dois meses e meio de constrangimento e introspecção”, no Rio de Janeiro “tudo explode em festa”: “verão tropical, vegetação às margens das águas azuis”. Ao sobrevoar a cidade, sua topografia acidentada e complexa o entusiasma: “quando se é urbanista e arquiteto [...] sentimos as ideias brotarem”; ela “parece desafiar radiosamente toda colaboração humana, com sua beleza universalmente proclamada, somos acometidos de um desejo violento, quem sabe louco, de tentar também aqui uma aventura humana [...] ‘afirmação-homem’ contra ou com ‘presença-natureza’”. (CORBUSIER, 2004, p. 227) Certo da força retórica das imagens como estratégia de persuasão, desenha ainda a bordo do avião “ideias de urbanismo moderno, [...] uma imensa autoestrada que ligaria, a meia altura, os dedos dos promontórios abertos sobre o mar...”. (CORBUSIER, 2004, p. 229) Detalhadas a estrada e bifurcações, no desenho ela avança sobre o porto sustentada por edificações, “imensas colunas dorsais”, um

conjunto gigantesco de “arranha-mares” onde escritórios estariam “banhados pela luz”, livres da circulação dos automóveis. Equipara a proposta a “espetáculos arquitetônicos magníficos [...], como a ‘vila Adriana’ de Tivoli (a grande plataforma da qual se avista a planície de Roma)”. (CORBUSIER, 2004, p. 235)

Sobrevoa São Paulo e a impressão é outra: “no decorrer de alguns anos se desenvolveu vertiginosamente”, sua topografia acidentada se espalha “a perder de vista, [...] 45 km de diâmetro, cujas ruas mais parecem dédalos e estão sempre entupidas”. (CORBUSIER, 2004, p. 233) Desenha autoestradas sustentadas “por meio de estruturas de concreto armado [arranha-terras] que constituirão escritórios no centro da cidade e moradias na periferia. [...] Um projeto preciso, um decreto”. (CORBUSIER, 2004, p. 233) E o põe em movimento: “Como se fossem dardos, os automóveis atravessarão a aglomeração por demais extensa. Do nível superior das autoestradas eles descerão para a rua. Os fundos de vales não terão construções, mas estarão liberados para a prática do esporte e para o estacionamento dos automóveis [...] Ali serão plantadas palmeiras ao abrigo dos ventos”. (CORBUSIER, 2004, p. 233) Finaliza sua projeção urbanística: “Que magnífico aspecto teria este lugar! Um aqueduto maior do que o de Segóvia, uma Ponte du Gard gigantesca! O lirismo ali teria seu espaço”. E indaga: “Existe algo mais elegante do que a linha pura de um viaduto em um lugar movimentado e algo mais variado do que suas fundações que se enterram nos vales ao encontro do solo?”. (CORBUSIER, 2004, p. 235)

## NAVEGAR PELAS NARRATIVAS – UMA VIAGEM SEM PORTO SEGURO

Imprudente, me deixei navegar nas palavras de Le Corbusier, seduzida pelos desvios narrativos: oralidade transcrita e desenhos apresentam o espaço físico das cidades visitadas e se entrecruzam à argumentação propositiva. Um delírio ou a estratégia de sedução de um *expert* desejoso de vender/realizar seus projetos? Enfim, sabia que ele, tal como Vernant, orientava seu olhar-ver-compreender seletivamente

pelos conhecimentos adquiridos em múltiplos itinerários de formação; ambos exploraram a Antiguidade por perspectivas diferentes, as duas históricas. Vernant, versado em documentos da Grécia clássica e achados arqueológicos, se permitiu instado por filósofo e arquitetos a um desvio retrospectivo. Traz uma experiência juvenil de viagem, atravessa fronteiras temporais e sua narrativa deixa pouco nítido o quanto do passado fora reelaborado pelo presente de seus conhecimentos. Le Corbusier, em viagens, sempre com cadernos em mãos, fizera observações de caráter técnico, mas também jornalístico, rabiscara croquis de edifícios e monumentos e fotografara – Oriente, Atenas-Pompeia-Pisa, Alemanha e Viena em 1910, prosseguira pelo Danúbio, Praga, Balcãs, Adrianópolis e Istambul, Pompeia, Nápoles, Pompeia, Roma.<sup>9</sup> Uma bagagem excepcional lhe permitiu falar, na América do Sul, para um público desconhecido, nem todo de arquitetos. Lucio Costa, muito jovem, explorava possibilidades de olhar-ver na composição das cartas, e talvez por serem dirigidas a pessoas íntimas, seus pais, os sentidos prevalecem e expõem a quase impenetrabilidade das cidades visitadas para além da materialidade exposta; seu *iter* de formação não permitia entender o motivo de cada edifício, as tensões presentes em cada pedra assentada, as circunstâncias em que cada “milagre” da técnica tornara exequível depositar uma edificação na Veneza suspensa sobre as águas da laguna.

Assim, no final do percurso pelas narrativas escolhidas, eu me indago: o quanto a viagem pelas experiências narradas significou – menos um porto de chegada, mas sim desvios e questões desafiadoras para minha própria formação?

---

## NOTAS

- 1 Agradeço a Adalberto Retto Junior pela leitura e sugestões; também a Izabel Marson e Rodrigo Faria.
- 2 “A viagem é um tema onipresente nos espaços narrados – a própria narrativa é, antes de tudo, viagem – espaços apresentados pela perspectiva do narrador a outrem”. Frase retirada da proposta feita pelos organizadores do II Seminário Espaços Narrados. “As línguas na construção dos territórios ibero-americanos”. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), junho 2019.
- 3 Inúmeros autores estudaram o *grand tour* e cito Michel Conan no posfácio “Le pitoresque: une culture poétique”, obra de William Gilpin, *Trois essais sur le beau pitoresque* (1982); e relacionado ao *iter* de formação para arquitetos, remeto a Calabi (2017). No artigo “História, arquitetura e cidades: a viagem à Europa como estudo no início do século XX”, cujo foco é a viagem prêmio realizada pelo engenheiro Alexandre Albuquerque, formado pelo Escola Politécnica de São Paulo em 1904, Cerasoli (2011) expõe o itinerário percorrido por Albuquerque em paralelo a outros percursos formativos efetivados por autores de diferente formação intelectual. Na dissertação *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil*, Sodré (2010) entremeia viagens do arquiteto Luis Saia e do literato Mário de Andrade.
- 4 No artigo “O Aleijadinho e a Arquitetura tradicional” para *O Jornal* do Rio de Janeiro, edição especial de 1929, Costa faria um lamento pelo desapareço e um elogio às cidades históricas em Minas Gerais, mas também Bahia e Pernambuco. In COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: sobre arquitetura*, 1º volume, Centro de Estudantes de Arquitetura, Porto Alegre, 1962, p. 13-16
- 5 Yannis Tsiomis expõe numerosa lista de artistas e intelectuais, principalmente de São Paulo, presentes em terras da França nesse entre-guerras: Oswald de Andrade, Sergio Millet, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Vicente do Rego Monteiro, Heitor Villa-Lobos, Victor Brecheret, Souza Lima, “um bando de jovens entusiastas”, todos, afirma Tsiomis (2006, tradução da autora), “Um mecenas sustenta todos esses artistas, e [será] ele mesmo que facilitará a primeira viagem de Le Corbusier ao Brasil: Paulo Prado”.
- 6 Em comentário às palestras proferidas no mesmo ano em São Paulo e Rio de Janeiro, o articulista da *Movimento Brasileiro* descreve a desenvoltura com que falava e desenhava. A transcrição dos comentários em fac-símile, foram publicadas em *Le Corbusier e o Brasil* (1987).
- 7 De certa maneira, o empenho de Le Corbusier em projetar possibilidades urbanísticas e arquitetônicas para Buenos Aires se choca com a afirmação de Tsiomis, quando afirma que, ao contrário das conferências proferidas no Rio de Janeiro, em 1936, e

- cuidadosamente anotadas e organizadas pelo arquiteto para publicação dirigida ao público brasileiro, as realizadas em Buenos Aires eram endereçadas a um público francês ou francófono. (TSIOMIS, 2006, p. 46)
- 8 Sua viagem aérea foi proporcionada pela Companhia Sul-Americana de Navegação aérea em viagem inaugural com destino a Assunção, Paraguai. (CORBUSIER, 2004)
  - 9 Remeto a Le Corbusier (2002, 2009).



## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Alguns temas sobre Baudelaire In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas).
- CERASOLI, Josianne F. História, arquitetura e cidades: a viagem à Europa como estudo no início do século XX. *Oculum Ensaios*, Campinas, n. 14, p. 14-25, jul./dez. 2011.
- CALABI, Donatella. Apresentação. In: RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva. *Itinerários de estudos como aventura intelectual: a dimensão paisagística no projeto da cidade contemporânea*. Curitiba: Monalisa, 2017. p. 6-21.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007.
- CERASOLI, Josianne F. História, arquitetura e cidades: a viagem à Europa como estudo no início do século XX. *Oculum Ensaios*, 14, Campinas, 07-12.2011, p. 14-25.
- CONAN, Michel. Le pitoresque: une culture poétique. In: GILPIN, William. *Trois essais sur le beau pitoresque*. Paris: Le Moniteur, 1982. p. 119-131.
- COSTA, Lucio. Cartas 1926-1927 In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 33- 47.
- COSTA, Lucio. Aleijadinho e a arquitetura tradicional In: Xavier, Alberto (org.). *Lucio Costa: sobre arquitetura*, Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. v. 1, p. 12-16.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em W. Benjamin*. Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LE CORBUSIER. *Croquis de voyages et études*. Paris: La Quinzaine Littéraire-Luois Vuitton, 2009.

LE CORBUSIER. O espírito sulamericano. In: SANTOS, Ce. R. dos et al. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto Editora, 1987.

LE CORBUSIER. L'Esprit de la Sud-Amérique In: LE CORBUSIER. *Conférences de Rio*. Paris: Flammarion, 2006. p. 185-187.

LE CORBUSIER. *Precisões*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura São Paulo: Cosac&Naify, 2004, p. 35-36.

LE CORBUSIER. *Voyge d'Orient: carnets* Milano: Mondadori Electa; Paris: Fondation Le Corbusier, 2002.

ROSSI, Paulo. *Náufragos sem espectador: a ideia de progresso*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SAITO, Yuriko. Aesthetic of Everyday. In: STANFORD Encyclopedia of Philosophy. Stanford: Stanford University, 30 set. 2016. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/aesthetics-of-everyday/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto Editora, 1987.

SODRÉ, João Clark de Abreu Sodré. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)*. Mestrado, FAU-USP, 2010.

TSIOMIS, Y. Le Corbusier au Brésil - 1936. In: LE CORBUSIER. *Conférences de Rio*. Paris: Flammarion, 2006. p. 15-17.

VERNANT, Jean-Pierre. Espace et ville. In: VERNANT, Jean-Pierre. *La traversée des frontières*. Paris: Seuil, 2004. p. 133-140.

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
P A I S A G E N S

*Habitar imaginários,  
reconhecer memórias,  
representar tessituras*



L U C I A N A  
S A B O I A

## INTRODUÇÃO

**A** staria a discussão da paisagem somente arraigada à noção de ecologia, tendo o “meio ambiente” como palavra-chave? Ou poderíamos ampliar essa apreensão para um plural possível? Em seu livro *A invenção da paisagem* (2007), Anne Cauquelin expõe a problemática na qual a paisagem parece estar sempre representada pela ideia de um existencialismo preexistente, que a transforma em um dado natural. Ela afirma que, na Grécia Antiga, a natureza era uma potência atuante, a metáfora de ordem antropomórfica, uma natureza ecônoma. Em suas palavras: “Com efeito, Aristóteles a apresenta [a natureza] como uma boa dona de casa. Uma ecônoma cuidando das reservas cuja guarda lhe foi dada, distribuindo-as com medida e bom senso”. (CAUQUELIN, 2007, p. 45)

Assim, a noção de natureza se entrelaça com a teoria dos jardins, de lugares de repouso e de recolhimento na cidade romana. Anne Cauquelin, ainda em *A invenção da paisagem*, descreve trechos de *Investigações* (História) de Heródoto. Horácio, o amigo dos campos, saúda Fustus, o amigo da cidade, sendo o campo o lugar isolado a partir da ruptura com a cidade. (CAUQUELIN, 2007, p. 62) Heródoto retrata o amante do campo – *ruris amatores* – que habita e cria seu próprio espaço longe da cidade, aquele capaz de oferecer tudo de que a cidade nos afasta: a calma, o frescor e o ócio criativo. Considera-se o rural (o campo) tudo aquilo que antagoniza com o urbano

(a cidade). Mas as “paisagens urbanas” contradizem a noção natural de paisagem? Para Cauquelin, não obstante os terrenos vagos, a poluição, a sujeira nos edifícios e todas as descontinuidades do tecido urbano, vê-se o espetáculo urbano como paisagem.

Há uma naturalização de paisagens naturais e paisagens culturais como um invólucro, um cenário passivo. O fenômeno da paisagem foi retratado pelas artes, desde os primórdios antigos na pintura, mas também em quase todas as artes plásticas e, mais recentemente, na fotografia e cinema. James Corner, na introdução de seu livro *The Landscape Imagination* (2014), descreve a noção de paisagem como música que molda nossos pensamentos e estimula nossa imaginação. Por outro lado, a paisagem como meio, como possibilidade de um “dever”, como espaço do agir e de representação da ação coletiva muitas vezes não é considerada.

Parte-se da premissa de que o reconhecimento da narrativa humana pode revelar mudanças e continuidades nas paisagens em conformação, sejam elas rurais ou urbanas. A construção de paisagens abre lacunas entre os fatos históricos da comunidade e as promessas e ficções da crítica “liberal”. (KAPLAN, 2003, p. 8) Se a memória retida em nossas paisagens é retrospectiva, a promessa será prospectiva contra o sentimento de desabrigo que modernidade revela. Nesses dois polos temporais, se faz presente a condição da paisagem: a memória ligada ao desejo de habitar e a promessa de algo “permanente” frente à ansiedade e ao sentimento de “desabrigo” que o mundo moderno nos impõe.

## NARRATIVIDADE E A FENOMENOLOGIA DO HOMEM CAPAZ

São com os mesmos valores e com os mesmos fins que as pessoas avaliam a importância de suas qualidades próprias para a vida do outro.

(RICOEUR, 2006, p. 216)

Através de uma teoria social crítica, Paul Ricoeur, em *O percurso do reconhecimento* (2006), traz à tona a problemática sobre a filosofia reflexiva: como dar continuidade à análise aristotélica da ação (a ação sensata na qual o autor se reconhece responsável) com a noção de desejo racional, de autonomia? Segundo Ricoeur (2006), a filosofia reflexiva foi inaugurada por Descartes e Locke, depois desenvolvida na dimensão prática pela segunda crítica kantiana e levada por Fichte ao seu maior poder transcendental. O problema é o déficit no exame feito por Kant do imperativo categórico: como se sabe, o critério de seu caráter categórico reside em sua universalidade e na capacidade de nossa ação passar pelo teste da universalidade. “Mas não se diz de onde provêm as máximas”, afirma Ricoeur (2006, p. 107), pois as categorias são dadas *a priori*. Nesse caso, a questão da autonomia somente estabelece coerência com a máxima categórica, sem um questionamento crítico da ipseidade. Se a síntese *a priori* é estabelecida como categoria universal, onde está a reflexão sobre a instância do agente responsável por suas ações?

Como explicar esse apagamento da ipseidade no tratamento da autonomia moral? Responderei a isso: em razão da ausência de uma tematização da ação enquanto campo prático colocado sob o império das normas. Encontro a confirmação desse déficit no exame feito por Kant do imperativo categórico: como se sabe, o critério de seu caráter categórico reside na sua universalidade, e esta na capacidade das máximas de nossa ação de passar pelo teste da universalidade. Mas não se diz de onde provêm as máximas. Porém, é aqui que a teoria da ação pode ser esperada. (RICOEUR, 2006, p. 106, grifo do autor)

Ricoeur propõe a reflexão de uma teoria da ação neoaristotélica e pós-kantiana sobre as capacidades, ou seja, procura esboçar o retrato do homem capaz. Admite, em uma abordagem hermenêutica, que a forma modal “eu posso” implica a ideia de ação de reconhecer a si mesmo. O reconhecimento reflexivo de si – “eu posso” na variedade de usos e ações, como “eu posso agir”, “eu posso falar” – significa “considerar verdadeiro”, no sentido de admitir, confessar, aprovar etc. Outro sentido de “eu posso” será o reconhecimento como atestação, um aspecto de valor. A segurança ligada ao reconhecimento



de “eu posso” passa a ser uma atestação, no sentido de eliminar qualquer suspeita. Ou seja, reconhecer, atestar, passa a ser presunção de capacidades que não podem ser questionadas até que se prove o contrário. “Acredito que posso agir” passa a atestar o reconhecimento de si como valor e verdade.

O homem – agente da ação – atesta que é capaz de agir, de cometer determinado ato, como também o leva ao estágio reflexivo ao abrir a polaridade entre a atestação e o reconhecimento de si mesmo. Pode-se, então, resumir que o reconhecimento da responsabilidade (ação aristotélica) implica um reconhecimento da consciência reflexiva de si mesmo (pensamento dos modernos). Esse caráter reflexivo de si mesmo é o que irá caracterizar a abordagem hermenêutica do si, constituída pela dialética entre identidade e alteridade.

O eu é o agente da ação, mas também pode ser o leitor de si mesmo quando se exercita em imaginar suas próprias expectativas em função das intrigas, das tramas narrativas, geradas pelas diversas interpretações de si mesmo ao longo do tempo. Dessa forma, ao narrar-se, o leitor se reconhece assumindo diversos papéis e estados emocionais nas suas configurações pessoais, como fascinação, rejeição, orgulho etc. Um ponto a ser ressaltado é a apropriação crítica das narrativas de si mesmo, como afirma Ricoeur (2006, p. 115) sobre identidade narrativa quando afirma que “aprender a narrar-se é também aprender a narrar a si mesmo de outro modo”.

Em uma fenomenologia do homem capaz, aquele que age é também o leitor das narrativas de si mesmo. Baseado na *Pour une esthétique de la réception*, de H. R. Jauss (1978), Ricoeur salienta a apropriação do leitor da configuração do enredo e seus personagens. Como já foi dito, pode-se sempre “narrar a si mesmo de outro modo”. Reconhecendo-se na trama, o leitor pode reconhecer a si mesmo apropriando-se criticamente da narrativa. Essa apropriação crítica da leitura, tanto da identidade narrativa como no reconhecimento de si mesmo nas diversas representações miméticas, é o que promove a construção identitária constante. Esse é um dos pontos cruciais do estado de refiguração presente na configuração de paisagens e territórios em transformação.

Nesse sentido, há uma dependência da narrativa no tempo, como fenômeno, tornando-a inseparável do passado e também projetando-a ao futuro. Para Durozoi e Roussel (1996, p. 269), a concepção kantiana do tempo é baseada em uma visão da experiência humana, que coloca na mente categorias universais de entendimento, distintamente da visão fenomenológica de Heidegger, que considera que a consciência do tempo é estabelecida como temporalidade. Segundo os autores, Heidegger afirma que o próprio sinal de nossa finitude é a maneira inevitável que fazemos em relação à morte, marcando também a consciência do tempo pelo ser humano no mundo (*dasein*). (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 269) Assim, “a consciência do tempo envolve uma espécie de jogo dialético ou tensão mútua entre o passado, o presente e o futuro, no qual todo período de tempo deve ser tratado não separadamente, *mas como algo diferente de si mesmo, em troca permanente*”. (DUROZOI; ROUSSEL, 1996, p. 462, grifo nosso) Compreende-se, então, que a função narrativa expressa na linguagem torna-se a própria configuração do tempo e do espaço.

## HABITAR O MUNDO, RECONHECER PAISAGENS

O habitar é feito de ritmos, paradas e movimentos, fixação e movimento. O lugar não é apenas uma reentrância onde permanecer, como Aristóteles o definiu (a superfície interior de um invólucro), mas também o intervalo a ser percorrido. A cidade é o primeiro invólucro dessa dialética do abrigo e do deslocamento.<sup>1</sup> (RICOEUR, 1998, p. 45)

Martin Heidegger, em *Construir, habitar, pensar*, faz um paralelo entre espaço e habitar através do vocábulo “Raum”, que em alemão significa “espaço”. *Raum* também significa um lugar disponível para ocupação e vivência. Espaço, então, não é um lugar fixo, e sim um lugar em potencial para o habitar. O espaço, pode-se dizer, é delimitação de uma área livre para a presença humana. Esse espaço articulado propicia e se articula através de um lugar, como uma ponte que integra as duas margens de um rio em determinados pontos. Heidegger conclui que “os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do’ espaço”.

Coisas, que desse modo são lugares, são coisas que propiciam a cada vez espaços. Uma antiga acepção pode nos dizer o que designa essa palavra ‘espaço’. Espaço (Raum, Rum) diz o lugar arrumado, liberado para um povoado, para um depósito. Espaço é algo espaçado, arrumado, liberado, num limite, em grego *πέρας*. O limite não é onde uma coisa termina mas, como os gregos reconheceram, de onde alguma coisa dá início à sua essência. Isso explica por que a palavra grega para dizer conceito é *ορισμός*, limite. Espaço é, essencialmente, o fruto de uma arrumação, de um espaçamento, o que foi deixado em seu limite. O espaçado é o que, a cada vez, se propicia e, com isso, se articula, ou seja, o que se reúne de forma integradora através de um lugar, ou seja, através de uma coisa do tipo da ponte. Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do’ espaço. (HEIDEGGER, [2016?])

Heidegger argumenta que somente através do habitar e sua relação com o lugar compreenderemos o nosso ser, a nossa essência. Entretanto, o construir nunca configura o espaço como uma única entidade. “O desenraizamento é o único apelo que convoca os mortais para um habitar”, afirma Heidegger ([2016]). O construir não é algo fixo, e sim o abrigo que dá forma ao habitar, que abriga a sua presença. Paul Ricoeur reinterpreta o devir heideggeriano presente na dialética entre o habitar e o construir no texto *Architecture et narrativité* (Arquitetura e narratividade), de 1998. Ricoeur (1998, p. 45) define lugar não necessariamente como um ponto estável, e sim como um intervalo a ser percorrido e reconhecido. Quando afirma que o habitar é feito de ritmos, de paradas, de movimentos, de atividades e usos sociais, argumenta que a ação de habitar espacializa e configura o espaço continuamente. O filósofo interpreta o habitar como uma ação configuradora como o ato de narrar, sendo assim o habitar configura o mundo moderno ao longo do tempo. A narrativa significa a ação responsável e consciente das práticas sociais no momento presente, o aqui e agora. Dessa forma, a ação de habitar presente nas práticas sociais configura os espaços, modernos ou não, continuamente na sua historicidade.

O ato de habitar – que é, em si, um gesto edificante – é uma mediação entre o tempo narrado e o espaço construído de acordo com Ricoeur

(1998). Assim como o ato de narrar, o habitar é um ato privilegiado, pois constrói memórias e promessas, histórias e ficções e traz à tona reflexão e ação na mesma luta, em um mesmo gesto configurador, em um momento preciso, *hic et nunc*. A fluidez da narrativa entre o habitar e o construir ao longo do tempo possui também o poder de reinterpretar fatos passados ou replanejar atos futuros. Especialmente quando o habitar plenamente não é possível e o desenraizamento, as faltas, os conflitos são latentes, fazendo com que o impacto da ação social no momento presente seja continuamente reconfigurado em uma luta contínua por reconhecimento social.

A noção de reconhecimento mútuo deixa de ser somente uma ação recíproca e passa a ter uma correlação com o sentido de justiça e de luta por afeto, direito e estima social. Em outras palavras, quanto mais se luta por direitos, mais se busca reconhecimento. O “ser reconhecido” deixa de ser um princípio de mutualidade para ser um objetivo a ser alcançado. Para Ricoeur (2006, p. 233), a exigência por reconhecimento passa ser uma questão de direito, de cidadania.

Além disso, quando alguém diz “fui reconhecido”, há outra pessoa envolvida. Portanto, uma relação mútua de reconhecimento surge quando alguém é reconhecido por um outro ou pela alteridade do eu. Tal ato implica ainda que esse “outro” seja identificado. O reconhecimento mútuo implica a capacidade de narrar o seu próprio espaço: o homem constrói-se e constrói o mundo a sua volta através do reconhecimento do habitar presente nas paisagens de conflitos e de vida. A profunda ambiguidade da experiência da modernidade implica a condição de representação e reconfiguração que discutiremos a seguir.

#### HERMENÊUTICA E REPRESENTAÇÃO: TESSITURAS *EX SITU* E *IN SITU*

Uma hermenêutica de uma arquitetura da paisagem é, portanto, algo que se baseia na experiência situada, colocada tanto no espaço e no tempo quanto na tradição, e é igualmente

sobre ressurgimento ou renovação como é sobre invenção.<sup>2</sup>  
(CORNER, 2014, p. 100, tradução nossa)

Paul Ricoeur inicia o texto *Architecture et narrativité* (1998) relacionando narratividade e memória. A memória do tempo vivido torna-se presente, e, segundo Aristóteles em *De la memoire et de la reminiscence*, memória é presença da ausência e do ausente. A ausência como possibilidade traduzida pelo irreal, pelo imaginário, e, por outro lado, a memória como presença do ausente significam a memória do que já foi, do antigo, do anterior, do passado. Portanto, ao narrar, abre-se a polaridade entre a ausência e o ausente. No ato de narrar, em um único momento, tanto resgatam-se as memórias do passado como abrem-se possibilidades do imaginário, da ficção, do futuro.

Nesse texto sobre arquitetura e narratividade, Ricoeur (1998) retoma a ressonância heideggeriana entre o habitar e o construir à ação mimética da arquitetura. Para Martin Heidegger, o habitar o mundo é indissociável do construir. Entretanto, Heidegger considera que habitar plenamente no mundo moderno de grande mutabilidade e contradição pode tornar o habitar plenamente inexistente. Ricoeur, ao invés de considerar o habitar-construir como uma idealização ou dilema existencial, transfere essa ressonância entre o habitar e o construir para o plano da ação no mundo. Essa ação comunicativa configura três momentos: a prefiguração, em que há a reflexão do habitar para possibilitar o construir; a configuração, quando o construir sobressai-se ao habitar e o *habitat* é materializado; e, finalmente, a reconfiguração, quando o habitar novamente vem à tona pela apropriação do habitante do construir.

Retoma-se a hermenêutica de si, o narrar do aqui e agora de nossas vidas, como representação e síntese reflexiva do homem que age. Pode-se afirmar que narratividade é a reflexão do homem falante sobre a reflexão do homem que age. Em uma semiótica da narrativa, Ricoeur aponta a profunda relação com o conceito de mimesis no esquema da *Poética*, de Aristóteles. Mimesis é a “representação” da ação responsável, a unidade de sentido de uma ação configuradora, a *mise-en-intrigue* da trama narrativa. A identidade narrativa configura, portanto, a representação da *mimèsis praxeos* sobre as experiências

vividas, suas impressões e sentimentos.

Esta expressão de “outro modo” implica outra problemática da narrativa, a sua dimensão temporal. A noção de tempo na narrativa, segundo Augustin em *Confessions*, é o ponto de ruptura e de descolamento entre o tempo cronológico e o tempo psíquico; em outras palavras, o tempo narrado é a mistura do tempo vivido e o tempo dos relógios e calendários. A narrativa torna presente a memória (o presente do passado); a promessa (o presente do futuro); e a atenção (o presente do presente). Entretanto, no instante em que se narra, há somente um único presente, isto é, o aqui e o agora.

Considera-se, então, a trama narrativa como uma *concordante discordante* (representação da ação Aristotélica – mimesis) e simultaneamente uma “discordante concordante” (a noção de tempo segundo Augustin). Dessa forma, se o narrar “coloca em intriga” a representação criativa em ação, Ricoeur (1990, p. 32) afirma que a mimesis narrativa é uma configuração tripartite já citada. A mimesis possui três momentos: a mimesis I, da prefiguração; a mimesis II, que consiste na configuração; e, finalmente, a mimesis III, que representa o estado de refiguração.

Ricoeur (1998) ressalta essa mimese entre construir e habitar nesses três momentos na configuração arquitetônica. O primeiro momento, chamado de prefiguração, configura a pré-compreensão da vida cotidiana interpretada pelo autor da narrativa; é a compreensão de experiências e modos de vida antes do discurso narrativo. Há uma reflexão sobre o habitar para configurar o construir. O segundo momento é o da configuração da narrativa propriamente dita, a estruturação do discurso e da trama narrativa. Nesse momento, o construir torna-se preponderante sobre o habitar, e a paisagem, seus artefatos e vestígios configuram sua materialidade. Por fim, a refiguração é o momento da recepção da narrativa. O leitor passa a ter um papel primordial na compreensão da narrativa segundo seus valores e experiências de vida. O espaço configurado é ocupado e reconhecido socialmente, e mais uma vez o habitar sobressai-se ao construir. Sem a leitura e releitura da narrativa, sua configuração da trama não pode ser completada.

A hermenêutica de si configura a trama vivida por cada um de nós ao longo de nossas vidas. Narrar a si mesmo configura a *mise-en-intrigue*, a trama de um conjunto heterogêneo de intenções, de atos, de causas e de acasos. Essa trama ou tessitura exige uma unidade de sentido, de concordância e, ao mesmo tempo, admite discordâncias, pois o eu torna-se personagem de sua trama pessoal e também coletiva que habita e constrói nossas paisagens. Ricoeur (2006, p. 115) afirma que o “personagem, pode-se dizer, é ele próprio colocado em intriga” ao habitar e construir seu próprio espaço.

As paisagens e as cidades tradicionalmente formaram as configurações para essas situações, enquadrando e simbolizando situações humanas como nascimento, morte, amor e cura – ou mesmo encontros cotidianos e relações humanas. Amizade, aprendizado e discussão são o que consagra a cultura desde a sua concepção repleta de significados esquecidos e latentes. Eventos altamente situados são assim incorporados e apresentados como o melhor quadro de referência para qualquer significado futuro – é o que explica James Corner em seu texto *Three Tyrannies of Contemporary Theory* (1991), sobre paisagem e hermenêutica. Para Corner, inevitavelmente, existe uma correspondência entre o cenário e a situação, um diálogo que não só diz respeito ao momento, mas também se relaciona a uma conversa contínua entre o passado e o futuro.

A hermenêutica da paisagem é, portanto, algo que se baseia na experiência situada, colocada tanto no espaço e no tempo quanto na memória, e tem tanto a ver com ressurgimento de memórias quanto com ideias fora de lugar que renovam significados da natureza presente e abrem espaço para a invenção. (CORNER, 2014, p. 100)

A paisagem em si mesma é um texto aberto à interpretação e transformação. É também um fenômeno altamente situado: em termos de espaço, tempo e tradição, e existe ambiguamente como fundamento e geografia de nossa herança e mudança. A paisagem distingue-se da natureza e do selvagem, pois é a terra que foi modificada pelos seres humanos. Entretanto, é mais do que isso. A paisagem não é apenas um fenômeno físico, mas se trata também de um artefato cultural, um filtro

conceitual através do qual nossas relações com o primitivo e a natureza podem ser entendidas.<sup>3</sup> (CORNER, 2014, p. 101, tradução nossa)

A reconfiguração pelo habitante, por sua leitura e reconhecimento de vestígios ou lugares implica uma apropriação cognitiva dessa experiência. A representação da paisagem como um fenômeno não é permanente no tempo. Pelo contrário, também depende de percepções intuitivas. A representação de objetos, lugares ou qualquer outro elemento material não é uma categoria *a priori* e está enraizada em sua universalidade.

Numa visão hermenêutica, a representação da paisagem é uma noção mimética fluida constantemente reconfigurada no tempo pelo ato de reconhecimento. A forma ativa do verbo “reconheço” assegura o fato e a percepção dele: reconheço algo, alguém e algum lugar em um determinado momento. Ricoeur reposiciona a ressonância heideggeriana entre o habitar e o construir à ação mimética da arquitetura, da cidade e suas paisagens. O habitar o mundo é indissociável do construir. Para Ricoeur, a função narrativa como um ato configurativo assume um papel dominante, uma vez que estrutura a compreensão dialética entre o habitar e o construir de um enredo edificante, de uma trama composta por tessituras do prefigurar, do configurar e do reconfigurar. Distante de um processo linear, contínuo e previsível, a mimesis tripartite proposta por Ricoeur reposiciona narrador e leitor como os sujeitos nessa trama que assumem a responsabilidade de novas configurações. Revela-se, então, uma trama interpretativa a novas experiências e ressignificações de memórias, conflitos, lugares e paisagens.

Esse paralelo entre a narratividade de Ricoeur e a hermenêutica da paisagem de James Corner discute um ponto-chave para entender a ação configuradora de “estar no mundo” sem perder de vista as ambiguidades e contradições presentes na experiência da modernidade. Ao se ver na trama, o leitor pode realmente se reconhecer, se apropriando criticamente da paisagem. Essa apropriação consciente, a leitura de territórios e espaços de vida, é o que promove a constante construção e luta por reconhecimento. Narrar paisagens remete à relação entre um e o outro, a interpretação de si e a recepção do outro



em um mundo dialético de encorajamento e fragilidade, certeza e incerteza, estabilidade e insegurança.

Tessitura, palavra de origem latina (*tessere*), significa aquilo é tecido, a trama, e remete-nos ao ato de fabricar um tecido, ligando as partes de um todo, assim como a trama da configuração da urbe, de seus espaços coletivos, seus tecidos e suas paisagens. Sobre o (re)configurar das tessituras que compõe paisagens, James Corner explicita o caráter *in situ* e *ex situ* de suas camadas, enredos e composições.

Configurar uma paisagem como um locus hermenêutico de predição e recomposição, profecia e memória, é ajudar a descobrir e orientar a consciência coletiva de uma cultura moderna inevitavelmente presa na sua transitoriedade.<sup>4</sup> (CORNER, 2014, p. 104)

## NOTAS

- 1 “Habiter est fait des rytmes, d’arrêts et de mouvements, de fixation et de déplacements. Le lieu n’est pás seulement Le creux ou se fixer, comme Le definissait Aristote (La surface intérieure de l’enveloppe), mais aussi l’intervale à parcourir. La ville est La première enveloppe de cette dialectique de l’abri et du déplacement”.
- 2 “A hermeneutical landscape architecture is therefore something that is based on situated experience, placed both within space and time as well as in tradition, and is as equally about resurgence or renewal as it is about invention”.
- 3 “The landscape is itself a text that is open to interpretation and transformation. It is also a highly situated phenomenon in terms of space, time, and tradition, and exists as both the ground and geography of our heritage and change. Landscape is distinguished from wilderness in that it is land that has been modified by humans. But is more than this. Landscape is not only a physical phenomenon, but it is also a cultural schema, a conceptual filtre through which our relationships to wilderness and nature can be understood”.
- 4 “To forge a landscape as a hermeneutic locus of both divination and restoration, prophecy and memory, is to help figure and oriente the collective consciousness of a modern culture inevitably caught in transition”.

## REFERÊNCIAS

CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.

CORNER, James; HIRSCH, Alison Bick(ed.). *The landscape imagination: collected essays of James Corner, 1990-2010*. New York: Princeton Architectural Press, 2014

CORNER, James. A discourse on theory II: Three tyrannies of contemporary theory and the alternative of hermeneutics. *Landscape Journal*, Madison, v. 10, n. 2, p. 115-133, 1991.

DUROZOI, Gérald; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papirus, 1996.

HEIDEGGER, Martin. Building dwelling thinking. In: HEIDEGGER, Martin. *Poetry, Language, Thought*. Tradução Albert Hofstadter. New York: Harper & Row, 1971. v. 154.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. [2016]. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger\\_construir\\_habitar\\_pensar.pdf](http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.

KAPLAN, David M. *Ricœur's Critical Theory*. Albany State University of New York Press, 2003.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, [Paris], v. 303, p. 44-51, 1998.

RICOEUR, Paul. Mimêsis, référence et refiguration dans Temps et récit. *Études Phénoménologiques*, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 29-40, 1990.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
P R O C E S S O S

*Pensar por extremos e agrupá-los*

*ou*

*problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*



R I T A  
V E L L O S O

“**E**u vendia Avon”. Assim Adélia Hernandez, metalúrgica em Contagem no ano da greve de 1968, conta como trabalhou para organizar a primeira greve operária no período da ditadura militar brasileira. Em abril daquele ano, os trabalhadores da região industrial de Contagem, cidade vizinha a Belo Horizonte, deflagram uma paralisação que foi decisiva para a reorganização do movimento operário brasileiro. Francisco Weffort a chama “greve espontânea” (WEFFORT, 1972), mas, quando se examinam de perto o entorno e os dias que antecederam o 16 de abril de 1968, vemos que a greve de Contagem foi organizada de modo singular e que as mulheres foram protagonistas em tal organização. Essas mulheres, onde estavam? Eram operárias, esposas, militantes?

“É insuportável a algazarra que fazem as negras quitandeiras”. Assim escreveu um jornalista do *Diário de Pernambuco* em julho de 1858. Um ano antes, em Salvador, não era diferente. As mulheres peixeiras, quitandeiras, que “mercadejavam” pelas ruas da cidade produziam todo tipo de queixas contra o vozerio feminino. Escravas libertas, em seu ambiente de trabalho, que era subir ladeira, descer ladeira ou parar em pequenos espaços alugados nas calçadas, também teriam seu papel determinante na greve de 1857. Foi delas o principal suporte aos ganhadores parados por uma semana. Afirma João Reis (2019, p. 186):

Ganhadores e ganhadeiras dividiam a soberania das ruas. Apesar de não participarem dos cantos, uma instituição masculina, elas se faziam presentes nas redes mais amplas de trabalhadores africanos da cidade, podiam ser parte de sua família, suas mães, mulheres, filhas. E devem ter ajudado o movimento não apenas desencorajando as deserções e enxovalhando os desertores. Como negociantes de comida, não duvido de que a tivessem fornecido a ganhadores que havia dias não faziam vintém.

Discutirei aqui o acontecimento dessas duas greves, no campo da história urbana, em seus planos crítico e historiográfico, colocando em relevo o papel que as mulheres desempenharam na organização de ambos os movimentos, pois, à medida que os estudávamos, víamos emergirem registros de uma singular atuação feminina sobre os espaços que davam suporte à ação grevista.<sup>1</sup>

A Greve dos Negros Ganhadores, em 1857 na Bahia, foi primeiro movimento grevista a envolver um setor particularmente sensível da classe trabalhadora no Brasil monárquico, tendo sido “greve” no exato sentido da paralisação do trabalho que em nada se diferenciou dos padrões de mobilização da classe operária oitocentista na Europa. Num momento em que o plano do Estado era “desafricanizar a cidade”, conforme anota João José Reis, dá-se a suspensão do trabalho africano – não apenas o escravizado – contra o Estado.

A Greve de Contagem<sup>2</sup> se desenrolou no município da região metropolitana vizinho a Belo Horizonte, numa cidade distrito industrial que atingiu sua capacidade total em 1966, com 105 indústrias implantadas. O pleno funcionamento da Cidade Industrial, entretanto, não corrigiu situações de trabalho muito precárias, desde o maquinário, que não era avançado, até a tecnologia em uso, muito atrasada. As mulheres constituíam grande parte daquela mão de obra operária, atuando principalmente nas indústrias têxteis, alimentícias, eletrônicas e em pequenas metalúrgicas, o que demonstra vividamente uma divisão sexual do trabalho (NEVES, 1994), uma vez que os homens estavam empregados nas indústrias de cimento, nas siderúrgicas e metalurgia pesada.

Não obstante, o espaço de luta dessas mulheres extrapolou o ambiente das fábricas, e esse fato é, em grande parte, o responsável pela singularidade dessa greve, cuja deflagração surpreendeu desde os empresários, o Governo Federal até mesmo os sindicatos. O que se passou é que, se “tradicionalmente, nos movimentos operários, a greve é um ato masculino” (NEVES, 1994, p. 151), essa bem-sucedida mobilização dependeu do modo como as mulheres fizeram a discussão da necessidade do protesto junto às famílias dos operários, indo a suas casas para “vender Avon” às esposas e convencê-las a apoiar a adesão dos companheiros ao movimento. Além disso, a movimentação entre as operárias em fábricas cuja maioria era de trabalhadoras garantiu adesão massiva à greve.<sup>1</sup>

Como pressuposto para tomar a luta como objeto, assumo que uma insurreição é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital. Assim, proponho neste texto analisar dois acontecimentos de luta urbana no Brasil, em momentos distintos da história do país, para discutir de modo amplo as condições de sua narrativa.

As mulheres em ação nos momentos de 1857 e 1968 são uma camada importante deles, mas que permanecem à margem de suas narrativas, sendo subjetividades políticas quase invisibilizadas. Meu propósito aqui é demonstrar como, ao compreender a atuação feminina nessas greves, compreendemos ao mesmo tempo um aspecto decisivo à análise de insurgências urbanas no Brasil atual e passado, mas também para além dele. As duas frases que uso inicialmente como mote do texto – a agência de mulheres no espaço urbano (público e doméstico) em que as greves acontecem – denotam um uso transformador do espaço. Sobretudo, dizem sobre subjetividades políticas que se formam nessas lutas, dando uma fisionomia feminina a essas duas datas.

Para dar suporte à demonstração desse argumento, é preciso que seja enunciado o que denomino “insurreição urbana”: um uso do espaço que é disruptivo da lógica do capital. Ao assumir como pressuposto que cada luta implica repercussões espaciais, delimito inicialmente a questão das insurreições como objeto da crítica e da historiografia tanto arquitetônicas como urbanas.



A seguir, será necessário expor os problemas da construção dessa narrativa histórica e a desmontagem/remontagem crítica dos acontecimentos. De certo modo, os casos são examinados perguntando pelas condições de possibilidade de narrativa e crítica dessas formas de resistência que, desenroladas no espaço urbano, inexoravelmente provocam ali repercussões de novo e sempre espaciais, quando transformam percepções, comportamentos, experiências.

**PONTOS DE PARTIDA: INTERROMPER O *CONTINUUM* HISTÓRICO, ENCONTRAR A FALHA**

Num plano crítico, “todo juízo é estratégico”, como disse Walter Benjamin (2018, frag 140). A estratégia da crítica, diante de cada obra, deve ser explicitar os detalhes pelos quais a obra julgada se transforma num manancial de singularidades que podem mantê-la viva no presente, justamente porque se difere deste.

Toda obra tem uma historicidade própria que diz respeito ao momento de sua produção, isto é, um tempo singular, no passado. Estrategicamente, o que a crítica pergunta sempre é de que modo e por que razão a obra reverbera no presente da sua interpretação.

Não se trata de emular o passado ou de buscar conjugar a expectativa do presente com o que foi realizado preteritamente. Cada obra criticada o é segundo a conjuntura do momento histórico em que vive o intérprete ou historiador. Isso significa, em primeiro lugar, que toda crítica deve evidenciar no detalhe material a distância histórica que separa a obra, em sua concretude histórica, do momento em que ela se apresenta à experiência de um espectador ou intérprete.

Benjamin insiste, conceituando o que poderia ser denominado “plano da crítica”, na necessidade de um movimento complexo: reconhecer a distância histórica que separa o passado do presente, em vez de buscar primeiro por supostas semelhanças, e reconhecer que essa distância também é apreendida de várias maneiras, segundo o modo

nada inocente de sua transmissão. Distância e transmissão: esses dois conceitos percorrem a obra inteira de Benjamin, desde sua tese de doutorado *Sobre o conceito de crítica de arte no Romantismo alemão* até as teses *Sobre o conceito de história*, seu último texto, escrito em 1940.

Mas, afinal, como realizar a crítica? Em princípio, na medida em que cada obra é uma síntese determinada, deve-se desmontá-la. Depois, desagregar, despedaçar os componentes, disseminar as unidades construtivas. E então, uma vez historiados esses fragmentos, recompô-los, fazer sua remontagem. Trata-se de constituir e desdobrar a ordem inerente à obra segundo uma análise minuciosa do material histórico e filológico que a determina. (GAGNEBIN, 1980) A crítica, por meio da análise, abre a possibilidade de transformação da obra.

A arquitetura urbana exige sempre uma análise materialista, seja pela duração que a caracteriza (sua produção), seja pela simultaneidade e efemeridade da experiência que provoca (sua frequentação). Parece ajustado à natureza da arquitetura criticá-la em termos materialistas, seja analisando a constituição dos lugares construídos ou as ações performadas nesses lugares, uma vez que o materialismo almeja dar conta do momento concreto de produção e de recepção da obra – sua história anterior e sua história posterior, quando foi produzida, quando é recebida.

Nesses termos, por meio da crítica cada obra – objeto ou acontecimento – é compreendida como um fenômeno singular que, ao ser retirado do fluxo da coisificação e da abstração, deixa ver uma totalidade parcial. A cidade, a bem da verdade, é o objeto limítrofe da crítica. Nela, analisamos sempre fragmentos materiais chegados do passado, numa montagem cuja construção de sentido se dá na atualidade, quando a experimentamos. A cidade é um objeto que não se mostra diretamente, mas apenas em seu reflexo refratário. Num objeto ou acontecimento urbanos, refletem-se o conhecimento, a percepção e os gestos dos habitantes – e por isso Benjamin denomina a cidade como *medium-de-reflexão* (*Reflexionsmedium*): os lugares em que se vive a cidade são sempre junção, articulação – arranjo de formas de conhecer, perceber e agir.

A análise materialista a partir desse *medium*-de-reflexão permite combinar a temporalidade da experiência do espaço (a simultaneidade) e o desdobramento (a longevidade) das tramas de produção do espaço e, necessariamente, conjuga a crítica com a narrativa histórica. Mas ainda é preciso demonstrar a que propósito servem, no campo da história urbana, esses princípios filosóficos de tais crítica e narrativa.

A meu ver, o modo de demonstrá-lo é reivindicar a inclusão da crítica da vida cotidiana como parte constituinte da historiografia urbana. Crítica, nesse caso, não só nos termos de Walter Benjamin, mas também de Henri Lefebvre. Para escrever a história urbana com esses dois filósofos materialistas, é preciso considerar a temporalidade da vida cotidiana, em termos da alienação que a submete, saber como superá-la por meio da apropriação do tempo e do espaço – em outras palavras, é preciso pensar o cotidiano em termos de conhecimento e recognoscibilidade.

Foi em 1970 que Henri Lefebvre formulou sua hipótese tardia sobre a urbanização completa, situando-a na cronologia das tipologias de formações urbanas: primeiramente, realizamos uma sociedade comercial; a seguir, uma sociedade industrial; e finalmente concretiza-se uma sociedade urbana. Para o filósofo francês, um urbano transformado em substantivo exige ser compreendido enquanto processo; ou, pelo menos, segundo a soma de muitos processos – reunião de processos de implosão (concentração, adensamento, condensação de bens, objetos, populações) e de explosão (projeção, dispersão, fragmentação em vazios, periferias, cidades satélites).

O eixo que atravessa transversalmente a montagem das dinâmicas urbanas é o cotidiano; só sua análise permite desvelar novas formas sociais, novas experiências, novas narrativas, produção, consumo, distribuição e circulação, acessibilidades, mobilidades. Analisar o cotidiano é retornar à superfície, ao visível dos fenômenos – se deter atentamente à superfície fenomênica da realidade social, ali onde o processo de reprodução espacial se articula ao plano da reprodução da vida.

Se reunirmos a isso os conceitos benjaminianos, então teríamos um plano historiográfico efetivo: faz-se uma reflexão concreta materialista sobre o que está mais próximo, dá-se primeiramente importância

à apresentação daquilo que nos é familiar e que nos condiciona. (BENJAMIN, 2006, c0,5) Se pensamos no que define a estrutura sob os processos urbanos, veremos que mesmo a regulação urbana, por meio de planos e leis, afeta o cotidiano no modo como direitos são distribuídos e implementados. Uma política urbana, por exemplo, incide diretamente sobre os processos da vida cotidiana quando condiciona a oferta de serviços e bens coletivos. Para os casos analisados aqui – as greves –, o que temos são momentos e movimentos de resistência, nos quais as queixas se articulam em contextos que são suporte de experiências cotidianas vividas, ampla e repetidamente, nas cidades. É do mundo da vida cotidiana que se constroem os laços e as alianças baseadas em interesses e experiências da cidade, que sedimentam as estratégias dos movimentos.

No plano historiográfico, este texto pretende contribuir para a conceitualização de uma urbano-constelação a partir da pesquisa sobre a história das nossas lutas, as insurgências urbanas e suas repercussões espaciais, com o foco sobre a formulação benjaminiana de uma história dos vencidos. Sua questão central é entender como narrar essa história brasileira /latino-americana – a das vidas urbanas espoliadas e subordinadas, desde sempre, por um projeto de colonização capitalista quando se organizam em movimentos de reivindicação.

É decisivo, para a historiografia e para a crítica, considerar que o urbano atual é uma multiterritorialidade de relações de dominação, subordinação e resistências. Se o urbano é um substantivo incontornável na constituição das práticas e propostas emancipatórias, dele deduz-se um arranjo espacial de configurações inumeráveis – as cidades em seus tantos desenhos – que em si são um elemento frágil frente aos vetores do poder. Para compreender esse movimento entre dominantes e dominados no interior do urbano, isto é, a partir dos processos de urbanização e de experiências urbanas, é preciso ser capaz de mudar o olhar e confrontar a opacidade que tanto caracteriza a morfologia das cidades. (LEPETIT, 1996, p. 107)

Podemos nos referir mais exatamente a essa mudança de perspectiva com o que Benjamin chamava “interromper o continuum histórico, encontrar a falha” por onde penetrar de modo a ouvir a voz daquilo

que nunca se expressou (*Ausdrucklos*). Para o filósofo alemão, só assim se podia falar de insurreições e revelar a verdadeira tradição, pois tal é a tarefa do historiador materialista que trata do urbano.

A cidade moderna nasceu como um empreendimento de ocupação territorial cujo valor comercial o urbanismo ajudou a aumentar através de uma melhor organização dos meios de exploração. Os processos capitalistas exigiram um substrato espacial sobre o qual pudessem exercer sua hipótese de adensamento populacional, de modo que conseguissem aperfeiçoar seus mecanismos de extração de valor e crescimento econômico. Foi assim que germinou o pensamento urbanístico.

A urbanização nunca desempenhou um papel de coadjuvante na história do capitalismo, sabemos bem, pelo menos desde meados do século XIX, quando a atividade industrial na Europa, particularmente nas cidades inglesas, fez com que suas elites dominantes começassem a mostrar seu interesse em colocar o planejamento urbano em bases científicas e institucionais. O desdobramento da trajetória de constituição do urbanismo como disciplina é bastante conhecido; contudo, se recuarmos essa análise da urbanização até o século XVI, veremos que a expansão do capitalismo pela via da colonização ultramarina de terras e gentes se fez sempre acompanhada por processos de opressão e dominação dos espaços e grupos subalternos e foi, principalmente, uma história de ocupação violenta de territórios e submissão de corpos.

O fundamento do urbanismo brasileiro tem sido, desde meados do século XIX, o funcionalismo, cujo princípio era propor a cidade como objeto de uma ação racional e segundo um conjunto de padrões de poder territorial. Esse raciocínio urbanístico dependia de que se produzisse um distanciamento das realidades culturais preexistentes (TOPALOV, 1996, p. 24), o que, não raro, implicou vidas urbanas espoliadas por um projeto econômico capitalista que, a bem da verdade, teve sua origem na subordinação colonial. É preciso fazer a crítica dessa hegemonia historiográfica de concepções, hierarquias e usos de territórios sobre a práxis territorial das populações submetidas. É necessário refletir sobre as insurreições urbanas como configurações decisivas da urbanização moderna brasileira, fazendo a crítica desse arranjo específico de poder que está imbricado à colonialidade.

Não há dúvida sobre a afirmativa de Manfredo Tafuri (1979): “o modo de descrever as estruturas da linguagem arquitetônica é a síntese histórica”. Contudo, ao considerar as lutas urbanas como objeto da crítica e da historiografia arquitetônicas, o ponto de partida conceitual precisa ser ouvir a voz de quem atua nos eventos.

Assim, proponho neste texto analisar dois acontecimentos no Brasil, em momentos distintos da história do país, para discutir de modo amplo as condições de narrativa. Escrever a história, seja olhando o passado do país-monarquia ou do país-república, é constitutivo do presente de sua escrita. Dessa concepção historiográfica, fazem parte a descontinuidade, o vestígio e as metamorfoses de sentido de um acontecimento no passado. Como despertam atualmente nossa compreensão histórica, em seus respectivos momentos e ações, aquelas mulheres – as escravizadas vendendo quitutes pelas ruas de Salvador ou operárias vendendo Avon na Cidade Industrial em Minas Gerais?

Como operar esses planos crítico e historiográfico da investigação de insurreições e levantes, de modo a compreender que papel a arquitetura desempenha em tais movimentos? Como a crítica de arquitetura julga um evento? Como a historiografia urbana tem narrado do acontecimento? Se falo em ações, designo práticas espaciais, agência, uso dos lugares. Se falo em acontecimentos, remeto a temporalidade e espacialidade específicas – a do momento em que se dão a agência e a atividade dos habitantes. Logo, pode-se narrar por processos segundo três balizas analíticas: temporalidade, espacialidade e os corpos – as agentes nesse tempo-espço.

Em outros termos, trata-se de nunca se deter na análise da forma da cidade, mas, antes, pensar o extremo da dissolução dos planos, do desenho – e, sim, acatar a abertura, o horizonte e a probabilidade que se dá no desempenho das ações nos lugares, o uso e a frequentação desses. É necessário compreender as muitas interferências num fenômeno, as influências de um momento, seus processos de criação, a reificação que se dá na cultura oficial da sociedade burguesa. Contra-hegemônica, a história material é, nos termos de Benjamin, a narrativa da cultura dos vencidos, da tradição cultural dos oprimidos, da cultura popular desprezada, os desempregados, os falidos – todos aqueles ignorados pela cultura oficial da elite.

## DUAS GREVES, SUA ORGANIZAÇÃO



Figura 1 - *A greve*, filme de Sergei Eisenstein, 1925.

Fonte: Merten (2019).

O momento oculto na história que se mostra numa imagem: escovar a contrapelo, trazer o fato antigo e desimportante para uma 'redenção'. (KRACAUER, 2009, p. 343)

Se a revolução russa nos ensina algo, é, sobretudo, que a greve de massas não é 'feita' artificialmente, não é 'decidida' e nem 'propagada' a partir do nada, mas é um fenômeno histórico que, num determinado momento, resulta, como uma necessidade histórica, da situação social. (LUXEMBURGO, 2017)

Jogar luz sobre a presença das mulheres nessas duas greves coloca o problema da luta urbana sob um novo prisma (1968: *A GREVE...*, 2018), principalmente porque sua atuação determina uma singular práxis espacial. De tal singularidade, depreende-se o aspecto antisistêmico presente na organização dessa greve.

Como afirma Marcelo Ridenti (1990), “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’ como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964”. O fato de essas mulheres, em Contagem, se inserirem em partidos e organizações de esquerda, ou seja, se colocarem como agentes de transformação social nesse contexto, por si só já era uma ruptura com a estrutura vigente, tendo em vista que as mulheres ocupavam posição submissa na cena política. Os depoimentos que tornam possível investigar esse protagonismo feminino (1968: A GREVE..., 2018) dão conta de como as mulheres ingressaram em um duplo mundo masculino, o da política e o do trabalho. Muitas dessas trabalhadoras percebem a exploração à qual elas e os demais trabalhadores estavam submetidos, bem como as precárias condições de trabalho, e buscam formas de atuar para modificar essa realidade.

A ação feminina nessa conjuntura espaçotemporal caracteriza o que Raúl Zibechi (2015) denominou “movimentos antissistêmicos”, designando formas de organização para a reivindicação que não se diferenciam da vida cotidiana. São resistências construídas em processos mensuráveis por corpos, subjetividades, por suas espacialidades e temporalidades.

No dia primeiro de junho de 1857, segunda-feira, data em que entraria em vigor a medida de cadastro e “emplacamento” dos ganhadores, a cidade de Salvador amanheceu vazia. A importância dos escravizados e a brutalidade do regime eram tais que, justo naquele mês, a Câmara Municipal de Salvador publicou postura determinando que os ganhadores fizessem registro junto à municipalidade, ao custo de 2 mil réis como taxa de matrícula, além de 3 mil réis por placas com o número da matrícula, que teriam uso obrigatório e seriam penduradas ao pescoço. As taxas seriam pagas pelos próprios negros, além da apresentação de um fiador, no caso dos negros libertos, que seria responsável pelo comportamento do matriculado. A quantia era bastante elevada, equivalente a 15 quilos de carne, à época. A postura seria uma entre muitas legislações de vigilância do homem negro, visto como encarnação de toda a violência, a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas da república, como ato para disciplinar o espaço urbano. (REIS, 2019)





Figura 2 – Assembleia de grevistas em Contagem, 1968.  
Fonte: Memorial da Democracia ([200-]).



Figura 3 – As ganhadeiras, escultura de Erotides Lopes, do final do século XIX.  
Fonte: Reis (2019, p. 96).

A lei seria aplicada apenas aos ganhadores, e não às ganhadeiras. Sublinhando a participação das mulheres, Reis nota que elas seguiam livres para trabalhar por toda a cidade, carregando informações e, provavelmente, alimentando a crédito os africanos grevistas, visto que elas dominavam, quase que completamente, o comércio de alimentos. Assim, a greve seguiu forte, pelo quarto dia e também pelo quinto, nutrindo pesadelos entre os brancos. O *Jornal da Bahia*, na edição de 5 de junho de 1857, anunciava que a província da Bahia estaria sendo “**governada por africanos**”, assim mesmo, em negrito, dando às palavras a visualidade da escravidão.

Olhando as duas greves hoje, o que delas emerge como categoria de análise? Os conflitos urbanos no Brasil, que predominantemente têm origem numa extensa e profunda injustiça social, não raro expõem formas inovadoras de reivindicação de direitos, nas quais os atores coletivos surgem numa ação que é soma de energias insurgentes, demonstrando que viver a desigualdade e a exclusão também pode ensinar o exercício das lutas e contestações por vidas urbanas mais justas.

Nas grandes cidades, as formas de organização de resistências em construções coletivas, mesmo que menos visíveis – porque consolidadas internamente aos territórios –, conjugam duração e efemeridade, lógicas de protesto e lógicas de ocupação e arranjos sociais diversos. Para compreendê-las, é preciso assumir que esses conflitos têm novos padrões; e é preciso dar relevo a diversos aspectos segundo um plano de imanência que possa fazer a descrição deles em detalhe.

O principal deles é a escala da vida cotidiana; nesse caso, deve-se atentar para a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora. A categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido, que é marcado por uma transescalaridade singular. Ainda que a microescala da vida cotidiana predomine principalmente em termos de organizar a resistência e a sobrevivência, um viés de transescalaridade precisa se estabelecer no momento em que se torna necessário negociar demandas e reivindicações com governos e Estado.

Outro aspecto decisivo na configuração dos territórios em resistência é que suas lutas são organizadas horizontalmente, em grupos pequenos,

sem equipes permanentes de direção. Geram seus espaços políticos sem hierarquizações, sem divisões estritas entre direção e bases, entre quem dá ordem e quem executa, quem acata, quem decide.

São formas de organização política que não se apartam dos ritmos da vida cotidiana, levando para a prática política e social os modos e as formas de fazer e estar juntos na vida cotidiana. Como relata Raúl Zibechi (2014, p. 18), essa é uma mudança estrutural positiva, pois “a maior parte dos pobres da América Latina vive sua vida cotidiana à margem do estado, e para lutar vão descobrindo que não é necessário que se organizem ao modo do Estado”.

#### NARRAR POR PROCESSOS: ESPACIALIDADE, TEMPORALIDADE, SUBJETIVIDADES

Reconhecer o que há de verdadeiro, o que há de único no passado ou numa obra é, primeiro, reconhecer o que nos afasta dela.

(GAGNEBIN, 1980, p. 220)

O acontecimento é antes de tudo um começo, uma descontinuidade que interroga criando seu próprio rastro no tempo.

(ARENDRT, 1953, p. 219)

Método, para a pesquisa das insurreições urbanas, é interromper, descontinuar, somar os tempos de sobrevivência, a duração de um edifício, de um lugar, escavar os vestígios de um uso. É ação de reconhecimento e partilhamento do que aconteceu – o que passou não é mudo! Cada passado, se partilhado, está carregado do presente de cada instante.

Todo método de investigação em arquitetura, essa “disciplina desmembrada e multiforme”, como disse Tafuri (1979), conduz a uma questão sobre o tempo, pois edifícios e cidades habitados, abandonados

dos, arruinados, redescobertos, todos implicam confrontar o presente com seus relatos históricos, abrir o agora ao anacronismo dos objetos despercebidos pela história, que sobrevivem ocultos, transformados, enredados com o presente.

“De nada adianta projetar no passado certeza a superar”. (TAFURI, 1979, p. 219) Faz-se história da arquitetura porque se procura o significado dos desdobramentos da arquitetura atual. Do ponto de vista anacrônico, a distância histórica não é um obstáculo epistemológico. Cumpre-se, ao contrário, capturar os aspectos mais atuais do passado e contar a história a partir de uma contingência. Um objeto histórico, jamais neutro, leva consigo um tipo de assinatura que o constitui como imagem, determina e condiciona sua legibilidade. Não se trata de uma restauração. Trata-se de uma criação com materiais pretéritos e de pensar – por princípio – a prática histórica como tarefa política.

Uma vez que o historiador está necessariamente implicado no que narra, há que se levar em conta, na narrativa da obra, o papel que ali desempenha o presente em que vive esse mesmo historiador. Pois também o presente da obra, o momento em que ela foi concebida, o momento do acontecimento, informa o modo como ela chega até hoje, ao momento em que se continua a narrá-la. Trata-se, ao narrar o acontecimento – no meu caso, a insurreição –, de considerar sua fortuna crítica (*Vorgeschichte, Nachgeschichte*). A temporalidade de um objeto é também, ao fim e ao cabo, a transmissão, o intercâmbio, o que dele foi dito, trazido à atualidade.

Este é o tempo do agora (*Jetztzeit*) benjaminiano, o tempo da transmissão em que se dá o agora da recognoscibilidade. O momento em que algo pode ser, afinal, conhecido. Cada agora é o espaço de cognoscibilidade do passado, pois é a condição de liberação das energias críticas da obra.

Para pensar no presente da cidade, sua duração, deve-se pensar os usos em movimento de um lugar, porque apenas o raciocínio sobre a ação desempenhada nos espaços promove o que Benjamin designa por liberar as energias críticas das obras no presente, isto é, no tempo em que a obra é experimentada. Para o historiador materialista,

trata-se de vislumbrar, num objeto - a obra, o lugar, a ação - suas histórias: a anterior, quando foi produzida; a posterior, quando é recebida. Colocar o objeto no tempo em que ele se abre ao olhar - o tempo do agora.

Transmitir significa interromper a naturalização. Tal ordenação implica dizer que o historiador está obrigado a estabelecer com o passado uma experiência política. Toda investigação histórica tem um fundamento político, e há uma indelével marca nos lugares e nas ações quando o designamos por lutas urbanas - se é o mármore, dos vencedores, ou o movimento dos vencidos.

Com relação à experiência de temporalidade dos movimentos antisistêmicos, é crucial assinalar a sua singularidade, pois diz respeito a aprender o resgate dos vestígios muitas vezes ocultos de sua própria história, cruzando um passado não raro abandonado, oculto, e um movimento, uma disposição, para reativar essa herança na atualidade.

Los movimientos antisistémicos cuentan con tres fuentes de aprendizaje: la historia de las resistencias, la reflexión sobre las luchas que protagonizan en cada período histórico y las experiencias de otros movimientos en otras partes del mundo. En síntesis: el pasado, el presente y las experiencias de los otros abajos. Así ha sido siempre en la historia de los movimientos. (ZIBECHI, 2014, p. 165)

Também é preciso descrever as contestações urbanas segundo sua espacialidade específica, pois uma decisiva transformação nas lutas sociais se deu quando a constituição do território dessas lutas passou a ser uma variável incontornável, tanto em termos práticos quanto analíticos. Se, como afirmado anteriormente, toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital, em cada acontecimento dessa natureza, a dimensão das relações sociais desempenhada a partir de um território em uso passou a implicar uma exigência para a análise da repercussão das lutas. Na atualidade, conflito social exige ser compreendido enquanto disputa encarnada no território, isto é, quando o espaço é apropriado e instituído pelos sujeitos e grupos sociais que, por meio dele, reivindicam suas demandas e

desempenham sua contestação.

Há que se pensar o uso dos lugares como uma invenção que é resultado de novas capacidades para a microcoordenação das ações sociais; como capacidade de enfrentar a geometria do poder (dos poderes) na cidade. Indivíduos nos protestos são um híbrido e uma justaposição, e por causa disso é que se dão conta do potencial indeterminado que lhes é próprio. Sua potência decorre simplesmente do seu encontro.

A análise das insurreições refere-se, ao fim e ao cabo, à análise do uso do espaço enquanto práticas espaciais dissidentes. São usos resultantes tanto da racionalidade individual quanto da identidade coletiva e permitem demonstrar a relação entre os modos de surgimento de alianças e solidariedades e os modos de organização dos grupos urbanos. Trata-se, com Lepetit (1, 48), de, por trás das revoltas, reconhecer os contornos de um saber social e o processo de sua materialidade, materialização; os lugares que revelam modos de estar juntos.

Tanto podem ser lutas transversais – que não se limitam a um país, que não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de um governo; lutas contra a ação direta de instâncias de poder que são próximas, ação do poder sobre os indivíduos; lutas anárquicas, que não esperam a solução de problemas no futuro, mas miram em um inimigo imediato; lutas que questionam o estatuto do indivíduo: afirmam o direito de ser diferente, enfatizam tudo aquilo que os torna verdadeiramente individuais; lutas que atacam tudo aquilo que os separa dos outros, tudo que fragmenta a vida comunitária, tudo que o liga coercitivamente a uma identidade isolada.

A revolução que pode ser será revolução no cotidiano – afirmava Henri Lefebvre. Ainda que não se trate de uma resposta sistematizada para os objetivos de projeção/planejamento urbano, a tese lefebvriana que se firma na possibilidade de autonomia, imaginação e fecundidade do cotidiano configura um método para estudar a condição urbana contemporânea. Recentemente, Susan Buck-Morss reivindicava, sobre as revoltas urbanas do século XXI, que a subjetividade revolucionária só poderá surgir como a consequência da organização conjuntural: “organizing is the lifeblood of democracy”. (BUCK-MORSS, 2019, p. 69)

## NOTAS FINAIS SOBRE O URBANO

A quitandeira tinha feito da insurgência seu meio de vida e seu sustento: nunca a vi vender um único legume ou verdura minimamente comestível. Em compensação, era a fornecedora oficial de todas as revoltas. Seus tomates fétidos eram famosos no Paseo de la Reforma, no Zócalo, em Bucareli, e ela havia abastecido até os camponeses de San Mateo Atenco quando se revoltaram contra a desapropriação de suas terras para a construção do aeroporto.

[...] Numa das paredes da quitanda havia uma folhinha indicando as datas comemorativas e os produtos da temporada. Março era tempo de nacionalização do petróleo, nascimento de Benito Juárez, abobrinha e chuchu. Maio era alta temporada: Dia do Trabalho, de Santa Cruz, Batalha de Puebla, Dia do Professor, Dia do Estudante, chuchu, alface e tomate. Em setembro: chili poblano, prestação de contas presidencial, Meninos Heróis e Independência. Em outubro e novembro havia poucas datas, mas se vendia mais tomate do que nunca: Massacre de Tlatelolco, Dia da Raça e Revolução Mexicana.

A quitandeira estendia seu braço roliço e me passava um rolo de papel higiênico para que eu limpasse os restos de tomate do rosto, do cabelo, do pescoço e dos braços, e me emprestava uma camiseta amarela da campanha de 2006, para eu me trocar. Eu lhe devolvia a camiseta mais tarde, apenas para voltar a pegá-la emprestada na tomatada seguinte. Eram tantas que, com o passar dos dias, na rua começaram a achar que eu era do PRD. Depois, aos gritos, ela mandava comprar um litrão de Superior no mercadinho da esquina, um garoto trazia a cerveja, a quitandeira servia dois copos e começava:

- Onde você deixou os intelectuais?
- Ficaram lá. Os tomates acabaram, e eles voltaram pros seus livrinhos.
- Com a falta que eles fazem na rua... como bucha de canhão!

As caminhonetes interrompiam nossas conversas, chegavam para descarregar legumes passados: dos restaurantes e hotéis de Polanco, do hipermercado Superama da rua Horácio, do Hipódromo de las Américas, até de uma quitanda chique de

Las Lomas. Para não jogar fora os legumes, e principalmente para evitar que os indigentes se acumulassem nas redondezas para catá-los, os donos desses locais tinham concordado em doá-los para a quitandeira, que os venderia a preços sociais para os mais necessitados. Era o que ela tinha dito para convencê-los e, de certo modo, não tinha mentido. Na sua quitanda, o preço do quilo de tomate era um por cento do preço de mercado. Com o preço de um quilo, os revoltosos levavam cem. Era uma verdadeira ação social, mas não a que os doadores imaginavam: os legumes que seu paladar exigente recusava acabavam esborrachados na cabeça deles mesmos. (VILLALOBOS, 2014, p. 24)

Essas lutas não são nem a favor nem contra o indivíduo: são levantes contra o governo da individualização. Recusam a investigação administrativa ou científica que venha determinar quem somos nós. O alvo da insurreição não é outro senão o de promover novas formas de subjetividades por meio de que se possa recusar esse tipo de individualidade que nos é imposto há séculos. Pense-se, aqui, na perspectiva que explica o comum por práticas de solidariedade e co-operação e que analisa o comunismo nesse viés. Foi Jean-Luc Nancy (2016) quem afirmou a necessidade de pensar os comunismos como aquelas experiências em cujo centro estava a práxis de produzir a vida em comum. É necessário discutir a dissolução da ideia tradicional de comunidade (aquela formulada pela sociologia urbana entre o final do século XIX e início do século XX, em autores como Tönnies ou Weber) em um conceito de comunidade dado a partir da ideia de singularidades (formação de subjetividades, corporeidades, efetuação de determinada materialidade) e de práticas cotidianas de negociação dos/nos espaços urbanos, como defende Henri Lefebvre (2019).

Precisamos nos deter na compreensão de que comunidade é essencialmente partilha “de um si mesmo com um outro”. (PENNA, 2014, p. 24) Comunidade quer dizer inventar novas capacidades de microcoordenação de ações coletivas e sociais. Na acepção mais urgente, uma comunidade deve ser fundada num ser-com em que os sujeitos políticos são a soma das subjetividades da resistência, que têm a faculdade genérica de falar, a potência indeterminada do dizer. Nas palavras de Roberto Esposito, “os sujeitos de uma comunidade não



encontram nela um princípio de identificação, mas o vazio, a distância, a estranheza que os constitui como faltando a si mesmos”. (PENNA, 2014, p. 21) Nesse raciocínio, quem protesta e se insurge articula seus atos de fala como potência pura e simples. Nas insurgências, põe-se o princípio da comunidade: estabelece-se uma adesão às mesmas práticas, forma-se um vínculo que revela a cada um sua existência para fora de si. Por isso, é possível afirmar – e talvez esteja aqui uma das forças principais desse protagonismo das manifestações da multidão – que os levantes urbanos atuais não são manifestações por representação política, mas para colocar em movimento uma nova gramática para a vida política em comum, que é expressão do direito de resistência: o direito de defender qualquer coisa que seja digna de perdurar.

## NOTAS

- 1 É preciso anotar que esse aspecto singular vem à tona numa segunda rodada da pesquisa sobre as greves brasileiras, no contexto da investigação de insurreições urbanas no Brasil. Sobre o percurso inteiro desse acontecimento grevista em Salvador, em 1857, já pudemos analisar no capítulo de autoria dos pesquisadores do grupo Cosmópolis “Fazer por constelações”, em Jacques e Pereira (2019). Ali e aqui, nossas fontes principais são os textos de João José Reis (1992, 2003). Sobre a Greve de Contagem em 1968, minhas fontes principais são o filme de Carlos Pronzato (2018) e os trabalhos de Magda Neves (1994), além de Francisco Weffort (1972).
- 2 Contagem foi o município escolhido para abrigar importante parque industrial em Minas Gerais, cuja implementação se deu ao longo dos anos de 1940 e atingiu seu auge nos anos de 1960. Assim como em todo o país, por causa do golpe militar de 1964, os trabalhadores da Cidade Industrial em Contagem tiveram suas organizações desarticuladas, tanto na base quanto nos sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem teve suas lideranças afastadas e impossibilitadas de se elegerem. Houve drástica modificação na política salarial, com o governo transferindo para si o poder de fixar o índice de reajuste anual dos salários, tirando dos sindicatos as condições legais para pressionar os patrões. As greves foram proibidas, obrigando os trabalhadores a se organizarem orgânica e clandestinamente dentro das fábricas. Em abril de 1968, iniciou-se uma greve parcial numa seção da Companhia Belgo-Mineira, contando com a adesão de 1.200 operários, movimento que se ampliou pela cidade e chegou a envolver 15 mil grevistas. (WEFFORT, 1972, p. 37) A greve mobilizou grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras da Cidade Industrial de Contagem, inclusive aqueles não sindicalizados, pois todos compreenderam que havia nesse movimento um espaço para protestar contra o processo de empobrecimento a que estavam submetidos.
- 3 Conferir o importantíssimo conjunto de depoimentos no documentário de Carlos Pronzato, A Greve de Contagem.

## REFERÊNCIAS

1968: a greve de Contagem. Direção: Carlos Pronzato. [S. l.: s. n.], 31 mar. 2020. Documentário. Publicado pelo canal ASPUV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MS9bOic6W2M>. 29 set. 2020.

ARENDDT, Hannah. Compréhension et Politique. *Partisan Review*, [s. l.], v. 2, p. 70-89, juil./-août. 1953.

BENJAMIN, Walter. A tarefa do crítico. (fragmento 140, 1931). In: BENJAMIN, Walter. *Linguagem, tradução, literatura: (filosofia, teoria e crítica)*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BENJAMIN, Walter. *Trabalho das passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BUCK-MORSS, Susan. *Revolution today*. New York: Haymarket Books, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. A propósito do conceito de crítica em Walter Benjamin. *Discurso*, São Paulo, n. 13, p. 219-230, 1980. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1980.37898>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37898>. Acesso em: 29 set. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica *materialista*. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 2, p. 137-154, 2011. Edição especial. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732011000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000400009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 set. 2020.

GREVE de contagem fura o arrocho salarial. *O Memorial Linha do Tempo*. [S. l.], [201-]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial>. Acesso em: 29 set. 2020.

GREVE dos Metalúrgicos – 1968 – Cidade Industrial. *Contagem no Tempo*, [s. l.], 1 maio 2016. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Historia-contada.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravismo e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. *RUA: revista de arquitetura e urbanismo*, Salvador, v. 3, n. 4/5, p. 7-17, 1990.

GOONEWARDENA, Kanishka. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, Oxford, v. 37, n. 1, p. 46-71, Feb. 2005. DOI: 10.1111/j.0066-4812.2005.00473.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0066-4812.2005.00473.x>. Acesso em: 29 set. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 2 - modos de fazer*. Salvador: Edufba, 2019.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

RUY, Carolina Maria. Greves de 1968 em Contagem e Osasco: o ressurgimento do sindicalismo. In: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Blog Cultura e Memória Sindical*. São Paulo, 19 Oct. 2010. Disponível em: <http://fsmemoriasindical.blogspot.com.br/2010/10/greves-de-1968-em-contagem-e-osasco-o.html>. Acesso em: 29 set. 2020.

LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana*. São Paulo: EdUSP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, partido e sindicatos. *Ação Coletiva*, São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://rosalux.org.br/greve-de-massas-partido-e-sindicatos/>. Acesso em: 29 set. 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Greve de contagem fura o arrocho salarial*. [S. l.], [200-]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial>. Acesso 20 set. 2020.

NA MERTEN, Luis Carlos. Greve: cinco filmes marcantes que abordam o tema. *Estadão*, São Paulo, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,greve-cinco-filmes-marcantes-que-abordam-o-tema,70002872332>. Acesso em: 15 out. 2020.

NCY, Jean-Luc. *A comunidade inoperada*. Tradução Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PENNA, Joao Camillo. *Comunidades sem fim*. Rio de Janeiro: Circuito, 2014.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIDENTI, Marcelo S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.

TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da arquitetura*. Porto: Editorial Presença, 1979.

VIDLER, Anthony. Redefinindo a esfera pública: sobre o concurso para a reconstrução do local do World Trade Center. *Arquitextos*, São Paulo, ano 5, n. 054.00, nov. 2004. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/523>. Acesso em: 29 set. 2020.

VILLALOBOS, Juan-Pablo. *Te vendo um cachorro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

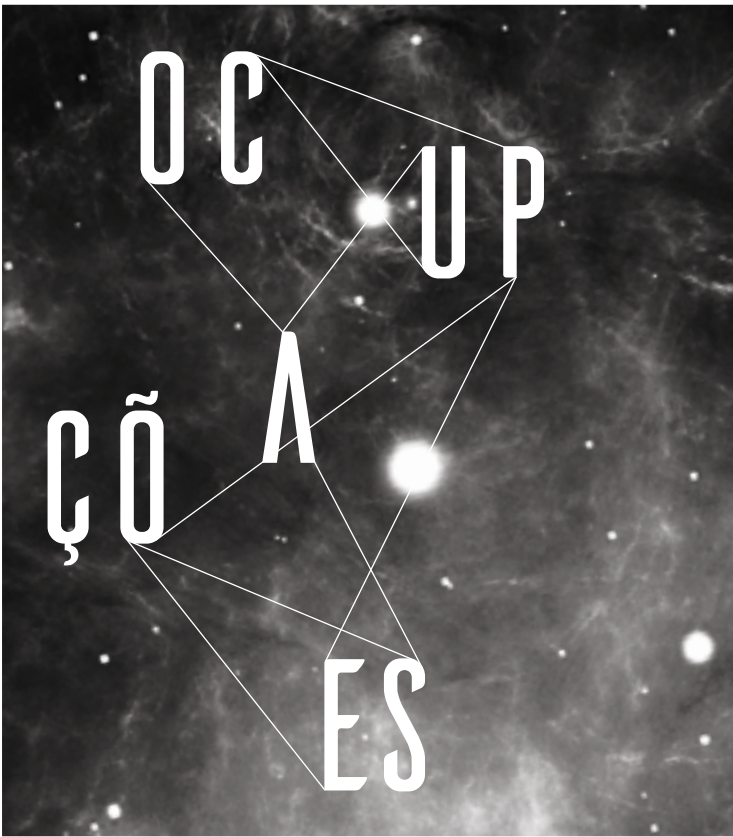
WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972. (Cadernos do CEBRAP, n. 5).

ZIBECHI, Raul. *Descolonizar la rebeldía: (des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias*. Málaga: Zambra / Baladre, 2014.

ZIBECHI, Raúl. “New Ways of Doing”: the construction of Another World in Latin America: An Interview with Raúl Zibechi. *The South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 111, n. 1, p. 165-191, Winter 2012.

ZIBECHI, Raul. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas Latino-Americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
O C U P A Ç Õ E S

*Ocupar o projeto e narrar com ocupações<sup>1</sup>*



F E R N A N D O  
F R E I T A S  
F U ã O



J O S É  
C A R L O S  
F R E I T A S  
L E M O S



B R U N O C E S A R  
E U P H R A S I O  
D E M E L L O

*Ocupamos porque  
Plantamos, mas não podemos comer  
Fabricamos, mas não podemos comprar  
Construímos, mas não podemos morar.  
Lene Souza, poeta – MTST<sup>2</sup>*

## OCUPAR

**A** palavra “ocupar” se refere ao ato de preencher um espaço, apoderando-se ou assenhorando-se dele. Ocupar é ato político daqueles que desejam recuperar a direção de suas existências. É ato de libertação daqueles que abandonam a condição de hospedeiros de valores que não lhes pertencem. Ocupa quem não tem, mas quer ter; quem não está, mas quer estar; quem não é, mas quer ser. As ocupações são uma estratégia de luta por moradia na qual são ocupados territórios e edifícios que não cumprem sua função social. E há muito ainda a ocupar.

Num panorama mais amplo e em benefício de todos, a contemporaneidade precisa ser ocupada pelo senso de contracolonialidade, que rejeita o menosprezo, as perseguições e chacinas étnico-raciais que ainda assolam o mundo. Os povos indígenas do mundo, por exemplo, reclamam



ocupar os territórios que são seus por direito ancestral para ensinar ao resto da humanidade alternativas de inserção equilibrada em seus ecossistemas. A secular ontologia moderna e europeia requer urgentemente ser ocupada por uma filosofia crítica que inclua toda a alteridade, algo que transcenda o heleno-euro-norte-americano-centrismo, ou seja, que reconheça os 80% da humanidade pertencentes à periferia ou ao terceiro mundo. (BAUTISTA, 2014, p. 22)

Na universidade, por sua vez, a extensão deve ocupar a centralidade do tripé universitário, orientando pesquisas e experiências de ensino. A própria extensão demanda ser ocupada por ações verdadeiramente sociais. Os bairros e assentamentos populares autoconstruídos pedem a ocupação dos currículos escolares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. O encontro entre os saberes popular e acadêmico-científico exige ocupar as metodologias pedagógicas e projetuais, geralmente narradoras unidirecionais ou dissertadoras para ouvintes passivos.

A postura das ocupações demonstra a impossibilidade de uma alteração radical nas narrativas de projeto e planejamento, oriundas do *status quo*. É preciso ocupar a narração e a projeção com novas formas narrativas, inclusive rejeitando-as em dado momento; é preciso deslocar a *auctoritas* da representação; é preciso que as ocupações adentrem enquanto temáticas ao projeto arquitetônico e urbanístico.

## NARRAR

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é

preponderantemente esta: narrar, sempre narrar. [...] a palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 1987, p. 37)

Quem chega às ocupações – o arquiteto, o professor, o gestor, os alunos – não é senhor do conhecimento, pronto a vomitá-lo para seres completamente ignorantes. Não é possível estabelecer um processo pedagógico construtivo com estas coletividades com o uso de propostas de “ensino narrativa”, como se a sabedoria e o conhecimento acerca do futuro estivessem prontos, acabados; como se a narrativa tivesse um só sentido; como se num diálogo não houvesse o encontro, a troca de narrativas. No diálogo, os dois lados são ativos, recebem e transmitem conhecimento numa troca viva.

Até hoje, a despeito da ampliação das maneiras de narrar a cidade – para além dos textos narradores, se acrescentaram as linguagens da fotografia e do cinema –,<sup>3</sup> a narrativa continua a ser um discurso de poder. Dessa maneira, talvez os arquitetos representem uma minoria dentre os muitos descritores da cidade, entre os quais podemos destacar historiadores, geógrafos e outros cientistas sociais.

Apesar de dois terços de nossas cidades serem autoconstruídas irregularmente, às margens dos carimbos oficiais, a cidade conforme narrada pelos pobres não é considerada pela maioria dos arquitetos. Explorar as narrativas sobre a cidade se trata, portanto, de um grande desafio. Mas é preciso desvelá-las. Não apenas para dar voz a quem não tem, mas, sobretudo, para que nos ponhamos a escutar e dialogar, para que abdiquemos da imposição de narrativas prescritivas em suas diversas formas. O diálogo pretendido não pode supor silêncio de um dos lados, nem mesmo deve-se pretender um papel de validação da fala do outro por qualquer dos lados, independente de alguns terem vestido toga e outros não.

Ao se abordar uma “ocupação da narratividade”, pode-se referir aos exemplos das obras e procedimentos de quatro pensadores latino-

americanos. Três deles são exemplos incomuns de consagração de obras radicadas nos arrabaldes do globo que ocuparam parte do cenário dominado pela academia eurocentrista: o pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) e o filósofo argentino Enrique Dussel (1935-).<sup>4</sup> Um quarto nome que também deve ser lembrado é o de Ailton Krenak (1953-),<sup>5</sup> que expressa a razão deste texto, por sua atividade, personalidade e procedência como representante dos povos originários.

Para os opressores, não há reconhecimento de humanidade em favelados, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, pobres, negros e índios. Foi comunicado, ao longo de gerações, que somente é humano aquele que representa os papéis principais da história ocidental, moderna, euro-norte-americano-centrista. Nos últimos séculos, o sentido de humano e não humano foi definido principalmente a partir da Idade das Luzes francesa. Ao contrariar a lógica de inferiorização e da dominação, esses autores dignificaram as matrizes intelectuais, as memórias e os valores do povo latino-americano. Contrapuseram-se à modernidade euro-norte-americana-centrista que era dirigida à desqualificação da sub-humanidade da periferia do sul global. Não foi à toa que seus pensamentos pedagógicos e políticos conduziram a inevitáveis e incontornáveis enfrentamentos. Cumpriram, portanto, todos os requisitos necessários à definição de uma ocupação, de uma narratividade ocupada.

#### OCUPAÇÃO DA PEDAGOGIA E DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Assim, sobre esse substrato de conhecimento e pela própria iniciativa do presente artigo, apoia-se a ocupação como postura política libertadora em nossa contemporaneidade. Legitima-se a coerência histórica das ações coletivas que ocupam espaços ociosos no campo e na cidade.

Deriva daí a proposição de discutir a necessidade também de ocupar os espaços curriculares, acadêmicos e profissionais da arquitetura e

do urbanismo. Os limites da profissão de arquiteto e urbanista são postos a prova pelas ocupações urbanas de maneira ética radical. Ligam-se à discussão sobre o provimento de moradia digna a uma parcela gigantesca da população latino-americana e brasileira.

A formação do arquiteto e urbanista, nas disciplinas de projeto arquitetônico e/ou urbanístico das universidades, se dá por uma irresistível atração por padrões estéticos pertencentes à modernidade euro-norte-americano-cêntrica; são modelos alheios às experiências materialmente constituídas de todas as regiões continentais periféricas. Sua instrução também é um deslumbramento que formata os jovens aprendizes em arquitetos-estrela, responsáveis pela autoria de obras icônicas, majoritariamente subordinadas à acumulação de capital. Enchem-se os olhos desses principiantes com obras monumentais, do excesso, do desperdício, das marcas transnacionais, da submissão ao capital e da violação dos direitos dos trabalhadores.

É hora de abrir espaço pedagógico para a arquitetura do ordinário, do comedimento, dos pés descalços, dos chinelos de dedo, da cooperação e ativismo social, da solidariedade, da ética e da estética do outro, do morador da periferia. Nossa proposta é que o conceito de ocupação como exercício político possa cumprir papel capital nessa mudança de perspectiva.

A questão da dialogicidade colocada por Paulo Freire é fundamental para o debate aqui proposto envolvendo a ocupação. Primeiro, a dialogicidade se opõe ao que Freire chama “educação bancária”, que é vertical, domesticadora. Essa metodologia, ao invés de estabelecer uma comunicação eficaz, produz “comunicados”, narrativas do opressor aos educandos. Narra, conta, contabiliza, faz “depósitos” para que os aprendizes memorizem, anulando em suas mentes o poder criador e a produção do saber. Na tradição de tal proposta pedagógica, os envolvidos assumem posições fixas, invariáveis e hierarquizadas. Pressupõe-se a existência de alguém que sabe e entrega a informação (o educador) e alguém que não sabe e que a recebe (o aluno). O diálogo, por sua vez, pressupõe invariavelmente um encontro entre pessoas, uma narração conjunta.

Em segundo lugar, o diálogo freireano faz confluírem saber acadêmico e saber popular. Estaria a universidade preparada para esse encontro de saberes? Para a descoberta da alteridade? Para essa escuta atenta do outro? A dialogicidade evita os extremos do basismo e do elitismo. O basismo, de um lado, é a expressão daqueles que depositam todas as virtudes do mundo nas bases. Do outro lado – como seu oposto simétrico –, está o elitismo, que só dá atenção às elites, como se outras práticas fossem ilegítimas. Para seus adeptos, o mundo pode ser salvo desde a elegância e assepsia de discursos teóricos arquitetônicos e urbanísticos, apartados da feiura do mundo concreto das periferias das cidades. Para Freire (2018), tanto basismo quanto elitismo impedem a mudança, já que seriam posturas reacionárias. A dialogicidade da pedagogia humanista-libertadora de Freire (1987, p. 67) se aproxima do que ele concebe como práxis, envolvendo a transformação do mundo não só pelas reflexões sobre ele, mas também pelas necessárias ações nele.

Dessa maneira, ocupar deve ser um comportamento pedagógico, uma orientação política, uma disposição ética, uma práxis dialógica, para que a disciplinaridade de planejamento e projeto deixe de ser bancária ou reacionária; não exprima uma narrativa unidirecional, não represente ordens de serviço precisas e advindas de um autor, não traduza um comando para a produção e não constitua a exteriorização exclusiva da subjetividade do arquiteto-autor que o concebeu.

O projeto não é ato solitário de um único gênio individual, mas sim um processo coletivo motivado por objetivos sociais compartilhados. Nesse processo, é preciso avançar da simples incorporação de temas, problemas e personagens abstratos, interagindo com fatos concretos que contestarão os pressupostos da profissão, que tirarão do eixo os valores preestabelecidos, que questionarão as técnicas e estéticas do ofício do arquiteto e urbanista.

É a partir dos pressupostos delineados anteriormente que temos praticado a extensão e interagido com ocupações. A seguir, a título de exemplo, apresentaremos dois casos de trabalho em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

## OCUPAR O PROJETO E NARRAR COM OCUPAÇÕES

De entrada, é importante problematizar o termo “ocupações urbanas”. Ele trata de um amplo espectro de situações – diferenças em escala, objeto, formas, grupos sociais. E o sentido de espectro aqui remete tanto a um leque de possibilidades como a manifestações que assustam as pessoas. Porque a ação de ocupar remete a um ato agressivo, carrega o estigma da ameaça à propriedade privada por apropriações supostamente ilegais ou indevidas. Podemos, por exemplo, nos referir a uma ocupação pequena, como a apropriação de uma casa por uma família, como a Ksa Rosa; ou a ocupações maiores, como de um edifício inteiro de muitos andares por várias famílias (Edifício Utopia e Luta); ou ainda a ocupações muito extensas, como áreas que originam bairros, como no loteamento Rubem Berta, todos em Porto Alegre. Os exemplos são infindáveis pelo Brasil e pela América Latina. Mas se é possível estabelecer tipos de ocupações diferente, também é necessário compreender que aqueles que ocupam o fazem porque plantam, mas não podem comer; fabricam, mas não podem comprar; constroem, mas não podem morar.

A seguir, apresentaremos dois casos de ocupação em Porto Alegre que representam nossas tentativas de práxis dialógica com as ocupações a partir da extensão universitária.

## CASO 1: OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO

O projeto de extensão Práticas Urbanas Emergentes (PUE)<sup>6</sup> realiza ações junto à ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre (PSM/POA), coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) desde 2019 (MELLO, et al. 2019a, 2019b). A ocupação ocorreu em setembro de 2017 como gesto de denúncia à falta de moradia na zona norte da capital gaúcha. Buscava dar visibilidade também à disputa territorial entre a Fraport Brasil/Porto Alegre, subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide – empresa alemã

que venceu a concessão para operar o Aeroporto Salgado Filho – e a Vila Nazaré, comunidade pobre cujas 1.500 famílias estão sendo removidas para ampliação da pista de pousos e decolagens. Esse é um processo de remoção tardio, planejado desde a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) de 2014, mas só agora está sendo concluído.



Figura 1 – Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte I.

Fonte: produzida pelos autores.

A região onde estão a ocupação PSM/POA e a Vila Nazaré foi bastante valorizada com a perspectiva de ampliação do aeroporto. Ela tem recebido importantes obras: extensão e duplicação de avenidas, implantação de infraestrutura urbana, construção de condomínios empresariais etc. Assim, ela se constituirá, nos próximos anos, em importante vetor de expansão urbana num dos últimos estoques de terra disponíveis da zona norte da cidade.

A construção do galpão comunitário era uma urgência, sendo um edifício modesto cujo programa de necessidades, construído coletivamente, ficou assim definido: uma cozinha, um salão de reuniões e aulas, dois depósitos e uma varanda. O anteprojeto arquitetônico, também discutido com os moradores da ocupação, resultou num retângulo de 6 metros por 15 metros em planta baixa; estrutura e fechamentos de madeira; cobertura de telha de aço galvanizado; contrapiso de concreto grosseiro – uma construção pequena e simples.



Figura 2 – Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte II.

Fonte: produzida pelos autores.

Seus executores foram a comunidade acadêmica da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os ocupantes da PSM/POA. Os mutirões de autoconstrução ocorreram durante os fins de semana. Durante todo esse tempo, estudantes e ocupantes se fizeram operários. Puseram-se em movimento, física e mentalmente, para transformar um desenho numa construção.



Destacaremos alguns aspectos desse exercício extensionista vinculando-o ao debate acerca do projeto arquitetônico dialógico.

Dois pressupostos importantes da extensão foram: o edifício construído não seria uma mercadoria (interessava seu valor de uso, não o de troca); sua produção abdicava da venda-compra de força de trabalho (pois pretendia colaboração na obra). Esses aspectos, por si só, já interferiam no processo e questionavam a lógica de produção capitalista do espaço.



Figura 3 - Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte III.

Fonte: produzida pelos autores.

Outro aspecto importante do trabalho foi a quebra da hierarquia no canteiro. O desenho sempre esteve presente, mas como convite ao diálogo, e não como ordem. Por isso, ele nunca esteve concluído, mas esteve sempre pronto a incorporar sugestões ou a se retirar. O labor em equipe fez com que a autoria do projeto arquitetônico se

diluisse entre todos aqueles que debateram suas soluções. Essa foi também uma forma de questionar a prática profissional convencional, hierarquizada e que atribui valor à obra autoral de arquitetos-estrela.

Essa horizontalidade gerou dificuldades, obviamente. Foi preciso capacidade de mediação de posições antagônicas em relação à construção. Cada pequena decisão em aberto demandava intenso debate. Argumentos sobre aspectos positivos e negativos das hipóteses de solução eram postos em disputa e, ao final, a decisão era tomada em conjunto. Foi uma rica experiência de aprendizado, pois colocou conhecimentos em diálogo. Construir o barracão foi também a forma dos indivíduos se construírem como agentes políticos de transformação, que acreditam no trabalho em colaboração, que escutam, falam, tentam convencer, negociam. O processo de produção foi, enfim, ele mesmo, a crítica da técnica de dominação e controle da força produtiva no espaço de trabalho.

Resultado frequente dos mutirões eram as pequenas imperfeições na construção – peças fora de prumo, eixos levemente fora de esquadro, frestas, desníveis, vãos. Mas as imperfeições da obra subvertiam e desafiavam o projeto, pois representavam a humanização da obra e o esforço contra sua autoridade; denunciavam o alheamento e o estranhamento, fazendo com que a obra fosse o resultado não apenas das forças físicas parciais articuladas, mas a exteriorização da subjetividade humana. Todos aqueles que participaram dos mutirões deixaram o seu “rastros” na obra. Foi a forma de cada trabalhador – estudante ou morador da ocupação – “dizer a sua palavra” materialmente, cada um à sua forma.

Outro aspecto importante foi o da temporalidade. O tempo da produção que tem como horizonte o lucro “não tolera ‘nenhum movimento inútil’”. (FERRO, 2006, p. 121) Na ocupação, entretanto, houve muitos movimentos inúteis, muita perda de tempo, nenhuma repressão aos gestos. O tempo do trabalhador talvez perca em eficiência, mas ganha em humanidade, o que representa não apenas uma mudança de objetivo, mas de processo.

O trabalho de construção do galpão comunitário representou ainda a (re)união entre saber e pensar. A experiência demonstrou que todos os envolvidos na obra estão sempre a antecipando em sua mente. Basta que haja espaço para que essas propostas emergjam. As alterações

sugeridas ao desenho durante a execução do edifício representaram a forma compartilhada de dizer e fazer o mundo. Possibilitaram a exteriorização consciente, abrigaram a ação criadora, deram visibilidade à mão que produziu, acolheu mais horizontalidade nas decisões sobre as soluções, foi menos ordem e mais diálogo entre a arquitetura científico-acadêmica e a popular.

A experiência de construção – mais do que de projeção – dialógica representou uma possibilidade de reforma na relação entre projeto e canteiro. Esse exercício crítico sobre novos métodos não foi algo que se pudesse “depositar” nos educandos. Foi algo experimentado na prática, provocado pela extensão, o espaço acadêmico-universitário mais adequado para exercitar a práxis e a dialogicidade freireanas no próprio percurso pedagógico.

## CASO 2: OCUPAÇÃO KSA ROSA



Figura 4 - Alunos trabalhando na fachada da Ksa Rosa.

Fonte: acervo Ksa Rosa.

Em meio à grande diversidade de ocupações que podem acontecer, a Ksa Rosa é constituída por catadores e moradores de rua, os quais vivem da busca e separação de papelão, garrafas pets, alumínio, entre outros, numa das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem mergulhada no universo do crack no centro de Porto Alegre. Parte da proposta da ocupação também foi de ser um centro ativista de educação popular e resistência cultural, assim como um pequeno lugar de acolhimento temporário para moradores de rua e imigrantes.



Figura 5 – Construção dos furos na Ksa Rosa.  
Fonte: acervo Ksa Rosa.

O entendimento da ocupação Ksa Rosa é de que catadores e população em situação de rua têm uma dinâmica de vida toda própria, o que dificulta ou mesmo inviabiliza, muitas vezes, a permanência deles numa ocupação. Os próprios movimentos sociais de ocupações têm preconceito em relação a eles, o que representa a exclusão dentro da exclusão. Esse é um dos desafios da ocupação. Outra dificuldade enfrentada por catadores nas ocupações ou nos albergues diz respeito ao carrinho e sua carga, já que, com a dificuldade de armazenagem do material para triagem, poucos espaços os acolhem.

Maristoni Moura, coordenadora da Ksa Rosa, se propôs a enfrentar esses problemas junto com amigos que integram o coletivo. Eles não só têm usado seu trabalho como possibilidade de reorganização social e produtiva do mundo da rua, mas também têm articulando políticas públicas, como, por exemplo, a de redução de danos.



Figura 6 - Sessão de aula no interior da Ksa Rosa.

Fonte: acervo Ksa Rosa.

A ocupação Ksa Rosa se trata de um sobrado construído no início do século XX que ocupa praticamente todo o estreito e longo terreno de 8 metros de largura por 50 de profundidade. Possui uma entrada lateral que permite a passagem dos carrinhos e o acesso às diversas entradas laterais ao longo da casa, tanto na parte inferior como para o piso superior através de duas escadas. Na parte de baixo do sobrado, logo na entrada, situam-se o brechó e uma saleta destinada a um salão de beleza para moradores de rua. No meio do prédio, encontra-se um grande salão onde acontecem reuniões e festas. Mais ao fundo, dois pequenos quartos, os banheiros e, ao fundo do terreno, um pátio destinado à reciclagem e armazenamento dos carrinhos completam os usos do térreo. Na parte superior, situa-se, na sala da frente, a biblioteca, seguida de várias salas. Uma delas é destinada a estudos e, mais ao fundo, a parte reservada da família, composta por quartos e salas, além de cozinha e banheiros.

O trabalho de catação com os dois carrinhos que a Ksa Rosa possui depende de acordo entre os catadores e a coordenação da ocupação, prevendo horário de uso, maneira de agir e a contribuição de uma parte do produto do trabalho à organização da ocupação, o que auxilia em sua subsistência. A adaptação dos moradores de rua às regras de cooperação é muito difícil, seja porque eles não se identifiquem com regimentos e normatizações, seja porque perderam – ou nunca tiveram – o sentido de casa que nos foi formulado. Maristoni conta que, nas várias ocupações das quais participou, sempre se repetia a mesma dificuldade em trabalhar com o pessoal de rua: era difícil a construção de um coletivo em decorrência do uso de drogas, tornando complicada sua atuação quanto ao respeito de horários, forma de agir e devolução de produto de trabalho.

Até o presente momento, foram três as ocupações de que Maristoni participou nessas mesmas imediações na Rua Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre. Em 2007, foram despejados da ocupação inicial e se instalaram naquela em que nasceu a denominação Ksa Rosa (a segunda), um antigo hotel de três andares, abandonado e pintado na cor rosa. Ali, Maristoni ficou com sua família até 2015, quando foi novamente despejada com todos que participavam da ocupação. Foi quando ocupou a última e atual.

Em 2016, procurou a UFRGS buscando auxílio para a organizar melhor os espaços e dar vazão a sua imaginação e ideais de uso com a Ksa Rosa. A partir do início de 2017, a temática da ocupação Ksa Rosa foi introduzida na disciplina de graduação de Projeto Arquitetônico II, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. A partir de então, ela tem sido trabalhada sempre agregando novas descobertas.<sup>7</sup> No início de 2019, foi criado o projeto de extensão “Reabilitação Arquitetônica da Ksa Rosa” e, ao final do mesmo ano, o projeto recebeu o prêmio máximo no Salão de Extensão da UFRGS.<sup>8</sup>

Essa integração graduação/extensão defende duas ideias: 1. a responsabilidade e comprometimento social e ético da universidade pública; e 2. o entendimento de que não haverá sociedade justa sem a inclusão verdadeira de todos os segmentos da sociedade. Assim, o alvo sempre é a premência de colocar os estudantes em contato direto com a pobreza e a miséria, com esse outro ausente no discurso da arquitetura. A partir disso, eles mesmo se descobrem como agentes de transformação para o trabalho colaborativo com esses coletivos.

Qualquer interferência nesses territórios, obviamente, deve levar em conta seus conhecimentos e práticas, suas vidas em contextos e cenários completamente adversos, marginais, e suas possibilidades de sobrevivência. Essa população nunca é consultada em relação aos seus territórios de vida – como gostariam de habitar e de gerar a cidade –, embora tenham senso, compreensão e produção tanto de arquitetura quanto de arte. Foi com esse horizonte de compreensão da formação e da prática profissional do arquiteto que a graduação e depois a extensão começaram a trabalhar na Ksa Rosa, respeitando suas culturas, seus processos, sua ética e sua estética.

Aqui também, como no primeiro caso descrito, da ocupação PSM/POA, arquitetos e estudantes se apresentam como partícipes, propondo alternativas conjuntamente ao coletivo. No caso da Ksa Rosa, esse trabalho se torna mais fácil, já que a coordenação e o coletivo solicitam demandas urgentes da casa, sugerem ideias criativas e também decidem entre as propostas dos estudantes qual o caminho parece mais interessante em cada uma das alternativas a ser seguida.

A cada reunião, se propõem reformulações, sempre somando – nenhuma ideia é propriedade de ninguém, todas são coletivas, e nada é confrontado ou expurgado. Essas ideias são representadas de diferentes maneiras: desenhos em escala, croquis, fotografias, textos descritivos. Ao final, algumas vezes, não se faz um projeto definitivo de execução, e a conjunção final das ideias não é necessariamente desenhada, pois já está memorizada, entranhada e compartilhada entre todos; outras vezes, elabora-se um projeto executivo extremamente detalhado. Então, aluno, professores e alguns membros do coletivo, quando não estão trabalhando, passam a executar as obras.

O processo refere a narrativa de uma prática que já não é individual, como os processos tradicionais de projeto, proveniente de um arquiteto-projetista, de modo que já não há um narrador, mas vários narradores.

A temática do projeto a cada semestre se propõe de comum acordo a melhorar um determinado espaço. São projetos de pequeno âmbito, como um ou duas salas, uma fachada ou um banheiro. Para conseguir esses recursos, fazem rifas, vendem postais, comida nas festas de estudantes, abrem vaquinhas *on-line*; ou mesmo confeccionam os materiais no laboratório de matérias da Engenharia, como os pisos táteis para a calçada da frente. Entre os trabalhos colaborativos executados, destacam-se: a reforma do piso da sala da frente, a abertura circular entre salas, os trabalhos de *décollage* das paredes, o projeto e a execução da fachada e calçada.

Os trabalhos realizados nos semestres anteriores são sempre considerados e exaltados, permitindo, assim, um trabalho constituído de pequenas histórias. A narrativa suscitada refere-se a uma prática de criação coletiva, em que o resultado apresenta pequenas imperfeições na construção. Essas imperfeições subvertem e desafiam a ideia de projeto frontalmente, representam, nesses casos, o humano da obra e o esforço contra a autoridade e a disciplina, o mando e o conceito de perfeição tão embutidos na formação do arquiteto. A imperfeição é poderosa e vista como outra forma de perfeição – o perfeito contido no imperfeito. Ela denuncia o alheamento e o estranhamento, fazendo com que a obra seja não só o resultado de uma objetividade material, mas a exteriorização da subjetividade humana. Propõe a exposição



do rastro humano nessas obras, ação que desaprendemos a fazer em decorrência da cada vez maior desumanidade de nossas construções. Faz parte da construção dessa narrativa também o processo de aprendizagem do uso de ferramentas básicas: talhadeira, plainas, colher de pedreiro, desempenadeiras, serras elétricas, cortadores de vidro etc. – saberes estes muito mais vinculados ao povo pobre –, assim como a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a elaboração de orçamentos e gerenciamento de pequenas obras. Esse método de ensino talvez oportunize a cada aluno e morador da ocupação “dizer sua palavra” materialmente, cada um à sua maneira.

## CONCLUSÃO

Ailton Krenak deixa claro, em suas entrevistas por vídeo no YouTube, que a “humanidade” propagada pela Idade Moderna não serve nem aos povos originários latino-americanos e nem à maioria das pessoas do mundo, porque são pessoas não incluídas no concerto de povos que a originou. Ou seja, para ele, 70% ou 80% das populações de pessoas no mundo nem fazem parte dos esforços de humanização.

Constata-se o quanto essas narrativas de projeto e planejamento oriundas do *status quo* precisam ser superadas para a libertação de grandes contingentes populacionais nas cidades e fora delas. Povos originários, comunidades quilombolas, coletividades de favelas e de ocupações urbanas não são culturas extemporâneas e ultrapassadas. Ao contrário, são domínios de saberes e fazeres populacionais de plena atualidade. Apontam itinerários e rotas a serem escolhidas. Ao invés de dissolver culturas estranhas e diferentes, para reciclá-las e transformá-las em modernidade capitalista, melhor seria fazer delas uma bússola de produção de caminhos. O problema do presente não é o terceiro mundo, nem a solução está no primeiro. No mundo e no interior das cidades, as culturas e coletividades desfavorecidas podem apontar a direção e o sentido para os caminhos da humanidade global.

É preciso que a narrativa de projeto incorpore a educação popular e a emancipação das classes oprimidas que Paulo Freire iniciou

a partir de final da década de 1950 e começo da de 1960. O seu legado político e pedagógico avançado e radical de “valorização da cultura” precisa ser continuado para o bem de todos.

Obedecendo à lógica das ocupações, é necessário que a pedagogia de projeto arquitetônico e urbanístico usurpe de seu pedestal a razão moderna e capitalista, europeia e norte-americana e coloque em seu lugar as coerências terceiro-mundistas emergentes, latino-americanas, africanas e asiáticas.

---

## NOTAS

- 1 Este artigo é um dos resultados de duas pesquisas desenvolvidas e financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), das quais os autores Fernando Freitas Fuão e José Carlos Lemos participam: “Unidades de triagem de resíduos sólidos”, um estudo sobre normativas e proposição arquitetônica, e “Experiências urbanas e produção do comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância”.
- 2 Entrevista retirada da obra de Boulos (2015. p. 23).
- 3 A fotografia e o cinema também não deixam de ser tributários da longa tradição da domesticação do olhar, fundada no Renascimento. Para a questão da história do desenhar e da domesticação do olhar, ver: Lemos (2010).
- 4 Paulo Freire, Aníbal Quijano e Enrique Dussel vivenciaram os rigores das ditaduras civis-militares em seus países. As obras de Freire e Dussel tornam-se famosas desde a década de 1960, a partir de seus escritos no exílio, respectivamente no Chile e no México. Quijano, por sua vez, a despeito do corajoso ativismo político que exerceu em seu país, teve sua obra somente conhecida no final da Guerra Fria, início da década de 1990. Os três trabalhos, principalmente conhecidos por suas pesquisas mais famosas, a *Pedagogia do oprimido*, a *Filosofia da libertação* e a *Colonialidade do poder*, compõem no final do século XX uma virada latino-americana na compreensão das ciências sociais que critica a relação centro-periferia, sem se submeter ao produtivismo, ao mercado e às políticas hegemônicas.
- 5 Ailton Krenak é arguto pensador e vigoroso representante ativista da resistência ambiental e indígena latino-americana nas últimas quatro décadas. Líder indígena e ambientalista da etnia crenaque ou krenak (aimoré), é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro e da América Latina.
- 6 O projeto de extensão PUE, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é coordenado pelos professores Bruno Cesar Euphrasio de Mello, Inês Martina Lersch e João Farias Rovati e já participaram dele na condição de bolsistas de extensão as estudantes Gabriela Rosa Nodari, Bárbara Bundyra Finger, Carolina Ribeiro Araújo e Hemylin da Silva Machado.
- 7 Essa temática da disciplina de Projeto Arquitetônico II é ministrada pelos professores Fernando Fuão e José Carlos Lemos.
- 8 O projeto de extensão universitária “Reabilitação arquitetônica da Ksa Rosa: projeto e execução” é coordenado pelos professores Fernando Fuão (Arquitetura/UFRGS), José Carlos Lemos (Arquitetura/UFRGS), Ana Paula Kirchheim (Engenharia Civil/UFRGS) e Cláudia Zanata (Artes Visuais/UFRGS). Os resultados obtidos se devem sobretudo ao trabalho de uma centena de alunos da graduação ao longo desses semestres e também aos extensionistas, bolsistas, monitores, mestrandos e pós-doutorandos.

## REFERÊNCIAS

- BAUTISTA, Juan José. *¿Qué significa pensar desde América Latina? Hacia una racionalidad transmoderna y postoccidental*. Madrid: Ediciones Akal, 2014.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- DUSSEL, Enrique. *Para uma Ética da Libertação Latino-Americana*. São Paulo: Loyola, 1977-1980. 5 v.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FUÃO, Fernando. *As formas do acolhimento*. In: SOLIS, Dirce; FUÃO, Fernando (org.). *Derrida e arquitetura*. Rio de Janeiro: Edurj. 2014. p. 41-114
- FUÃO, Fernando; LEMOS, José Carlos; EL KHOURI, Gihad Abdalla. Entre remendos e acolhimentos: a ocupação Ksa Rosa. *Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade*, Pelotas, n. 3, v. 1, p. 188-203, 2017.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. [Entrevista]. entrevistador: *Bob Fernandes*. Salvador, 6 fev. 2020a. 1 vídeo (5 min 23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3yXIEshRnYg>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- KRENAK, Ailton. *Vozes da Floresta*. [Entrevista cedida a] série Vozes da Floresta. [S. l.], 14 abr. 2020b. 1 vídeo (59 min 38 s). Publicado pelo

Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>. Acesso em: 25 abr. 2020

LEMOS, José Carlos. *Para uma história da desigualdade*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2010.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. *et al.* Práticas urbanas emergentes: a universidade e a cidade. *Revista da Extensão*, Porto Alegre, n. 19, p. 29-36, nov. 2019a.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio *et al.* (org.). *Práticas urbanas emergentes: extensão universitária*. Porto Alegre: UFRGS, 2019b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*, Lima, v. 9, n. 9, 1997.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza!". *Familia y cambio social*, Lima, 1999.



N A R R A R P O R



TRANS VER

SA LI

DAD ES III







N A R R A R  
P O R  
T R A N S V E R S A L I D A D E S   I I I

*A fabricação dos corpos*



*Laboratório de Estudos Urbanos . UFRJ*

*Adriana Caúla*

*Aline Couri Fabião*

*Daniela Ortiz dos Santos*

*Luisa Bogossian*

*Mário Magalhães*

*Margareth da Silva Pereira*

*Pilar Tejero Baeza*

*Vitor Cunha*

*entre uma estrela/ e um vagalume/ põe-se o sol*

entre uma estrela/ e um vagalume/  
flutuam nuvens e construo, às vezes,  
paraquedas, balões ou escafandros<sup>1</sup>

**N**arrar por transversalidades é um ato que reconhece a translação, a transição, o transitório, a transgressão como condições implícitas do conhecimento. Não ignora que diferentes corpos – palavras, imagens, sons, uma montanha, ritmos, cores, uma maçã, o odor do urucum, uma janela, dispositivos construídos, as cidades e suas ruínas, um guarda-chuva, uma estrela ou um vagalume – são, em sua concretude ou virtualidade, potencialmente, afetações que colidem e tangenciam corpos em seus caminhos, em suas pausas, em sua ascensão ou queda.

Narrar-fazer transversalmente é pensar a partir de comuns, rompendo os limites de existências individuais e, ainda, as fronteiras entre espécies, as definições restritas, os campos epistemológicos estanques. É pensar o que separa, o que é mais facilmente discernível, mas, sobretudo, o que atravessa, une, compõe ou aproxima e carece também de discernimento e imersão. É tentar reconhecer os inúmeros desvios que atravessam o gesto de todo aquele que pretende recolher e amalgamar os sinais esparsos que lhe afetam e que, em um ímpeto, quer fazer comum em suas fabulações.

É um modo de insistir em dizer que o trabalho do historiador – tanto quanto do arquiteto e do urbanista –, em seu movimento interpretativo, é atravessado por passagens e deslocamentos de sentidos. É atravessado por nebulosas de associações, nexos, versos e reversos – em relação aos quais seu próprio ato, as próprias questões que o interpelam se deslocam, se transformam, o transformam, lhe transforma no contato com outros corpos. É assumir o entrecruzamento de temas, permitindo múltiplos se tocarem, se entrelaçarem em planos heteróclitos e de diferentes camadas, com variantes e variáveis, estabilidades e instabilidades, fugas, pausas, densidades.

Na natureza, não existem linhas retas. São inúmeros os que com suas culturas, com suas obras, com suas investigações – elas mesmas desvios – nos lembram disso em diferentes tempos, espaços, situações. Georgiana Houghton, por exemplo, artista inglesa e de percurso sinuoso, tendo vivido também nas Ilhas Canárias e na França, vem atraindo interesse, atualmente, por sua condição feminina e por suas pinturas. Houghton, em tempos de visões empiristas e positivistas crescentes, lutava à época para, ao seu modo, chamar atenção para o que, mesmo invisível, emerge como questão, como tema, como problema que se impõe e se manifesta como presença e pensável. (ALTHAUS, 2019)

Embora habituada aos espetáculos de fantasmagorias que se tornaram moda no século XIX ou à passagem do invisível ao visível da fotografia em seus inícios ou, ainda, às sessões espíritas, a pintora surpreendeu, em 1871, a crítica londrina, que mostrou reservas diante das suas telas abstratas. As imagens, ainda que oníricas dos pré-raphaelitas, eram mais “realistas” e, portanto, mais aceitáveis do que as linhas de forças que passavam a habitar as suas telas em seus diálogos, que, além do mais, resultavam de aparições de “amigos invisíveis”, desestabilizando, assim, radicalmente, qualquer ideia de real.

O acumular da série de linhas abstratas de Houghton, ou, mais tarde, o registro apenas de cores, planos, palavras de outros artistas, faz emergir um desejo ao mesmo tempo de suspensão de sentidos já naturalizados e de falta de sentido, sublinhando uma dimensão imanente que colapsa qualquer “real” que, assim, está aí como pausa, como possibilidade de metamorfose.

Os trabalhos de Victor Stoichita (1997) sobre a história da ideia de sombra e sobre o *Quadrado preto* de Malevich – que poderia ser também sobre o branco – somados aos de Marc Berdet (2013) sobre as fantasmagorias das cidades-capitais benjaminianas e sobre os “acazos objetivos” dos surrealistas, ou ainda os de Clément Rosset (2006) sobre a própria fotografia e a ideia de verdade, auxiliam a reconhecer essa busca de deslocamento de sentidos prévios. São obras que interrogam as ideias de representação e de mimesis como cópia e que, no chamado “Ocidente”, nem mesmo o hiper-realismo das naturezas mortas barrocas e dos primeiros panoramas de cidade ou as telas abstracionistas, surrealistas e as instalações, vídeos e performances de tantos artistas parecem conseguir deslocar.

Ainda hoje, veem-se com desconfiança práticas culturais, ocidentais ou não, nas quais a ideia de vozes invisíveis irrompem no presente, desestabilizando o cotidiano para fazer vê-lo ou para transformá-lo. No entanto, em uma cultura ocularcêntrica, não só os campos artístico e científico nos dão, sobretudo nas últimas décadas, cada vez mais exemplos de uma desejável atenção aos desvios, ao que não se vê, mas também povos e formas e cultura que nos são contemporâneas.

Para os indígenas do povo mebengokré, por exemplo, a mesma palavra “Mekaron” é usada para designar os espíritos dos mortos, mas também é usada para imagens. O prefixo caracteriza coletividade e “Karon” denomina alma, duplo, espírito. Os indivíduos são constituídos de uma dimensão material, o corpo (*i*), e outra etérea, a alma (*karon*). Os *mekaron*, “sempre saudosos e rondando as aldeias, as roças e os rituais, estão sempre à busca de novos *karon* que lhes façam companhia”. (COHN, 2010, p. 98-109)

O *karon* de qualquer pessoa pode se ausentar por um período de tempo, e é isso que permite que ela sonhe, por exemplo, e pode também aparecer em outro lugar. Vê-se o *mekaron* e ele se desloca, mas ele não tem autonomia e se move com o vento. As imagens, *mekaron*, “não se referem à realidade a partir de um discurso sobre ela. Elas fazem ver a realidade ao mesmo tempo em que levam a realidade para outro lugar”. (MADI DIAS, 2011, p. 100)

Já para os yanomami:

Todo ente possui uma ‘imagem’ (*utupê a*, pl. *utuṣa pë*) do tempo das origens, que os xamãs podem ‘chamar’, ‘fazer descer’ e ‘fazer dançar’ enquanto ‘espírito auxiliar’ (*xapiri a*). Esses seres-imagens (‘espíritos’) primordiais são descritos como humanóides minúsculos paramentados com ornamentos e pinturas corporais extremamente luminosos e coloridos. Entre os Yanomami orientais, o nome desses espíritos (pl. *xapiri pë*) designa também os xamãs (*xapiri thë pë*). (KOPENAWA, 2015, p. 778, grifo do autor)

Em livro recente, Kopenawa descreve esse processo de transformação em xamã, tornar-se outro, sair de si para estar com os *xapiri*, os espíritos:<sup>2</sup>

[...] os *xapiri* vieram juntar novamente os pedaços de meu corpo que haviam desmembrado. Porém recolocaram meu torso e a minha cabeça na parte de baixo de meu corpo e, ao inverso, minha barriga e minhas pernas na parte de cima [...] Reconstruíram-me às avessas [...] Também trocaram minhas entranhas por vísceras de espíritos, menores e de um branco deslumbrante, enroladas com delicadeza e cobertas de penugem luminosa. Depois substituíram minha língua pela que tinham consertado, e fixaram em minha boca dentes tão belos quanto os deles, coloridos como a plumagem dos pássaros *sei si*. Também trocaram minha garganta por um tubo, que chamamos *purunaki*, para eu poder aprender a cantar seus cantos e a falar com clareza. Esse tubo é a laringe dos espíritos. É dele que vem o sopro de suas vozes. É uma porta pela qual nossas palavras podem sair belas e direitas.

[...] Então, assim que eles recompuseram as partes de meu corpo, meu pensamento começou a desabrochar de novo. Senti-me acordar, imerso no perfume forte da tinta de urucum com que me tinham pintado e na fragrância de suas plantas mágicas *yaro xi* e *aroari*. A tropa dos *xapiri* recém-chegados permanecia junto a mim, todos imóveis, no brilho de seus adornos magníficos [...]. (KOPENAWA, 2015, p. 174-175, grifo do autor)

Embora cada vez mais se estude sobre o papel da imaginação no campo científico, desconfianças, quando não graves preconceitos, perduram porque não é simples falar de qualquer prática em que a imaginação está em ação, tecendo “relações íntimas e secretas” das coisas, tecendo “correspondências e analogias”. (DIDI-HUBERMAN, 2003) Diante de visões do conhecimento que investem mais nas certezas, nos fins e nos sistemas fechados do que no exercício da dúvida e do que é possível pensar, pode ser perigoso o exercício, ainda que atento e crítico de si, de um movimento contínuo de interrogação e de construção, desconstrução, reconstrução de sentidos, em meio a desvios e inclinações permanentes.

Desde os anos 1960, Lynn Margulis, em um movimento de baixo para cima, passou a desenvolver a ideia da Terra como vasto mundo simbiótico. Ao lado de James Lovelock, este observando a existência de vida em Marte em seus estudos para a Nasa e, portanto, de cima para baixo, os dois desenvolvem a ideia de uma hipótese para a vida na Terra quebrando pouco a pouco a ideia de bióticos e abióticos – a chamada Hipótese de Gaia. (LOVELOCK; MARGULIS, 1974) Esse termo gera resistência, tanto por remeter a uma referência mitológica quanto pelas personalidades controversas dos dois cientistas, mas não inviabiliza a urgente atenção para microelementos e galáxias, lá onde existe vida no planeta.

Vivemos no “terrestrial”, como chama Latour (2018), onde tudo se conecta, tudo está entrelaçado, ou, como Gilbert Scott, que brincou com o título do próprio livro de Latour, sublinha: “nunca fomos indivíduos”. (SCOTT; SAPP; TAUBER, 2012) Somos como líquens, *holobiontes* (SCOTT; TAUBER, 2016), e a vida não está *no* meio ambiente, ela é produzida incessantemente por ele.

Essa íntima interrelação de tudo aquilo que somos feitos com o que nos cerca vem sendo explicitada de diferentes formas por autores extremamente diversos e às vezes tão próximos, começando por Ailton Krenak (2017), por exemplo, quando escreve: “Talvez a gente esteja muito condicionado a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo”. É ele



ainda que pergunta: “Quem disse que a gente já não caiu? [...] Talvez o que a gente tenha que fazer [também] é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas. Paraquedas coloridos, divertidos, prazerosos”. (KRENAK, 2017)

Teme-se a própria queda, teme-se a própria experiência do infinitamente aberto, da desmedida, tão meditada pela *Naturphilosophie*, como nos lembrava Gusdorf (1985) ou, mais recentemente, Le Blanc, Margentin e Schefer (2003). Mas essa queda, antes de tudo, corre nas veias dos corpos híbridos de parte dos primeiros americanos que a conhecem – brasileiros barrocos, ameríndios, afro-americanos –, filhos da floresta e de cidades desterradas. Corre nas veias de todos aqueles que, diante da crise violenta dos alargamentos dos mundos, anteviram e antevêm fragmentações, amálgamas, novas diásporas e recomposições, convidando-nos a subverter e alargar as visões dominantes de ciência, de conhecimento, de arte, de história.

De todo modo, como vimos, nos quadros de Houghton, a imaginação pode evocar em cada linha, cada traço, percursos de vida, de pesquisas e buscas, histórias de indivíduos e de grupos que se juntam para depois se separar. Ou ainda movimentos de pássaros, de abelhas, de águas-vivas, de mosquitos, lembrando que as semelhanças dos humanos com outras formas de vida são muito mais impactantes que as diferenças. Virginia Woolf, em seus escritos entre 1925 e 1930, também deixou vestígios dessa ação molecular que intensifica, em um momento, o alargamento do mundo, fazendo-o existir em sua multiplicidade e unidade como experiência: “saturar cada átomo, eliminar tudo o que é resto, morte e superfluidade”. (WOOLF, 1980, p. 209) A íntima conexão entre corpos visíveis e invisíveis, durante vastos períodos de tempo geológico, deveria inspirar admiração, não repulsa (MARGULIS, 1999); contato e imersão, não afastamento.

Esse movimento de trânsito e afetação entre as coisas também foi explorado por artistas que buscaram explorar não o acumular, mas o subtrair, a busca de um máximo de vazio – seja pelo excesso de luz, o branco, seja pela sua ausência, a obscuridade da noite –, fazendo ruir a fixidez das ideias feitas, dos símbolos, da representação como cópia. São gestos que sublinham, por sua vez, a presença e ao mesmo

tempo a ausência, o trânsito, e, portanto, não mais descrição ou representação, mas ato e processo que emergem no que se faz sabendo-se dissolução: a narração, a escrita, o traço, a grafite. Outros ainda exploraram nem o branco, nem o preto, mas as zonas nebulosas de cinzas, de matizes de branco, de preto, de luz e de sombras.

O escritor Victor Hugo, tão próximo dessa sensibilidade romântica, barroca, americana e moderna,<sup>3</sup> feita da multiplicidade, do fragmento, do efêmero e da imbricação da vida, escreve:

É impossível figurar o que é essa aderência, o que é essa imanência. [...] Aqui, [ela] trabalha por antítese, ali por identidade. [...] Aqui exuberância de harmonia, ali excesso de caos. [...] As ondulações da vitalidade são tão ilimitadas e tão indefinidas quanto os reflexos da água. Elas se esmaltam, se enlaçam, se desenlaçam, se reenlaçam. As zonas da realidade universal se torcem, acima e abaixo de nosso horizonte, em espiral sem fim. [...] Tudo resiste, tudo adere. (HUGO, 1865-1869 apud DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 133)

A *mise en abîme* da estabilidade do “real e de sua representação”, da estabilidade em relação ao campo da experimentação e do conhecimento se dá de diferentes modos. Essa operação, esse trabalho crítico, de natureza poética reflexiva, insiste em mostrar a indeterminação – das imagens, dos saberes, das formas, dos textos, sublinhando-os como possibilidades infinitas de todas “as imagens do universo, que esperam para serem investidas” (STOICHITA, 1997), daí seu caráter exploratório e aberto. Daí a exacerbação do olhar, dos desvios e da crise. (PEREIRA, 1991, 2000)

Contudo, Hugo ao mesmo tempo também expõe de forma contundente o esforço e o cuidado que sustentam qualquer tentativa de compartilhamento na construção de mundos comuns. Isso significa dizer que colocar em abismo não é apagar, silenciar, mas simplesmente levar qualquer significado, qualquer verdade ao paroxismo da crítica, para que daí emergjam os seus limites, mas também o desejo e a dúvida que atravessam a própria busca do conhecimento em um momento efêmero de lucidez. (PEREIRA, 1988, 1991)

Essa operação, evidentemente, perpassa tanto os dispositivos arquitetônicos quanto todas as forças que mobilizam as ideias e ações de cada um, convidando a uma imersão com os demais corpos em presença – o passado dos historiadores, o vir a ser dos arquitetos, a desterritorialização da dança, da música, dos filmes e das ficções científicas.

A atividade poética contemporânea, mais uma vez – como fez em seus grandes momentos de resignificação –, se aproxima e atravessa os elementos desviantes e dispersos nos diferentes campos do conhecimento e que são um convite a esse salto às intensidades da atenção e da imaginação. Emma McNally (2014), próxima de um pensar por nebulosas, no qual a ideia de transversalidade é apenas um *modus operandi*, atualiza as imagens de pensamento exploradas nos anos 1920-1930 sobre o branco. Aos nossos olhos, se embrenham nas obras de McNally aspectos da densidade cultural da experiência barroca americana – radicalmente híbrida, nômade e movida pela dúvida – ou ainda da *Naturphilosophie* romântica, que teorizou em palavras diferentes aspectos de sua poética – de crise e de atopia. (PEREIRA, 2004)

No trabalho de McNally (2014), o grafite e o movimento da mão investem as zonas opacas, desenhando as cartas “astronômicas, anatômicas, topográficas e topológicas” para fazer emergirem apenas o gesto e o processo como fenômenos.

A grafite é um meio que se presta [...] a essa prática rítmica de fazer e desfazer. As densas áreas de grafite atuam como motores no desenho, emitindo sinais escuros de perda, desejo, saudade, separação, alcance – são o material ‘calor’. Também gosto de pensar no carbono – um material que é isolante e condutor – em diferentes estados: carvão, diamante, fumaça, óleo preto; assim como a água em todos os seus estados: gelo, neve, névoa, chuva, vapor. Desejo que os trabalhos sejam campos sonoros de grafite: vibrações, oscilações, afirmações e hesitações multivariadas, mas também cheias de silêncios, vazios, fantasmas, resíduos e restos. (MCNALLY, 2014)

René Magritte talvez tenha sido um dos pintores que mais tenha ao longo da vida trabalhado, explícita e quase didaticamente, com o sentido, o não sentido/*non sense* e, sobretudo, com a suspensão do sentido das coisas no movimento reflexivo. Ele anotou em um rascunho, em 1936, sobre esse tema: “Para o pensamento o único valor é o Sentido. Pensar o sentido é se libertar das ideias ordinárias, quase ordinárias, extraordinárias [...]”. No entanto, completava: “A busca do sentido é a busca do mistério... Todos os seres são misteriosos. A potência do pensamento se manifesta desvelando, evocando os mistérios dos seres que nos parecem, por erro ou hábito, familiares”. (MAGRITTE, 2012, p. 131-133) Como para Hugo, Aragon (1926, p. 80-81), no campo das palavras, também faria pulsar com igual intensidade as anotações que Magritte desenvolverá em seus embater na pintura:

O vício denominado Surrealismo é o emprego desregrado e passional estupefaciente da imagem, ou melhor, da provocação sem controle da imagem por ela mesma e por aquilo que ela acarreta, no domínio da representação, de perturbações imprevisíveis e de metamorfoses: isso porque cada imagem, todas às vezes, nos força a revisar todo o Universo.

O trabalho de pesquisa de Magritte faz com que, ainda hoje, em seus quadros – seus pensamentos em imagem ou suas imagens de pensamento –, imagens e palavras sofram uma pausa, uma ruptura. Perdem seus usos naturalizados e tornam-se só palavras, só imagens, só pensamento possível sobre o impossível, sobre o enigma, sobre o mistério, sobre o prodígio da vida. Para tal, é preciso treinar um olhar que, para ver além, precisa desfocar. Borrar os limites daquilo que se olha. Tornar nebuloso o que parecia óbvio, cristalino. Preparar-se para tempestades.

Quem viveu os anos 1990 certamente lembra de uma série de livros que foi febre naqueles tempos criada por Baccei e Smith (1993).<sup>4</sup> Traziam “imagens tridimensionais” coloridas, compostas por pontos de aparência desordenada. Para ver essas imagens tridimensionais “escondidas” nas imagens-base – aquelas impressas nas páginas dos livros –, não eram necessários óculos de lentes coloridas ou algum dispositivo eletrônico. Era apenas necessária a disposição de olhã-las

de um modo diferente, com olhos capazes de estabelecer nexos com a experiência vivida, distante dos hábitos lógicos, da atitude utilitária. Olhar transversalmente, desfocando o olhar, convida a que imagens sejam como excedentes de estados perceptivos e passagens afetivas do vivido.

Falando sobre uma de suas telas, Magritte (2012, p. 132) escreveu em 1936:

Pensei reunir a imagem de uma locomotiva à imagem de uma chaminé em um momento de ‘presença de espírito’. Entendo assim esse momento de lucidez que ‘nenhum método [nele mesmo] faz emergir... É próprio do espírito saber que existe mistério’.

Essa “presença de espírito” – esse corpo em estado de máxima presentificação e coimplicação com aquilo que o afeta e sente recompô-lo ao penetrá-lo, como talvez disséssemos hoje – se manifesta para ele, pintor, por imagens; para Bergson, por ideias; para Proust, Hugo ou Aragon, como vimos, pelo texto. (MAGRITTE, 2012)

Dito de outro modo, independentemente daquilo que move cada um:

A imagem é uma criação pura do espírito. Ela não pode nascer de uma comparação, mas da aproximação de duas realidades mais ou menos distanciadas. Quanto mais as relações entre as duas realidades aproximadas forem longínquas e justas, mais forte será a imagem – mais força emotiva e realidade poética ela terá. (REVERDY, 1918 apud BRETON, 1988, p. 324)

Para transitar entre o que é a multiplicidade e o que se pode propor como sentido e, quiçá, como um significado comum, são necessárias uma certa arte das analogias e a faculdade de buscar também semelhanças. Nesse sentido,

O que conta é esta faculdade de fazer proliferarem as semelhanças até que surja algo como um ritmo [...]. A proliferação das semelhanças está ligada ao quimérico, e mesmo ao alu-

cinatório ou à desmedida hipocondríaca; mas o reconhecimento dos ritmos depende de uma sensibilidade particular às saliências e às pregnâncias, isto é, às morfologias objetivas. (DIDI-HUBERMAN, 2003, p. 123)

Breton e Victor Hugo chamam atenção para movimentos complementares no ato interpretativo do historiador, do arquiteto, do urbanista. Atentar para semelhanças e, certamente, buscar e fazer emergirem as singularidades, as diferenças. Demorar-se também sobre elas. Interrogá-las. No *modus operandi* do fazer-narrar por transversalidades, as cronologias funcionam como algo que não só atenta para a diferença entre “realidades”, porque são indícios de declinações, de desvios, mas ao mesmo tempo buscam semelhanças e rearranjos e vão (re)construindo nuvens necessárias para qualquer partilha.

Para o historiador, como para o pintor, a narrativa histórica é um observatório do tempo e da experiência dos “seres que se reproduzem e que são reproduzidos”, que, como dirá ainda Georges Bataille (1957, p. 45), não só são distintos entre si, como também separados “por um abismo, por uma fascinante descontinuidade”. Mas, para o historiador de cidades e do urbanismo, talvez esteja nisso seus desafios.

A escrita da história, particularmente daquela que pretende dizer a cidade, é um agir que também exige um sair-se de si, que é o que constitui cada um e, no caso, cada historiador. Para aqueles que pensam a questão identitária como algo fechado e não como construções sociais, isso pode ser considerado paradoxo. Pensa-se aqui que o historiador constrói sua identidade entendida não como algo dado ou um fundamento de si, mas a partir do campo aberto de suas próprias buscas – o abismo evocado por Krenak. São os desvios, as suas entregas às dúvidas, às hipóteses e aos ensaios que lhe constituem passo a passo como singularidade e cultura em seu trânsito, entre a diferença e a repetição, e em suas transgressões, entre o que se sabe e não se sabe, o que se lembra e o que se esquece, entre o que o tangencia e o que entra pelos seus olhos, pelos seus poros e o conforma como corpo, como carne, como cólera, como vontade, como desejo, como limite.

Nas narrativas historiográficas que levam em conta a queda – evocada também por Krenak –, tenta-se o encontro do ponto comum na *aesthesis*. Unem-se, em algum momento, uma forma de ciência que não busca supremacias e poéticas<sup>5</sup> que procuram dissolver os “aspectos” nos “meios”. Isto é, uma forma de historiografia que é poética, ao pensar, em primeiro lugar, não em definir o que se vê (aspectos), mas em afogar-se no que se olha (meios) (DIDI-HUBERMAN, 2003), construindo nebulosas de sentidos passíveis de compartilhamento.

“Quando o invisível se torna visível, o olho demora a acostumar”. (PI, 2017)

No movimento quotidiano das cidades americanas brasileiras, Luiz Antonio Simas, estudioso do samba, lembra também desse momento de abismo, de síncope, da dissolução da individuação e da descontinuidade de si e de *extasis*, do qual fala Bataille a propósito do erotismo. Esse momento é também tão forte em diferentes rituais religiosos – seja dos povos africanos ou ameríndios, seja das experiências místicas do mundo barroco e, ainda, de certo modo, presentes nas grandes festas coletivas no Brasil, sobretudo no Carnaval. Simas (2019, p. 27) resume:

Educados na lógica normativa, somos incapazes de atentar para culturas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras de preencher o vazio. [...] Precisamos morar na encruzilhada [...] com a ousadia dos surdos de terceira em baterias de escola de samba. [...]

O samba é um ritmo de compasso binário [...] O surdo de terceira é exatamente aquele que [...] ao contrário da previsibilidade dos outros [...] desenha um ritmo cheio de sínopes, quebrando a sensação de normalidade da conversa entre o surdo (de primeira) de marcação (grave) [...] e o de segunda de resposta (menos grave). O surdo de terceira [...] ocupa por isso mesmo o papel de Exu na cosmologia iorubá, de Aluvaia entre os congos e de Legba entre os fons: ele brinca com o que é previsível, desnorteia, faz o inusitado.

Morar nas encruzilhadas, aprender a entrar e sair do vazio, ouvir o surdo de terceira entre o controle e niilismo – eis o desafio do historiador, de qualquer um. Não esquecer da encruzilhada. Mas, no jogo plural, que implica a ideia de existência compartilhada de mundos, as encruzilhadas são posições ou pontos nos quais perguntas, identidades e alteridades se anulam e se redefinem, tomam desvios; redefinem-se os vestígios, buscam clareiras e atravessam florestas densas de microelementos invisíveis nos territórios sem mapas que são, de fato, os mundos dos viventes. Para Michel Serres (2018, p. 167), “o eu é um corpo mesclado: constelado, manchado, zebado, tigrado, ocelado, mourisco, ao qual a vida vai se ajustar”.

Reconhecendo os corpos heteróclitos que cada qual reúne, não há possibilidade de definir o ato de narrar por transversalidades. Ele se experimenta. Ele atualiza passados e propõe futuros possíveis no seu profundo hoje.

#### O DESFOCAR COMO TÉCNICA: (RE)CONSTRUINDO PARAQUEDAS, BALÕES, ESCAFANDROS

Se eu pudesse trincar a terra toda  
E sentir-lhe um paladar, Seria mais feliz um momento...  
Mas eu nem sempre quero ser feliz.  
É preciso ser de vez em quando infeliz  
*Para se poder ser natural...*  
(CAIERO, 1946)

Precisamos desfocar o olhar para apreender, ao mesmo tempo, mais de uma camada. Aprender a sair e entrar em estados perceptivos. Partir para se encontrar e ir mais longe ainda ou, talvez, mais perto.<sup>6</sup> Extrapolar os limites das formas, dos sujeitos, dos objetos. Como faz o ar. Para Coccia (2018):

o que nos contém, o ar, se torna conteúdo em nós, e, inversamente, o que estava contido em nós se torna o que nos



contém. Respirar significa estar imerso num meio que nos penetra com a mesma intensidade com que nós o penetramos.

Pensar respirando, pensar por aquilo que distingue, mas também por aquilo que une, pelo que potencializa e despotencializa.

Para se mover embaixo d'água, com auxílio de cilindro de ar comprimido, é necessário controlar o encher e esvaziar os pulmões. Foi assim que Chair Davies (1995) criou a interface da obra em realidade virtual *Osmose*.<sup>7</sup> Apesar de *Osmose* ter sido montada e apresentada cerca de dez vezes, pela última vez, em 2003-2004, recebeu mais atenção no campo da arte-mídia que qualquer outro trabalho. Provavelmente porque muitos ambientes de realidade virtual reduzem e ainda reduzem o observador-participante a um olho desencarnado dentro de um espaço cartesiano geralmente vazio. Em *Osmose*, a interface se ajusta no tórax do visitante e utiliza a inspiração e expiração como *input* para o movimento, obtido também pela inclinação do corpo. Assim, é possível atravessar mundos, indo do espaço-código para o textual, para as folhas, florestas, para a fina película de Gaia. É como se permitisse furar limites e passar de um *Umwelt* para outro. (UEXKULL, 1957)

Pode-se dizer que *Osmose* atualiza, de certo modo, questões que não queriam deixar esquecer os editores de Lucrécio no Renascimento e que os povos das florestas e das savanas ensinaram a quem quis aprender no Ocidente. Questões exploradas por Spinoza e o barroco e teorizadas pela *Naturphilosophie* e os românticos. Enfim, questões como as que releram nietzschianos, proustianos, bergsonianos, surrealistas, alguns modernos e contemporâneos e, como vimos, todos aqueles que “têm olhos para ver”.

Pesquisas recentes confirmam que tudo que é vivo emite uma bioluminescência muito sutil, os chamados biofótons: fótons<sup>8</sup> de luz na faixa ultravioleta e de baixa visibilidade. Biofótons já haviam sido observados pelo embriologista russo Alexander Gurwitsch na década de 1920. Na época, seus experimentos o convenceram de que eles tinham um efeito estimulante na divisão celular. Na década de 1970, Fritz-Albert Popp e seu grupo de pesquisa na Universidade de

Marburg provaram a emissão espectral e, desde então, pesquisas vêm sendo feitas para tentar compreender e verificar se os biofótons estão mesmo implicados em processos de comunicação celular e se o DNA é sua fonte principal de emissão. (POPP, 1986)

Talvez hoje nos falte o comum, na esfera do político, na esfera do imanente. Continuamos aceitando uma suposta supremacia humana, que já se mostra, mais uma vez, como um limite na tentativa de objetivar uma natureza da qual se mantém à parte.

Estudos na área da biologia exploram as capacidades perceptíveis e de comunicação das plantas, que começam a ser vistas como dotadas de inteligência e como seres “sociais” em suas relações. (MANCUSO, 2019; WOHLLEBEN, 2017) Por sua vez, outros dedicam-se aos cogumelos – *Mycelium* –, que são vistos como formas arquetípicas de redes de comunicação e monitoramento biológico. (STAMETS, 2005) Estamos diante de uma revolução epistemológica que mostra, com as condições de possibilidade do conhecimento de agora, que a vida é uma união simbiótica e cooperativa que permite o sucesso resiliente dos associados. (MARGULIS, 1999) Foi assim para os cloroblastos e para as mitocôndrias, e é assim no microbioma humano – conjunto de bactérias, vírus e fungos presentes nos corpos humanos, mesmo nos saudáveis.<sup>9</sup>

Desvios, de repente, nos convidam a ver o que antes não era imaginado ser visto. Mas a irrupção do inesperado pode ser como um clarão que assusta e, a princípio, cega até que os olhos consigam, com esforço, primeiro entrever vultos para depois, gradualmente, entender o volume, a composição e a profundidade do que emerge e, atingindo os olhos e afetando os corpos, serem ainda outras imagens.

Pensar, agir, narrar por transversalidades significa, de todo modo, reconhecer e advogar formas de conhecimento que desestabilizam bússolas, convidam a pensar, elegem a hipótese como tom discursivo, apostam em ensaios. Contornam e transtornam rumos eventualmente traçados, buscando transgredir e historicizar os limites de sistemas de pensamento lineares, redutores, simplistas, que hoje mostram com clareza sua rigidez, seus equívocos e justificam sobretudo suas

arbitrariedades e violências simbólicas ou de fato. Sistemas que se imiscuíram de tal forma nas experiências mais banais que estão presentes nas práticas correntes da construção dos espaços de vida coletiva, na arquitetura e no urbanismo, nas universidades, nos dicionários, na linguagem e que aprisionam o cotidiano de sua potência política e estética, de seu desvio para a liberdade de outros mundos possíveis.

O prefixo “trans” é, aqui, uma escolha. De início, pensada como intuitiva, mas que se mostrou como um universo de possibilidades para se pensar certos estados quase que também de trânsito e de transe na ação historiográfica. O caráter inusitado de toda forma que, entre formas, se suspende e surpreende – a qual chamamos intuição e, pouco a pouco, hipótese – surge a partir de inúmeras deambulações e entrelaçamentos. Delineiam-se entre tempos, entre espaços, entre existências, que, suspensas do fluxo da vida – o que quer dizer no esquecimento e na morte –, insistem, ao emergir, em projetar-se para além de um tempo passado ou presente, em ser atualizadas, tornar-se discursos, sustentar ainda outras ações.

O saber romântico de fins do século XVIII foi filho menos da *Aufklärung* que da tragédia barroca dos séculos XVI e XVII – como a tese de Benjamin continua a nos convidar a ler em suas entrelinhas. Propôs um modo de conhecer não doutrinário que atualizou, primeiramente, o próprio humanismo pagão do século XV, que o confrontara, por contraste temporal, com o greco-romano e com a cultura católica que se fechava em um sistema dogmático. Atualizou também vários temas da grande crise, sobre a qual pouco se fala, agora não apenas católica, mas também protestante. (YATES, 2001)

Essa outra crise havia sido provocada por um contraste, agora geográfico, sobretudo pela experiência da diferença americana. Recoloca os saberes em um horizonte definitivamente humano e antropológico, ao apontar, por diferentes modos, os riscos de uma supremacia do exercício de um sujeito autocentrado e ignorante, tanto da multiplicidade com a qual interagia, quanto de sua unidade com mundos para além dos que conhecia.

contribuições românticas tanto quanto aquelas que lhe inspiraram, discutidas pela experiência barroca e americana, ficaram latentes, excêntricas, ignoradas. Entretanto, é esse humanismo plural vivido em fragmentos, em meio a violências, intolerâncias e diásporas, que traz – ao lado de outras experiências de mundo, de outras culturas – o sopro que, mais uma vez, insiste em desestabilizar as certezas. Aqui, o humano não é algo dado, mas um horizonte possível de cultivo da própria ideia de humanidade em suas articulações e partilhas e que abre espaço para construção de uma outra epistemologia.

Nessas condições, narra-se transversalmente com o que o olhar foi capaz de sentir, de transformar em experiência com inúmeras histórias conectadas. Como um pensar sem começo ou fim que se desvia, assim, de hierarquias, exclusões, arranjos binários, ou de causa e efeito, afirmando a radicalidade do presente e das atualizações, das conexões, das articulações, mas também do acaso na escrita da história, no modo de ativar o passado.

O comum não é uma unidade qualquer nem um ponto de partida, mas um esforço feito de fragilidades e incertezas, de atenção e cuidado em direção ao que cerca cada um, de muito perto e de muito longe.

No final dos anos 1960, o interesse pelas ideias de Spinoza e Epicuro foi grande, e a noção de *clinâmen*,<sup>10</sup> cunhada, a partir deste último, por Lucrécio, emergiu em diferentes autores. Na *Lógica do sentido*, publicado originalmente em 1969, Deleuze, por exemplo, retomou seu interesse por Lucrécio e criou uma genealogia introduzindo Spinoza, ao lado de Nietzsche, como descendentes dele. (MONTAG, 2013) Nessa genealogia, por sua vez, Lucrécio era um ponto central e estava ligado diretamente ao naturalismo do filósofo grego, uma vez que *clinâmen* havia sido o termo latino que ele criou para o “desvio imprevisível” que realizam os átomos, a partir da doutrina atomista de Epicuro.

Ora, inúmeros outros podem ser incluídos nessa genealogia – melhor seria dizer nessa “nebulosa intelectual” –, como o próprio Vitor Hugo, já citado, e figuras-chave do romantismo e da filosofia da natureza, como Goethe. Para Johann Hoffmeister, Goethe participa da nebulosa

da *Naturphilosophie* tanto idealista (Kant, Schelling, Hegel) quanto daquela mais propriamente romântica (Hölderlin, Novalis, Schlegel), como um “sol entre os planetas”. (LEQUAN, 2011)

Essa genealogia poderia ser acrescida ainda daquela estudada ao longo dos anos 1960-1970 por Althusser, por exemplo, que colocava o próprio jovem Marx – cuja tese foi dedicada a Epicuro – e correntes subterrâneas do socialismo, do materialismo e do marxismo como tributárias de Epicuro e Lucrecio. De Proudhon a Marx e aos seus leitores contemporâneos, a noção foi estudada tanto conjugada à própria ideia de liberdade quanto para sustentar outras hipóteses para os modos de conhecer e de narrar.

*Clinâmen*, para Epicuro, segundo Lucrecio, retomados ainda por pensadores como Michel Serres, por exemplo, é um ângulo mínimo no percurso de um corpo, um desvio mínimo que causa as turbulências e as espirais. Serres chamou atenção para a rigidez de uma forma de pensar sequencial, unidirecional, causal, que levaria a que se esquecesse e se silenciasse esse desvio indeterminado e imprevisível, considerando-o, em termos científicos e durante séculos, igual a zero, o que significou ignorá-lo.

Por outro lado, Serres resgataria dos epicuristas e de Lucrecio a ideia de uma *eidolon*, evocando um pensamento a partir de uma intuição visual, presente em Goethe e em Victor Hugo, atenta às singularidades, às imbricações e às metamorfoses que elas originam e a como os sentidos se pensam com o mundo, e que, ao mesmo tempo, configura imagens, aparências, reflexos, memórias.

*Eidolon*, palavra grega que se refere “ao que vemos”, à “imagem visual”, traz uma riqueza de significados e termos consigo: sombra, duplo, efígie, reflexo, fantasma, retrato, ênfase e outras tantas noções que vão se aproximando ou surgindo por derivações. Entre *clinâmen* e *eidolon* o pensamento se abriria para a ideia de fluxo, de fragilidade, de instabilidade, de turbulência, de água. Para Hugo (1864 apud DIDI-HUBERMAN, 2003):

Lucrécio é esta grande coisa obscura: Tudo. [...] Viu tantos homens que eles acabaram por se confundir em sua pupila e que essa multidão tornou-se para ele fantasma. Chegou a este excesso de simplificação do universo que é quase seu desvanecimento.

Segundo Serres (2014 apud FALLS, 2018, p. 6):

pensar é muito menos como o dia do que como a noite, quando toda estrela brilha como um diamante, quando toda galáxia flui como um rio de pérolas, quando todo planeta, como um espelho, reflete a luz que recebe. Então, o conhecimento autêntico transborda de resultados e intuições; estabelece vários pontos de referência agrupados em constelações com formas que são tão díspares quanto as das disciplinas acadêmicas. Assim, o conhecimento encontra verdades temporárias cujas cintilações luxuosamente coloridas piscam e mudam com a duração da Grande História. As únicas luzes que não tremem emanam dos planetas sem brilho original [...] Grande em tamanho, mas vacilando em dúvida e questionamento, essas estrelas de verdade se destacam contra o enorme fundo preto do não conhecimento, que está vazio sem limitações ou cheio de galáxias ainda inexploradas: coisas ainda a serem entendidas e a serem apreendidas.

“Ver através” (*ein Durchsehung*) – assim Dürer, filho de Saturno e do tempo, já definia a perspectiva. Panofsky (2000) o recupera para explicitar a perspectiva como recurso da imaginação, uma forma do pensamento que, atravessando o espaço-tempo, reúne e compõe o heterogêneo em um *Raumganze*, uma totalização.

Do historiador da cidade e do urbanismo, exige-se esse corpo poroso capaz de absorver a vida exterior até que o múltiplo e a multidão se transformem em fantasma.

Esses debates do campo da estética e da epistemologia vão também atravessar os círculos de história da arte e da arquitetura de língua alemã (MALGRAVE, 1994 e LE BLANC; MARGENTIN; SCHEFER

2003) e a obra de certos autores em diferentes países, inclusive no Brasil. Tal como já o fizera Lucio Costa, Sigfried Giedion, por exemplo, cruzará o espaço-tempo em sua leitura sobre o barroco e o movimento moderno. Em seu livro de 1958, *Architecture, you and me*, pouco circulado e discutido, nos ajuda a compreender suas práticas e narrativas. A tese de Giedion não apenas reforça as tentativas de alguns historiadores, como Heinrich Wölfflin, Alois Riegl e August Schmarsow, de certa forma atentos à *Bildung* e suas implicações; embora já distantes da *Naturphilosophie*. Contudo, traça esforços no sentido de insistir na noção de espaço e na sua transversalidade como um modo de narrar a história das cidades e da arquitetura.

O ver através revela, portanto, a artificialidade, a desnaturalização e, conseqüentemente, a possibilidade de desconstrução da unidade face ao múltiplo, o jogo e tensão entre ambos ou, enfim, o investimento de desejo na instauração da unidade.

Este trabalho colaborativo propõe, seja no entrelinhas ou no entrever dos textos e imagens que o provocaram, tanto uma transgressão das interpretações primeiras e arraigadas quanto narrativas compósitas, atravessadas. Na errância de uma escrita coletiva e nas inversões e recombinações possíveis, experimentamos os outros que nos habitam – em palavras e em formas de ver – como o movimento dos corpos plurais e dançantes, divisores e reunidos, de Lygia Pape (1968). Desnudam-se aqui as formas não para revelar a verdade de uma natureza desvestida, primeva, dada, mas, ao contrário, para adotar e propor, como se disse, *transformações* – metamorfoses.

---

## NOTAS

- 1 Homenagem a Alice Ruiz.
- 2 Praticar o xamanismo é *xapirimuu*, “agir em espírito”, tornar-se xamã é *xapiripruu*, “torna-se espírito”.
- 3 A América evocada aqui não é sinônimo dos Estados Unidos. Remete, primeiramente, aos territórios tropicais visitados por Américo Vespúcio e descritos em suas cartas e com os sonhos que fizeram sonhar seus relatos. Remete, ainda, a uma cultura híbrida barroca e a uma poética de crise, presentes em diferentes culturas do território do continente americano, que acentuam tanto a ideia de fragmento quanto a unicidade dos fenômenos. Ver: Pereira (1988).
- 4 Tom Baccei e Cheri Smith (1993) patentearam o método Magic Eye de produção de autoestereogramas e publicaram o primeiro livro da série em 1993. Pessoas com alguns problemas na visão estéreo podem não conseguir ver as imagens, e mesmo pessoas com a visão normal podem precisar de muitas tentativas, muita prática, para aprender a vê-las.
- 5 cf.- evocada, neste caso, por Didi-Huberman, supra cit. a propósito de Victor Hugo
- 6 Aqui, o tema da viagem mais uma vez também se impõe. Blaise Cendrars, em *Feuilles de route* (1924), próximo, como se sabe, de inúmeros intelectuais brasileiros, percebeu essa atualização permanente em seu textos, sobretudo durante as suas viagens e experiências americanas, em que deslocou e radicalizou seu olhar transversal, já atento às poéticas, aos ritos dos povos africanos.
- 7 Exibições de *Osmose*: 1995 (Code, Ricco-Maresca Gallery), 1995 (Museu de Arte Contemporâneas de Montreal), 1996 (Serious Games, Laing Gallery), 1997 (Arte Virtual – Realidad Plural, Museo de Arte Contemporáneo de Monterrey), 1997 (Serious Games, Barbican Art Gallery), 2001 (010101: Art in Technological).
- 8 Toda a radiação eletromagnética é quantizada em fótons: isto é, a menor porção de radiação eletromagnética que pode existir é um fóton, qualquer que seja seu comprimento de onda, frequência, energia ou momento.
- 9 Ver o Human Microbiome Project, disponível em: <http://commonfund.nih.gov/hmp/>.
- 10 Ouça em: <https://soundcloud.com/colintucker/clinamen-bass-quintet>.



## REFERÊNCIAS

- ALTHAUS, Karin; MUHLING, Matthias; SCHNEIDER, Sebastian. *World receivers*: Georgiana Houghton, Hilma af Klint, Emma Kunz. Munich: Hirmer Publishers, 2019.
- ARAGON, Louis. *Le paysan de Paris*. Paris: Gallimard, 1926.
- BACCEI, Tom; SMITH, Cheri. *The Magic Eye: a New Way of Looking at the World*. Kansas: Andrews McMeel Publishing, 1993. v. 1
- BATAILLE, Georges. *L' Erotisme*. Paris: Ed. du Minuit, 1957.
- BERDET, Marc. *Fantasmagories du capital: l'invention de la ville-marchandise*. Paris: La Découverte, 2013.
- BRETON, André. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1988. (La Pléiade, t. 1).
- CAEIRO, Alberto. O Guardador de Rebanhos. In: PESSOA, Fernando. *Poemas de Alberto Caeiro*. Lisboa: Ática, 1946.
- COCCIA, Emanuele. *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.
- COHN, Clarice. A criança, a morte e os mortos: o caso mebengokré-xikrin. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 93-115, jul./dez. 2010.
- DAVIES, Char. *Osmose*. New York: Ricco-Maresca Gallery, 1995. 1 video. Disponível em: <http://www.immersence.com/osmose/> Acesso em: 1 jul. 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. A imanência estética. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 118-147, jul. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2003000100009>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2003000100009&lng=pt&tlnng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2003000100009&lng=pt&tlnng=pt). Acesso em: 1 jun. 2020.
- GIEDION, Sigfried. *Architecture, you and me: the diary of a development*. Cambridge: Harvard University Press, 1958. Disponível em: [https://monoskop.org/images/d/d6/Giedion\\_Siegfried\\_Architecture\\_You\\_and\\_Me\\_The\\_Diary\\_of\\_a\\_Development.pdf](https://monoskop.org/images/d/d6/Giedion_Siegfried_Architecture_You_and_Me_The_Diary_of_a_Development.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

GUSDORF, Georges. *Le Savoir Romantique de la Nature*. Paris: Payot, 1985.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. A humanidade que pensamos ser. *Buala*, Lisboa, 26 out. 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/a-humanidade-que-pensamos-ser>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LATOURE, Bruno. *Anthropocene Lecture: Bruno Latour*. [S. l.], 18 jun. 2018. 1 video (43 min 20s). Publicado pelo canal HKW Anthropocene. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UtaEJo-jo8Q&feature=youtu.be>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LE BLANC, Charles, MARGENTIN, Laurent; SCHEFER, Olivier. *La forme poétique du monde: Anthologie du Romantisme Allemand*. Paris: Jose Corti, 2003.

LEQUAN, Mai (coord.). *Goethe et la naturphilosophie*. Paris: Klincksieck, 2011.

LOVELOCK, James E.; MARGULIS, Lynn. Atmospheric homeostasis by and for the biosphere: the Gaia hypothesis. *Tellus*. Stockholm, v. 26, p. 2-10, 1974.

MADI DIAS, Diego. *Mekaron Ipêx: cultura, corpo, comunicação e alteridade [usos do video entre os Mebêngôkre-Kayapó - PA]*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2011

MAGRITTE, René. La pensée et les images et Brouillon manuscrit du Sens. *Les Mots et les Images*, Bruxelles, p. 131-133, 2012.

MALGRAVE, Harry F. (ed.). *Empathy, Form and Space: Problems in German Aesthetics, 1873-1893*. Santa Monica, EUA: The Getty Center for the History of Art and the Humanities, 1994.

MARGULIS, Lynn. *Symbiotic Planet: A New Look at Evolution*. New York: Basic Book, 1999.

MANCUSO, Stefano. *Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro*. São Paulo: Ubu, 2019.

MCNALLY, Emma. Interviews Emma McNally. *Artforum*, New York, 28 DEC. 2014. Disponível em: <https://www.artforum.com/interviews/emma-mcnally-talks-about-her-drawings-in-mirrorcity-at-the-hayward-gallery-49602>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

MONTAG, Warren. Du clinamen au conatus: Deleuze, Lucrèce, Spinoza. In: GIGANDET, Alain (ed.). *Lucrèce et la modernité: le vingtième siècle*. Paris: Armand Colin, 2013. p. 139-158.

NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH. Human Microbiome Project. Bethesda, 2017. Disponível em: <http://commonfund.nih.gov/hmp/>. Acesso em: jul. 2020.

PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: Edições 70, 2000.

PEREIRA, Margareth da Silva. A ação dos jesuítas no Brasil Colonial e o imaginário Europeu sobre o novo mundo: notas sobre uma história às avessas. In: A FORMA e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1991. p. 15-34.

PEREIRA, Margareth da Silva. Corpos escritos: paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA*, Rio de Janeiro, p. 99-113, 2000.

PEREIRA, Margareth da Silva. Quadrados Brancos: Le Corbusier e Lúcio Costa. In: NOBRE, Ana Luiza et al. (org.). Lúcio Costa: um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 220-245.

PEREIRA, Margareth da Silva. Rio de Janeiro: L'éphémère et la pérennité - histoire de la ville au XIXème siècle. 1988. Tese (Doutorado em História) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris 1988.

PESSOA, Fernando. *Poemas completos de Alberto Caetano*. São Paulo: Nobel, 2008.

PI, Ana. *Noir Blue: deslocamentos de uma dança (curta-metragem)*. Paris: Ana Pi & Météores-Plateforme chorégraphique, 2017.

POPP, Fritz-Albert. On the coherence of ultraweak photonemission from living tissues. In: KILMISTER, Clive W. (ed.). *Disequilibrium and self-organization*. Dordrecht: Reidel, 1986. p. 207-30

ROSSET, Clement. *Fantasmagories suivi de Le réel, l'imaginaire et l'illusoire*. Paris. Ed. de Minuit, 2006

RUIZ, Alice. *Desorientais: Hai-kais*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

SCOTT, Gilbert; SAPP, Jan; TAUBER, Alfred. A Symbiotic View of Life: We have Never Been Individuals. *The Quarterly Review of Biology*, Chicago, v. 87, n. 4, p. 325-341, dec. 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/>

stable/10.1086/668166 . Acesso em: 10 jul. 2020.

SCOTT, Gilbert; TAUBER, Alfred. Rethinking individuality: the dialectics of the holobiont. *Biology & Philosophy*, New York, v. 31, p. 839-853, Oct./Nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10539-016-9541-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10539-016-9541-3>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SERRES, Michel. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

SERRES, Michel. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FASSL, Georg (ed.). *Report on the mobile*. Viena: Vienna University of Technology, 2018. Disponível em: <https://daedalusobservatory.net/>. Acesso em: 20 maio 2020.

STAMETS, Paul. *Mycelium Running: How Mushrooms Can Help Save the World*. Berkeley: Ten Speed Press, 2005.

STOICHITA, Victor. *Breve história da sombra*. Lisboa: KKYM, 2016.

STOICHITA, Victor. *Short History of the Shadow*. London: Reaktion Books, 1997.

UEXKULLI, Jacob. A stroll through the worlds of animals and men: a picture book of invisible worlds. In: SCHILLER, Claire (ed.). *Instinctive Behaviour: the development of a modern concept*. New York: International Universities Press Inc., 1957. p. 5-80.

YATES, Frances. *The Rosicrucian Enlightenment: selected works of Frances Yates*. v. 4. Londres: Routledge, 2001.

WOHLLEBEN, Peter. *A vida secreta das árvores*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

WOOLF, Virginia. *The Letters of Virginia Woolf*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980. v. 6.

S O B R E

O S

A U T O R E S

## ADELE SÁ MARTINS BELITARDO

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2019). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), na área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Foi bolsista de Iniciação Científica na pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico (UFBA) e membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA) (2016-2019).

## ADRIANA CAÚLA

Professora adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (leU) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

## ALINE COURI FABIÃO

Professora adjunta da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (leU) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Doutora em Urbanismo pelo Prourb-UFRJ.

## ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO

Professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). É membro do Laboratório para Outros Urbanismos (Lab\_Outros) e vice-líder do grupo de pesquisa Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina.

**ANA LUIZA SILVA FREIRE**

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA e faz parte da pesquisa coletiva Cronologia do Pensamento Urbanístico.

**BRUNO CESAR EUPHRASIO DE MELLO**

Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da UFRGS. Professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Estuda os temas: ensino do urbanismo, história da cidade e do urbanismo, profissão e entidades de classe de arquitetos e urbanistas e extensão universitária. Integra o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão – Cidade em Projeto.

**CAROLINA PESCATORI**

Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Líder do grupo de pesquisa Topos – Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo e da Cidade (GPHUC/UnB) e do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (Ciec), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integrante da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), de 2019 a 2021, e do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Distrito Federal (IAB-DF), de 2017 a 2019, como coordenadora da Comissão de Política Urbana. Editora-chefe da *Revista Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (2020).

## DANIEL SABÓIA ALMEIDA BARRETO

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição. É membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), e faz parte da pesquisa coletiva Cronologia do Pensamento Urbanístico.

## DANIELA CIDADE

Professora associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora e mestra em Arquitetura pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (Propar) da UFRGS. Graduada em Artes Plásticas pela UFRGS. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS) e do Intersecções entre Fotografia e Linguagens Visuais (UFRGS).

## DANIELA ORTIZ DOS SANTOS

Professora assistente do Instituto de História da Arte da Universidade de Goethe, Frankfurt am Main, e pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (leU) do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Doutora em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH Zurich).

## DANIELE CARON

Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora e mestra em Urbanismo pela Universidad Politécnica de Cataluña. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS. Coordenadora do grupo de pesquisa Margem\_Laboratório de Narrativas Urbanas, da UFRGS.



## DILTON LOPES DE ALMEIDA JUNIOR

Professor assistente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Laboratório Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA). Pesquisador da Cronologia do Pensamento Urbanístico. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU-UFBA.

## ELISÂNGELA DE ALMEIDA CHIQUITO

Professora adjunta do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## FERNANDO ATIQUÊ

Professor de História, Espaço e Patrimônio Edificado do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Coordenador do grupo de pesquisa Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH), da Unifesp, e pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## FERNANDO FREITAS FUÃO

Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua desde 1995 no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (Propar). Líder do grupo de pesquisa Arquitetura, Derrida e Aproximações. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atua na extensão e pesquisa voltado para os galpões de reciclagem, catadores, moradores de rua e ocupações.

## IGOR GONÇALVES QUEIROZ

Designer Gráfico pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/2011) e Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2015). Possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2018) e é doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Foi bolsista de Iniciação Científica na pesquisa Cronologia do Pensamento Urbano (2012-2015). É membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA).

## IGOR MONTE DA SILVA

Urbanista. Graduado pelo curso de bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA

Professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Tem auxílio pesquisa regular da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para o projeto Moderno sob Encomenda. É pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do grupo de pesquisa Arquivos, Fontes e Narrativas: entre Cidade, Arquitetura e Design e membro do Laboratório para Outros Urbanismos.

## JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS

Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Especialista em Ensino e Pesquisa na Arquitetura, pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e em Patrimônio Cultural, Conservação de Artefatos

pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS. Doutor em Educação pela UFRGS. Atua em representação, expressão e projeto em arquitetura e urbanismo, pesquisa arquitetura moderna da colonialidade e suas implicações sobre a teoria e a história do desenhar.

## JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA

Professor titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Doutor e livre-docente pela FAU-USP. Pós-doutor pela Columbia University e École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris (Ensa), Malaquais. Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na FAU-USP e do grupo de pesquisa Translating Ferro / Transforming Knowledges for the New Field of Production Studies (Arts and Humanities Research Council).

## JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

Professora do Departamento de História nos cursos de graduação em História e Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Formada em História pela mesma universidade. Doutora em Política, Memória e Cidade. Coordena o Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, sede da Associação Ibero-Americana de História Urbana. Editora da Revista Urbana desde 2007. Coordenadora da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na Unicamp.

## LEONARDO NOVO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e do grupo de pesquisa Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

## LEONARDO VIEIRA DE SOUZA

Leonardo Vieira é graduando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-FBA). É bolsista de Iniciação Científica na pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico (2015-2020) e membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA).

## LUCIANA SABOIA

Professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Membro do grupo de pesquisa Topos – Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB. Colaboradora em grupos nacionais, como Urbanismo, Crítica e Arquitetura (UrCA), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Ensino do Projeto e Arquitetura Moderna, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (Propar) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e também internacionais, como Harvard Graduate School of Design, nos Estados Unidos, Université Catholique de Louvain ou Katholieke Universiteit Leuven, na Bélgica, e École Nationale Supérieure d'Architecture (Ensa) Paris, Malaquais. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

## LUÍSA BOGOSSIAN

Professora da Universidade Santa Úrsula (USU). Doutoranda e mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Laboratório de Estudos Urbanos (leU/Prourb).

**LUIZ ANTONIO DE SOUZA**

Professor adjunto II do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, campus I (DCET-I), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Laboratório Urbano e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UNEB.

**MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI**

Professora emérita, professora titular aposentada do Departamento de História e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fundadora e pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**MÁRIO MAGALHÃES**

Professor da Universidade Santa Úrsula (USU). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos (leU), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Doutor e mestre em Urbanismo pelo Prourb na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**MARGARETH DA SILVA PEREIRA**

Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (leU/Prourb). Coordenadora

da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UFRJ. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## PAOLA BERENSTEIN JACQUES

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Laboratório Urbano do PPGAU-UFBA. Coordenadora da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UFBA. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## PAULO REYES

Professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutor em Filosofia no Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), em um doutorado sanduíche. Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Design Estratégico pela Unisinos. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Coordenador dos grupos de pesquisa Cidade Contemporânea entre Arte e Filosofia e Cidade [in]Pensada, ambos da UFRGS.

## PILAR TEJERO BAEZA

Doutoranda e mestra em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos (leU/Prourb). Arquiteta pela Universidad Andrés Bello (UNAB), de Santiago do Chile.

**RAFAELA LINO IZELI**

Arquiteta e urbanista pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) e faz parte da pesquisa coletiva Cronologia do Pensamento Urbanístico.

**RAMON MARTINS DA SILVA**

Pesquisador do Laboratório Urbano do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da Cronologia do Pensamento Urbanístico. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU-UFBA.

**RICARDO TREVISAN**

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). Membro do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**RITA VELLOSO**

Professora adjunta da Escola de Arquitetura (EA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (NPGAU-UFMG). Coordenadora do grupo de pesquisa e extensão Cosmópolis, na EA-UFMG. Coordenadora da

equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UFMG. Pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## ROBERTO E. DOS SANTOS

Graduado e mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Educação pela mesma instituição. Pós-doutor pela Bauhaus-Universität Weimar. Atualmente, é professor adjunto da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisador do grupo Morar de Outras Maneiras (MOM). Tem experiência com projetos residenciais e institucionais e projetos de reforma e recuperação de edifícios. Pesquisa difusão de tecnologias e processos de trabalho na construção de edificações, história da construção da cidade, com foco em obras públicas e manejo de águas urbanas.

## VINÍCIUS RAFAEL VIANA SANTOS

Urbanista. Graduado pelo curso de bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Laboratório Urbano. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

## VITOR CUNHA

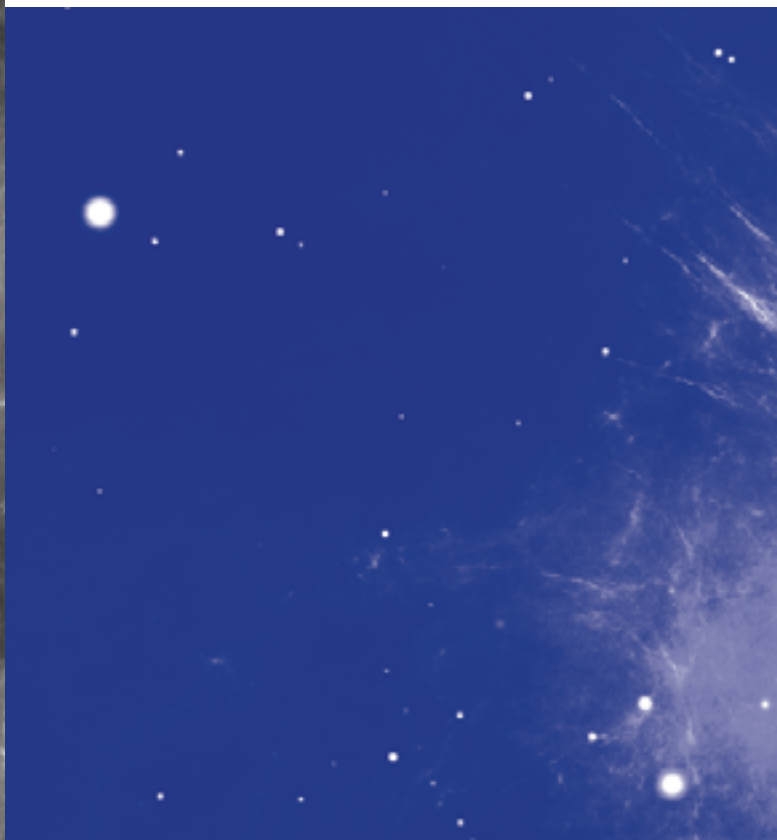
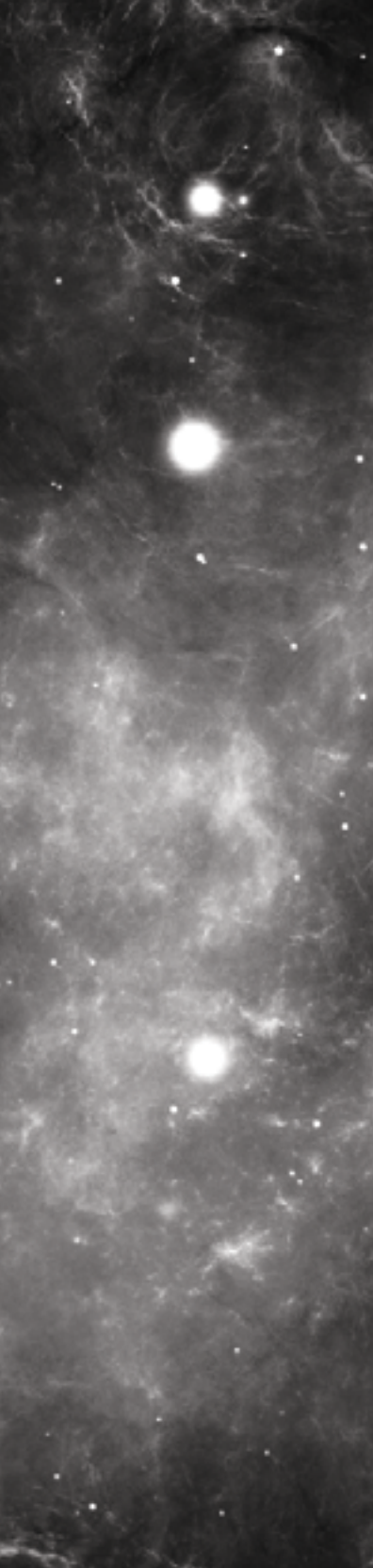
Mestrando em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos (leU/Prourb). Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com período sanduíche na Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

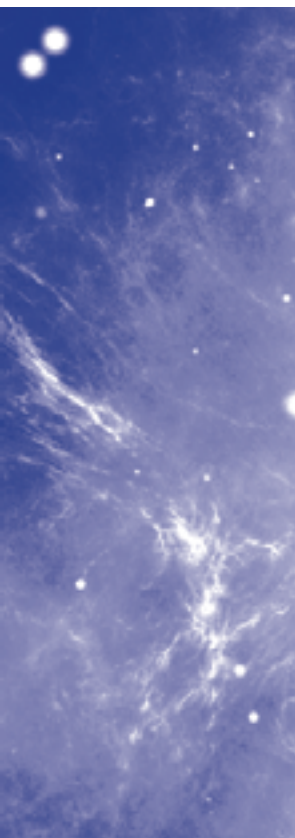




## COLOFÃO

Formato	155 x 220 mm
Tipologia	Ailerons Goudy Old Style
Papel	Alcalino 75g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	EDUFBA
Acabamento	I. Bigraf
Tiragem	500 exemplares





## M O D O S D E N A R R A R

*Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo 3: modos de narrar.* Ao aproximar reflexões sobre modos de narrar e indagações de pesquisas sobre história e historiografia do urbanismo, a coletânea traz ao debate público a diversidade de entendimentos sobre as intrigas, a trama e a tessitura histórica nos estudos sobre o urbano. São indagações advindas de experiências de pesquisa e escrita dos diferentes grupos que constroem essa investigação coletiva sobre a formação do pensamento urbanístico. Múltiplo, plural, cidadão e urbano, concreto e abstrato, o campo do urbanismo requer indagações incontornáveis às narrativas: a quem e a que servem? O que perpetuam? Quando, por que e como transgridem?

## Cronologia do Pensamento Urbanístico

[www.cronologiadourbanismo.ufba.br](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br)



ISBN 978-65-5630-078-8



9 786556 300788